

POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Número 24 - Abril de 2006



ISSN 0104-8015

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba

POLÍTICA & TRABALHO

Revista *Política & Trabalho*
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Centro de Humanidades
Universidade Federal da Paraíba

Coordenação 2005/2006
Ariosvaldo da Silva Diniz
Adriano de León

Publicação anual do PPGS/UFPB
n° 24 – abril de 2006
ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB), Armelle Giglio-Jacquemot (Université Charles de Gaulle – Lille 3, França), Bryan S. Turner (National University of Singapore, Cingapura), Brasília Carlos Ferreira (UFRN), César Barreira (UFC), Cláudia Fonseca (UFRGS), Cynthia Lins Hamlin (UFPE), Edgard Afonso Malagodi (UFCG), Howard Caygill (Goldsmiths College, Inglaterra), Ilse Scherer-Warren (UFSC), Jacob Carlos Lima (UFSCar), Jessé Souza (UENF), Joanildo A. Burity (FUNDAJ), José Arlindo Soares (UFPB), Julie Antoinette Cavnac (UFRN), Maria Carmela Buonfiglio (UFPB), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB), Paulo Henrique Martins (UFPE), Regina Novais (UFRJ), Rubens Pinto Lyra (UFPB), Sandra J. Stoll (UFPR), Theophilos Rifiotis (UFSC), Vera da Silva Telles (USP).

EDITOR

Terry Mulhall (UFPB)

COMISSÃO EDITORIAL

Aécio Amaral Jr. (UFPB)
Artur Perrusi (UFPB)
Eliana Monteiro Moreira (UFPB)

SECRETARIA DA EDITORIA

Maria Sandra Rodrigues dos Santos

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados à Revista *Política & Trabalho*:

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária
CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (0-XX-83) 3216 7204
E-mail: politicaetrabalho@gmail.com Site: www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho
Capa (layout e arte): Regis Cavalcante - *sem título* - 2004

Impressão: Idéia Editora Ltda. E-mail: ideiaeditora@uol.com.br (83) 3222-5986
Brasil – Abril de 2006

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus - João Pessoa)

Ano XXII
Número 24
Abril de 2006

ISSN 0104-8015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor - Rômulo Soares Polari

Vice-Reitora - Maria Yara Campos Matos

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa - Marcelo Sobral da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor - Lúcio Flávio de Vasconcelos

Vice-Diretora - Sandra Regina Moura

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador - Ariosvaldo da Silva Diniz

Vice-Coordenador - Adriano de León

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB

ISSN 0104-8015

Todos os Direitos Reservados

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 5.988/73) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

P 769 Política & Trabalho. ano 22, n. 24 (2006). - João Pessoa: PPGS-UFPB, 2006

Semestral

V.

1. Sociologia. 2. Ciências Sociais. 3. Política. 4. Trabalho. 5. Cultura.

BC - UFPB

CDU 301

ARTIGOS

O CAPITALISMO COMO FORMA DE VIDA FRACASSADA: ESBOÇO SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE DE ADORNO
Axel Honneth 9

O CONCEITO DE BIOPODER HOJE
Paul Rabinow e Nikolas Rose 27

CIÊNCIA E PÓS-REPRESENTAÇÃO: NOTAS SOBRE HEIDEGGER
Paulo Cesar Duque-Estrada 59

REDES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO: ENTRE O FORMAL E O INFORMAL
Jacob Carlos Lima e Marinaha de Sousa Conserva 73

O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) NO BRASIL E O PARTIDO SOCIALISTA (PSCH) NO CHILE: A NOVA FACE DA SOCIAL-DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA
Rodrigo Freire de Carvalho e Silva 99

AXEL HONNETH E O LEGADO DA TEORIA CRÍTICA
Sívio Camargo 123

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA DÉCADA DE 1950 EM UM ESTADO DO SUL DO BRASIL: O CASO DO PARANÁ
Márcio de Oliveira 139

CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: AVANÇOS E CONTINUIDADES
Debora C. Rezende de Almeida 161

ESPELHO LOCAL

EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO: ENTREVISTA COM O CINEASTA MARCUS VILAR
Entrevista 185

A ZEBRA
Sérgio de Castro Pinto 192

DESENHO
Flavio Tavares 193

RESENHA

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005. 204p.
Antonio Mateus de Carvalho Soares 197

COLABORAM NESTE NÚMERO

Antonio Mateus de Carvalho Soares é mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo - EESC/USP e membro do Grupo de Pesquisa - Cultura, cidade e democracia: representações e movimentos sociais, CRH/UFBA. (amsoares@sc.usp.br)

Axel Honneth é professor de Filosofia e diretor do Instituto de Pesquisas Sociais da J. W. Goethe University, Frankfurt, Alemanha. É autor de *Kritik der Macht. Reflexions-stufen einer kritischen Gesellschaftstheorie* e co-autor com Nancy Fraser, de *Redistribution or Recognition: A Philosophical-Political Exchange*. (honneth@em.uni-frankfurt.de)

Debora C. Rezende de Almeida é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense – UFF. (debyrezende@hotmail.com)

Flávio Tavares é pintor e desenhista paraibano.

Jacob Carlos Lima é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – PPGS/UFPB e pesquisador do CNPq. (jacobl@uol.com.br)

Márcio de Oliveira é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná - UFPR. (marciodeoliveira@ufpr.br)

Marcus Vilar é cineasta e funcionário da Coordenação de Extensão Cultural da Universidade Federal da Paraíba – COEX/UFPB. É diretor dos filmes *A Árvore da Miséria*, *A Canga* e *O Meio do Mundo*. (marcus_vilar@uol.com.br)

Marinalva de Sousa Conserva é professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e pesquisadora do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho. (mconserva@uol.com.br)

Nikolas Rose é professor do Departamento de Sociologia e diretor do BIOS - Centre for the Study of Bioscience, Biomedicine, Biotechnology and Society da London School of Economics and Political Science, Inglaterra. (n.rose@lse.ac.uk)

Paul Rabinow é professor do Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia – UCLA, Berkeley, EUA. (rabinow@sscl.berkeley.edu)

Paulo Cesar Duque-Estrada é professor adjunto do Departamento de Filosofia e coordenador do Núcleo de Estudos em Ética e Desconstrução da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. (pcestrada@aol.com)

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva é professor assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e doutorando em Ciências Sociais – Estudos Comparados das Américas pela Universidade de Brasília – CEPPAC/UnB. (rfreirecs@hotmail.com)

Sérgio de Castro Pinto é poeta e professor adjunto de Literatura no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. (castropinto@pop.com.br)

Sílvio Camargo é doutorando em Sociologia pela Universidade de Campinas – UNICAMP e professor da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC. (silvioc@terra.com.br)

Artigos

O CAPITALISMO COMO FORMA DE VIDA FRACASSADA: ESBOÇO SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE DE ADORNO*

Axel Honneth

Quem quer entrosar-se na análise do capitalismo de Adorno e trabalha apenas os ensaios e tratados sobre a teoria do capitalismo, está tanto no caminho errado quanto aquele que acredita entender os elementos do seu conceito da sociedade através de uma teoria descritiva e explicativa. É verdade que até o próprio Adorno se deixava levar, em vários instantes, a falar sobre mudanças estruturais da sociedade capitalista como se fossem partes de uma teoria explicativa. A sua conferência sobre o “Capitalismo Tardio ou a Sociedade Industrial?” exemplifica essa tendência, como também as “Reflexões sobre a Teoria de Classe”, que foram escritas no início da década de 1940 (Adorno, 1998b). Entretanto, tudo que pode ser achado neste tipo de textos de Adorno parece baseado em pouca informação, estranhamente livre de criatividade, e por isso quase dogmático. Antes de tudo, é como se a análise lúcida tivesse sido substituída por uma explicação funcionalista na qual a psique individual, a cultura ou o direito simplesmente assumem a mera função de cumprimento de imperativos capitalistas de consumo¹. Se nós entendemos esses tratados sociológicos como elementos de uma teoria explicativa, temos a impressão de

* Artigo originalmente publicado, sob o título “Eine Physiogenomie der kapitalistischen Lebensform. Skizze der Gesellschaftstheorie Adornos”, em Axel Honneth (Hg.). *Dialektik der Freiheit. Frankfurter Adorno-Konferenz 2003*, Frankfurt/M: Suhrkamp 2005, S. 165-187. Uma tradução em inglês foi publicada, sob o título “A Physiognomy of the Capitalist Form of Life: A Sketch of Adorno’s Social Theory”. *Constellations* 12 (1), 2005. pp. 50-64. Tradução do original: Ângela Susanne H. Jeunon.

¹ Uma tal crítica foi desenvolvida por mim em Honneth (1989). Apesar de estar convicto que essa crítica inicial deve ser mantida, pois ela está baseada numa perspectiva que naquela época considerei válida, nesse trabalho estou aplicando uma interpretação alternativa, quando interpreto a teoria da sociedade de Adorno não mais como uma ação explanatória, mas como projeto hermenêutico. Através dessa perspectiva diferente, todas as críticas perdem o seu valor, uma vez que os elementos da teoria não devem mais ser entendidos como modelos de explicação sociológica, mas como elementos de uma interpretação usando o tipo ideal da forma de vida capitalista.

que não é levado em conta o sentido próprio de esferas de ação social, e que falta toda intuição em relação à força inovadora de valores e à resistência de modelos sub-culturais de interpretação. Portanto, não é surpreendente que, após o enfraquecimento do movimento estudantil, a teoria da sociedade de Adorno tenha perdido rapidamente a sua influência. Na ocasião da conferência de Adorno, em Frankfurt, dedicada ao seu aniversário de oitenta anos, os comentários feitos em relação a seus escritos sociológicos já exprimiam um certo ceticismo². Pouco tempo depois, os seus traços se perdem na areia de uma paisagem teórica marcada pelo pós-marxismo e a teoria do sistema.

É óbvio que o mal-entendido já tenha sido colocado desde o ponto de partida. O fato de considerar a parte sociológica de sua obra como um empreendimento isolado de uma análise explicativa da sociedade significava não só a dissolução da ligação interna com a filosofia e a estética. Teve não só a consequência de produzir concorrências falsas através da sugestão de comparabilidade com teorias da sociedade muito mais complexas, mas também, em contrapartida, um ponto de vista importante foi desconsiderado. Adorno quis que as suas análises sociológicas fossem consideradas apenas como uma parte daquela hermenêutica da catástrofe histórico-natural que, desde o seu discurso inaugural em 1931, ele almejava como o objetivo da sua própria teoria (Adorno, 1998b). Trazer à luz do dia a segunda natureza reificada da realidade histórica, liberando os modelos de ação e de consciência através do uso de análises sociológicas – esta foi a intenção central que Adorno, desde o início, associou aos seus trabalhos; nunca mais ele deixou de lado essa intenção hermenêutica, nem mesmo mais tarde, quando, pressionado pelos compromissos acadêmicos, começou a escrever tratados sociológicos ou sobre a teoria da sociedade. Assim sendo, a sua análise do capitalismo não é uma teoria explicativa, mas a hermenêutica de uma forma de vida fracassada; os elementos que vão, mesmo assim, na direção de elementos explanatórios, como a teoria psicanalítica ou a tese da indústria cultural, têm simplesmente a função de dar uma explicação hipotética do aparecimento daqueles modelos determinantes de ação e de consciência cuja explicação exata está no foco da análise.

Quando se coloca essa intenção no centro da teoria da sociedade de Adorno, a conexão entre as diferentes partes da sua obra muda instantaneamente: (I) primeiro, o que, tradicionalmente, é interpretado como o resquício de uma filosofia histórica metafísica, é usado para uma interpretação genealógica do surgimento daquela segunda natureza que representa as condições de vida paralisadas e reificadas no capitalismo. A patogênese do mundo burguês esboçada por esses

² Ludwig von Friedeburg/Jürgen Habermas (org.), Conferência de Adorno de 1983, Frankfurt/Main, colóquio *Teoria da Sociedade* (com contribuições de Helmut Dubiel, Hauke Brunkhurst, Christoph Deutschmann, Alfons Söllner), p. 293 a 350.

elementos deve quase tudo à análise da reificação de Georg Lukács, como Adorno mesmo costumava confirmar. (II) Segundo, os tratados sociológicos, por outro lado, têm que ser entendidos, segundo o seu autor, como contribuições para uma “fisionomia” da realidade social. Através dessa expressão que sempre volta em forma de ‘leitmotiv’, Adorno tem a intenção de interpretar modelos de ação determinantes da realidade social, de tal modo que se tornem compreensíveis como modelos de expressão, até de maneira corporal e gestual, da forma de vida capitalista. (III) Terceiro, e finalmente, a análise da sociedade de Adorno abrange uma terceira camada que tem a tarefa árdua de manter a consciência viva da possibilidade de transformação dessa realidade paralisada e reificada: “a construção do modelo do real é sempre seguida pela exigência da sua transformação real”, como já foi dito no seu discurso inaugural (Adorno, 1998b, p. 338). Adorno conta com a psicanálise de Freud para mostrar que no sofrimento psíquico e nas reações impulsivas sempre está sub-reptício também o interesse do funcionamento ilimitado da razão, cuja realização remete a uma forma humana de viver. Pretendemos, em seguida, reconstruir sucessivamente essas três camadas da obra de teoria social. No foco de nosso interesse está a tentativa de tentar validar a análise do capitalismo de Adorno para o tempo presente.

I

No intercâmbio intelectual com Walter Benjamin, Adorno tinha obtido a idéia, mantida ao longo da sua vida, de uma hermenêutica materialista da história natural (cf. Benjamin, 1977). Entretanto, diferentemente de Benjamin, logo cedo Adorno combinou essa idéia com a teoria da racionalidade que estava orientada, principalmente, pelo conceito de razão do idealismo alemão (Habermas, 1981). Para ambos os autores, como, aliás, para muitos dos seus contemporâneos, a leitura da análise da reificação na *História e Consciência de Classe*, de Lukács (1968), tinha representado um acontecimento intelectual chave. A influência que o artigo de apenas cem páginas exerceu sobre a formação filosófica de toda uma geração que estava sendo confrontada, na sombra da primeira guerra mundial, com os efeitos socialmente destruidores do capitalismo, é inestimável (cf. Jay, 1984). A idéia que a extensão social da troca de mercadorias tinha de levar a uma deformação da práxis humana, uma vez que força os sujeitos a terem um posicionamento reificado, não só em relação à natureza, mas também em relação a eles mesmos e aos parceiros de interação, abriu, por assim dizer, os olhos de Benjamin e de Adorno; a partir de então, ambos registraram o mundo histórico-social dos tempos modernos como um espaço congelado numa “segunda natureza” na qual as relações humanas tinham perdido o seu sentido transparente, transmitido através de razões práticas, por serem transformadas em meros “eventos naturais” (Adorno, 1998b, p. 355). Benjamin e Adorno concordaram ainda em relação às conseqüências metodológicas que podiam ser tiradas dessa

situação histórica inicial para a filosofia: se o mundo moderno, através da expansão da forma de mercadorias, sofreu um processo de reificação, a “crise do idealismo” (Adorno, 1998b, p. 326) não poderia ser resolvida, nem pela filosofia vitalista de Simmel, nem pela fenomenologia de Husserl, nem pela análise da existência de Heidegger, nem pela análise material de valores de Scheler. Na verdade, as correntes citadas perderam, já nos seus conceitos básicos, se for permitido usar uma tal simplificação, o fato da historicidade, porque não podiam levar em conta a perda do sentido que era, basicamente, o resultado de uma transformação da estrutura social. Para explicar essa regressão do social à natureza, era necessário um método filosófico que pretendesse aceitar, num primeiro momento, os acontecimentos sociais como o que realmente eram: um contexto cego de eventos que tinha se tornado incompreensível. Benjamin e Adorno estavam de acordo que aquela “natureza” do capitalismo, num primeiro momento sem sentido, poderia ser decifrada através de uma forma específica de hermenêutica que filtraria tantas vezes o material empiricamente dado pelas possíveis constelações, até obter “figuras” assim criadas com teor de significação objetiva.

Porém, desde o início, os dois autores discordaram sobre o significado específico dessa idéia hermenêutica. Como se sabe, Benjamin estava inclinado a conceber a criação daquelas figuras carregadas de sentido como um produto do próprio subconsciente coletivo, que continha potenciais arcaicos de uma fantasia plástica; portanto, segundo ele, só se precisava da reconstrução metodologicamente adequada de tais imagens parecidas com sonhos, para descobrir o segredo obscuro que o fetichismo das mercadorias causou na vida social do capitalismo (Benjamin, 1974; Honneth, 1999). Adorno, em contrapartida, enxerga a tarefa filosófica de interpretação de maneira totalmente diferente; ele se encontra, ao mesmo tempo, mais afastado e mais próximo do método hermenêutico. Mais perto da hermenêutica quando insiste, contra Benjamin, que a interpretação da realidade oculta e desfigurada em relação ao seu sentido é unicamente tarefa teórica do intérprete: como em antecipação à sua crítica posterior ele diz, já no seu discurso inaugural, que

...imagens históricas não são dadas por si mesmas. Elas não existem organicamente prontas na história, não se precisa nem de introspecção e nem de intuição alguma para percebê-las, não se trata de deuses mágicos da História. Pelo contrário, elas têm que ser fabricadas pelo homem e se legitimam simplesmente pelo fato de que, com uma evidência avassaladora, a realidade cristaliza em torno delas (Adorno, 1998b, p. 314).

De outro lado, o conceito de “fabricação” da última frase traz à tona também toda a distância entre Adorno e a hermenêutica contemporânea, especialmente aquela associada a Dilthey: como a realidade social, pressionada

pela troca de mercadorias, se tornou uma conexão de acontecimentos quase sem intenções, também não pode existir um sentido historicamente transmitido, no qual o pesquisador pode entrosar-se por imitação; antes, precisa-se de uma “composição construtiva dos elementos analiticamente isolados” (Adorno, 1998b, p. 336) para criar, “no texto incompleto, contraditório e quebradiço” (ibid., p. 334) do social, finalmente figuras que podem ser os indicadores do significado objetivo do estado histórico. Entretanto, muitas das formulações metodológicas usadas por Adorno, para esclarecer essa idéia do “agrupamento interpretativo” (ibid., p. 340) de maneira mais aprofundada, ficam pouco precisas e de pouca serventia. No entanto, o fato de que ele fala, no mesmo contexto, repetidamente de “categorias chaves” a partir das quais a realidade vem à tona, poderia ser uma indicação de que a categoria weberiana do “tipo ideal” tenha apadrinhado as suas reflexões.

Um olhar até superficial para o texto correspondente de Max Weber deixa, de fato, claro que, no discurso inaugural de Adorno, a quase totalidade de suas idéias metodológicas se encontra também na obra do autor de *Economia e Sociedade*. De forma quase idêntica ao texto de Adorno, lemos, no artigo sobre a “objetividade” de Weber, que o tipo ideal deve ser compreendido como “a fusão de uma grande quantidade de manifestações isoladas que estão presentes de maneira difusa ou concreta, às vezes mais, às vezes menos ou até não estão presentes (...) dentro de uma construção homogênea de idéias” (Weber, 1968, p. 191). Essa construção conceitual, segundo Weber, possui, unicamente, uma função instrumental para esclarecer o “sentido cultural” de um processo, através do “reforço mental de certos elementos da realidade” (1968, p. 190), para revelar as chamadas “possibilidades objetivas”. Com exceção do conceito de “significado cultural”, que vai ser tratado em seguida, a proposta metodológica de Weber é idêntica às reflexões de Adorno. As “figuras”, que Adorno propõe como objetivo do seu trabalho filosófico de interpretação, são igualmente o resultado de uma “construção” exagerada da realidade à base de material empírico; os elementos de uma análise sociológica, segundo ele, têm que ser “agrupados” de tal forma que, através da conexão entre eles, se forma uma “figura” que engloba cada um desses elementos (Adorno, 1998b, p. 337). Ambos os autores escrevem, de maneira idêntica, que se precisa de uma “imaginação exata”, que ultrapassa o material empírico, colocando em relevo, negligenciando ou reorganizando os “traços” inerentes a ele (Adorno, 1998, p. 342). Paralelamente, Weber escreve que a construção que usa o tipo ideal precisa de uma “imaginação” (1968b, p. 192) para que os elementos colocados em conjunto possam parecer suficientemente adaptados à realidade até “objetivamente possível”. Finalmente, os dois autores concordam também na determinação de objetivos para a realização de uma pesquisa, que devem ser ligados à construção de tais tipos ideais ou constelações:

enquanto podemos ler na obra de Weber que os próprios tipos ideais não são “hipóteses”, mas “formações de hipóteses”, devendo “mostrar a direção” (1968, p. 190), Adorno fala das constelações construídas que representariam modelos, “com os quais a *ratio* se aproxima, testando e tateando uma realidade que não obedece a leis” (1998b, p. 341). Posteriormente, no contexto das discussões científico-teóricas de Adorno, se encontrarão muitas expressões direcionadas ainda mais para aquilo que Weber tinha falado: as construções da realidade pelo tipo ideal formam um tipo de guia para orientar esboços de hipóteses empíricas.

Mas, nas reflexões metodológicas de Adorno, qual é o equivalente para o conceito de “significado cultural” que ocupa um papel tão central na justificativa do “tipo ideal” na obra de Weber? É exatamente essa questão que nos leva ao centro do programa que Adorno explicitou no seu discurso inaugural, para esboçar a idéia de uma hermenêutica materialista da forma de vida capitalista. Como é conhecido, Weber se baseia no neokantismo, quando afirma que a conceituação do tipo-ideal serve para explicitar o significado cultural em certos processos e fenômenos. O “significado cultural” se referiu, nesse contexto, a uma visão de valores, suprapessoal e historicamente prescrita, através da qual a quantidade caótica de dados isolados deve ser organizada de tal maneira que possam demonstrar-se, dentro dela, faixas de acontecimentos e cadeias de ações que valham a pena ser pesquisadas (cf. Heinrich, 1952; Schmid, 1994). O exemplo que Weber usa para fins de ilustração parece ser uma referência direta ao exemplo dado posteriormente por Adorno:

...pode ser delineada uma utopia de uma ‘cultura capitalista’, isto é, aquela que é regida unicamente pelo interesse na acumulação do capital privado. Este procedimento deveria juntar traços culturais e matérias difusa e unicamente presentes na vida moderna, e reforçar esses traços até receber uma imagem ideal que não apresenta contradições ao nosso olhar. Eis uma delineação da *idéia* da *cultura capitalista* (Weber, 1968, p. 191).

Se Adorno, desde 1931, tivesse tido a intenção de elaborar um tipo ideal tão abrangente, com certeza o seu valor não se restringiria a uma mera interpretação cultural do capitalismo. Pelo contrário, naquele período, a convicção de que a análise da reificação de Lukács estava certa não o deixou limitar-se ao perspectivismo cultural da teoria científica de Weber. A justificativa que Adorno dá para o seu programa de uma interpretação construtivista da “segunda natureza” do capitalismo, usando a conceituação do tipo-ideal, baseada mais em premissas hegelianas, é totalmente outra. Junto com Lukács, ele está convencido de que o processo racional de formação da espécie humana foi tão profundamente perturbado pela generalização da troca de mercadorias, que as condições de vida no capitalismo, na sua totalidade, tomaram a forma de relações reificadas

em todos os sentidos. A justificativa dessa modificação do social em condições parecidas com a natureza não é o resultado da aceitação de uma determinada perspectiva de valores, mas do fracasso dos demais modelos teóricos tradicionais. Como para Lukács ou Horkheimer, o motivo da crise na filosofia e na ciência social contemporâneas tem o papel de uma instância justificadora: uma vez que parece que todos os modelos de pensamento historicamente determinados fracassaram pela compreensão da especificidade da maneira moderna de viver, deve-se comprovar, pelo caminho da eliminação, que somente o modelo hermenêutico está teoricamente adaptado para explicar o fenômeno da reificação. A comprovação de que esse fenômeno, que se estende a cada sujeito no presente, tem causado o fracasso necessário de todas as teorias pós-idealistas, forneceu, para Adorno, uma razão suficiente para se convencer da superioridade da sua própria posição.

É, de fato, muito significativo que as premissas hegelianas do seu modelo hermenêutico o obriguem a traçar um paralelismo direto entre o estado social e a constituição da razão. Essa equação não é fácil de realizar, porque tem que ser mostrado que a patologia social da reificação está ligada, de maneira intrínseca, à deformação da capacidade da espécie humana de usar a razão. É verdade que Lukács, na sua própria pesquisa, já tinha avançado nessa direção, quando quis entender a ação objetivante como um tipo de interrupção daquela práxis abrangente, através da qual o homem, como ser racional, está integrado numa realidade igualmente racional (Lukács, 1968, p. 301, 307, 327 e 338). Mas Adorno parece nunca ter concordado realmente com essa idéia, tendo em vista as suas premissas idealizadoras da razão. Por isso, tentava várias vezes uma justificativa própria. Entre os vários lugares nos quais Adorno, na sua obra, tenta explicar por que a generalização da troca de mercadorias significaria também uma deformação da razão humana, aquela explicação que opera com o conceito da “imitação” nos parece a mais fértil. No longo aforismo nonagésimo nono da *Minima Moralia* (“Goldprobe”) encontra-se uma frase bem concisa que poderia ter a função chave para uma teoria correspondente: “O caráter humano está ligado à imitação: um homem somente se torna homem pela imitação de outros homens” (Adorno, 2003, § 99). A partir dessa passagem – que, aliás, corresponde a observações em trabalhos mais recentes da antropologia social, onde se atribui, igualmente, à imitação uma posição central para o desenvolvimento da mente humana (cf. Tomasello, 2002; Hobson, 2003)³ –, pode-se entender porque Adorno viu na reificação da troca de mercadorias simultaneamente a causa da deformação da razão: é apenas através de um comportamento imitativo, que Adorno deduz da afeição carinhosa, que nós humanos somos capazes de

³ Para contribuições a essas premissas emotivo-intersubjetivas do pensamento humano, em geral, ver Martin Dornes, 2005.

raciocinar. Pois, nós aprendemos a perceber o mundo também através da perspectiva dos outros. A realidade não representa mais para nós apenas um campo de desafio para reações de adaptação, mas é preenchida por uma quantidade crescente de intenções, de desejos e concepções que aprendemos a considerar como motivações para nossas ações. Adorno não quis limitar essa capacidade de perceber o mundo, por assim dizer “de dentro para fora”, à esfera dos relacionamentos inter-humanos. Pelo contrário, ele entendeu nossa capacidade extraordinária de raciocinar, baseada na imitação, exatamente no sentido de compreender também os objetivos adaptativos de seres que não são dotados da fala ou até de objetos, como intenções que carecem de consideração racional. Por isso, ele teve a convicção de que cada conhecimento verdadeiro deve guardar, dentro dele, de forma sublimada, o impulso inicial de imitação carinhosa, para ser capaz de entender a estrutura do mundo que, vista de nossa perspectiva, é racional (Adorno, 2003, § 127). Adorno vê a institucionalização da troca de mercadorias ligada à propagação de um esquema de ação que induz nós humanos a perder a capacidade de respeitar racionalmente intenções alheias; reificação significa para ele um processo de “recentramento” do homem, porque à medida que usa a troca, ele desaprende de perceber o mundo da perspectiva daquelas intenções e desejos cuja importância jazia inicialmente na imitação. Portanto, Adorno pode afirmar, com um certo direito, que a expansão da troca de mercadorias significa simultaneamente um processo de deformação da razão: a obrigação de agir em cada vez mais esferas de ação, apenas segundo o esquema de ação da troca, exige dos homens concentrar sua capacidade racional para o cálculo egocêntrico de eventos dos quais pode ser tirado proveito.

É essa idéia de uma patologia social da razão que explica agora onde pode ser usado o procedimento de interpretação pelo tipo ideal dentro da análise do capitalismo de Adorno (cf. Honneth, 2004). A re-naturalização das condições sociais, mais precisamente aquela reificação que consiste na erradicação dos nossos dons de imitação, proíbe ter um acesso interno para o domínio de fenômenos do social, visto da perspectiva de participantes. O pesquisador deve, pelo contrário, se contentar com a perspectiva do observador: o mundo social lhe aparece como um contexto de acontecimentos sem sentido, habitado por sujeitos isolados que são ocupados em fazer cálculos em prol dos seus benefícios pessoais. Entretanto, o pesquisador sabe também atribuir ao acontecimento alheio o devido significado histórico e até objetivo, uma vez que ele tem conhecimento das razões sociais do processo de retrocesso do social; por isso, ele vai se esforçar a procurar um método apto a ilustrar, de maneira nítida, o sentido objetivo dos processos de ações sociais. Eis a tarefa das construções feitas através do tipo ideal em Adorno: através do aumento conceitual de certos elementos da realidade social, devem ser criadas figuras nas quais se reflete, de maneira exemplar, a patologia da razão que foi provocada pela troca generalizada de mercadorias. Adorno

desenvolve esse programa nos seus escritos sob o título de fisionomia de uma forma de vida capitalista.

II

Tendo em vista o que foi dito até agora, aquilo que em contextos de teoria social na obra de Adorno é chamado, muitas vezes, o resultado de uma espécie de “arte do exagero” (Van der Brink, 1997) deve-se apenas à conceituação do tipo ideal. Certos traços de uma realidade dada são agrupados novamente e estilisticamente resumidos para chegar a uma representação nítida da patologia social da razão. Até a idéia de que tais construções conceituais são “interpretações”, ou, mais precisamente, uma forma específica de compreensão, recebe, nesse contexto, um sentido preciso: pois, uma vez realizada uma certa “figura” com a sua respectiva função de exemplificação, se consegue, ao mesmo tempo, uma interpretação, pois todo um conjunto de práticas, atitudes ou regulamentos está sendo identificado como sintoma de um processo fracassado de formação cultural. Cada um dos conceitos que se encontram, em forma de leitmotiv, na análise do capitalismo de Adorno, mostra esse caráter interpretativo: sempre se reúne um grande número de fenômenos sociais para uma unidade fechada, uma “figura”. Essa figura pode mostrar, através de agrupamentos novos, que aqueles fenômenos servem como indicadores de uma deformação da nossa capacidade racional original. A análise do capitalismo de Adorno é, no seu fundamento, e igualmente na sua execução, uma hermenêutica profunda da patologia social da razão. Os modelos de comportamento, uma vez purificados e aumentados pela aplicação do tipo ideal e que demonstrem uma maneira de agir unicamente orientada para o valor de troca, devem explicitar a extensão do uso puramente instrumental e egocêntrico das nossas capacidades racionais como conseqüência obrigatória da forma capitalista de viver. Em relação a essa ligação extremamente estreita entre a análise da sociedade e a diagnose da razão, a teoria do capitalismo de Adorno pode ser considerada única.

De outro lado, essa caracterização não dá uma explicação de porquê o próprio Adorno, finalmente, não tenha entendido a sua análise do capitalismo como uma hermenêutica, mas como uma fisionomia da nossa forma de vida. Os conceitos de “fisionomia” ou “fisionômico” podem ser encontrados em muitos lugares da sua obra. Eles aparecem em passagens importantes das interpretações de obras literárias; marcam, de maneira significativa, as análises da música, mas aparecem também regularmente nos escritos sociológicos (Adorno, 1998i, p. 279; 1998j, p. 517; 1998k, p. 193; 198l, p. 194). Num primeiro momento, essas categorias não vão além do que já foi explicitado através dos conceitos de “hermenêutica profunda”, “objetiva”, “materialista”. Assim, a análise do capitalismo de Adorno consiste principalmente na tentativa, através de construções ideal-típicas das aparências superficiais da nossa forma de viver, em deduzir a

deformação social de nossas capacidades racionais. Entretanto, o conceito de “fisionomia” possui um significado a mais, que vai além do já descrito. Está ligado à convicção de que a capacidade intelectual se reflete, também, na natureza física do homem: os seus gestos, a sua mímica e mesmo a maneira como ele se comporta no seu ambiente são tanto a expressão do perfil específico das suas atividades racionais, quanto representam formas de reação às pressões da natureza. Como a natureza e a mente são de tal maneira interligadas, é preciso, segundo Adorno, estender a análise da sociedade para além do seu âmbito tradicional; não só manifestações lingüísticas ou textos escritos, mas a representação física da forma de viver na sua totalidade tem que ser o objeto daquela interpretação através do tipo ideal, que pretende encontrar, a partir da aparência superficial, os traços determinantes da deformação da nossa razão. Portanto, seria errado limitar a análise da sociedade de Adorno simplesmente aos seus escritos sociológicos no sentido estreito. A diagnose da repetição do ornamento na arquitetura (Adorno, 1998c) faz tanto parte disso quanto as observações de empobrecimentos gestuais na *Minima Moralia* (2003, § 18 e 19). Como o fisionomista tradicional, através de um molde padronizador dos traços faciais tirou conclusões referentes aos traços dominantes do seu caráter, o analista da sociedade tem que começar com a superfície física da vida social, para poder, através de construções usando o tipo ideal, salientar “figuras” que permitam conclusões sobre o caráter de nossa forma de vida.

De fato, a intenção de compor as conceituações do tipo ideal de tal maneira que esses fenômenos superestilizados sempre demonstrem o estado deformado da nossa razão, era muito mais importante para Adorno na sua análise do capitalismo do que esse traço “fisionômico”. Todas as categorias fundamentais que Adorno usa nos seus escritos sobre conceitos centrais de estrutura (capitalismo, troca, utilidade) são construídas de tal maneira que o tipo de junção dos elementos isolados deixa reconhecer cada vez, na sua aparência, em que medida a razão imitativa ficou impossibilitada. Provavelmente, a análise do capitalismo de Adorno consiste em nada mais do que na tentativa de criar toda uma rede de categorias tipos ideais que, na sua interação, possam ilustrar, seguindo Weber, “uma idéia da cultura capitalista”. Os conceitos de “organização” e de “narcisismo coletivo” podem explicitar como Adorno consegue estender as suas categorias chave até chegar ao diagnóstico da razão.

Em relação à construção do conceito de “organização”, que ocupa uma posição chave nas categorias entrelaçadas da análise do capitalismo de Adorno, um traço ao qual, até agora, não foi dada muita importância, chama a atenção, num primeiro momento: os fenômenos parciais reunidos na “figura” do tipo ideal são introduzidos para ilustrar uma experiência do caráter irredutivelmente histórico porque eles somente são relevantes para o tempo presente. O analista da sociedade, quando enxerga as relações naturais do capitalismo, não está a tal

ponto alheado da sua sociedade que não possa conhecer os seus estados e expectativas historicamente definidos. Pelo contrário, uma experiência inicial que pode ter uma explicação puramente histórica faz parte dos diagnósticos que precisam ser colecionados para explicitar a patologia social. No caso da “organização”, Adorno começa a construir o conceito com a observação de que hoje “o controle por organizações de cada vez mais esferas da vida” (Adorno, 1998d) causa uma sensação de impotência, principalmente pelo fato de que entra em colisão com a expectativa de liberdade historicamente formada. Somente numa época sociológica na qual “o potencial” de autonomia individual ficou “visível” de um modo geral (Adorno, 1998d, p. 443), como é dito em concordância quase literal com Hegel, a expansão de organizações burocráticas pode ser acompanhada de uma sensação crescente de impotência. Contudo, duas tendências de desenvolvimento de organizações modernas que, desde já, só podem ser explicadas por conceitos da teoria racional, contribuem para essa sensação difusa que tem que ser integrada como fenômeno importante na construção do tipo ideal. Por um lado, o objetivo racional a ser realizado através da criação de uma organização técnica “pragmática” (Adorno, 1998d, p. 441) “criada conscientemente” se tornou, pelo mero “funcionamento”, cada vez menos óbvio, até finalmente afastar-se da sua “base de legitimação” (ibid., p. 442). Hoje a organização, que era uma ferramenta instrumental, ganhou uma finalidade própria e não permite que os sujeitos tenham a chance de influenciá-la ou dirigi-la. (ibid., p. 442). Mas somente o reverso desse processo leva Adorno àquela conclusão que ele coloca no centro da sua formação de categorias, através da qual ele completa a ponte para o diagnóstico da razão: dentro de organizações, quanto mais o fim tem se tornado independente e tem funcionado meramente pela rotina, tanto mais nitidamente aumenta a tendência de excluir, de maneira arbitrária, grupos determinados. Adorno diz:

Principalmente as organizações onipresentes possuem, paradoxalmente, a qualidade da exclusão e do particular (...). O fato de poder ser excluído de uma organização faz tanto parte do conceito ‘organização’ quanto o procedimento da exclusão carrega as marcas da dominação pela opinião do grupo (1998d, p. 442).

A segunda metade desta frase explica porque a “arbitrariedade administrativa em relação ao que é regular” deve representar um sintoma da razão deformada; pois, segundo Adorno, a exclusão é baseada no princípio de se fechar contra aquilo que “não corresponde com a opinião do grupo dominante” (1998d, p. 442). A tendência de excluir exatamente o não igual é o ponto de fuga que permite a Adorno apontar a sua construção da categoria de “organização” para um diagnóstico da razão: a incapacidade de imitar o que, inicialmente, é estranho e, assim, abdicar do seu ponto de vista próprio e particular, marca

exatamente a distância da razão dominante, instrumental em relação ao seu potencial original. Portanto, Adorno agrupa no seu conceito de organização os três fenômenos numa única figura: a impotência onipresente, a transformação dos meios em fins em si mesmo e a tendência crescente da exclusão arbitrária do “não igual”. Essa figura deve demonstrar em qual medida nossa forma atual de vida é dependente de uma deformação patológica da razão.

As categorias da psicologia social de Adorno mostram de maneira mais clara ainda a sua intenção de usar a análise do capitalismo como diagnóstico da razão, através da aplicação do tipo ideal. Todos os conceitos centrais, baseados na psicanálise de Freud, são construídos de maneira a reunir vários tipos de comportamento e traços de caráter num único tipo, para demonstrar que a regressão causada pela pressão econômica tem diminuído a capacidade de aceitar uma perspectiva alheia. Isto pode ser explicitado através do conceito de “narcisismo coletivo”, que tem um papel importante na psicologia social tardia de Adorno (1998e, p. 434-439). Assim como para o conceito de “organização”, Adorno tem de novo o fenômeno de uma simples sensação como ponto de partida, que ele caracteriza, de novo, com expressões como “impossibilidade de agir” e “impotência” (1998e, p. 438). No contexto do “narcisismo coletivo”, é explicitado de maneira mais concisa do que em outros lugares da sua obra que essa sensação difusa nasce da experiência concreta de uma perda real de autonomia: a miséria notável do “desemprego tecnológico”, como é dito nas “Observações sobre Política e a Neurose”, “a impossibilidade econômica de vencer na vida a partir da sua própria força” (Adorno, 1998e, p. 438), juntamente com a sensação crescente de “sentir-se inútil na estrutura atual da sociedade” (1998d, p. 446), levam, no conjunto, à sensação de impotência individual dentro da massa. Enquanto a sensação coletiva é o primeiro fenômeno que é integrado no conceito de “narcisismo coletivo”, o segundo fenômeno vem do diagnóstico da psicologia social de que, hoje, durante o processo de socialização na primeira fase infantil, a formação de uma ligação constante se realiza cada vez com menos sucesso: a energia libidínica, em vez de orientar-se em direção ao “amor para outras pessoas”, é direcionada “ao próprio ego” (Adorno, 1998e, p. 437). Independentemente da aceitabilidade empírica desta componente conceitual – provavelmente cabem aqui sérias dúvidas –, para Adorno ela é a ligação necessária, até causal, entre o fenômeno inicial e o terceiro elemento da sua categoria psicológico-social: como o próprio ego, no processo de formação, se sente demasiadamente fraco e impotente, o indivíduo procura uma “compensação” narcísica “numa formação coletiva onipotente, inchada e, ao mesmo tempo, profundamente parecida com a fraqueza do próprio ego” (1998e, p. 437). Logicamente, neste último fenômeno Adorno não pensa somente na submissão a um líder autoritário de um movimento totalitário, mas, de maneira mais geral, na identificação obstinada com um “in-group” (Adorno, 1998e, p. 436). Mais

uma vez, no conceito de “narcisismo coletivo” os fenômenos parciais são colocados de tal maneira que a “figura total” completa demonstra a ligação intrínseca entre esquemas determinados de comportamento e a deformação da nossa razão: a tendência de “não sentir afeição” em relação a outras pessoas e manter-se intransigente em relação ao esquema de convicção do próprio grupo é, na forma do narcisismo coletivo, a expressão da regressão da razão imitadora.

Talvez seja uma tarefa fácil explicitar também para os outros conceitos chave da análise do capitalismo, em que sentido eles representam construções ideal-típicas que servem para demonstrar a patologia social da nossa razão. Tanto o conceito de “indústria cultural” (Adorno, 1998f), quanto aquele de “semi-instrução” (Adorno, 1998g), por exemplo, são concebidos de tal maneira que os fenômenos resumidos embaixo deles aparecem no último ponto da construção como expressões da impossibilidade de demonstrar um comportamento imitativo. As figuras ideal-típicas são sempre concebidas de tal forma que possam ser usadas como norteadores para a formação de hipóteses empíricas. Mas, em vez de ocupar-me com mais exemplos para isso, pretendo, no último passo, investigar brevemente a questão de como Adorno ligou o seu procedimento usando o tipo ideal com o índice de um potencial de resistência inalterável.

III

Adorno nunca perdeu de vista a questão de se a patologia das nossas condições de vida, esclarecida através de seu procedimento de construção, pode ser superada, apesar de toda limitação da razão. É verdade que ele sempre teve muitas dúvidas em relação a qualquer tipo de especulação sobre forças de mudança ligadas à história real, porque ele viu que todas as formas de práxis estavam, até um certo ponto, contaminadas por atitudes instrumentais (Adorno, 1998h). A categoria “contexto de ilusão”, que ocupa um papel central na sua obra, salienta essa dúvida. No entanto, em quase todos os seus escritos encontram-se trechos que demonstram a confiança em que os sujeitos, de maneira inexplicável, podem se dar conta do fato de que a sua capacidade de raciocinar foi deformada. A chave dessa confiança na possibilidade básica de poder enxergar a “reificação” se encontra na categoria de Adorno do “sofrimento”. O conceito de “sofrimento” usado por Adorno não se refere a uma constatação de uma experiência explícita, articulada pela fala; pelo contrário, a sua presença se pressupõe de maneira “transcendental” em todas as partes onde existe a suposição justificada de que as pessoas, pela limitação das suas capacidades racionais, têm que sofrer uma redução na sua auto-realização e na sua felicidade. A antropologia implícita no ensino de Freud influenciou Adorno em relação à idéia de que toda perda de nossos potenciais racionais causa, de maneira objetiva, sofrimento psíquico; ambos têm a convicção de que nós humanos temos a disposição de reagir à inibição da racionalidade com uma sensação somática de sofrimento (cf. Honneth, 2004).

Nessas sensações que, por serem sensações inconscientes ou “impulsos”, possuem um fraco teor cognitivo, se apóia a confiança de Adorno de que os sujeitos sejam capazes de registrar as falhas causadas pela forma capitalista de viver.

Apesar de existir em muitos trechos dos escritos de Adorno indicações sobre o fato de que impulsos de sofrimento são inevitáveis, não se encontra nenhuma justificativa explícita dessa idéia, nem a sua revalidação normativa ou no âmbito da crítica social. Por isso, precisa-se de uma interpretação complementar para unir posteriormente os argumentos capazes de justificar o papel que o conceito de sofrimento tem sistematicamente dentro da análise do capitalismo de Adorno. Por isso, recomenda-se colocar em jogo, sucessivamente, condições cada vez mais complexas, até que se torne finalmente visível a suposta conexão entre os impulsos de sofrimento e a resistência.

As figuras do tipo ideal da análise do capitalismo de Adorno são regularmente interrompidas por alusões a reações de sofrimento dos sujeitos; parece até, segundo a interpretação apresentada até agora, que tais alusões fazem parte do teor dos fenômenos assim construídos; parece que, para Adorno, uma representação da forma de viver capitalista, através do tipo ideal, não é possível sem a integração de tais impulsos de sofrimento. Este fato significa, metodologicamente, que Adorno, na montagem dos agrupamentos dos respectivos fenômenos, quer prevenir a impressão de que a organização capitalista da vida possa se desfechar alguma vez em uma conexão de funções que se reproduz sem problemas. O fato de que, para certas manifestações capitalistas, o seu funcionamento é tão “típico” quanto o sofrimento que elas causam, deve, pelo contrário, comprovar que, obrigatoriamente, a reprodução da sociedade provoca sempre reações de defesa e de mal estar. Para poder passar desse diagnóstico para a afirmação da resistência dos sujeitos, Adorno tem que carregar o seu conceito de “impulso de sofrimento” com significados suplementares que não fazem parte do uso comum da língua, pois tais impulsos têm que ter a possibilidade de mostrar que possuem um teor cognitivo cujo núcleo consiste na intenção ou no desejo de superar as atuais condições patológicas de vida. Tenho a convicção de que Adorno faz um tal enriquecimento do seu conceito de “sofrimento” pela atribuição imperceptível de componentes da psicanálise de Freud: o sofrimento como impulso de reação dos sujeitos às condições de vida capitalistas se transforma, graças a esse enriquecimento categorial, no desejo pré-reflexivo de liberar-se das condições que limitam a capacidade de imitar, inerente à nossa razão.

Adorno tem que aplicar dois aprofundamentos do significado do conceito de “sofrimento”, analiticamente separados, para conseguir tal conclusão. Num primeiro momento, ele está obrigado a atribuir às reações de impulsos que ele designa como sofrimento, um teor cognitivo que possibilite a percepção de uma limitação da razão. Como os sintomas neuróticos na obra de Freud, tais impulsos

de sofrimento têm que incluir uma consciência pré-reflexiva, uma sensação de que a execução da razão está sendo impedida ou bloqueada (Freud, 1969). Adorno exprime esse primeiro passo na constatação de que cada impulso corporal possui uma “forma de reflexão interna”: “o momento físico [do sofrimento] informa à consciência que o sofrimento não deveria existir, que a situação deveria tornar-se diferente” (Adorno, 1983, p. 203). Neste enunciado já foi antecipado o segundo passo que Adorno fez, provavelmente, para poder criar uma ligação imanente entre “impulsos de sofrimento” e a resistência subjetiva: a sensação de sofrimento não deve só, de maneira rudimentar, incluir a consciência de que o próprio potencial de razão não possa ser desenvolvido na sua totalidade, mas deve também conter o desejo de ser liberado dessa sensação de deformação. Adorno se acosta aqui, de novo, em Freud quando aceita a idéia de que o sofrimento neurótico motiva “a necessidade de cura” (Freud, 1972, p. 107). Transposto ao sistema de referência de críticas do capitalismo, no qual Adorno fala do “sofrimento” dos sujeitos, esse pensamento traz a conclusão de que as sensações negativas de uma deformação da razão levam sempre ao desejo de uma libertação das patologias sociais; neste sentido, para falar de maneira concisa, os impulsos de sofrimento garantem uma resistência dos sujeitos contra as exigências instrumentais da forma capitalista de viver.

No entanto, é provável que Adorno levante uma outra idéia que sempre aparece quando ele fala, de maneira enfática, da infância. Como já foi dito anteriormente, na visão de Adorno, a razão humana se forma através da imitação de pessoas queridas. Apenas a assimilação mimética da perspectiva do outro dá à criança pequena a chance de descentralizar a sua própria perspectiva de tal maneira que possa chegar a um julgamento harmônico, e por isso racional, dos fatos. Adorno parece suspeitar que essas experiências da pequena infância, que formam nosso pensamento pelo amor, conseguem sobreviver como traços de memória, mesmo ao processo de instrumentalização forçada da nossa mente. Até o adulto, que tem um comportamento de absoluta conformidade em relação às obrigações instrumentais da forma capitalista de viver, guarda uma lembrança fraca da origem do seu pensamento nos momentos precoces de empatia e de afeição. É neste resíduo de experiência, no qual Adorno, em vários trechos, baseia a sua esperança de que os sujeitos, apesar de todos os seus deslumbramentos, continuem guardando um interesse pela libertação de sua razão. A lembrança da infância, apesar das execuções instrumentais da vida, acende sempre o desejo de libertar-se das limitações sociais impostas à nossa mente. Caso esse seja o pensamento determinante que se esconde atrás da esperança temerosa de Adorno, a sua fisionomia da forma capitalista de viver seria ancorada numa imagem normativa da infância (Adorno, 2003, § 2, § 72, § 79, § 146).

Referências

- ADORNO, Theodor W. (1983). *Negative Dialectics*. New York: Continuum.
- ADORNO, Theodor W. (1998a). Spatskapitalismus oder Industriegesellschaft, in: *Gesammelte Schriften*, vol.8, Frankfurt/Main, pp. 354-370.
- ADORNO, Theodor W. (1998b). Die Aktualität der Philosophie *Philosophische Frühschriften, Gesammelte Schriften 1* Frankfurt /Main, pp.325-344. English version: "The Actuality of Philosophy", in *The Adorno Reader*, Oxford: Blackwell, 2000.
- ADORNO, Theodor W. (1998c). Funktionalismus heute in: id. *Kulturkritik und Gesellschaft I, Gesammelte Schriften 12/I*, Frankfurt/Main, pp. 375-395.
- ADORNO, Theodor W. (1998d). Individuum und Organisation in: id. *Soziologische Schriften 1, Gesammelte Schriften 8*, Frankfurt/Main, pp. 440-456.
- ADORNO, Theodor W. (1998e). Bemerkung über Politik e Neurose, *Soziologische Schriften 1, Gesammelte Schriften 8*, Frankfurt/Main.
- ADORNO, Theodor W. (1998f). Resume sobre Kulturindustrie, *Gesammelte Schriften 10*, pp. 337-345, Frankfurt/Main, pp. 434-439.
- ADORNO, Theodor W. (1998g). Theorie der Halbbildung, in: *Soziologische Schriften 1, Gesammelte Schriften 8*, Frankfurt/Main, pp. 93-121.
- ADORNO, Theodor W. (1998h). Marginalen zu Theorie und Praxis, in: *Gesammelte Schriften 10*, Frankfurt/Main, pp. 759-782.
- ADORNO, Theodor W. (1998i). Aufzeichnungen zu Kafka, in: *Gesammelte Schriften*, vol.10.
- ADORNO, Theodor W. (1998j). Karl Korn. Sprache in der verwalteten Welt, *Gesammelte Schriften, vol. 20*.
- ADORNO, Theodor W. (1998k). Mahler. Eine musikalische Physiognomik, in: *Gesammelte Schriften*, vol. 13.
- ADORNO, Theodor W. (1981). Anmerkung zum sozialen Konflikt heute in: *Gesammelte Schriften*, vol.8.
- ADORNO, Theodor W. (2003). *Minima Moralia: Reflexionen aus dem beschädigten leben*. Frankfurt: Suhrkamp.
- BENJAMIN, Walter. (1977). Über das Programm einer kommenden Philosophie, em Id. *Gesammelte Schriften*, vol. II, Frankfurt /Main 1977, pp. 157-179.
- BENJAMIN, Walter. (1974). Charles Baudelaire. Ein Lyriker im Zeitalter des Hochkapitalismus, in: *Gesammelte Schriften*, Bd. I, 1, pp. 509-690
- DORNES, Martin. (2005). Die intersubjektiven Ursprünge das Denkens, in: *Westend. Neue Zeitschrift für Sozialforschung*, 1/2005.
- FREUD, S. (1969). Zur Einleitung der Behandlung in: *Gesammelte Werke*, vol.VIII, Frankfurt/M (5ª ed.) pp. 454-478.
- FREUD, S. (1972). *Abriss der Psychoanalyse* in: *Gesammelte Werke*, vol.XVIII, Frankfurt/M, 1972, (5ª ed.) pp. 63-138.
- HABERMAS, Jürgen. (1981). Walter Benjamin. Bewußtmachende oder rettende Kritik, in: ders., *Philosophisch-politische Profile*, Frankfurt/M. 1981 (3. erweiterte Auflage), pp. 336-376.
- HEINRICH, Dieter. (1952). *Die Einbeit der Wissenschaftslehre Max Webers*, Tübingen.
- HOBSON, Peter (2003). *Wie wir denken lernen*. Düsseldorf e Zurique 2003.
- HONNETH, Axel. (1989). *Kritik der Macht. Reflexions-stufen einer kritischen Gesellschaftstheorie*, Frankfurt/Main 1989, 2ª ed.

- HONNETH, Axel. (1999). Kommunikative Erschließung der Vergangenheit. Zum Zusammenhang von Anthropologie und Geschichtsphilosophie bei Walter Benjamin, in: ders., *Die zerrissene Welt des Sozialen* (erweiterte Neuauflage), Frankfurt/Main, S. 93-113.
- HONNETH, Axel. (2004). Eine soziale Pathologie der Vernunft. Zur intellektuellen Erbschaft des Kritischen Theorie in: Christoph Halbig/Michael Quante (orgs.), *Axel Honneth: Sozialphilosophie zwischen Kritik und Anerkennung*, Münster, pp. 9-32.
- JAY, Martin V. (1984). Georg Lukács and the Origins of the Western Marxist Paradigm, JAY, Martin. *Marxism and Totality*, Cambridge/UK, pp. 81-127.
- LUKÁCS, Georg. (1968). Die Verdinglichung und das Bewusstsein des Proletariats (A objetivação e a consciência do proletariado) em: Georg Lukács: *Werke* (Obras), vol. 2, Neuwied e Berlin, p. 257-397.
- SCHMID, Michael. (1994). Idealisierung und Idealtypus. Zur Logik der Typenbildung bei Max Weber, in WAGNER, Gerhard E ZIPPRIAN, Heinz (orgs.), *Max Webers Wissenschaftslehre Interpretation und Kritik*. Frankfurt: Suhrkamp.
- TOMASELLO, Michel. (2002). *Die kulturelle Entwicklung des menschlichen Denkens*, Frankfurt/Main.
- VAN DER BRINK, Bert. Gesellschaftstheorie und Übertreibungskunst. Für eine alternative Leseart der Dialektik der Aufklärung, in: *Neue Rundschau*, I, 1997, pp. 27 – 59.
- WEBER, Max. (1968). “Objectivity in Social Science”, in *The Methodology of the Social Sciences*. New York: Free Press. “Die ‘Objektivität’ sozialwissenschaftler und sozialpolitischer Erkenntnis” in: Max Weber: *Gesammelte Aufsätze zur Wirtschaftslehre* (3^a. ed.), Tübingen, 1968, pp. 146-214.

RESUMO

O capitalismo como forma de vida fracassada: esboço sobre a teoria da sociedade de Adorno

O objetivo desse trabalho é reconstruir sucessivamente três camadas da teoria social de Theodor Adorno, numa tentativa de validar a sua análise do capitalismo para o tempo presente. Primeiro, a patogênese do mundo burguês, que deve quase tudo à análise da reificação de Georg Lukács, é reconstruída. Segundo, os tratados sociológicos de Adorno são interpretados como contribuições para uma “fisionomia” da realidade social. Através desse conceito, Adorno torna compreensível até a maneira corporal e gestual da forma de vida capitalista. Terceiro, e finalmente, a análise da sociedade de Adorno é interpretada em termos da tarefa de manter a consciência viva da possibilidade de transformação da realidade paralisada e reificada. Para Adorno, a construção do modelo do real é sempre seguida pela exigência da sua transformação.

Palavras-chave: Theodor Adorno; teoria crítica; “figura”

ABSTRACT

Capitalism as a failed form of life: sketch of Adorno's theory of society

The objective of this article is to reconstruct successively three levels of Theodor Adorno's social theory in an attempt to validate the contemporary relevance of its analysis of capitalism. Firstly the pathogenesis of the bourgeois world, which owes nearly all to Georg Lukac's analysis of reification, is reconstructed. Second, Adorno's sociological works are interpreted as contributions to a "physiomy" of social reality. By means of this concept Adorno interprets the corporal and gestural aspects of the capitalist life form. Thirdly and finally Adorno's analysis of society is interpreted in terms of the objective of maintaining alive the possibility of transforming a paralysed and reified reality. For Adorno the construction of a model of the real is always followed by the demand for its transformation.

Keywords: Theodor Adorno; critical theory; "figure"

Recebido para apreciação: outubro de 2005

Aprovado para publicação: fevereiro de 2006

O CONCEITO DE BIOPODER HOJE*

Paul Rabinow

Nikolas Rose

Questão: Não é lógico, dadas estas preocupações, que você deveria estar escrevendo uma genealogia do biopoder?

Michel Foucault: Eu não tenho tempo para isso agora, mas isso poderia ser feito. Na verdade, eu tenho que fazer isso.

(Michel Foucault, 1984, p. 344)

O que é *biopoder*? Em um livro ostensivamente devotado à história da sexualidade, *La volonté du savoir*, publicado em 1976, Michel Foucault incluiu seis páginas altamente provocativas sobre este tema em um capítulo intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”. Por um longo período de tempo, afirmou ele, um dos privilégios do poder soberano era o direito de decidir sobre a vida e a morte; um direito que, na era clássica, tinha se restringido a ocasiões em que o próprio soberano estava sob ameaça de inimigos internos e externos. Essa era a forma jurídica do poder soberano: o direito de um governante de confiscar as coisas, o tempo, os corpos, e em última instância a vida dos sujeitos. Era o modelo de poder que era codificado e generalizado na filosofia política clássica – um modelo que permaneceu essencialmente inalterado quando a “cabeça do rei” foi deslocada do soberano para o Estado. Porém, argumentava Foucault, desde a era clássica a dedução havia se tornado meramente um elemento em uma variedade de mecanismos atuando para gerar, incitar, reforçar, controlar, monitorar, otimizar e organizar as forças sob ela. Ao passo que as guerras externas eram mais sangrentas que nunca, e os regimes implementaram o holocausto sobre suas próprias populações, Foucault não considerava que estas guerras eram declaradas em nome do soberano, mas em nome da existência de todos:

...populações inteiras são mobilizadas para o interesse do massacre total em nome das necessidades da vida (...). É como administradores da vida e da sobrevivência, dos corpos e da raça, que tais regimes têm sido capazes de declarar tantas guerras, fazendo com que tantos homens sejam mortos (Foucault, 1978, p. 137).

* Artigo a ser publicado, sob o título “Thoughts on the Concept of Biopower Today”, em *Bio.Societies*, Volume 1, Number 2, May 2006. Tradução: Aécio Amaral Jr.

O poder, afirma Foucault, está agora situado e exercido ao nível da vida.

Foucault prometeu dar mais substância a suas amplas generalizações em um dos seis volumes propostos da história da sexualidade, cujos títulos aparecem no contra-capítulo do livro. Tal promessa não foi cumprida, embora ele tenha dedicado um número de suas aulas de 1976 a este tema. No entanto, ele propôs um modelo mais simples e um diagrama bipolar – agora familiar – do poder sobre a vida. Nesse diagrama, um pólo do biopoder foca em uma anatomopolítica do corpo humano, buscando maximizar suas forças e integrá-lo em sistemas eficientes. O segundo pólo consiste em controles reguladores, uma biopolítica da população, enfocando nas espécies do corpo, o corpo imbuído com os mecanismos da vida: nascimento, morbidade, mortalidade, longevidade etc. Ele afirma que essa tecnologia bipolar, que começa a ser desenvolvida no século XII, busca “investir na vida em todas as suas dimensões” (Foucault, 1978, p. 139). E, no século XIX, afirma Foucault, estes dois pólos foram unificados dentro de uma série de “grandes tecnologias de poder”, das quais a sexualidade era apenas uma. Estabelecendo-se de tal maneira, novos tipos de disputa política puderam emergir, nos quais “a vida como um objeto político” se voltava contra os controles exercidos sobre ela, em nome das reivindicações de um “direito” à vida, ao próprio corpo, à saúde, à satisfação das necessidades.

Neste nível mais geral, então, o conceito de ‘biopoder’ serve para trazer à tona um campo composto por tentativas mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana. As características vitais dos seres humanos, seres vivos que nascem, crescem, habitam um corpo que pode ser treinado e aumentado, e por fim adoecem e morrem. E as características vitais das coletividades ou populações compostas de tais seres vivos. E, enquanto Foucault é de algum modo impreciso em seu uso dos termos no campo do biopoder, podemos usar o termo ‘biopolítica’ para abarcar todas as estratégias específicas e contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes.

Mais de um quarto de século depois da introdução deste conceito, no limiar de nosso ‘século biológico’, este campo contestado de problemas e estratégias está mais crucial e enigmático do que nunca¹. Contudo, surpreendentemente poucos trabalhos têm sido feitos para desenvolver as sugestões esboçadas por Foucault em uma rede de ferramentas operacionais para a pesquisa

¹ Sydney Brenner está entre aqueles que têm examinado fatores chave de nosso ‘século biológico’; ver, por exemplo, Brenner, S. (2000). “Genomics – The end of the beginning”. *Science*, 287(5461): 2173-2174. Gilles Deleuze, em seu *Foucault* (1988), traz um apêndice provocativo em que ele fala sobre o futuro do biopoder.

crítica. O termo *biopoder* é mais comumente tomado para se referir à geração de energia do material biológico renovável. O termo *biopolítica* tem sido usado por defensores de uma série de causas ambientais e ecológicas². Entretanto, sentimos que os conceitos foucauldianos de biopoder e biopolítica mantêm consideráveis utilidades analíticas. Como um primeiro passo na direção de alguma clarificação conceitual, e tomando por base nosso trabalho prévio nessa área, propomos que o conceito de biopoder designa um plano de atualidade que deve incluir, no mínimo, os seguintes elementos (Rabinow, 1994; 1996; 1999; Rose, 2001; 2006):

- Um ou mais discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade. Estes discursos de verdade não podem ser ‘biológicos’ no sentido contemporâneo da disciplina; por exemplo, eles podem hibridizar os estilos biológico e demográfico ou mesmo sociológico de pensamento, como nas relações contemporâneas de genômica e risco, unificadas na nova linguagem de suscetibilidade;
- Estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte, inicialmente endereçadas a populações que poderiam ou não ser territorializadas em termos de nação, sociedade ou comunidades pré-dadas, mas que também poderiam ser especificadas em termos de coletividades biossociais emergentes, algumas vezes especificadas em termos de categorias de raça, etnicidade, gênero ou religião, como nas formas recentemente surgidas de cidadania genética ou biológica;
- Modos de subjetivação, através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do self, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo – Rabinow tem examinado a formação de novas coletividades em termos de ‘biossocialidade’, e Rose tem examinado a formação de tipos de sujeito em termos de ‘individualidade somática’.

² Por exemplo, a Biopolitics International Organization, com sede na Grécia, que enfoca a proteção ambiental, enquanto em *Christian Biopolitics: A Credo & Strategy for the Future*, Kenneth Cauthen (1971) busca criar “uma nova consciência emergente entre muitos sonhadores e praticantes em potencial nas igrejas, que podem nos fornecer as visões e os valores de que precisamos para promover um movimento em direção a uma comunidade mundial ecologicamente perfeita, plena de justiça e felicidade, na qual a espécie humana pode não apenas sobreviver, mas envolver-se em novas e excitantes aventuras de prazer físico e espiritual”.

Os limites do biopoder

Estruturamos nossa especificação inicial nesses termos limitados, particularmente em resposta à maneira com a qual os termos ‘biopoder’ e ‘biopolítica’ têm sido utilizados por dois dos principais filósofos contemporâneos, Giorgio Agamben e Antonio Negri. Agamben e Negri tornaram esses termos centrais em suas respectivas análises críticas da política contemporânea. Suas obras têm exercido um significativo impacto sobre o pensamento social e político, especialmente nos Estados Unidos. O que parece atrair muitos é a generalidade de suas assertivas para caracterizar a natureza e a essência da época atual. Estes autores sugerem que o biopoder contemporâneo toma a forma de uma política que é fundamentalmente dependente da dominação, exploração, expropriação e em alguns casos da eliminação da existência vital de alguns ou de todos os sujeitos sobre quem ele é exercido. No seu dizer, o biopoder contemporâneo é uma forma de poder que em última instância repousa sobre o poder de alguns de ameaçar a morte de outros. Contudo, consideramos equivocado o emprego atual desses termos filosóficos; é relevante considerá-los em maiores detalhes a fim de aproveitá-los para nossa própria abordagem³.

Império

Para Hardt e Negri, em *Império* (2000), o biopoder é um termo totalizante – serve para assegurar uma forma global de dominação que eles designam ‘Império’. Trata-se de uma leitura neo-marxista: sua primeira premissa é que a atuação do poder deveria ser entendida como a extração de alguns tipos de ‘mais-valia’ da vida humana, da qual o Império depende. Eis o que eles querem dizer quando asseveram que toda a política contemporânea é biopolítica: é uma “forma de poder que regula a vida social a partir de seu interior” (Hardt and Negri, 2000, p. 23). Além disso, eles assimilam este biopoder onipotente e persuasivo com uma idéia derivada de um ensaio pequeno e especulativo do filósofo francês Gilles Deleuze, no qual ele argumenta que passamos das “sociedades disciplinares” às “sociedades de controle” (Deleuze, 1995). Michel Foucault caracterizou as ‘sociedades disciplinares’ como aquelas nas quais o controle da inclusão e da exclusão era acompanhado por um conjunto de instituições disciplinares espalhados pelo campo social: asilos, fábricas, escolas, hospitais, universidades etc., cada uma buscando implantar um modo de conduta no corpo e sua alma correlata (Foucault, 1977). Atualmente, argumenta Deleuze, inscrito nas recentes décadas do último século, o controle não estaria confinado a estas

³ Na França a recepção a Negri foi mínima, e a Agamben se volta mais especificamente para as suas considerações em torno dos campos de concentração (cf. Mesnard, 2004).

instituições, mas seria imanente às redes flexíveis, fluidas e flutuantes da própria existência. Hardt e Negri se utilizam dessa idéia quando sugerem que a biopolítica é uma forma de poder “expressa como um controle que se estende ao longo das profundezas das consciências e dos corpos da população” (Hardt and Negri, 2000, p. 24). Eles sustentam que esse poder biopolítico é exercido em nome das corporações multi e transnacionais, que desde a segunda metade do século XX têm escolhido “biopoliticamente territórios de estrutura global” (Hardt and Negri 2000, p. 31).

O biopoder, aqui, está envolvido em uma tentativa de ressuscitar uma visão revolucionária da história, que termina com uma guinada ao Cristianismo para inspirar a resistência ao Império: Hardt e Negri citam uma lenda sobre São Francisco de Assis, que

...refutou qualquer disciplina instrumental, e ... contrapôs uma vida feliz ... à vontade do poder e da corrupção. Uma vez mais, na pós-modernidade nos encontraríamos na situação de São Francisco de Assis, contrapondo à miséria do poder a alegria do ser (Hardt and Nedgri, 2000, p. 413).

Ora, certamente concordaríamos que é necessário expandir o alcance das análises tradicionais da exploração econômica e da geopolítica a fim de apreender os modos nos quais o caráter vivente dos seres humanos, inclusive de outros seres vivos, está sendo manipulado pelo ‘biocapital’⁴. Porém, é difícil perceber que trabalho analítico pode ser feito por meio de um tal conceito ampliado de biopoder: no fim das contas, Hardt e Negri apenas fornecem uma descrição superficial de certos aspectos do presente, estruturada sobre o tipo de grande narrativa da história que outros teóricos da pós-modernidade proclamaram como uma coisa do passado. Porém, a avaliação política das formas de biopolítica é desviada, submergida sob a oposição simplista e maniqueísta de Hardt e Negri entre um Império global misterioso e uma “multidão” ainda mais fantasmagórica. Esta versão do conceito de ‘biopoder’ é bastante oposta àquela proposta por Foucault: o conceito está esvaziado de sua força crítica; ele pode descrever tudo, porém não pode analisar nada.

Seria útil lembrar que quando Foucault introduziu o termo, no final de suas aulas no *Collège de France* de 1975-6 – *Em defesa da sociedade* (2002) –, ele foi preciso quanto ao fenômeno histórico que estava buscando apreender. Ele os enumerou: taxas de natalidade e o início das políticas de intervenção sobre elas; assuntos de morbidade, nem tanto as epidemias, mas as doenças que são rotineiramente predominantes em uma população particular e sugam seu esforço exigindo intervenções em nome da higiene pública e novas medidas para

⁴Sobre o biocapital, ver Rose, 2006.

coordenar a assistência médica; os problemas da idade avançada e os acidentes a serem tratados através de mecanismos de seguridade; o problema da raça e o impacto sobre ele das condições geográficas, climáticas e ambientais, notavelmente na cidade. O conceito de biopoder é proposto depois de dez anos de pesquisa individual e coletiva em torno da genealogia do poder sobre a vida nos séculos XVIII e XIX⁵. O próprio Foucault proferiu conferências sobre as políticas de saúde no século XVIII no Japão e no Brasil; os membros de seu seminário estavam produzindo estudos históricos detalhados do papel da medicina, do planejamento das cidades, das fábricas navais reais, e uma série de outros lugares nos quais estavam sendo implementados experimentos sobre como produzir e regular formas de maximizar as habilidades dos corpos da população e do indivíduo como um objetivo do poder. O conceito de biopoder, assim como o de disciplina, não era trans-histórico ou metafórico, mas precisamente baseado numa análise histórica ou genealógica.

Devemos observar também que, para Foucault, o biopoder não emerge, ou serve para dar suporte, a um único bloco de poder, grupo dominante, ou conjunto de interesses. Embora tenha inicialmente relacionado a biopolítica a empreendimentos regulatórios dos Estados em desenvolvimento, Foucault reconheceu que “as grandes regulações que proliferaram durante o século XIX (...) também são encontradas no nível do sub-Estado, em toda uma série de institutos do sub-Estado, tais como instituições médicas, fundos de bem-estar, segurança etc (Foucault, 2002, p. 250)”. Eis o ponto no qual Foucault começou a desenvolver seu conceito de ‘governamentalidade’, um conceito cuja *rationale* era apreender o surgimento e as características de toda uma variedade de modos de problematizar e agir sobre a conduta individual e coletiva em nome de certos objetivos que não têm o Estado como sua origem ou ponto de referência. Enquanto desenvolve essa linha de pensamento concernente à multiplicidade de formas e fontes de autoridade, Foucault também se distanciou da visão de que tal poder sobre a vida é indubitavelmente prejudicial⁶. Este é também o ponto de virada que levou ao fascínio de Foucault pelos modos antigos de subjetivação e as possibilidades de liberdade. Neste contexto, vale lembrar que a medicina é talvez o lugar mais antigo onde se pode observar o jogo da verdade, do poder e da ética em relação ao sujeito, e às possibilidades de uma vida boa, ou como os gregos teriam tido, uma vida florescente.

⁵ Observemos que estas aulas foram proferidas no mesmo ano em que o primeiro volume de *História da Sexualidade* foi publicado na França, e que, afora uns poucos comentários *an passant*, Foucault nunca retornou a este tema novamente.

⁶ Ver, por exemplo, sua entrevista sobre os ‘riscos da segurança’ na seguridade social, traduzida como Foucault, M. (2000). *The risks of security. Power: Michel Foucault: The Essential Works 1954-1984*. New York, New Press, p. 365-381.

Homo Sacer

Giorgio Agamben, em uma série de livros assombrosos, identifica o Holocausto como o último exemplar do biopoder; e o biopoder como o sentido oculto de todas as formas de poder do mundo antigo até o presente, e em particular para explorar os momentos que ele denomina, depois de Carl Schmitt, ‘estados de exceção’, quando um Estado soberano declara um tempo ou um lugar onde o governo da lei pode ser suspenso em nome da auto-defesa ou da segurança nacional (Agamben, 1995, 1996, 1998, 2000a, 2000b e 2005). Há mais a ser apreendido desses estudos a respeito dos traumas profundos que marcam as histórias européias: concordamos que o Holocausto não é um momento excepcional do retorno a uma barbárie singular, e sim uma possibilidade intrínseca a todo projeto de civilização e à lei. Entretanto, Agamben fundamenta sua análise de uma maneira particular, a qual consideramos problemática. Ele sustenta que todo poder repousa em última instância sobre a capacidade de um de tomar a vida do outro – é um poder sobre a vida, fundamentado na possibilidade de reforço da morte. Agamben caracteriza este poder por referência à metáfora obscura do *homo sacer* – a enigmática figura na lei romana cujos crimes tornaram seu sacrifício impossível, mas que poderia ser morto impunemente. Como esta figura, que é reduzida do *bios* – basicamente, o modo de vida próprio a um indivíduo ou grupo em uma comunidade política – ao *zōē* – “vida nua” –, ele sugere que o nascimento do biopoder na modernidade marca o ponto no qual a vida biológica dos sujeitos entra na política e pertence inteiramente ao Estado. O último controle do Soberano ou do Estado sobre as vidas de seus sujeitos é exemplificado, para ele, nos campos de concentração, campos de trabalho e campos da morte do nazismo: os Estados soberanos dependem de sua habilidade de criar estados de exceção. Tais estados poderiam ser excepcionais, mas ainda assim são imanentes à própria modernidade – um quarto espaço acrescentado ao do Estado, da nação e da terra, no qual os habitantes são expropriados de tudo restando apenas a sua vida nua, que é colocada nas mãos do poder sem apelação. Inclusive, eles são o ‘nomos’ da modernidade: “É por isso que o campo de concentração é o verdadeiro paradigma do espaço político no momento em que a política torna-se biopolítica e o *homo sacer* é virtualmente confundido com o cidadão” (Agamben, 1998, p. 171).

Agamben leva a sério o desafio de Adorno: como é possível pensar depois de Auschwitz (Mesnard and Kahan, 2001)? Porém, por essa mesma razão, seria banalizar Auschwitz vê-lo como a possibilidade oculta em qualquer instância em que os seres vivos entrem no alcance da regulação, do controle e do governo. O poder para comandar sob ameaça da morte é exercido pelos Estados e seus subordinados em múltiplas instâncias, em formas micro e em relações geopolíticas. No entanto, isto não demonstra que esta forma de poder – comandos

reforçados pela ameaça em última instância da morte – é a garantia ou o princípio subjacente de todas as formas de biopoder nas sociedades liberais contemporâneas. Tampouco é útil utilizar este diagrama único para analisar todas as instâncias contemporâneas de tanato-política – das mortes em Ruanda à epidemia da AIDS na África. Seguramente, a essência do pensamento crítico deve ser sua habilidade em fazer distinções que possam facilitar o julgamento e a ação⁷.

O Holocausto é indubitavelmente uma configuração que o biopoder moderno pode adquirir. Os racismos permitem ao poder subdividir uma população em sub-espécies, para designá-las em termos de um substrato biológico, e para iniciar e sustentar um conjunto de relações dinâmicas nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte daqueles que são inferiores pode ser vista como algo que tornará a vida em geral mais saudável e mais pura. Conforme afirma Foucault em 1976: “...o racismo justifica a função-morte na economia do biopoder pela recorrência ao princípio de que a morte de uns torna outros biologicamente mais fortes, na medida em que estes outros são membros de uma raça ou de uma população” (Foucault, 2002, p. 258). É verdade que nesta conferência ele sugere que é a “...emergência do biopoder que inscreve [o racismo] nos mecanismos do Estado (...) como o mecanismo básico do poder, na medida em que ele é exercido em Estados modernos” (Foucault, 2002, p. 254). Porém, o regime nazista era, em sua visão, excepcional – um desenvolvimento paroxístico:

Temos, então, na sociedade nazista algo que é de fato extraordinário: trata-se de uma sociedade que generalizou o biopoder num sentido absoluto, mas que também generalizou o direito soberano para matar (...) alguém, significando não apenas outras pessoas, mas também seu próprio povo (...) uma coincidência entre um biopoder generalizado e uma ditadura que é ao mesmo tempo absoluta e retransmitida ao longo de todo o corpo social (Foucault, 2002, p. 260).

O biopoder, na forma que ele adquire sob o Nacional-Socialismo, era um misto complexo da política da vida e da política da morte: como Robert Proctor afirmou, os médicos nazistas e os ativistas da saúde declararam guerra ao tabaco, tentaram reduzir a vulnerabilidade ao amianto, se preocupavam com o uso em excesso de medicamentos e raios-X, sublinharam a importância de uma dieta livre de corantes e conservantes, fizeram campanhas pelo consumo do pão integral e comidas ricas em vitaminas e fibras, e muitos eram vegetarianos (Proctor, 1999). Mas, dentro deste complexo, o caminho para os campos da morte dependia de uma série de outras condições históricas, morais, políticas e técnicas. O Holocausto não é nem um exemplo de tanato-política, nem a obscura verdade oculta do biopoder.

⁷ Isto é algo que o próprio Agamben faz em outras oportunidades.

Soberania

A nossa crítica está relacionada a um desacordo sobre a ‘soberania’. Ao passo que Hardt e Negri diferenciam o ‘império’ das outras formas de soberania que surgiram no Estado-nação, o diagrama permanece mais ou menos inalterado: apesar de a “soberania imperial (...) não ser organizada em torno de um conflito central, mas, ao invés disso, através de uma rede flexível de microconflitos”, o Império, não obstante, acolhe em si as relações de poder que atravessam todas aquelas “contradições fugidias, proliferantes e não-localizáveis” (Hardt and Negri, 2000, p. 201). A imagem monolítica do Império funciona, assim, como uma condensação imaginária de todas aquelas relações em uma modalidade única de poder soberano, à qual só pode ser oposta uma forma radical de alteridade na forma da multidão: a multidão, portanto, é a encarnação contemporânea do regicídio que, ao eliminar o soberano, inaugurará uma época na qual o poder soberano é reapropriado pelos próprios sujeitos. Apesar de seu aparente radicalismo, os anticapitalistas fariam melhor se tivessem cautela em relação aos alicerces religiosos dessa fábula da resistência como libertação a uma terra prometida.

Para Agamben, a soberania também tem algo de uma forma sagrada: a antiga declaração ritual do *homo sacer* permanece presente hoje na capacidade do Estado soberano de estabilizar o estado de exceção, para alocar aqueles expropriados dos direitos do *bios* para aquelas zonas, e para torturar ou matar aqueles reduzidos ao status de *zōē* – vida nua – sem constrangimento legal. Porém, este poder soberano não está mais confinado àqueles que são explicitamente agentes do Estado – ele aparentemente se estende a todos aqueles que tenham autoridade sobre os aspectos da existência vital humana. Assim, Agamben afirma que o poder sobre a vida exercido hoje pelo “jurista (...) o médico, o cientista, o especialista, o padre” se origina da aliança com o Soberano que eles estabeleceram; como aqueles que povoavam uma imagem anterior de poder, os aparelhos ideológicos do Estado althusserianos, sabendo ou não, eles realizam a vontade do Soberano (Agamben, 1998, p. 122). *Homo sacer*, para Agamben, não é, portanto, um fenômeno historicamente marginal: ele demanda nossa atenção como pensadores críticos precisamente porque é o princípio ordenador das sociedades contemporâneas. Contra um tal “crescente pesadelo biopolítico” a única solução parece igualmente sagrada: não surpreende que Agamben invoque a figura de um “fim dos tempos” messiânico, tomado de Walter Benjamin, como uma via possível.

A interpretação da biopolítica contemporânea como a política de um Estado modelado sobre a figura do Soberano, e de todas as formas de autoridade biopolítica como agentes deste Soberano, é útil aos absolutismos do século XX, o nazismo e Stalin. Mas nós precisamos de uma descrição mais sofisticada do

poder e do poder soberano para analisar as racionalidades contemporâneas e as tecnologias de biopolítica. O soberano incluía, decerto, o direito de tomar a vida, mas a essência do poder soberano pré-moderno era sua natureza descontínua e esporádica – que, inclusive, era a *rationale* para seus excessos. A totalização do poder soberano como um modo de ordenamento da vida cotidiana em todos os tempos e lugares ao longo de um território seria bastante oneroso; inclusive, conforme muitos historiadores têm afirmado, a forma excessiva na qual este poder é exercido, por exemplo, em execuções públicas espetaculares e em rituais elaborados da corte jurídica, busca compensar sua natureza esporádica. Neste sentido, a soberania é precisamente um diagrama de uma forma totalizada e singular de poder, e não uma descrição de sua implementação. Certamente, algumas formas de poder colonial tentaram operacionalizá-lo, mas, diante de seus custos econômicos e governamentais, a estratégia dos estados coloniais adquiriu uma forma amplamente diferente. As duas formas megalomaniacas de Estado do século XX – a Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler – também tentaram atualizá-lo, assim como alguns outros que se seguiram a eles: a Albânia sob Hoxha, a Coreia do Norte... Mas nenhum historiador das formas pré-modernas de controle podia deixar de perceber a dependência do governo soberano de uma teia fina de convenções tradicionais, obrigações recíprocas e assim por diante – em uma palavra, uma economia moral cuja complexidade e alcance excede de longe os feitos extravagantes da soberania. O poder soberano é de uma vez e ao mesmo tempo um elemento nesta economia moral e uma tentativa de dominá-lo. Um excuro sobre a obra de Jacques Le Goff – cuja obra Foucault conhecia bem –, ou Ferdinand Braudel e todo o projeto dos *Annales*, ou, para os leitores ingleses, os escritos de Edward P. Thompson deveria ser suficiente para eliminar tais equívocos recentes (Hay, 1975; Thompson, 1975; Braudel and Labrousse, 1976; Le Goff, 1980 e 1990).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os Estados-nação começam, além dos seus teatros do poder e feitos públicos, a ser mobilizadores chave das forças internas dos seus territórios, de modo a assegurar seus objetivos de prosperidade e segurança. Porém, os Estados governamentalizados do século passado tomaram a forma que tomaram por meio da formação anterior de aparatos crescentes de coleta e problematização do conhecimento que se formaram ao lado desses aparatos, com freqüência em conflito com eles, no terreno emergente do ‘social’. Desde então, os Estados podem governar apenas por causa dos modos através dos quais conseguem conectar-se a estes aparatos, os quais têm sua própria lógica e viscosidade. Enquanto os regimes aspirarem ao liberalismo, mais tais aparatos e autoridades exercerão demandas e constrangimentos sobre os poderes centrais. Corpos não-estatais têm exercido um papel chave nas disputas e estratégias biopolíticas desde a origem do ‘social’ – organizações filantrópicas,

pesquisadores sociais, grupos de pressão, médicos, feministas e outros tipos de reformadores, todos têm operado sobre o território do biopoder.

Desde o fim da Segunda Guerra – e tomando aqui apenas o exemplo da saúde – uma variedade de agências poderosas dentro dos Estados e uma gama de corpos transnacionais adquiriram uma nova importância. Desse modo, temos uma série de comissões de bioética, agências reguladoras e organizações profissionais: todo um ‘complexo bioético’ no qual o poder dos agentes médicos para ‘deixar morrer’ no fim da vida, no início da vida ou em reprodução são simultaneamente acompanhados pela tecnologia médica e regulados por outras autoridades como nunca antes. Além disso, vimos o surgimento de novos tipos de grupos de pacientes e indivíduos, que cada vez mais definem a sua *cidadania* em termos de seus direitos (e obrigações) à vida, saúde e cura. E, certamente, novos circuitos de *bioeconomia* tomaram forma, uma *capitalização da biociência* em larga escala e uma *mobilização* de seus elementos em novas relações de troca: os novos conhecimentos moleculares da vida e da saúde estão sendo mapeados, desenvolvidos e explorados por uma variedade de empresas comerciais, algumas vezes em aliança com Estados, outras vezes de forma autônoma a estes, estabelecendo conexões constitutivas entre vida, verdade e valor. Este campo está longe de ser um campo homogêneo de agentes, táticas, estratégias e objetivos. Contudo, ao mesmo tempo, os Estados detêm poder para designar zonas de exceção, mesmo quando sua legalidade é dúbia – o campo permanece uma dura realidade desde as guerras nos Bálcãs, a Baía de Guantanamo até os ‘centros de detenção’ que têm aparecido rapidamente por toda a Europa para encarcerar ‘caçadores de asilo político’ e outros que invadem os espaços do bios, mas não são admitidos. Todos estes exemplos fazem parte de uma única configuração de biopoder? A demonstração desta questão permanece em aberto. E mesmo que fosse, temos dúvida se um tal biopoder poderia ser caracterizado unicamente, ou mesmo principalmente, em termos de sua propensão para o ‘fazer morrer’: enquanto a morte faz parte da situação, ela adquire a forma de ‘deixar morrer’ tanto quanto de ‘fazer morrer’. Mas também, certamente, todos os empreendimentos que têm a vida, e não a morte, como seu *telos* – projetos para ‘fazer viver’ – são centrais para a configuração do biopoder contemporâneo.

Sugerimos que o conceito de biopoder procura individualizar estratégias e configurações que combinam três dimensões ou planos: uma forma de discurso de verdade sobre os seres vivos; um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade; estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte; e modos de subjetivação, nos quais os indivíduos podem ser levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a estes discursos de verdade, por meio de práticas do self, em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva. Embora esboçemos estes elementos a partir de breves formulações de Foucault em torno do conceito,

vale lembrar que seu principal lugar de investigação era histórico. Foucault estudou a emergência de formas de poder no século XVIII, sua transformação no século XIX, e em alguma – limitada – medida um exame das formas que tomaram forma no fim do século XIX. As racionalidades, estratégias e tecnologias do biopoder mudaram ao longo do século XX, assim como a administração da saúde e da vida coletiva tornou-se um objetivo chave de Estados governamentalizados, e novas configurações da verdade, do poder e da subjetividade surgiram para dar suporte às racionalidades do bem-estar e da segurança, assim como aquelas de saúde e higiene (Donzelot, 1979; Rose, 1985; Ewald, 1986; Rabinow, 1989; Rose, 1999). Seria com certeza equivocado simplesmente projetar as análises foucauldianas como um guia futuro para o nosso contexto presente e suas possibilidades. Uma mudança básica diz respeito às relações entre o que se poderia denominar, grosso modo, os pólos micro e macro, ou, seguindo Deleuze, o molar e o molecular desta modalidade de biopoder. Ou seja, de um lado as ênfases e relações sobre os modos de pensar e agir ao nível dos grupos populacionais e coletividades, variavelmente definidos; e, do outro lado, a individualização de estratégias biopolíticas. Indubitavelmente, na era do Estado social – e naqueles locais em que tais Estados ainda formam o princípio organizador da disputa política – o pólo molar era o privilegiado. No século XX, os Estados não apenas desenvolveram ou apoiaram mecanismos de segurança, mas também acolheram, organizaram e racionalizaram os fios soltos da provisão médica, especificaram e regularam padrões de habitação, engajaram-se em campanhas de educação de saúde e coisas similares. Até os Estados liberais exerceram seu papel na batalha contra a degenerescência, impondo controles de imigração, legitimando por vezes esterilizações compulsórias ou quase compulsórias, encorajando organizações, dando orientação eugênica sobre o casamento e a procriação, e assim por diante. Com certeza, cada uma destas estratégias tinha sua contrapartida ‘molecular’, como, por exemplo, na transformação da casa em uma máquina para a saúde, a educação e a requisição de mães como trabalhadoras auxiliares no cuidado com a saúde de seus filhos.

Atualmente, muito dessa configuração permanece, e, inclusive, parte dela foi transplantada para um nível supranacional nos empreendimentos da União Européia, do Banco Mundial e outros. Porém, com o declínio do domínio do social como um lugar privilegiado de objetivação nacional e a intervenção nas sociedades ‘liberais avançadas’ do Ocidente, observamos novas formações coletivas emergentes em todo lugar (Rabinow, 1996; Rose and Novas, 2005). Simultaneamente, como podemos observar nas políticas de mapeamento do seqüenciamento do genoma humano, vemos o nascimento de novos modos de individualização e concepções de autonomia com seus direitos associados à saúde, à vida, à liberdade e à posse de uma forma de felicidade que é cada vez mais entendida em termos corporais e vitais (Rabinow, 1994; Rose, 2001).

Analítica do biopoder

A fim de desenvolver mais este argumento, baseados em nossa pesquisa atual, enfocaremos três tópicos que nos parecem condensar algumas das linhas biopolíticas da força ativa hoje: raça, reprodução e medicina genômica. Certamente, situar todos esses elementos diversos no âmbito do biopoder não implica que haja alguma unidade em ação aqui, ou alguma essência – verdade ou falsidade – que todas essas formas exemplifiquem ou incorporem. Precisamos reconhecer a dispersão, a contingência e a virtualidade, embora sem um objetivo desconstrucionista. Antes que possamos perceber se alguma racionalidade política geral está emergindo, a tarefa analítica consiste em articular alguns diagnósticos preliminares em uma escala menor. Situando a evidência a partir de tais análises na estrutura do biopoder, pensamos que podemos começar a identificar e analisar elementos de um tal domínio, embora este nem seja estável nem homogêneo, nem meramente repita padrões familiares da história. Um empiricismo modesto, atento às peculiaridades, às pequenas diferenças, aos momentos nos quais mudanças na verdade, na autoridade, na espacialidade ou na ética fazem diferença hoje se comparadas a ontem, revela configurações que não se adequam às imagens fornecidas por nossos filósofos⁸. Nessas configurações, a raça, a saúde, a genealogia, a reprodução e o conhecimento são mesclados, recombinao e transformando continuamente um ao outro. Com isto queremos dizer que o conhecimento da saúde transforma a idéia de raça, que as idéias de genealogia são reestruturadas por novas concepções de reprodução, que a mudança nas idéias de genealogia têm um impacto radical nas políticas de raça, raças e racismo. Voltemo-nos à exploração de alguns destes temas em maiores detalhes.

I. A raça

A raça, junto com a saúde – e em relações variáveis com esta –, tem sido um dos pólos centrais na genealogia do biopoder⁹. As concepções de raça formaram um prisma não apenas para a imaginação da nação, mas também para o controle político da saúde e da vitalidade nacional, e da competitividade internacional, a partir da assim chamada “guerra das nações” no século XVIII

⁸ Discutimos nossa abordagem ao empiricismo em outros lugares. Ver a nossa introdução à obra Foucault, M., P. Rabinow, et al. (2003). *The essential Foucault: selections from essential works of Foucault, 1954-1984*. New York; London, New Press. E, para Rose, a introdução à obra Rose, N. (1999). *Powers of freedom: reframing political thought*. Cambridge; New York, Cambridge University Press, especialmente p. 11-15.

⁹ Este argumento é desenvolvido em maiores detalhes no capítulo 6 de Rose, N. (2006). *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty First Century*. Princeton, NJ, Princeton University Press (Forthcoming).

(tema de muitas intervenções de Foucault em *Em defesa da sociedade*), por meio da biologização massiva da raça no século XIX, ligada ao pensamento evolucionista pré- e pós-darwiniano e aplicado tanto nos Estados quanto em seus domínios coloniais, à obsessão do fim do século XIX com a degenerescência e o suicídio da raça e as estratégias de eugenia que se disseminaram dos Estados Unidos ao Japão e outros lugares na primeira metade do século dezenove. Depois da segunda guerra mundial os discursos racistas oficiais caíram em descrédito: em 1963, por exemplo, a *Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* adotou como uma de suas premissas “que qualquer doutrina de diferenciação ou superioridade racial é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, e que não há justificativa para a discriminação racial, seja na teoria seja na prática” (Assembléia das Nações Unidas, 1963, Preâmbulo)¹⁰. Decerto, as práticas raciais não deixaram de existir, porém, uma compreensão biológica das categorias raciais não era mais ‘a verdade’ no discurso político ou na política. Em parte devido às intervenções persistentes da crítica radical, a relação entre compreensões biológicas de distinções entre grupos populacionais e suas implicações sócio-políticas parece ter sido quebrada ou ao menos desnaturalizada. Muitos biólogos ainda acreditavam ter encontrado tais diferenças, não apenas ao examinar a predominância de doenças particulares em diferentes regiões ou a eficácia de remédios em diferentes populações nacionais, mas também tais argumentos tendiam a permanecer na literatura técnica. Alguns indivíduos e grupos persistiam nas realizações de reivindicações públicas por uma correlação politicamente pertinente entre a qualidade das habilidades humanas e as habilidades biológicas racialmente diferenciadas em todo um número de controvérsias, desde a educação até a criminalidade, mas mesmo aqueles com credenciais científicas, como William Shockley, argumentaram amplamente isto de fora dos discursos de verdade da biologia. Em muitos países, não apenas nos Estados Unidos, a raça foi crucial como uma categoria sócio-econômica, uma marca de discriminação e um modo de identificação que permaneceu extremamente saliente social e politicamente, desde a alocação de recursos federais até as manifestações das políticas de identidade. Porém, a despeito do fato de que a raça funcionou como um demarcador de pertencimento e a base de uma reivindicação, assim como de desvantagem, mesmo quando os grupos ou indivíduos tentam traçar suas ‘origens’, eles raramente relacionavam esta genealogia a um substrato biológico. O mesmo é verdade para os assassinatos de guerras racistas que se disseminaram pela Europa no vácuo do declínio do império soviético, da Armênia aos Bálcãs. Os apelos às identidades raciais para fundamentar a eliminação de outros grupos não precisaram de justificativa nos discursos de verdade da biologia. Enquanto em Ruanda os hutus se referiam aos tutsis como

¹⁰ Pode ser encontrado em <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/9.htm>

‘baratas’, tais denominações eram elementos pouco relacionados a uma racionalidade política baseada em compreensões biológicas da diferença racial.

Na virada do novo século, entretanto, a raça está uma vez mais adentrando o domínio da verdade biológica, vista agora através de uma *mirada molecular*. A partir de um certo momento, quando ficou claro que os humanos dividiam noventa e oito por cento do seu genoma com os chimpanzés, e que as variações intergrupos nas seqüências de DNA eram maiores que as variações intragrupos, parecia que a própria genômica marcaria o ponto terminal do racismo biológico (talvez mesmo a fronteira entre as espécies). Porém, este sonho humanitário demonstrou-se uma meia verdade. Aparentemente, um novo emprego molecular da raça emergiu quase inevitavelmente a partir do pensamento genômico. Os críticos denunciaram o modelo de um único genoma que fundamentava o Projeto Genoma Humano, temendo que ele estabeleceria uma norma do branco masculino. O primeiro movimento aqui foi elencado como ético: como o proponente inicial deste trabalho, Luigi Cavalli-Sforza colocou-o “para explorar a ampla gama de diversidade do genoma na família humana” e “para ajudar a combater o medo e a ignorância populares generalizados em relação à genética humana e (...) trazer uma contribuição significativa para a eliminação do racismo” (citado em M’Charek, 2005, p. 5-6). A despeito da crítica, este esforço para assegurar o reconhecimento da diversidade na estrutura da verdade científica como uma dimensão essencial do conhecimento genômico foi mais tarde adotado pelo Projeto Genoma Humano – HUGO, que forneceu 1,2 milhões de dólares para organizar workshops para desenvolver aspectos técnicos e organizacionais do projeto, para considerar as implicações éticas e sociais, e para conduzir um estudo piloto (Reardon, 2001; M’Charek, 2005; Reardon, 2005).

O mapeamento genético levou à conclusão de que, enquanto a seqüência de DNA de qualquer um dos dois indivíduos aleatórios selecionados seria noventa e nove por cento idêntica, as variações ao nível de uma única base de DNA – chamada Polimorfismos Nucleotídeos Únicos [Single Nucleotide Polymorphisms] ou SNPs – são muito significativas, notadamente em relação à suscetibilidade à doença. Na média, afirmava-se, uma letra em mil diferia entre os indivíduos – o que faz um total de muitos milhões de variações entre eles –, e as aproximações do número variaram entre seis e quinze milhões. O NIH e o Wellcome Trust têm fornecido recursos consideráveis para a pesquisa sobre o estabelecimento de diferenças genômicas ao nível único do nucleotídeo. Assim, em 1999 a Wellcome anunciou um consórcio com dez companhias farmacêuticas para encontrar e mapear trezentas mil variações de seqüências comuns de DNA. Além disso, tornou-se claro que os grupos de SNPs próximos no mesmo cromossomo são herdados em blocos – o padrão de SNPs em um bloco é denominado um *haplotype*. Enquanto os blocos podem conter um amplo número de SNPs, uns poucos SNPs – conhecidos como etiqueta – são o bastante para

apenas identificar um *haplotype*. O mapeamento do *haplotype* anunciou um caminho mais econômico de identificação de SNPs relevantes para doenças, e o NIH e o Wellcome, junto com laboratórios no Japão e na China, estão colaborando em um projeto internacional, HapMap. Tais recursos têm sido justificados precisamente em termos biopolíticos, como se aproximando e assegurando a saúde igualitária da população em toda sua diversidade – ou em parte. Por exemplo, para criar o HapMap, o DNA será adquirido a partir de doadores de sangue coletados por pesquisadores na Nigéria, Japão, China e Estados Unidos – de residentes nos Estados Unidos com ancestralidade no norte e oeste da Europa. Enquanto os doadores serão anônimos, eles serão identificados pela população da qual foram selecionados. As diferenças de SNP que respondem por 0,1 por cento dos três bilhões de pares base do genoma humano parecem fornecer um amplo espaço para diferenciações na população, pois afetam diferenças que têm importância para a saúde humana.

A própria ciência e o reconhecimento da variabilidade do genoma humano ao nível do nucleotídeo único abre, portanto, imediatamente uma nova via de conceitualização das diferenças entre populações – em termos geográficos e ancestrais – ao nível molecular. Em acréscimo ao humanismo ético dos projetos do Estado, em algumas áreas houve pressão adicional para proceder nesta direção a partir das demandas de grupos de pacientes pelo autoconhecimento genômico, e em outras a partir das aspirações comerciais de companhias farmacêuticas e da indústria biomédica por uma estratégia genômica para diagnósticos, desenvolvimento de remédios e marketing. Por volta de 2003 múltiplos projetos são postos em prática para mapear a diversidade ao nível do SNP. Destacadamente, a Howard University, nos Estados Unidos, gerou um banco de dados de seqüências de DNA para ser usado a fim de explorar as bases genômicas de doenças entre negros norte-americanos, e também para traçar ‘raízes’ individuais para suas origens pré-escravistas em muitas regiões específicas da África. Este programa contemporâneo para identificar diferenças biológicas não é empreendido em nome da pureza da população, mas em nome do desenvolvimento econômico, da busca por saúde em comunidades biossociais, e da opinião crescente de muitos indivíduos de que a genética de algum modo contém a chave para a sua ‘identidade’.

Seria tentador dizer que esta genômica altamente sofisticada tem produzido uma nova complexidade no quadro geral da humanidade. Porém, a despeito dos calorosos debates na literatura médica, o núcleo da tipologia racial do século XIX – branco (caucasiano), negro (africano), amarelo (asiático), vermelho (nativo norte-americano) – ainda fornece um molde dominante através do qual esse novo conhecimento genético da diferença humana está tomando forma e adentrando as concepções médicas e leigas acerca da variação humana. As pesquisas médicas e os mapeadores genéticos especificam suas populações e

suas amostras em tais termos, as companhias de remédio buscam atingir laboratórios farmacêuticos específicos para grupos designados, como, por exemplo, os ‘africanos norte-americanos’ e os indivíduos buscam traçar suas ‘raízes’ africanas através da combinação dos padrões de seus SNPs com aqueles das comunidades pilhadas pelo comércio escravo na Nigéria e em Camarões. É, sem dúvida, o caso de que o mapeamento do SNP produzirá tipologias de diferenças entre ‘grupos de populações’, e é quase inevitável que estes grupos, em nome da saúde, serão codificados em termos de concepções culturais abrangentes de raça. Novos desafios para o pensamento crítico se originam da interconexão contemporânea entre classificações políticas e genômicas de raça, identidade política, racismo, desigualdades de saúde, e seu potencial para adentrar a verdade biomédica, a lógica comercial e as práticas rotineiras do cuidado com a saúde. Não pensamos que seja útil afirmar de antemão que tais empreendimentos estão baseados em premissas falsas; nem tampouco sugerir que eles são implicitamente racistas e exacerbam a discriminação. A genômica contemporânea é principalmente dirigida às condições da doença, ao invés de características gerais, tais como inteligência ou personalidade. Ela entende a maioria daquelas condições como se originando a partir de interações entre múltiplas regiões de códigos, em que a expressão do gene pode ser ativada e desativada por vários fatores ambientais em níveis que variam do celular ao familiar, do social ao ambiental. Ela não busca se pronunciar acerca do destino em si, mas sim interpretar o futuro como probabilístico e abri-lo à esperança e à intervenção técnica. Seria inútil e enganoso considerar esta configuração como uma repetição do passado, ou submergi-la dentro de alguma lógica global imaginada de biopoder: ao invés disso, precisamos identificar os pontos em que o julgamento crítico, as novas possibilidades de diagnóstico e os perigos poderiam exercer algum papel na direção que esse fenômeno toma.

II. A reprodução

Para Foucault, a sexualidade era crucial, em parte por que era o elo que conectava uma anatomo-política do corpo humano a uma biopolítica da população. Porém, hoje, talvez ao longo dos últimos cinquenta anos, essas instâncias se tornaram desconexas. A sexualidade tem sido desacoplada em certo grau das práticas e do simbolismo da reprodução, e a própria reprodução tem se tornado o objeto de uma série de formas de conhecimento, tecnologias e estratégias políticas que têm pouco a ver com a sexualidade. Mais ou menos a partir da década de 1970 podemos ver um triplo movimento. A questão da reprodução passa a ser problematizada, tanto nacional quanto supra-nacionalmente, por causa de suas conseqüências econômicas, ecológicas e políticas – superpopulação, limitação ao crescimento etc. Uma nova política para o aborto surge, adquirindo

diferentes formas em contextos nacionais diversos. E, ao menos no Ocidente, uma temática relacionada porém diferente da ‘escolha reprodutiva’ começa a tomar forma, quando um pequeno número de casais, em aliança com alguns médicos, tentou definir a infertilidade como uma condição médica potencialmente remediável, e, conseqüentemente, o lugar de intervenções legítimas. Todos estes lugares conjuntamente, porém de modo diferenciado, combinaram-se, fazendo da reprodução um campo de problemática, no qual um conjunto de conexões aparece entre o individual e o coletivo, o tecnológico e o político, o legal e o ético. Este é um espaço biopolítico por excelência.

As novas tecnologias reprodutivas envolvendo a micro-manipulação de óvulos e espermatozoides, e o diagnóstico genético pré-implantação e a seleção, apesar de terem atraído muita atenção no mundo anglo-americano, têm de fato se restringido em seu impacto sobre as populações nacionais, menos ainda sobre a política global populacional. Embora as tecnologias reprodutivas venham sendo o lugar de uma explosão discursiva, o foco de atenção regulatória e política e de controvérsias éticas em muitos países do Ocidente, é difícil discernir alguma estratégia biopolítica unificada subjacente a estes desenvolvimentos. A retórica da escolha claramente ressoa com a ética da autonomia no coração dos modos avançados de subjetivação liberal, e a transformação da infertilidade em uma doença tratável exemplifica a re-imaginação das habilidades humanas como abertas à reengenharia e ao melhoramento pela medicina. No entanto, nós precisamos reconhecer o alcance limitado desses procedimentos, e o fato de que eles estão longe de ser rotineiros, e com frequência fracassam. Biopoliticamente, a escolha reprodutiva na forma da seleção do embrião, longe de estar a serviço do aprimoramento racial geral ou mesmo de ‘bebês projetados’ individualizados, tem sido quase inteiramente limitada à identificação de fetos com importantes malformações ou disfunções genéticas terminais (Franklin, 1997; Throsby, 2004; Franklin, 2006 - Forthcoming). Mesmo assim, o uso de técnicas de diagnóstico não tem levado inevitavelmente à interrupção da gravidez, mas com frequência tem fornecido informação antecipatória nos serviços dos tipos de planejamento de vida que têm se tornado intrínsecos às formas de vida nas sociedades liberais contemporâneas. Talvez, como muitas feministas têm afirmado, o principal sucesso biopolítico aqui reside no eixo da subjetivação: estas estratégias exibem a formação característica na qual escolhas aparentes ensejam novas formas de ‘responsabilização’ e impõem obrigações onerosas, especialmente, neste caso, sobre as mulheres. A academia ocidental tem dedicado menos atenção ao pólo ‘molar’ do controle da reprodução – as campanhas de controle populacional que se espalharam pelo subcontinente indiano, a China e o sudeste da Ásia e muitos países latino-americanos. Essas estratégias biopolíticas são indubitavelmente lastreadas por reivindicações de verdades, embora sejam aquelas verdades da demografia e da economia, e não da hereditariedade e da eugenia. Tomemos,

por exemplo, a publicação, em 1972, do relatório do Clube de Roma intitulado *Limites ao Crescimento* (Meadows, 1972). Utilizando um modelo derivado dos sistemas dinâmicos para sua análise, o relatório concluiu que

Se as tendências atuais do crescimento na população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e a redução de recursos naturais continuarem inalteradas, os limites ao crescimento neste planeta só serão alcançados dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um repentino e incontável declínio na população e na capacidade industrial.

O controle da natalidade como forma de estabilizar a população foi fundamental na prescrição do referido relatório para reverter este problema, limitando o tamanho das famílias a duas crianças, especialmente naqueles países onde os índices de natalidade atualmente excedem em muito esse número, mas mesmo esta medida não era garantia de sucesso.

Finalizamos com uma nota de urgência. Temos enfatizado repetidamente a importância de ajustes naturais na proporção população/capital no mundo. A demora destes ajustes significa, por exemplo, que, se a média de natalidade no México declinar gradualmente de sua taxa atual para uma substituição exata do valor dessa taxa até o ano 2000, a população do país crescerá de cinquenta para cento e trinta milhões. Não podemos dizer com certeza quanto tempo a espécie humana pode adiar o início do controle deliberado de seu crescimento antes que tenhamos perdido a chance de controle¹¹.

Estes alarmes críticos ressoam com um conjunto de interesses análogos sobre o impacto do crescimento populacional sobre a riqueza econômica e a necessidade para os governos – especialmente aqueles dos países menos desenvolvidos – de introduzirem políticas para conter a reprodução – especialmente entre os pobres – como um pré-requisito para a modernização. Estas políticas variam desde a coerção – a política chinesa de uma criança por família, ou as campanhas de esterilização na Índia são os dois exemplos mais conhecidos –, até aquelas que gradualmente vieram a adotar princípios de consentimento informado para o que era eufemisticamente denominado ‘contracepção cirúrgica voluntária’ – por exemplo, no México. Elas eram baseadas em dados demográficos e algoritmos que relacionam o crescimento populacional ao desempenho econômico desenvolvido pelos geógrafos e matemáticos, incorporados em programas educacionais para o desenvolvimento dos trabalhadores e outros, propagandeados pela pressão de numerosos grupos privados e por instituições de aconselhamento político, e incorporados nas políticas

¹¹ Meadows *et al.*, 1972.

das agências de desenvolvimento, tais como o ‘Office of Populations’ do ‘Bureau for Global Programs’, da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID). A ‘bomba-relógio populacional’ tornou-se parte do senso comum da opinião pública no Ocidente, e uma maior justificativa para ajuda por parte das sociedades industriais avançadas aos países mais pobres era que isto os capacitaria a limitar suas populações, e, assim, o perigo que o seu crescimento populacional representava.

No fim dos anos 1980, as políticas para a limitação da procriação entre os pobres sublinhavam a importância do consentimento voluntário e da escolha informada, e afirmavam que o objetivo era prevenir o mistério das mortes maternas e a mortalidade pré-natal no Terceiro Mundo. A esterilização feminina voluntária é o método contraceptivo predominante hoje, usado por mais de cento e trinta e oito milhões de mulheres casadas em idade reprodutiva, comparado a noventa e cinco milhões em 1984 (Robey, 1992). Há uma controvérsia particular em torno do uso crescente do método desenvolvido pelo doutor Jaime Zipper [*quinacrine pellet*] em 1984, distribuído em dezenove países do mundo, incluindo Bangladesh, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Marrocos, Paquistão, Filipinas, Venezuela, Vietnã, Estados Unidos, Malásia e Romênia, mas sujeito à proibição posterior em alguns países. O uso deste método, com frequência de modo sub-reptício, apesar das relações diretas entre ONGs e os médicos, sempre objetivou atingir segmentos particulares da população considerada problemática ou indesejável. Isto levou os críticos a concluir que este método repete as práticas nazistas de esterilização não-cirúrgica, e é o sucessor contemporâneo da esterilização e das campanhas de controle populacional dos anos 1970 e 1980, a despeito de sua retórica da escolha informada: eles equivalem à eugenia global¹².

Da perspectiva do biopoder, embora estas políticas sejam repugnantes, é enganoso fazer aquela crítica através de uma associação retórica entre elas e a eugenia de meados do século XX. Se utilizamos o termo eugenia para aplicar a qualquer intervenção sobre a reprodução, a morbidade e a mortalidade da população, ele cobre tudo o que diga respeito à contracepção, desde o aborto à saúde pública, e seu uso torna-se meramente parte de uma crítica retórica geral. A eugenia – o aprimoramento do estoque biológico da população – adquiriu inclusive formas tanto negativas quanto positivas, mas, em cada caso, era direcionada para maximizar a aptidão racial a serviço de uma disputa biológica entre os países. As formas do conhecimento biológico que informam nossos modos de governar os outros e a nós próprios não são mais aquelas da sobrevivência do mais apto. A limitação da população de acordo com os

¹² Para exemplos desse debate, ver

<http://www.hsph.harvard.edu/Organizations/healthnet/contra/topic05.html#2>

interesses da prosperidade econômica nacional não opera de acordo com o diagrama biopolítico da eugenia, e não é o mesmo que a purificação da raça pela eliminação dos degenerados.

Isto não quer dizer que não existam formas de eugenia. Uma forma visível está relacionada à saúde pública. No Chipre, há programas sistemáticos de testes em todo o país com o consentimento da população, da igreja e do Estado, para identificar e eliminar a fibrose cística – não pela seleção de embriões, mas pela interdição do casamento¹³. Podemos ver algo da mesma estratégia em ação em práticas para o controle de Tay Sachs entre os judeus ocidentais na América do Norte e em Israel – práticas que têm sido desenvolvidas por autoridades oriundas daquelas próprias ‘comunidades biosociais’¹⁴. Em qualquer definição, esta é uma estratégia de reduzir os níveis de morbidade e patologia herdadas em uma população considerada como um todo, através da atuação sobre as escolhas reprodutivas individuais de cada cidadão, por meio de várias formas de cálculo e supervisão autoritárias, sancionadas por uma gama de autoridades religiosas e seculares, incluindo bioeticistas, e aprovadas pela população. Se, como sugerimos, este é um típico caso de biopolítica contemporânea, seria claramente enganoso diagnosticar este fenômeno como uma forma de genocídio, ou a ressurreição dos espectros dos campos de concentração. A violência política entre grupos étnicos é certamente endêmica nos dois países que citamos, mas aquela violência retorna em um registro diferente, não biopolítico.

Estes exemplos, e outros que poderíamos citar, nos levam a afirmar que a economia da biopolítica contemporânea opera de acordo com a lógica da vitalidade, não da mortalidade: apesar de seus circuitos de exclusão, *deixar morrer* não é *fazer morrer*. Com o desenvolvimento de formas de exame genético cada vez mais sofisticados, baratos e facilmente acessíveis, a biopolítica poderia muito bem estar mudando nos dois pólos, o molar e o molecular. Como as conferências sem fim e os livros têm afirmado, há toda uma diferença no mundo entre usar as técnicas genéticas para diagnosticar e até selecionar embriões contra a Síndrome de Down ou a síndrome do tubo fetal, e buscar usar aquelas técnicas para diagnosticar a inteligência e eliminar os ‘mentalmente incapazes’. Não está claro que configurações ganharão forma se as pesquisas atuais obtiverem êxito na identificação de indícios genéticos para suscetibilidades para as disfunções complexas comuns, tais como problemas cardíacos ou enfarte, ou para riscos de depressão ou esquizofrenia. Nossa pesquisa atual enfoca com muita atenção

¹³ Este é o objeto da pesquisa atual de Stefan Beck.

¹⁴ Discutido no paper de autoria de Barbara Prainsack, em *BioSocieties*, Volume 1, Number 2, May 2006. Ver também o capítulo 6 de Rose, N. (2006). *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty First Century*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

este trabalho, as técnicas científicas e tecnológicas direcionadas a estes fins. Mas não há evidência para sugerirmos que as formas de biopolítica que estão tomando forma em torno destas técnicas tenham como objetivo estratégico a administração total das qualidades das populações. A sua lógica é diferente, e notavelmente envolve esforços para desenvolver e maximizar alvos para os mercados farmacêuticos e outras intervenções sobre o cuidado com a saúde que ensejam a inscrição de indivíduos, grupos de pacientes, médicos e atores políticos em campanhas de conscientização de doenças e tratamento em nome da maximização da qualidade de vida. Isto é capitalismo e liberalismo, não eugenia, seja pela porta da frente ou de detrás, ao menos na medida em que a eugenia tenha adquirido um sentido negativo inescapável em nossa cultura contemporânea. Ainda precisamos desenvolver as ferramentas conceituais para a análise crítica das maneiras nas quais a biopolítica se relaciona com o biocapital e a bioeconomia, em circuitos nos quais a saúde e a vitalidade tornam-se apostas importantes nas relações de mercado e no valor das ações.

As possibilidades da administração genômica da população – bebês projetados, futuros planejados, uma ‘sociedade de triagem’ e coisas parecidas – detêm uma presença simbólica poderosa na biopolítica contemporânea, especialmente naquelas políticas onde a eugenia do século XX adquiriu sua forma mais corrosiva. Entretanto, o controle genético em larga escala da população não ocorreu, e inclusive é tecnicamente impossível atualmente. Mais significativamente, com a exceção de alguns setores minoritários, há poucas forças que abarquem tal racionalidade. Não obstante, práticas viáveis atuais, tais como a seleção sexual, parecem estar tendo conseqüências molares fora da Europa, mesmo que sejam o produto de escolhas individuais almejadas como aspirações pessoais e conformadas por contextos sociais específicos, e sejam com freqüência explicitamente condenadas pelas políticas oficiais. Além destas alterações nas características da população, nas quais as tecnologias genéticas apenas amplificam as formas culturais existentes, pensamos que é extremamente improvável que a micro-administração das características populacionais através da intervenção ao nível da reprodução seja científica e tecnicamente plausível. Mesmo que seja plausível em relação a certas condições específicas, como vimos em relação ao Tay Sachs, as formas e o alcance de tal administração genômica serão moldados pelos interesses de comunidades biosociais particulares, ao invés de um compromisso do Estado com a engenharia das qualidades da população para fins nacionais. Não repetiremos o passado, nem as utopias ou distopias da futurologia: para entender e intervir em futuros possíveis, precisamos de uma analítica que seja mais modesta e empírica, atenta a todas as pequenas mutações em que o hoje está se tornando diferente do ontem.

III. Medicina genômica

As primeiras estratégias biopolíticas, no século XVIII, diziam respeito ao controle da doença e da saúde. Tais estratégias forneciam um modelo para muitas outras problematizações que atuavam em termos da divisão do normal e do patológico. Elas tiveram um destaque peculiar nas sociedades liberais por que estabelecem conexões entre o molecular e o molar, relacionando a aspiração do indivíduo a ser curado à administração do status da saúde da população como um todo. Os pólos desse campo biopolítico se estendem do controle da saúde coletiva por meio da água pura – através dos check-ups anuais, do seguro de saúde, da medicina preventina que opera em amplos domínios entre as coletividades e os indivíduos –, ao campo das intervenções clínicas no corpo da pessoa doente em nome da saúde. Apesar do enfoque contemporâneo sobre o corpo individualizado, a ação sobre o pólo coletivo tem sido o principal motor de incrementos na longevidade e na qualidade de vida. As variações nas racionalidades e as tecnologias direcionadas a este pólo coletivo são os fatores chave que têm levado a variações escandalosas na expectativa de vida e nas chances de vida que podemos observar hoje pelo mundo. Na grande maioria dessas instâncias, as causas e os remédios são conhecidos, e não exigem maiores avanços científicos ou inovação tecnológica, mas apenas vontade política. Mesmo nos distúrbios aparentemente novos, tais como a SARS, a explosão chamou rapidamente toda uma gama da medicina biológica moderna, incluindo a rápida identificação e seqüenciamento da patogenia, porque os modos preventivos tradicionais de intervenção exigidos eram arcaicos. Eles eram basicamente aqueles da quarentena, que foram primeiramente aplicados a surtos epidêmicos, tais como a praga, que foi empregada desde pelo menos os tempos medievais, e tem sido meramente atualizados para levar em consideração os mecanismos contemporâneos de mobilidade e comunicação. Estas estratégias demonstraram-se altamente efetivas sem qualquer contribuição significativa da medicina genômica.

O que, então, dizer da medicina genômica? Tornar-se-á claro que um julgamento quanto à questão de se um novo regime de biopoder ganhará forma ou não – ou seja, formará uma nova configuração qualitativamente diferente de conhecimento, poder e subjetividade – depende de muitos fatores. Alguns destes fatores dependem de rupturas incertas da própria pesquisa genômica, mas muitos outros dependerão de contingências externas à genômica e à biomedicina. Conforme escrevemos, ainda não está claro se as novas formas de conhecimento genômico e molecular são de fato capazes de gerar os tipos de diagnóstico e ferramentas terapêuticas que os seus defensores esperam. As apostas são altas aqui, econômica, médica e eticamente¹⁵. Tais apostas residem na suposta

¹⁵ Este *paper* foi originalmente escrito em agosto de 2003.

capacidade da genômica de formar um novo 'know-how' que habilitará a medicina a transformar sua lógica base de um tipo de prática baseado na restauração da normalidade orgânica perdida nas doenças, para uma prática engajada na *reengenbaria molecular da própria vida*. A genômica promete identificar os processos chave que controlam a produção de proteínas, e, ao fazer isso, abre estas proteínas para a intervenção precisa com a finalidade de produzir efeitos terapêuticos. A economia política destes conhecimentos é, como Carlos Novas tem afirmado, aquela da esperança: a esperança dos indivíduos, dos organizadores de campanhas, dos cientistas, dos sistemas de cuidado com a saúde, dos gestores das políticas de saúde e das companhias farmacêuticas de que um novo tipo de 'know-how' da própria vida emergirá e gerará cura, junto com seu biovalor correspondente (Novas and Rose, 2000). Para os seus defensores, a identificação genômica da patologia funcional deve inevitavelmente abrir um caminho rumo à intervenção molecular. Mas até o ponto em que esta lógica se demonstra impossível de realizar-se, a genômica permanecerá sendo apenas uma dimensão do tratamento de saúde e da compreensão biológica; dimensão que obtém sua inteligibilidade dentro de um campo mais vasto de saber e etiologia, prognóstico e tratamento de doenças.

Como, então, nós poderíamos começar a pensar através das implicações dos avanços surgidos nas tecnologias molecular e genômica? A crença de que alguma coisa significativa está em jogo aqui mobiliza as estratégias e as táticas de toda uma variedade de forças cujas características têm sido documentadas em detalhes em numerosos estudos empíricos. Os governos nacionais investem em genômica, montam bio-bancos e financiam pesquisas em medicina genômica básica e aplicada. As companhias farmacêuticas e de biotecnologia investem bilhões e empregam dezenas de milhares de cientistas e técnicos talentosos em experimentos e invenções delicados e elegantes. Grupos de pacientes investem esperança, capital político, suas próprias amostras de tecido e dinheiro na busca por tratamentos genéticos. Grupos de pressão fazem lobby por e contra alguns ou todos estes desenvolvimentos, tendo por base suas preocupações éticas ou biopolíticas. Portanto, uma racionalidade biopolítica modificada em relação à saúde está claramente se formando, na qual o conhecimento, o poder e a subjetividade estão entrando em novas configurações, algumas visíveis, outras potenciais. Esta formação envolve muitos elementos que fizeram sua parte em aparatos anteriores, e muitos que adquiriram mais ou menos sua forma atual depois da Segunda Guerra: os grupos de pacientes não são novos, as companhias farmacêuticas existiam antes da genômica, e os governos têm investido largas quantias na promoção e na regulação de pesquisas médicas básicas e aplicadas em nome da saúde da população, do desenvolvimento econômico e da competitividade internacional. Porém, paralelo a estas configurações anteriores, as quais não desapareceram de todo, acreditamos que algo novo está se formando,

algo que está começando a colonizar e transformar os principais aparatos de administração da saúde de cada um e de todos, ao menos no mundo industrial democrático.

Tomemos dois pequenos exemplos destes investimentos. A pesquisa de Rabinow em 2003 era uma investigação antropológica do Celera Diagnostics, em Alameda, Califórnia¹⁶. Essa companhia é uma ramificação da Celera Genomics, a companhia que acelerou a corrida pelo mapeamento do genoma humano (bem como de outros genomas não-humanos). Com milhares de dólares à sua disposição, ela identificou aproximadamente uma dúzia das principais áreas de doenças e adotou uma abordagem que busca identificar constelações de SNPs em áreas funcionais do genoma. Portanto, a Celera Diagnostics combina uma capacidade cara e massiva e cara de atuação, alianças diversas com associações de doenças múltiplas e pesquisadores de universidades, e uma estratégia que permite o diagnóstico da identificação de predisposições a doenças complexas envolvendo variações em diversos genes. O seu modelo para condições poligenéticas vai além da busca pelo ‘gene responsável’ dos anos 1990, um modelo obviamente inadequado para o entendimento dos distúrbios mais comuns, tais como câncer, doenças cardíacas e outras disfunções complexas, e provavelmente também é inadequado para a compreensão da genômica da maioria das doenças e suscetibilidades. O objetivo é produzir exames de diagnósticos que seriam usados maciçamente em laboratórios de referência de forma rotineira, para possibilitar diagnósticos pré-sintomáticos e intervenções preventivas em uma escala nunca antes imaginada nos próximos cinco anos.

Se este modelo tivesse êxito, e fosse amplamente empregado, não só no mundo desenvolvido, mas também no mundo menos desenvolvido, as lógicas da medicina e a forma do campo biopolítico seriam alteradas, e novas contestações emergiriam em torno do acesso a tais tecnologias e recursos necessários para dar continuidade a suas implicações. Além disso, como as formas de conhecimento geradas aqui são aquelas da probabilidade, novos modos de cálculo do risco, de compreensão do self, e de organização do sistema de saúde surgiriam sem dúvida. Ainda não se sabe se este modelo se demonstrará funcional. Se sim, enquanto estiver claro que a forma do campo biopolítico mudaria, não há determinismo tecnológico aqui: múltiplas respostas são possíveis. E, se lembrarmos, como convém que sempre o façamos, que até nos países mais prósperos do mundo ainda é negado o acesso de milhões de pessoas às

¹⁶ Desde a escrita deste *paper*, esta pesquisa foi publicada como Rabinow, P. and T. Dan-Cohen (2004). *A Machine to Make a Future: Biotech Chronicles*. Princeton, NJ, Princeton University Press; Rabinow, P. and T. Dan-Cohen (2006). *A Machine to Make a Future: Biotech Chronicles*, 2nd edition with a new Afterword. Princeton, NJ, Princeton University Press.

tecnologias básicas de saúde e intervenções médicas que têm sido estabelecidas a mais de meio século, as implicações políticas e sociais são evidentemente moldadas mais para o lado político da biopolítica do que para o médico. Se o êxito é parcial e desigual, se as esperanças são esvaziadas, se o capital de risco e os investimentos na bolsa de valores se deslocam para outros lugares, isto ainda não quer dizer que nada de novo surgirá. Ao invés disso, isto simplesmente significa que, como aconteceu com tantos outros avanços médicos anteriores, as mutações que ocorreriam nos tratamentos terapêuticos seriam menores, mais dispersas e os seus efeitos seriam mais difíceis de serem vistos no curto prazo, embora, talvez, seriam evidentes da perspectiva do futuro.

Em uma área relacionada porém distinta do campo, a pesquisa de Rose em 2003 enfocava no desenvolvimento conhecido como farmacogenômica, e em particular em seu envolvimento com distúrbios mentais. O campo de pesquisa aqui era o uso, sobretudo na Europa, da nova geração de medicamentos anti-depressivos, no contexto de uma crença, enfatizada pela Organização Mundial de Saúde e aceita pelas agências internacionais de controle da saúde, que por volta de 2020 a depressão se tornará a segunda maior causa de doença tanto nos países desenvolvidos quanto nos países menos desenvolvidos, perdendo apenas para doenças cardíacas. Claramente, há muitos fatores que conduziram a essa crença, os quais não podem ser tratados aqui em maiores detalhes. Eles incluem a crença humanista dos médicos e outros segmentos de que grande parte do sofrimento é o resultado de uma condição clínica sub-diagnosticada para a qual tratamentos seguros e efetivos são agora disponíveis. Inclui também a preocupação dos governos nacionais com as conseqüências para os seus orçamentos dos dias perdidos por causa da depressão, e a importância dos indicadores chave das taxas de suicídio em comparações internacionais. E, finalmente, o marketing intensivo e as campanhas de ‘conscientização de doenças’ das companhias farmacêuticas.

Qual é a relação entre este fenômeno e a genômica? Primeiro, alega-se que a nova (terceira) geração de anti-depressivos é fabricada em um nível molecular, com o objetivo de atingir os mecanismos neuronais que estão na base dos sintomas depressivos. Segundo, dado o fato de que há mais de uma dúzia desses remédios disponível no mercado, não há indicadores sintomáticos claros ou outros tipos de indicadores que possibilitem que os médicos possam escolher entre eles. Contudo, os remédios têm efeitos variáveis, alguns trazendo efeitos benéficos em alguns indivíduos, enquanto não exercem efeitos terapêuticos em outros, gerando efeitos colaterais em um terceiro grupo. Terceiro, alguns afirmam que os exames genéticos poderiam permitir ao médico escolher o remédio e a dosagem certos, para o indivíduo certo, maximizando, assim, os benefícios terapêuticos, e minimizando os efeitos colaterais. Isto aumentaria a eficiência da aplicação dos recursos destinados ao tratamento médico, e portanto atuaria não

apenas no nível individual, mas também sobre indicadores chave financeiros e de saúde populacional. Se a intenção de todos os envolvidos, inclusive os pacientes, de ter remédios efetivos com efeitos colaterais mínimos tiver sucesso, os exames genéticos podem migrar do consultório do orientador genético para o clínico geral, e se tornariam uma rotina similar aos exames de sangue, abrindo à população como um todo o entendimento genético da sua saúde, doenças e predisposições. Se o sucesso for apenas parcial, a rotinização dos exames genéticos anterior às decisões do tratamento poderia ser lenta, desigual e limitada. Porém, a reescrita genética da doença mental entraria mais uma vez no campo da verdade, não em nome da purificação da população e da eliminação da degenerescência, mas em nome da qualidade de vida, e até da felicidade. Em cada um destes casos, existe potencial para remoldar a biopolítica da saúde mental, não apenas reescrevendo sua epistemologia com base em linhas biológicas, mas também reconfigurando as relações de conhecimento, poder e perícia que a governam. Isto talvez engendre novas estratégias para minimizar o distúrbio mental no nível individual e coletivo, e pode remoldar os modos a partir dos quais os indivíduos pensam, julgam e agem sobre eles próprios em nome da saúde mental.

Conclusão

Pode-se muito bem imaginar o que teria sido para um analista em 1800 tentar compreender as implicações transformativas dos precursores do ‘nascimento da clínica’. Hoje podemos muito bem estar numa situação análoga, em que os condutores da mudança podem ser discernidos, algumas mutações já podem ser detectadas, algumas conseqüências podem ser preditas; porém, os rumos permanecem obscuros, e suas implicações ainda estão em suspeição. Assim, não é de surpreender que seja difícil dizer se estamos nos últimos estágios de uma mudança momentânea, no meio de um processo que está bem adiantado rumo à estabilização de novas formas, ou em uma conjuntura que se demonstrará ser um beco sem saída ou pelo menos marginal a outras mudanças que não podemos divisar hoje. No entanto, na tentativa de fazer um diagnóstico a partir ‘do meio’, pensamos que o conceito de biopoder direciona nossa atenção em três elementos chave que estão em jogo em qualquer transformação: o conhecimento de processos de vida vitais, as relações de poder que adotam os humanos como seres vivos como seu objeto, e os modos de subjetivação através dos quais os sujeitos atuam sobre si próprios *qua* seres vivos –, assim como suas múltiplas combinações.

Na nova economia política da vitalidade, os fluxos transnacionais de conhecimento, células, tecidos e propriedade intelectual estão associados a intensificações locais e são regulados por instituições supranacionais. A mobilização de pessoas, tecidos, órgãos, patogêneses e terapias opera em diferentes velocidades

e encontra obstáculos e incitações locais. As subjetivações individualizantes e coletivistas também são móveis e transnacionais: os grupos de fibrose cística atravessam as barreiras nacionais e de classe, como o fazem as pessoas que cuidam delas; os modelos de ativismo de pacientes se expandem, e são adotados e reinterpretados de Bangladesh a Toronto. Quem, em 1955, poderia imaginar as pessoas deprimidas como sendo uma categoria global, não apenas como alvos, mas também como sujeitos ativos em uma nova biopolítica da saúde mental? Se estamos em um momento emergente de política vital, a celebração ou a denúncia são insuficientes como abordagens analíticas. O conceito de biopoder, utilizado de maneira precisa, relacionado a investigações empíricas e sujeito ao desenvolvimento inventivo, certamente teria lugar como uma parte chave em um conjunto de ferramentas analíticas adequado para o diagnóstico do que Gilles Deleuze (1989) denominou de “futuro próximo”.

Referências

- AGAMBEN, G. (1995). *Homo sacer*. Torino, G. Einaudi.
- AGAMBEN, G. (1996). *Mezzogi senza fine: note sulla politica*. Torino, Bollati Boringhieri.
- Agamben, G. (1998). *Homo sacer: sovereign power and bare life*. Stanford, Calif., Stanford University Press.
- AGAMBEN, G. (2000). *Means without end: notes on politics*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- AGAMBEN, G. (2000). *Remnants of Auschwitz: the witness and the archive*. New York, Zone Books.
- AGAMBEN, G. (2005). *State of exception*. Chicago, University of Chicago Press.
- Braudel, F. and E. Labrousse (1976). *Histoire économique et sociale de la France*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BRENNER, S. (2000). “Genomics - The end of the beginning.” *Science* **287**(5461): 2173-2174.
- CAUTHEN, K. (1971). *Christian Biopolitics: A Credo & Strategy for the Future*. Nashville, Abingdon Press.
- DELEUZE, G. (1988). *Foucault*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- DELEUZE, G. (1989). Qu'est-ce qu'un dispositif? *Michel Foucault, philosophe*. Paris, Editions de Seuil.
- DELEUZE, G. (1995). Postscript on Control Societies. *Negotiations*. New York, Columbia University Press: 177-182.
- DONZELOT, J. (1979). *The Policing of Families*. New York, Pantheon Books.
- EWALD, F. (1986). *L'État Providence*. Paris, Grasset.
- FOUCAULT, M. (1977). *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York, Random House.

- FOUCAULT, M. (1978). *The history of sexuality, vol. 1. The will to knowledge*. London, Penguin.
- FOUCAULT, M. (1984). On the genealogy of ethics. *The Foucault Reader*. P. Rabinow. New York, Pantheon.
- FOUCAULT, M. (2000). The risks of security. *Power: Michel Foucault: The Essential Works 1954-1984*. New York, New Press: 365-381.
- FOUCAULT, M. (2002). *Society must be defended: lectures at the Collège de France, 1975-76*. New York, Picador.
- FOUCAULT, M., P. Rabinow, et al. (2003). *The essential Foucault: selections from essential works of Foucault, 1954-1984*. New York; London, New Press.
- FRANKLIN, S. (1997). *Embodied progress: a cultural account of assisted conception*. London, Routledge.
- FRANKLIN, S. (Forthcoming 2006). *Born and Made: an ethnography of pre-implantation genetic diagnosis*. Princeton, Princeton University Press.
- HARDT, M. and A. Negri (2000). *Empire*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- HAY, D. (1975). *Albion's fatal tree: crime and society in eighteenth-century England*. New York, Pantheon Books.
- LE GOFF, J. (1980). *Time, work, & culture in the Middle Ages*. Chicago; London, University of Chicago Press.
- LE GOFF, J. (1990). *The Medieval world*. London, Collins & Brown.
- M'CHAREK, A. (2005). *The Human Genome Diversity Project: an ethnography of scientific practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MEADOWS, D. H. (1972). *The Limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. London, Earth Island Ltd.
- MESNARD, P. (2004). "The political philosophy of Giorgio Agamben: a critical evaluation." *Totalitarian Movements and Political Religions* 5(1): 137-157.
- MESNARD, P. and C. Kahan (2001). *Giorgio Agamben A l'Épreuve d'Auschwitz*. Paris, Editions Kimé.
- NOVAS, C. and N. Rose (2000). "Genetic risk and the birth of the somatic individual." *Economy and Society* 29(4): 485-513.
- PROCTOR, R. (1999). *The Nazi war on cancer*. Princeton, N.J.; Chichester, Princeton University Press.
- RABINOW, P. (1989). *French modern: norms and forms of the social environment*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- RABINOW, P. (1994). "The third culture." *History of the human sciences* 7(2): 53-64.
- RABINOW, P. (1996). Artificiality and Enlightenment: From Sociobiology to Biosociality. *Essays on the Anthropology of Reason*. Princeton, Princeton University Press: 91-112.
- RABINOW, P. (1999). *French DNA: trouble in purgatory*. Chicago IL, University of Chicago Press.
- RABINOW, P. and T. Dan-Cohen (2004). *A Machine to Make a Future: Biotech Chronicles*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- RABINOW, P. and T. Dan-Cohen (2006). *A Machine to Make a Future: Biotech Chronicles, 2nd edition with a new Afterword*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- REARDON, J. (2001). "The Human Genome Diversity Project: A Case Study in Coproduction." *Social Studies of Science* 31(3): 357-388.
- REARDON, J. (2005). *Race to the finish: identity and governance in an age of genomics*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

- ROBEY, B., Rutstein S.O., Morris L. and Blackburn, R. (1992). *The reproductive revolution: new survey findings*. Baltimore, MD, Population Information Programme.
- ROSE, N. (1985). *The psychological complex: psychology, politics and society in England, 1869-1939*. London; Boston, Routledge & Kegan Paul.
- ROSE, N. (1999). *Powers of freedom: reframing political thought*. Cambridge; New York, Cambridge University Press.
- ROSE, N. (2001). "The politics of life itself." *Theory, Culture & Society* 18(6): 1-30.
- ROSE, N. (2006). *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty First Century*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- ROSE, N. and C. Novas (2005). Biological Citizenship. *Global Assemblages: Technology, Politics and Ethics as Anthropological Problems*. A. Ong and S. Collier. Malden, MA, Blackwell Publishing: 439-463.
- THOMPSON, E. P. (1975). *Whigs and hunters: the origin of the Black Act*. London, Allen Lane.
- THROSBY, K. (2004). *When IVF Fails*. Macmillan, Palgrave.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (1963). Declaration on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination.

RESUMO

O conceito de biopoder hoje

Neste artigo empreendemos uma clarificação conceitual dos conceitos de biopoder e biopolítica, e argumentamos em favor de sua utilidade na análise contemporânea. Consideramos o desenvolvimento foucauldiano destes conceitos, e diferenciamos sua visão, a qual é próxima da nossa, da retomada dos termos por Giorgio Agamben e Antonio Negri. Sugerimos que o biopoder envolve um ou mais discursos de verdade sobre o caráter 'vital' dos seres humanos; um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade; estratégias de intervenção na existência coletiva em nome da vida e da saúde; e modos de subjetivação, nos quais os indivíduos atuam sobre si próprios em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva. Afirmamos que, enquanto uma forma excepcional, especialmente em condições de ditadura absolutista, e quando combinado com certos recursos técnicos, o biopoder pode levar a uma 'tanatopolítica' assassina – uma política da morte. Porém, o biopoder nos estados contemporâneos assume uma forma diferente. Caracteristicamente, ele envolve uma relação entre 'deixar morrer' (*laissez mourir*) e 'fazer viver' (*faire vivre*) – ou seja, estratégias de governo da vida. Utilizando exemplos de nossas pesquisas atuais, consideramos os desenvolvimentos recentes no biopoder em torno de três temas: raça, população e reprodução, e medicina genômica.

Palavras-chave: biopoder; biopolítica; raça; genômica; população; reprodução

ABSTRACT*Thoughts on the Concept of Biopower Today*

In this paper we undertake some conceptual clarification of the concepts of biopower and biopolitics, and argue for their utility in contemporary analysis. We consider Foucault's development of these concepts, and differentiate his view, which is close to ours, from the philosophical take-up of the terms by Giorgio Agamben and Antonio Negri. Biopower, we suggest, entails one or more truth discourses about the 'vital' character of living human beings; an array of authorities considered competent to speak that truth; strategies for intervention upon collective existence in the name of life and health; and modes of subjectification, in which individuals work on themselves in the name of individual or collective life or health. We argue that while exceptional forms of biopower, especially in conditions of absolutist dictatorship, and when combined with certain technical resources, can lead to a murderous 'thanatopolitics' – a politics of death - biopower in contemporary states takes a different form. It characteristically entails a relation between 'letting die' (*laissez mourir*) and making live (*faire vivre*) – that is to say strategies for the governing of life. Using examples from our own current research, we consider recent developments in biopower around three themes: race, population and reproduction, and genomic medicine.

Keywords: biopower; biopolitics; race; genomics; population; reproduction

Recebido para apreciação: outubro de 2005

Aprovado para publicação: fevereiro de 2006

CIÊNCIA E PÓS-REPRESENTAÇÃO: NOTAS SOBRE HEIDEGGER

Paulo Cesar Duque-Estrada

Como alguém pertencente à área da filosofia, julgo muito oportuno contribuir para este volume, dedicado a questões sobre ciência e ética, com uma apresentação dos pressupostos filosóficos que norteiam o pensamento de Heidegger sobre o advento da moderna ciência. Entendo que a atualidade de Heidegger incide, justamente, sobre os dois elementos que constituem o nosso tema: ciência e ética. É verdade que Heidegger nunca tratou de questões pontuais, internas ao fazer científico. É também verdade que ele nunca se ocupou com qualquer projeto de construção de uma ética que viesse recolocar o ideal da boa deliberação à luz dos novos e inusitados desafios resultantes da irresistível expansão técnica da ciência, em sua interferência sobre tudo. Ainda assim, a força de problematização do seu pensamento¹ já é, por si, razão suficiente para que Heidegger compareça como uma das principais referências a que, hoje, podemos recorrer, quando assumimos a tarefa de pensar no entrecruzamento entre ciência e ética. É o que pretendo mostrar a seguir, através do fio condutor de sua crítica da representação.

Representação e história da metafísica

Sabe-se que, para Heidegger, a história da metafísica se constitui, essencialmente, como a história do esquecimento do ser. Em seus primórdios, entre os gregos, o ser fora compreendido como presença (*Anwesenheit*), compreensão esta que se encontrava pressuposta na noção de verdade como desvelamento (*a-létheia*). Isto pode ser apreendido de uma forma muito simples: se a verdade é entendida como desvelamento, é necessário que se pressuponha algo presente, o desvelado, que, enquanto tal, em sua presença, mostra-se no desvelamento. Esta presença, os gregos a conceberam como *to hypokeimenon*, ou seja, como “o elemento nuclear da coisa ... que subjaz e já existe sempre”. Aqui não se trata, segundo Heidegger, de uma simples designação arbitrária. Ao contrário, através do termo *hypokeimenon* fala “a experiência grega fundamental

¹ A expressão deste meu reconhecimento pretende situar-se em algum outro lugar que não seja nem o da devoção, nem o da aversão a Heidegger.

do ser dos entes no sentido da presença” (...*die griechische Grunderfahrung des Seins des Seienden im Sinne der Anwesenheit*) (Heidegger, 1992, p. 16); sendo a sua primeira expressão conceitual encontrada na “idéia” platônica. Ainda de acordo com Heidegger, com a recepção romano-latina das palavras gregas, *hypokeimenon* tornou-se primeiramente *subjectum*, “aquilo sobre o qual a proposição diz alguma coisa”, para tornar-se em seguida, na idade moderna, a auto-consciência do sujeito:

Até Descartes, diz Heidegger, o que quer que se encontrasse por si mesmo à mão era [concebido como] ‘sujeito’; mas agora o “Eu” se torna um sujeito especial, [ou seja, ele passa a ser compreendido como] aquilo em relação ao qual todas as outras coisas recebem a sua determinação enquanto tal (Heidegger 1977a, p. 280).

É neste sentido, aliás, que Heidegger cria o termo “subjetividade” (*Subjektivität*), para “sublinhar o fato de que a determinação do ser se dá em termos do ‘subjectum’, mas não necessariamente por um ego”. A *subjetividade*, diz Heidegger, “nomeia a história unificada do ser, [desde o seu início, com o] caráter essencial do ser como idéia, até [a realização] da essência moderna do ser como vontade de poder (Heidegger, 1977b, p. 68 e ss, n. 5).

Mas é a partir da idade moderna que *hypokeimenon* passará a ser compreendido como a auto-certeza do próprio cogito (“*ego cogito ergo sum*”), ou seja, como o sujeito que põe diante de si todas as coisas que encontra, reduzindo-as todas, deste modo, à condição de objeto de sua representação (*Vorstellung*). É com Descartes, portanto, que o pensamento passará a ser representação. Heidegger:

O pensamento [a partir deste momento, a partir de Descartes] é representação, pôr diante, é uma relação representacional com o que é representado. Representar significa aqui (*Vorstellen meint hier*): a partir de si mesmo pôr algo diante de si mesmo (*von sich her etwas vor sich stellen*), assegurando (*sicherstellen*) o que, assim, foi posto (*das Gestellte*). Um tal assegurar tem que ser um calcular (*muss ein Berechnen sein*), pois somente a calculabilidade (*Berechenbarkeit*) garante a certeza, de antemão e de um modo constante (*im voraus und ständig*), a respeito daquilo a ser representado (Heidegger, 1977c, p. 108).

Configura-se, pois, com esta lógica, a ordem da representação; sua certeza, a certeza da representação, se instaura como verdade. A partir de então, com a metafísica de Descartes, o que quer que aceda ao ser, isto é, o que quer que possa ser de algum modo, é definido, e definido “pela primeira vez”, diz Heidegger, “como a objetividade do representar (*Gegenständlichkeit des Vorstellens*)”; do mesmo modo que a verdade é também pela primeira vez definida “como a certeza do representar (*Gewissheit des Vorstellens*)” (Heidegger, 1977c, p. 87 e 127). A época

moderna que então se inicia é também, e conseqüentemente, a época das concepções de mundo ou, literalmente, das imagens do mundo (*Weltbild*):

Onde quer que advenha uma imagem de mundo (*Weltbild*), tem lugar uma decisão essencial (*eine wesentliche Entscheidung*) a respeito do ente em sua totalidade [ou seja, a respeito de tudo o que *é* de um modo ou de outro]. O ser dos entes é procurado e encontrado no ser representado dos entes (*in der Vorgestelltheit des Seienden*) (Heidegger, 1977c, p. 89-90, 130).

Isto não quer dizer que, antes da idade moderna, não havia em absoluto representação. Afinal, como Heidegger enfatizou, a metafísica sempre pensa *algo*, ela é sempre pensamento de alguma coisa; podemos dizer que ela sempre e já *entificou* o ser de alguma forma, ou seja, sempre pensou o ser como se este fosse um ente². No entanto, Heidegger também assinalou insistentemente que, ao contrário da interpretação moderna, a interpretação grega do ente se funda numa experiência mais originária de seu desvelamento. A este respeito, a propósito de uma sentença de Parmênides que, segundo Heidegger, consiste em “um dos mais antigos pronunciamentos do pensamento grego sobre o ser do ente”, e que diz: “pensamento e ser são o mesmo”, Heidegger vê nesta afirmação – que pensamento e ser são o mesmo – a expressão de uma experiência mais originária de desvelamento do ente, comparada com a experiência moderna do mesmo. Em tal experiência, diz Heidegger,

O ente é o que se ergue (*das Aufgehende*) e o que se abre (*Sichöffnende*), e, como aquilo que [assim] se presentifica (*das Anwesende*), [ele] vem ao encontro do ser humano (*den Menschen*) como aquele que [por sua vez, também] se presentifica (*den Anwesenden*); ou seja, [o ente] vem ao encontro daquele [o ser humano] que em si mesmo se abre ao que se presentifica na medida em que o apreende (*indem er es vernimmt*) (Heidegger, 1977c, p. 190, 131,132).

Assim, estando sempre e já *aí*, na abertura do ente, o ser humano ali permanece³. Nesta abertura, e através dela, ele é reunido consigo mesmo e assim, consigo mesmo, é trazido à presença, em conjunto com o ente em sua totalidade. Neste sentido, diz Heidegger:

² Precisamente neste sentido, a metafísica é marcada por um esquecimento do ser e uma adesão ao ente. Assim, como veremos, a radical objetivação de tudo, que caracteriza a época da ciência, já estaria prenunciada na origem grega da metafísica ocidental.

³ Tal permanência sendo inerente ao seu modo de ser.

...a fim de realizar a sua essência, o homem grego deve reunir (*legen*) e proteger (*sozēin*), apreender [*auffangen*] e preservar [*behalten*]⁴ o que se abre em sua abertura [*das Sichöffnende in seiner Offenheit*], e permanecer [nesta abertura] exposto (*alethein*) a toda sua fragmentária confusão⁵ [*und aller sich aufspaltenden Wirrnis ausgesetzt bleiben*].

Heidegger resume tudo isto em um só dizer:

...o homem grego é como aquele que apreende (*der Vernehmer*)⁶ o que é [ou seja, como aquele que apreende os entes – *der Vernehmer des Seienden*], e esta é a razão pela qual, na época dos gregos, o mundo não pode se tornar uma imagem [uma concepção, *picture, Bild*] (Heidegger, 1977c, p. 191,131).

Desta forma, se, neste âmbito de desvelamento, o ser humano pôde se perceber como medida (*metron*) de todas as coisas, tal como no dizer de Protágoras⁷, ou se Platão pensou o ser do ente como o que é contemplado, ou seja, como “idéia”, ou se ainda, em Aristóteles, a relação com o ente é pensada como “*theoria*”, pura contemplação; em todos estes casos, sem dúvida, o ente encontra-se relacionado ao ser humano, a um alguém, como um *egô*. Mas, como enfatiza Heidegger, isto acontece somente na medida em que “o *egô* (*egv*) permanece no âmbito de um desvelamento que lhe é dado sempre como este desvelamento particular [*als je diesem zugeteilten Unverborgenen*]”. É só assim, estando já inserido num certo âmbito de desvelamento, que

...o ser humano apreende [*vernimmt*] todas as coisas que se encontram presentes neste âmbito de desvelamento como coisas que são [*als seiend*] [ou seja, como coisas que *são* de um modo ou de outro; como entes]. A apreensão do que se presentifica funda-se [não no *egô* em si mesmo, mas no seu *permanecer*] no interior do âmbito de desvelamento (Heidegger, 1977c, p. 145, 104).

Neste horizonte da experiência grega do ente, portanto, há que se pensar em um pertencimento (*Zugehörigkeit*) do “Eu” a tudo o que, juntamente com ele,

⁴ De acordo com o tradutor de *Die Zeit des Weltbildes* para o inglês, William Lovitt, “o verbo (*behalten*) fala de um preservar que libera o preservado, permitindo que ele se manifeste”. Segundo o Cassell’s German Dictionary, o verbo se aplica também no sentido de preservar uma tradição ou as aparências.

⁵ “*sundering confusion*”, na tradução de Lovitt.

⁶ Lovitt observa, em uma nota na sua tradução do texto de Heidegger, que “o substantivo *Vernehmer* se relaciona ao verbo *vernehmen* (ouvir, perceber, compreender). *Vernehmen* diz respeito a uma recepção imediata, em contraste com o pôr-diante (*vor-stellen*) que aprisiona (*arrests*) e objetiviza”.

⁷ “O homem é a medida de todas as coisas, daquelas que são, que elas são, daquelas que não são, que elas não são”.

vem à presença no interior de um âmbito particular de desvelamento. Em outros termos, no contexto da experiência grega do ente, o ser humano só pode se perceber como medida das coisas enquanto ele já tiver aceitado a sua limitação (*Mässigung*) ao âmbito de desvelamento em que ele mesmo se encontra, e que ele deve preservar.

É neste sentido que ainda não se pode falar apropriadamente em representação, como traço determinante da experiência grega do ente. Aliás, além da Antigüidade grega, também a época medieval, segundo Heidegger, vai se assentar igualmente numa experiência *não-representacional* do ente. A época medieval se relaciona com o ente, com “o-que-é”, enquanto *ens creatum*. Ser alguma coisa, ser um ente, significa pertencer à ordem criada por Deus; o que quer dizer que a essência do ente aqui não é aquela – ou não é ainda aquela – de um objeto que, enquanto tal, no dizer de Heidegger, “...é trazido diante do ser humano como o objetivo [*als das Gegenständliche*], posto no âmbito do conhecimento e do que é disponível ao sujeito humano, e só assim (*und so allein*) [só nestas condições] é algo-que-é [é um ente (*seiend ist*)]” (Heidegger 1977c, p. 90, 130).

E, no entanto, de acordo com Heidegger, embora o desvelamento – tanto no contexto grego quanto medieval – aconteça na concomitância com a apreensão (*vernehmen*) do ente; que esta última, a apreensão do ente, que só se dá em função de um âmbito determinado de desvelamento, que ela, a apreensão do ente, venha a dar lugar à representação (*vorstellen*) do ente, ou, em outras palavras, que “o-que-é”, ou seja, o ente, deva se tornar “o-que-é” na representação, em seu ser-representado (*in der Vorgestelltheit*) – o que ocorre com o início da época moderna –, este evento, ou advento, da representação, segundo Heidegger, já estaria antecipado na concepção platônica do ser como “idéia”. Heidegger:

...que o ser do ente [ou entidade do ente; *die Seiendheit des Seienden*] é determinado por Platão como *eidos* (aspecto [*Aussehen*], vista [*Anblick*]) [tal] é a pressuposição destinada muito anteriormente, e há muito tempo dominante de um modo mediado⁸ e oculto (*lang in Verborgenen mittelbar waltende Voraussetzung*), para que o mundo devesse se tornar imagem (*dass die Welt zum Bild werden muss*) (Heidegger, 1977c, p. 91, 131).

O traço fundamental na mudança do modo de desvelamento – mudança esta que, em todo caso, já se encontrava destinada de antemão, desde o início da metafísica – vai se encontrar, então, na passagem da *apreensão* do ente para a sua *representação*. Diz Heidegger:

⁸ “*indirectly*”, na tradução de Lovitt.

Algo inteiramente outro, em contraste com o apreender grego [*griechischen Vernehmen*], é o que significa o moderno representar [*das neuzeitliche Vorstellen*], cujo sentido é trazido primeiramente à expressão na palavra *repraesentatio*. Representar [*Vorstellen*] significa aqui: trazer para diante de si o ente-simplesmente-dado⁹ (*das Vorhandene*) como algo que vem ao encontro, relacioná-lo a si, àquele que o representa, e forçá-lo de volta [*zurückzwingen*] a esta referência a si como âmbito normativo [*massgebenden Bereich*] (Heidegger, 1977c).

Prosseguindo na sua argumentação, Heidegger vai dizer que no desenrolar deste processo ou destino, como ele diz, da metafísica, a totalidade das coisas que, com a idade moderna, sofrera uma redução à condição de objeto – objeto da representação –, sofre, em seguida, uma outra transformação. Uma transformação ainda mais drástica, que ocorre com o culminar da metafísica na irresistível e auto-suficiente afirmação da tecnociência. A partir de então, as coisas perdem o seu caráter de objeto para se transformarem em estoque ou fundo de reserva (*Bestand*).

Deve-se levar em conta, aqui, três aspectos inseparáveis que configuram esta nova situação: 1) a dissolução do objeto [“O que quer que permaneça como estoque, já não mais se nos depara como objeto”]; dissolução esta que se dá como contrapartida 2) de uma radicalização da condição própria ao objeto de estar à disposição, entregue e disponível ao pensamento calculador. Heidegger fornece vários exemplos para ilustrar esta nova ordem marcada pela dissolução do objeto decorrente da própria maximização de sua disponibilidade. Exemplos que, aliás, já começam a se mostrar um tanto bucólicos, mesmo levando-se em conta suas referências à energia atômica, se compararmos com outros exemplos que hoje ele poderia nos dar, mas que, em todo caso, nós mesmos já presenciamos por toda parte, à luz da engenharia genética, da internet e de outras formas de informação em tempo real, das armas biológicas etc. Mas tomemos um exemplo bastante conhecido de Heidegger:

A usina hidroelétrica posta no Reno dis-põe o rio a fornecer pressão hidráulica, que dispõe as turbinas a girar, cujo giro impulsiona um conjunto de máquinas, cujos mecanismos produzem corrente elétrica. As centrais de transmissão e sua rede se dispõe a fornecer corrente. Nesta sucessão integrada de disposições de energia elétrica, o próprio rio Reno aparece, como um dispositivo. A usina hidroelétrica não está instalada no Reno, como a velha ponte de madeira que, durante séculos, ligava uma margem à outra. A situação se inverteu. Agora é o rio que está instalado na usina. O rio que hoje o Reno é, a saber, fornecedor de pressão hidráulica, o Reno o é pela essência da usina. (...) E, não obstante, há de se objetar: o Reno continua, de fato, sendo o rio da paisagem. Pode ser. Mas de que maneira? – À maneira de um objeto disposto à visita turística por uma agência de viagens, por sua vez, disposta por uma indústria de férias (Heidegger, 2002a, p. 20).

⁹ “*present at hand*”.

Há ainda 3) um terceiro aspecto a se levar em conta nesta nova configuração. Com o desaparecimento do objeto, o seu correlato, ou seja, o sujeito – que põe diante de si o objeto como o representado de sua representação – desaparece também. O sujeito se transforma igualmente em estoque; também ele se encontra na condição de estar disponível à manipulação e reordenação calculadoras de tudo.

Todo este processo contínuo de uma ordenação de todas as coisas que, assim, já se disponibilizam como estoque para uma outra ordenação que, por sua vez, se encontra já disponível como estoque para uma outra ordenação de tudo e assim sucessivamente, constitui a ordem do *Gestell* (*enframing, arraisonnement, arazoamento*¹⁰); ordem esta que já não se dá nem em função da autonomia de um sujeito da representação, e nem, correlativamente, por meio da redução de todas as coisas à condição de objeto. Ambos, sujeito e objeto, são reduzidos agora à condição de estoque ou fundo de reserva sempre e já disponível ao cálculo de estratégias e práticas sucessivas e sempre renovadas de apropriação, manipulação e ordenação de tudo.

Estes três aspectos, contudo, [quais sejam 1) a dissolução do objeto, conseqüente 2) da maximização de sua disponibilidade e, correlativamente, 3) a dissolução do sujeito] não deixam de apontar para algo positivo nesta ordem da ciência. De fato, apesar de perceber um enorme perigo veiculado na época da ciência, o perigo de que “o pensamento calculador possa um dia vir a ser aceito e praticado como a única forma de pensar” (Heidegger, 1966. p. 56); apesar deste perigo, Heidegger entende também que a ciência, ou, mais especificamente, o seu recente desdobramento como tecnociência, traz nela mesma algo extremamente relevante para o pensamento:

¹⁰ Tradução proposta por Ernildo Stein, na mesma linha da tradução francesa que converte o termo alemão para ‘*arraisonnement*’, e com base também no sentido do termo ‘arazoamento’ na língua portuguesa que Stein transcreve do *Dicionário da Língua Portuguesa* da ABL de Antenor Nascentes: “ato ou efeito de arazoar: expor, apresentando razões pró ou contra; raciocinar, discorrer, conversar; discutir, alterar com outrem, disputando, argumentar”. Transcrevo, a seguir, parte da nota de Stein que aparece em sua tradução do texto de Heidegger “Identidade e Diferença”: “Heidegger utiliza a palavra *Gestell* (que em alemão significa armação, estante etc), proveniente do verbo *stellen*, que tem o sentido de pôr, apontar o lugar, fixar, regular, provocar, exigir contas, contestar etc., para definir aquele âmbito que se cria pelo confronto entre homem e técnica (homem e natureza a ser transformada pela técnica), na medida em que ambos se provocam, exigem contas um do outro, chamam-se à razão reciprocamente. (...) a palavra arazoamento exprime também o império da razão que tudo invade pela técnica, que caracteriza uma época em que o homem busca as razões, os fundamentos de tudo, calculando a natureza, e em que a natureza provoca a razão do homem a explorá-la como um fundo de reserva sobre o qual dispõe”.

...o que foi pensado e poetizado na aurora da antiguidade grega atua ainda hoje, e atua de um tal modo que sua essência, ainda oculta para ela mesma [para a antiguidade grega], vem por toda parte ao nosso encontro, e nos alcança ali onde menos esperamos, a saber, no domínio da técnica moderna (*in der Herrschaft der modernen Technik*), que é completamente estranha à antiguidade mas que, não obstante, tem nesta última a origem [ou a proveniência] de sua essência (*Wesensherkunft*) (Heidegger, 1954, p. 47-48; 2002c, p. 41).

A positividade de que se trata aqui, o que é novo e relevante para a nossa atual experiência de pensamento, está no fato de que agora, com a dissolução de sujeito e objeto, é a própria relação sujeito-objeto (*die Subjekt-Objekt-Beziehung*), como relação pura e simples, que passa a ter um primado sobre ambos – sujeito e objeto –, disponibilizando-os como fundo de reserva. A positividade disto está no fato deste campo relacional que, então, se abre, constituir o âmbito mesmo em que se dá todo vir-à-presença. Como este âmbito já se dá para além da dicotomia sujeito/objeto, ele pode abrigar uma nova experiência de pensamento, uma nova forma de se relacionar com as coisas em geral, não mais segundo a lógica da representação. Deste modo, o que está aqui em questão diz respeito à possibilidade de, novamente, sermos capazes de pensar – para além da soberania de um racionalismo objetivador e apropriante –, a nossa condição originária de estar, sempre e já, relacionado ao ente, à luz de seu modo próprio de vir-à-presença; condição esta que, no dizer de Heidegger, constitui “o que é digno de ser questionado (*das Fragenwürdige*)”.

Sobre esta condição, que constitui “o que é digno de ser questionado”, Heidegger diz o seguinte:

Ao contrário de tudo o que é meramente questionável, e de tudo o que é ‘sem questão’, o que é digno de ser questionado nos proporciona, a partir de si mesmo, a oportunidade clara e o apoio livre através do qual somos capazes de ir ao encontro e convocar o apelo que fala e diz respeito à nossa essência. Encaminhar na direção do que é digno de ser questionado não é aventura, mas retorno ao lar.

E, em seguida:

Seguir uma direção que é o rumo que uma coisa já tomou por si mesma, chama-se, em nossa língua, *sinnan, sinnen* [pensar o sentido, refletir, ‘to sense’]. Entregar-se ao sentido é a essência do pensamento que pensa o sentido [*das Wesen der Besinnung*]. Isto significa mais do que o mero fazer-se consciente de algo. Ainda não pensamos o sentido quando somos apenas consciência [ou seja, poderíamos acrescentar, como uma nota nas entrelinhas do texto de Heidegger, quando estamos na esfera da representação].

Pensar o sentido é mais do que isto [*Besinnung ist mehr*]. É a serenidade [*Gelassenheit*]¹¹ em direção ao que é digno de ser questionado [*zum Fragwürdigen*] (Heidegger, 1954, p. 68, 58; 2002c, p. 179-180).

E o que é digno de ser questionado se traduz, portanto, nesta relação que tomou precedência, ou, poderíamos dizer, embora Heidegger não use este termo, que se emancipou tanto do sujeito quanto do objeto para se afirmar como fundo de reserva. Mais especificamente, a positividade disto está no fato desta relação poder se mostrar, pela primeira vez, como *apelo do ser e resposta ao ser*. Notemos, de passagem, que há aqui uma espécie de redução – redução ao essencial; ao que é “digno de ser questionado” – que não é posta simplesmente pelo pensamento. Não se trata aqui de uma construção intelectual. Esta redução ao essencial, se podemos falar assim, se dá como uma ocorrência; ela ocorre no nosso tempo e, mais precisamente, com a ordem da tecnociência. Ela não é posição imanente ao pensamento – não é algo que diga respeito à ordem da representação – ela é solicitação ao pensamento. A experiência do pensar aqui não se faz, portanto, sem experiência de alteridade, de abalo e estranhamento.

Mas como pensar apropriadamente esta relação entre solicitação do ser e resposta à solicitação do ser? Esta relação tem uma história; ela se envia, desde a antiguidade grega até a moderna tecnociência, como a história unificada – no sentido de essencial, ou de história da essencialização – do Ocidente. Para pensar

¹¹ Com o termo “serenidade”, tenta-se reproduzir a associação que, com o termo *Gelassenheit*, Heidegger propõe entre uma passividade e, correlativamente, uma liberação, um deixar-ser, que se dá para além de toda investida representativa, objetivante, dominadora, calculadora etc. O pensamento do sentido (*Besinnung*) comporta este duplo aspecto, passivo e liberador. É nesta perspectiva que os tradutores do texto *Gelassenheit* para o inglês propõem a palavra “*releasement*”. Sobre o termo alemão usado por Heidegger, encontramos a seguinte nota na referida tradução para o inglês: “*Gelassenheit*, embora usada atualmente na língua alemã, no sentido de domínio de si (*composure*), calma (*calmness*) e despreocupação (*unconcern*), possui também significados mais antigos, usados por místicos alemães (como Mestre Eckhart), no sentido de deixar o mundo seguir o seu curso (*letting the world go*) e entregar-se a Deus.” *Discourse on Thinking. A Translation of Gelassenheit. (Op. Cit.)*, p. 54. Mas é importante sublinhar também que tal estado ou condição de passividade ou calma em que as coisas são liberadas para serem o que são, tal estado ou condição significa também, e por isso mesmo, um deixar ser o que *se é*, ou seja, um voltar-se liberador do homem para o seu ser próprio. O que se trata aqui, quando se fala em pensamento do sentido (*Besinnung*; *meditative thinking* na tradução inglesa; “reflexão” na tradução portuguesa), é, como diz Heidegger, “a salvaguarda da natureza essencial do homem.” Ou seja, o que vem a dar no mesmo, ainda segundo Heidegger, “a questão [de que se trata aqui] é a de se manter vivo o pensamento do sentido (*meditative thinking*).” *Discourse on Thinking*, p. 56.

esta história ou, melhor, usando os termos de Heidegger, “para experimentar a presença desta história (*diese Gegenwart der Geschichte*), precisamos nos desvencilhar da representação historiográfica da história (*Das historische Vorstellung der Geschichte*) que ainda domina” (Heidegger, 1954, p. 48, 41; 2002c, p. 158). E isto porque, na historiografia, a história comparece como objeto. A historiografia faz parte, portanto, da história dos envios do ser; ela diz respeito a uma época desta história, à época da representação. A história que está em questão aqui não diz respeito simplesmente ao objeto de um texto historiográfico (*der Gegenstand der Historie*), nem meramente ao processo da atividade humana (*der Vollzug menschlichen Tuns*). A história que Heidegger tem aqui em vista, como ele diz em *A questão da técnica*, é o destino (*Geschick*), o “envio (*Schicken*) que reúne (*versammelnde*)” [ou seja, o envio do ser que reúne na conformação de épocas, formando uma história unificada dos envios], e que determina a essência de toda história (Heidegger, 2002a, p. 27). Mais adiante, neste mesmo texto, Heidegger explicita que o sentido que ele pensa aqui para “envio” é o mesmo que, na linguagem ordinária, se usa para “enviar” enquanto “pôr num caminho” (*Auf einen Weg bringen*); e que o caminho em questão é o caminho do desvelamento (*Weg des Entbergens*).

Para além da representação

É preciso, portanto, pensar esta história, a presença desta história, na condição atual em que nos encontramos, fora da representação. Esta seria uma tarefa urgente e anterior a qualquer construção ou reconstrução de uma ética. Uma ética, digna deste nome, só seria possível após a consolidação de um pensamento não representacional. Caso contrário – e esta é uma provocação, que não me parece facilmente contornável, do pensamento heideggeriano – não estaríamos apenas prolongando, para o campo da ação, os mesmos ditames da objetivação, do ideal de certeza, do cálculo, enfim, da representação? Não será antes necessário que saibamos onde nos encontramos, e, assim, resgatar alguma orientação no pensamento?

Em *Identidade e Diferença* (Heidegger, 1991) Heidegger fala de um salto para fora da representação. Para onde salta o salto, pergunta ele? E responde: “Para lá onde já fomos admitidos: [para] o pertencer ao ser”. Em outras palavras, para esta condição originária de ser solicitado e de responder à solicitação do ser; ou, como Heidegger diz, para o comum-pertencer (*das Zusammengehören*) de homem e ser. Heidegger deixa bem claro – o que, novamente, não me parece sem conseqüências, para as discussões atuais em torno da ética – que, para pensarmos apropriadamente este comum-pertencer de homem e ser, deve-se evitar, de pronto, a ênfase sobre a primeira parte da expressão “comum-pertencer”; portanto, sobre a comunidade deste *comum-pertencer*. Aqui a representação retorna e se antecipa implacavelmente; e o sentido do pertencimento

de homem e ser é pensado a partir de uma *unidade entre ambos*. Neste caso, diz Heidegger, “*pertencer significa integrado, inserido na ordem de uma comunidade (...), reunido para a unidade do sistema, mediado pelo centro unificador de uma adequada síntese*” (Heidegger, 1991, p. 141). É que a transferência do individual para o comunitário em nada abala a estrutura mesma da representação. A presença a si do sujeito da representação apenas se deslocou para um plano coletivo.

Neste mesmo sentido, no Apêndice 9 de *A época das imagens do mundo*, lemos a seguinte passagem:

O homem como ser racional da época do Iluminismo não é menos um sujeito do que o homem que se auto percebe como nação, que deseja a si mesmo como povo, que se autopromove como raça e, finalmente, que se autoriza como senhor da terra (Heidegger, 1977, p. 152).

É deste modo que a ênfase precisa recair sobre o segundo termo da expressão “*comum-pertencer*” de homem e ser. Com tal ênfase, diz Heidegger, pode-se “*experimentar esta comunidade [de homem e ser] a partir do pertencer*”. *Isto se torna possível pelo salto do pensamento para fora da representação*. Com este salto, saltamos para onde sempre estivemos, ou seja, para o pertencimento de homem e ser. Trata-se, em outras palavras, mas que são também palavras de Heidegger, de *uma entrada não mediada no pertencer*; pertencer este

...cuja missão é dispensar uma reciprocidade de homem e ser e instaurar a constelação de ambos. O salto [continua Heidegger] é a súbita penetração [ou seja, o ingresso imediato, não representacional, diríamos, por acréscimo ao texto de Heidegger] no âmbito a partir do qual homem e ser desde sempre atingiram juntos a sua essência, porque ambos foram reciprocamente entregues como propriedade a partir de um gesto que dá (Heidegger, 1977, p. 143).

A experiência do pensamento se dá no penetrar (imediato, não representacional) deste âmbito; neste “*ai*” onde nos encontramos e que ainda não nos demos conta, ou não nos demoramos o bastante, nem na época em que Heidegger escreveu este texto, na década de cinqüenta, mas, certamente ele o diria, muito menos hoje. Onde, afinal, nos encontramos? “*Em que constelação de homem e ser*” nos encontramos hoje? Nos encontramos, ao mesmo tempo, no perigo extremo da tecnociência, em que domina a radical disponibilização/pulverização de tudo; mas também no insinuar de um possível caminho, para além da representação, em direção ao que salva.

Referências

- HEIDEGGER, Martin. (1992). *A Origem da Obra de Arte*. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa. Edições 70. 1992. p. 16. *Der Ursprung des Kunstwerkes*. In: Holzwege. Frankfurt am Main. Vittorio Klostermann. 1977.
- HEIDEGGER, Martin. (1977a). Modern Science, Metaphysics and Mathematics. In: Krell, D.F. (ed.): Martin Heidegger. *Basic Writings*. New York. Harper & Row.
- HEIDEGGER, Martin. (1977b). The word of Nietzsche: God is dead., In: Lovitt, W. (ed.): *The Question Concerning Technology and Other Essays*. New York. Harper & Row.
- HEIDEGGER, Martin. (1977c). The Age of the World Picture. In: Lovitt, W. (ed.): *The Question Concerning Technology and Other Essays*. New York. Harper & Row. Tradução de, Die Zeit des Weltbildes., In: *Holzwege*.
- HEIDEGGER, Martin. (2002a). A questão da técnica, In: *Ensaio e Conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis. Ed. Vozes.
- HEIDEGGER, Martin. (1966). *Discourse on Thinking*: a translation of *Gelassenheit*. Tr. John M. Anderson and E. Hans Freund. New York. Harper & Row.
- HEIDEGGER, Martin. (2002b). *Serenidade*. Trad. Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Lisboa. Instituto Piaget. s/d.
- HEIDEGGER, Martin. (1954). Wissenschaft und Besinnung, In: *Vorträge und Aufsätze*. Tübingen. Günter Neske Pfullingen. 1954.
- HEIDEGGER, Martin. (2002c). Ciência e pensamento do sentido, In: *Ensaio e Conferências*.
- HEIDEGGER, Martin. (1991). Identidade e Diferença, in *Os Pensadores*. Trad. Ernildo Stein. São Paulo. Nova Cultural.

RESUMO

Ciência e pós-representação: notas sobre Heidegger

O presente texto pretende situar as razões do argumento filosófico de Heidegger segundo o qual a possibilidade de uma ética hoje depende da ultrapassagem, que possa vir a ocorrer, do pensamento representativo. Isto implica uma reflexão sobre as bases metafísicas não apenas da ciência moderna, na qual se consolida o domínio da representação, mas também de seu desdobramento mais recente naquilo que se costumou chamar de tecnociência.

Palavras-chave: Heidegger; ciência; ética; pós-representação

ABSTRACT

Science and post-representation: notes on Heidegger

This text is intended to situate the reasons of Heidegger's philosophical argument according to which the possibility of an ethics today depends upon the surpassing or not of representational thought. That implies a reflection on the metaphysical foundations not only of modern science, where the rule of representation gets consolidated, but also of its latest unfolding into what has got to be named technoscience.

Keywords: Heidegger; science; ethics; post-representation

Recebido para apreciação: fevereiro de 2006

Aprovado para publicação: abril de 2006

REDES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO: ENTRE O FORMAL E O INFORMAL

*Jacob Carlos Lima
Marinalva de Sousa Conserva*

Neste artigo, discutimos a utilização das redes sociais como estratégia de entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. Partimos do pressuposto de que as interações sociais resultam em ações cooperativas que influem de forma decisiva nos processos econômicos e que os mercados não podem ser compreendidos apenas a partir de uma lógica econômica, mas de uma pluralidade de lógicas. As estruturas de redes construídas entre os trabalhadores agem como uma dessas lógicas, possibilitando o acesso a informações privilegiadas que facilitam o acesso a empregos, assim como reduzem os custos de sua busca. Essas redes, dependendo de sua intensidade, podem funcionar também como elementos de disciplinarização dos trabalhadores no espaço de trabalho, a partir dos determinantes de confiança que as compõem, tornando-se funcionais no mercado de trabalho.

A subjetividade presente nas relações sociais que se reflete nas relações de trabalho impregna os processos de racionalização das atividades econômicas, que não se realizam plenamente. A discussão sobre burocratização e racionalização do trabalho, pensada a partir das necessidades de controle da força de trabalho pelo capital, a partir de certo momento, cede lugar à valorização dos espaços de sociabilidade como forma de garantir maior envolvimento dos trabalhadores no processo de trabalho e maior produtividade. A seleção de trabalhadores, pensada “cientificamente” a partir das teorias de administração desenvolvidas no século XX, progressivamente vai incorporando os elementos subjetivos, fora da racionalidade das regras estabelecidas, como forma de recrutar os mais adequados aos interesses da produção.

Nosso objetivo é analisar a subjetividade “instrumentalizada” pelos atores, voltada à objetivação de interesses e necessidades, mais especificamente, à utilização das redes sociais informais estabelecidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana de forma utilitária na busca de um emprego, em sua manutenção e em sua mobilidade ocupacional.

Temos como referência empírica um conjunto de pesquisas diretas com operários fabris (têxteis e do vestuário) e trabalhadores do informal (ambulantes) nas cidades de Recife, João Pessoa e Natal, realizadas em períodos distintos na

década de 1990. Com trabalhadores fabris foram realizadas trinta entrevistas (com operários têxteis) no período de 1991 a 1993. Posteriormente, foram realizadas mais vinte entrevistas em João Pessoa, no período entre 1995 e 1996, entre operários do setor de confecções.

Os trabalhadores fabris foram escolhidos por tempo de permanência no mercado de trabalho, por terem sobrevivido à instabilidade do setor têxtil e de confecções na região, assim como aos processos de reestruturação do período. Os entrevistados, homens e mulheres, estavam acima de vinte e cinco anos de idade em média, tendo entrado no mercado de trabalho entre treze e dezesseis anos. No caso dos trabalhadores pernambucanos, a origem operária e urbana era dominante, o contrário de João Pessoa e Natal, cujos trabalhadores eram originários do setor de serviços ou migrantes do interior dos estados. Entre os trabalhadores informais, o tempo de permanência na atividade ambulante foi também um fator determinante na escolha dos informantes. Neste caso, eram majoritariamente migrantes com mais de dez anos na atividade.

Em relação aos trabalhadores ambulantes, a pesquisa foi realizada no período de 2000 a 2002 em João Pessoa, no centro da cidade (área de maior densidade de ambulantes e com maior concentração de conflitos urbanos). Foram aplicadas vinte e cinco entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de apresentar um perfil da situação do trabalho e do trabalhador, e recuperadas histórias de vida (tendo como critério prioritário o tempo de permanência na atividade), visando aprofundar a compreensão e singularidades da atividade ambulante, especialmente a formação de redes sociais.

Um dos fatores que chamaram a atenção nas pesquisas com esses grupos de trabalhadores de baixa escolaridade e qualificação¹ foi a importância das redes sociais em sua inserção no mercado de trabalho, seja no primeiro emprego, seja na mobilidade dentro das empresas, na circulação e permanência entre ocupações diversas.

Relações de trabalho e subjetividade

Dentro da recuperação dos elementos subjetivos presentes nas relações e no processo de trabalho, merece destaque o debate recente sobre redes no

¹ Os projetos de pesquisa desenvolvidos no período com operários fabris foram desenvolvidos junto ao Núcleo de Informação e Documentação Histórica Regional, no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Tecnologia e Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Objetivavam analisar a formação de novos grupos operários na região. A questão das redes, embora não sendo o objetivo central dos projetos, foi se impondo a partir dos dados obtidos. Na pesquisa sobre os ambulantes em João Pessoa, as redes se constituíram em objeto central.

mercado de trabalho. Essa retomada, resultante das transformações do trabalho dentro do paradigma da flexibilidade, foi fortemente influenciada pela chamada nova sociologia econômica norte-americana e francesa, que recoloca questões anteriormente sub-dimensionadas nos estudos sobre mercado de trabalho, analisadas a partir de estudos de família, estratégias de sobrevivência de migrantes, relações informais no ambiente de trabalho e de formas de resistência a cadências e a linha de montagem. Nesses estudos, as redes são dadas como implícitas e pouco estudadas em si, apenas em seus efeitos. A informalidade e a formalidade compunham um mesmo cenário, onde o informal, em certa medida, funcionava como porta de entrada para o mercado formal.

A partir dos anos 1980, a flexibilização da produção e dos mercados lança novos desafios no estudo das relações sociais no trabalho com mudanças nas formas de recrutamento, a exigência de novas habilidades e qualificações, nos quais o capital relacional assume um papel cada vez maior. O informal volta a ser rediscutido, seja na perspectiva da sua funcionalidade através da terceirização de atividades de trabalhadores qualificados ou não, seja na precarização dos contratos, perdas de direitos sociais etc.

A revalorização do tema da informalidade tem relação direta com sua expansão sem precedentes nos anos 1980 e 1990, como principal mecanismo de regulação dos mercados de trabalho (Tokman apud Pérez Sáinz, 1998). Com efeito, esse novo quadro de referência ganha visibilidade, segundo a OIT, entre 1986 e 1996: para cada cem novas ocupações criadas na América Latina, oitenta eram informais. No Brasil, segundo a PME/IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o crescimento do trabalho informal é de vinte e dois por cento ao longo da década de 1990, equivalendo a cinquenta por cento da população ocupada nas regiões metropolitanas (Jakobsen, 2000, p. 13-14). Ao mesmo tempo, cresce sua visibilidade no chamado primeiro mundo, com o crescimento do desemprego e das imigrações internacionais fortalecendo as redes étnicas e o desenvolvimento de atividades não regulares nas grandes cidades. Nesse quadro, as redes sociais são apontadas como elementos fundamentais na recepção e integração dos novos imigrantes nas economias locais (Broad, 2000; Porter, 1994).

Uma das características fundamentais das redes sociais é a difusão de informação, possuindo um caráter utilitário nas relações sociais de forma geral. As redes podem ser consideradas como um conjunto de relações construídas pelos indivíduos a partir do meio social originário, através das quais se manifestam condicionamentos sociais sobre os quais elas atuam, transformando-os na busca da resolução de problemas cotidianos.

A hierarquização e burocratização das organizações formais engendram organizações informais compostas por redes de indivíduos na mesma situação (papel, função), com objetivos voltados à maior gratificação e redução de

esforços, construindo, dessa forma, estruturas paralelas. A instrumentalidade das redes facilita o acesso a bens materiais ou simbólicos através da informação gerada.

Os estudos sobre a organização do trabalho capitalista centram-se sobre o processo de racionalização crescente das relações capital-trabalho, refletido na burocratização das empresas e na busca incessante de produtividade através da otimização na utilização da força de trabalho. Taylorismo e Fordismo se constituíram nas formas paradigmáticas desse processo: impessoalidade nas relações de trabalho, controle e disciplina como valores básicos, hierarquização de funções e tarefas, seleção “científica” de pessoal, com a força de trabalho percebida como um fator de produção como qualquer outro, uma mercadoria como as demais. Entretanto, a “mercadoria” força de trabalho apresenta peculiaridades que dificultam a racionalização pretendida: a subjetividade do trabalhador, a indeterminação ou a imprevisibilidade, em certa medida, de seu comportamento: sua capacidade de escolhas, de reinterpretar normas e regimentos, de reagir a pressões, enfim, de transformar o ambiente em que vive e trabalha. Este livre-arbítrio está na raiz do fracasso da proposta taylorista de “eliminar greves” ou descontentamentos dentro da fábrica, do surgimento das teorias de relações humanas voltadas para estudos de motivação no ambiente de trabalho e, mais recentemente, das propostas de enriquecimento de tarefas, das políticas participativas dentro da empresa etc. Estas últimas têm como fundamentação o reconhecimento do caráter subjetivo presente nas relações sociais e a necessidade de sua instrumentalização como forma de garantir maior envolvimento do trabalhador no trabalho e, como consequência, obter maior produtividade.

A segmentação do mercado - ou mercados - de trabalho se imbrica, no caso brasileiro, na informalidade das atividades econômicas responsável pela ocupação de contingentes significativos da população. Se recuperarmos trajetórias profissionais de trabalhadores, o permanente ir e vir entre os mercados de trabalho formal e informal integra o processo de mobilidade ocupacional desses trabalhadores, e esse fluxo passa, em grande medida, ao largo de instituições formais de acesso aos empregos. Essa afirmação deve ser relativizada considerando-se o tamanho das empresas e o grau de burocratização de sua organização, a existência ou prevalência de mercados de trabalho interno e/ou externos, o grau de qualificação da força de trabalho empregada, entre outros elementos. Entretanto, raramente o recrutamento se mantém apenas em níveis burocráticos.

O acesso ao emprego tem nas redes sociais um instrumento privilegiado relacionando instituições primárias como a família e o mercado de trabalho em seus diversos níveis – da pequena à grande empresa, independentemente de seu grau de modernização tecnológica-organizacional. A funcionalidade das redes

sociais informais para a empresa e para o trabalhador se manifesta em termos de custos de busca e acesso ao mercado. Para as empresas, implica em gastos com comunicação na procura de empregados, o que torna mais econômica a divulgação de suas necessidades de trabalhadores através de mecanismos informais representados pela difusão de informações entre os próprios trabalhadores, principalmente em empresas de pequeno porte e entre empresas que utilizam pessoal com níveis de qualificação elevada ou escassa no mercado.

Os caminhos institucionais no recrutamento de trabalhadores como agências de emprego, imprensa e formas afins convivem com a informalidade da indicação pessoal. Isso pode ser visto positivamente pela empresa, no sentido de maior confiabilidade dos recrutados por indicação, e negativamente pelos trabalhadores, que não têm acesso a essas redes, criando internamente, também, relações clientelísticas entre patrões e empregados. Alguns grupos profissionais protegidos por conselhos ou sindicatos estabelecem corporativamente quem pode atuar no setor a partir de exigências formais de diplomas ou filiação criando “nichos” de acesso privilegiado a informações. O mesmo acontece entre trabalhadores pouco qualificados como domésticas e empregados da construção civil, entre os quais as indicações informais são predominantes pelo nível de confiança, mesmo que relativo, pretendido pelos empregadores (Lautier, 1994).

Para os trabalhadores, os custos da procura de um emprego manifestam-se em gastos com passagens, alimentação, compra de jornal, consulta a agências de emprego, busca essa grandemente abreviada por informações obtidas na informalidade das relações pessoais, criando e expandindo redes de solidariedade. Desta forma, poderíamos nos referir à posse de um *capital social* pelos indivíduos fundamentado em seu relacionamento social cotidiano, que possibilita a obtenção de informações de acesso ao mercado de trabalho. Esse capital social é tanto maior quanto maior a diversidade das redes sociais de que o indivíduo participa.

As mudanças no mercado de trabalho

O conceito de mercado de trabalho, em sua acepção clássica, se fundamenta na existência de oferta e procura num mercado teoricamente livre. Todavia, tal qual o mercado de produtos de uma forma geral, o mercado de trabalho é regulado por numerosas regras que respondem a demandas empresariais e de trabalhadores através de sindicatos, associações e movimentos que refletem e, até certo ponto administram, os conflitos inerentes às relações capital-trabalho. Dessa forma, estabelecem-se “mercados” específicos por setores econômicos e da produção, com exigências características.

Se nos limitarmos à produção fabril propriamente dita, observamos que as transformações recentes em termos tecnológicos e organizacionais – a chamada reestruturação produtiva – têm provocado profundas mudanças em termos de

exigências de escolaridade e qualificação de trabalhadores através da multifuncionalidade e polivalência de funções com mudanças no perfil do trabalhador demandado pelo mercado. A redução dos postos de trabalho formais, do contingente de operários fabris e o desaparecimento ou diminuição de categorias de trabalhadores, devido a essas transformações, têm reduzido o poder de fogo dos sindicatos, com conseqüências na regulação dos mercados setoriais, com a perda de direitos sociais e maior precarização das relações de trabalho e informalização.

A polêmica sobre a oferta de empregos e seu futuro tem apontado para a discussão acerca da desregulamentação dos mercados e a flexibilização das relações de trabalho como possível “saída” para o desemprego. Entretanto, se pensarmos no caso brasileiro, essa flexibilização sempre foi grande, e o empresariado dispõe de numerosas vantagens na contratação e demissão de trabalhadores, situação distinta apenas naqueles setores que demandam trabalhadores altamente qualificados e onde a oferta é menor, nos quais estes possuem maior poder de pressão. Nas pequenas e microempresas, o cumprimento da legislação sempre foi limitado e num quadro de competitividade crescente, estas, mesmo quando em setores de alta tecnologia, tendem a utilizar formas, se não informais, dentro do que poderíamos chamar de novas institucionalidades no trabalho: estagiários, cooperativas, trabalhadores “pessoa-jurídica” etc.

Tendências gerais do mercado de trabalho, como o novo perfil do trabalhador para o futuro, e as exigências de conhecimento necessárias às novas tecnologias devem ser relativizadas, não apenas por setores da produção, mas também pela divisão do trabalho na produção, na qual permanece a separação trabalho manual-trabalho intelectual. Assim, por exemplo, a discussão sobre a necessidade de maior escolaridade e qualificação dos trabalhadores na produção contrasta com a realidade da desconcentração industrial e o fechamento de fábricas onde existe essa mão-de-obra, e sua instalação onde o oposto acontece: mão-de-obra abundante, barata, pouco escolarizada e, conseqüentemente, menos organizada. Investimentos empresariais em educação formal aparecem em grandes empresas modernas em termos tecnológicos e organizacionais ou em setores nos quais intervêm programas estatais ou de organizações sociais, como canteiros da construção civil. No conjunto das empresas, a preocupação é mais retórica que real.

No Nordeste, tal situação evidencia-se, seja nas indústrias atraídas pela SUDENE, nos anos 1970, pelas políticas de incentivos estatais, seja no atual surto de transferências de indústrias do sul-sudeste para a região, igualmente subsidiadas pelo Estado, agora dentro da “guerra fiscal”. O discurso sobre a substituição de importações e o desenvolvimento regional (no primeiro caso), e o da globalização e da necessidade de aumentar a competitividade (no segundo),

mantêm inalterado o objetivo de busca de redução de custos com a utilização de mão-de-obra barata. O que difere, atualmente, é a maior escolaridade do trabalhador brasileiro, decorrente da maior universalização do ensino básico.

Se considerarmos que cinquenta por cento da população economicamente ativa do país encontra-se fora do mercado formal e que este mercado, a cada dia que passa, se flexibiliza mais em função dos novos padrões produtivos, há um estoque de força de trabalho que dificilmente terá acesso a um mercado formal, pensado enquanto condição salarial em termos de acesso a direitos trabalhistas e sociais característico do período conhecido como fordista. Esse contingente de trabalhadores já “flexibilizados”, embora talvez fora dos padrões da modernidade, não significa que sejam disfuncionais no capitalismo “desorganizado”. Afinal, desemprego e exclusão social constituem-se em subproduto típico das novas formas de produção.

Esses elementos colocam em questão particularidades locais, regionais e nacionais dos mercados de trabalho e os limites de sua institucionalização, assim como a relevância de fatores extra mercado, geralmente desconsiderados em seu funcionamento objetivo. Entre esses fatores, destacam-se as redes sociais informais.

Os trabalhadores e as redes sociais

O conceito de redes sociais foi trabalhado pela Antropologia inglesa nos anos 1950-1960, destacando-se os estudos de Barnes (1987) e Bott (1976). Barnes emprega a idéia de rede como um “conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos”, demonstrando como eles utilizam laços pessoais e de parentesco em diversas situações de sua vida social e política, destacando sua pertinência “em situações em que os indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação” (1987, p. 163).

Bott (1976) utiliza o conceito a partir de pesquisa realizada com famílias na qual destaca o status de classe e o status ocupacional como elementos explicativos das redes sociais estabelecidas pelo grupo familiar. Analisa os papéis desempenhados por marido e mulher na vida doméstica e o grau de atividades desenvolvidas conjuntamente ou não. Define como papéis segregados quando a divisão do trabalho entre cônjuges é bastante estrita na manutenção da casa, com o marido entrando com uma quantia em dinheiro, participando pouco das atividades domésticas e tendo seus relacionamentos sociais fora da esfera doméstica. A exceção estaria na visita a parentes, única atividade desenvolvida em comum. Em um outro extremo estariam famílias caracterizadas por uma predominância de papéis conjuntos nos quais homem e mulher partilham as atividades domésticas, interesses e relacionamentos sociais comuns. Entre esses

dois extremos, variados graus de segregação e conjunção. Nessa caracterização, o meio social é um fator importante na construção das redes sociais em que os papéis dos cônjuges têm um peso significativo: as redes sociais de “malha estreita” nas quais parentes, amigos e vizinhos se conhecem – predominando em famílias operárias com alto nível de papéis segregados entre os cônjuges – e nas quais o local de moradia e o tipo de trabalho estabelecem maior homogeneidade no estilo de vida; as redes sociais de “malha frouxa”, com predominância de papéis conjuntos e interesses difusos com menor interferência do meio social imediato, característicos em famílias de classe média.

Os indivíduos inserem-se em estruturas de redes que resultam de sua posição na estrutura social e de uma cultura decorrente dessa posição que se manifesta na experiência cotidiana e na construção de trajetórias biográficas particularizadas. Embora com condicionantes sociais decorrentes da estrutura social, a ação individual não se restringe a esses condicionantes, existindo certa liberdade na escolha de estratégias de ação permitindo mobilidades dentro da estrutura. O formato da rede social e/ou a participação em diversas redes favorece o acesso a recursos diferenciados, o que explica que indivíduos de mesma origem social construam trajetórias sociais distintas (Fontes e Eichner, 2004).

Ao conceito de redes pode ser agrupado o de “família extensa, ampliada ou multigeracional”, no qual entram não apenas o grupo estrito de parentesco, mas os amigos e vizinhos com quem o grupo se relaciona. Dessa forma, a rede incluiria a soma total de todas as relações humanas que têm alguma significação mais durável para qualquer indivíduo.

A sociologia industrial americana já destacava o papel das redes sociais informais como modo de resistência dos trabalhadores às práticas tayloristas no ambiente de trabalho (Roy, 1954; Dalton, 1959 apud Powell and Smith-Doerr, 1994). Merece destaque, ainda, o estudo de Linhart (1986), em pesquisa realizada no final dos anos 1960 sobre as redes informais de trabalhadores em uma indústria automobilística francesa, em que destacava a questão étnica na formação de grupos de trabalhadores informais atuando na linha de montagem: no adiantamento da linha como forma de conseguir espaços para descansar, fumar um cigarro, conversar, enfim, formas não sistematizadas de resistência ao ritmo imposto pela linha e pela gerência. Da mesma forma, a instrumentalização dessas redes pela empresa como forma de pressão aos operários por produtividade, disciplina, assim como sua desarticulação em momentos de greves quebrando a solidariedade construída e, portanto, enfraquecendo movimentos de resistência.

A pesquisa realizada por Granovetter (1995) vai inaugurar o que posteriormente ficará conhecido como “nova sociologia econômica”. Nesta, o papel das redes sociais informais é fundamental para entender o mercado de trabalho e a ação coletiva, nas formas como os indivíduos procuram, conseguem e mudam de empregos, através da transmissão de informação. Defende o

argumento de que laços fortes ou fracos presentes nas redes sociais determinam o tipo de acesso de informações acerca de empregos. Os laços fracos (*weak ties*) seriam mais eficazes por refletirem um maior capital relacional (ou social) dos indivíduos, embora isso não necessariamente signifique a obtenção de melhores salários. Demonstrou a importância das redes sociais informais para trabalhadores “classe média” como professores, técnicos e trabalhadores *white color* em geral para conseguirem empregos ou melhorarem de emprego. Utilizando uma amostragem estatística no município de Newton, na Grande Boston, construiu uma base de dados na qual, ao lado do tratamento estatístico, procurou trabalhar qualitativamente com entrevistas utilizando as trajetórias profissionais dos informantes. Nestas, mais de cinquenta por cento encontraram empregos ou mudaram a partir de informações dadas por amigos, conhecidos, ou parentes em situações informais em que conversas entabuladas revelaram a existência de vagas em determinadas empresas ou convites imprevistos oferecendo vagas. Variáveis como educação, tamanho das empresas, contribuem na forma de contratação a partir de laços sociais previamente construídos. Posteriormente, essa idéia foi desenvolvida, a partir do conceito de *embeddedness*, no qual a ação econômica estaria incrustada ou embutida na estrutura das relações sociais na sociedade moderna. Recupera a idéia weberiana da “ética econômica”, que pressupõe confiança, e conseqüentemente desencoraja a fraude nas relações econômicas, incorporando a “ética calvinista” da dedicação ao trabalho. A ação econômica é uma forma de ação social e as instituições econômicas são construções sociais (Granovetter e Swedberg, 2001).

Numa segunda edição desse mesmo trabalho, no início dos anos 1990, o autor apresentou um conjunto de dados censitários norte-americanos que confirmavam essa tendência não apenas em trabalhadores *white color*, mas também nos *blue color*. A relevância deste estudo está nas análises da crescente burocratização do capitalismo e da impessoalidade que marcaria as trocas sociais, principalmente no mercado de trabalho. A taylorização da organização do trabalho trouxe consigo os departamentos de seleção e treinamento de pessoal e, com isso, a racionalização do processo de contratação de trabalhadores. Em tese, essa seleção seria realizada grandemente sem a interferência das relações de conhecimento pessoal. Algumas empresas chegaram até a estabelecer limites à contratação de parentes, mas a prática de indicação de conhecidos dos trabalhadores nunca foi eliminada. Isso pelo fato de sua funcionalidade em termos de controle. Afinal, o indicado estaria assumindo um compromisso informal com seu colega que o indicou, e qualquer problema poderia causar constrangimento a este. Outra consideração que pode ser feita está na informação, em certa medida privilegiada, que os trabalhadores de uma empresa terminam tendo acerca de novas vagas e a difusão informal que fazem em seus círculos sociais. Assim, indicação ou informação se constituem em elementos importantes no acesso a empregos independente do grau de

formalização presente no mercado de trabalho. Para Granovetter, garantiria ainda menor *turnover* nos postos de trabalho ocupados a partir das redes sociais (1986). Segundo Tilly and Tilly, as redes também influem nos processos de mobilidade superior dentro de mercados de trabalho internos. A importância de redes para promoção varia inversamente com a formalidade de procedimentos de promoção (1984, p. 303).

Nas comunidades de imigrantes, essas redes funcionariam como integração dos recém-chegados ao novo país e monopolizam, em alguns países ou cidades, determinadas atividades econômicas. Nessas situações, laços fortes e fracos compõem a estrutura da rede com predominância, em grande medida, dos primeiros.

Para Lautier (1994), a importância das redes sociais se manifesta como modo de explicitação das dimensões sociais na gestão do processo de trabalho e fluxos dos trabalhadores, em outras palavras, as redes revelam a importância das relações entre o mundo do trabalho (da produção) e a vida social extra trabalho (a reprodução), na regulação do mercado de trabalho. Assim, torna-se necessário incorporar a noção de rede na relação entre o Estado e o mercado de trabalho. As combinações entre Estado-mercado-rede constituem o tripé sobre o qual funcionaria o mercado de trabalho. Para tanto, faz-se necessário romper com a idéia de exterioridade perturbadora do social que interferiria “nos mecanismos econômicos que regulam o mercado de trabalho (Lautier, 1994, p. 129)”.

Estudos sobre famílias de trabalhadores no Brasil procuraram recuperar, nos anos 1970, a partir do conceito de estratégias de sobrevivência, a funcionalidade, para o capital, do grupo como unidade de reprodução e consumo, cultura e sociabilidade, destacando-se a divisão sexual do trabalho entre seus membros (Dória Bilac, 1978; Fausto Neto, 1982). Durham (1973), sem utilizar o conceito de rede, analisa a importância do grupo familiar entre migrantes rurais na cidade grande e seu papel na reconstituição das relações de sociabilidade no novo meio. Sem desconsiderar os efeitos do meio urbano na fragilização dos laços familiares, comparativamente ao meio anterior, demonstra que a família permanece como referência econômica e afetiva para esses migrantes. Como reforço a esse argumento, cita a busca e a recepção de parentes na cidade com a indicação de empregos, o compartilhamento da habitação, a decodificação da espacialidade urbana para os recém-chegados, das normas e valores do novo meio, enfim, da ressocialização do indivíduo através da experiência acumulada. Estudando famílias operárias em meio urbano, demonstra que a rede de solidariedade permanece através de ajudas diretas e indiretas no cotidiano, no cuidado comum de crianças enquanto os pais trabalham, na divisão de casas e terrenos entre parentes e agregados, na intermediação no mercado de trabalho e de bens urbanos como escola, saúde e serviços. Critica o desinteresse pelos estudos de família atribuído ao caráter pretensamente conservador da instituição na reprodução de valores,

o que desconsideraria a dinâmica das transformações sociais e culturais que influenciam na composição do grupo e das formas de adaptação e integração a novas situações (Durham, 1980).

Mesmo perdendo seu papel enquanto unidade produtiva na sociedade moderna, a família mantém sua importância afetiva (embora igualmente modificada) e instrumental de ajuda mútua entre seus membros. Assim, mesmo sem uma preocupação explícita com as redes sociais enquanto tais, os estudos sobre família terminam por recuperá-las a partir do momento em que trabalham com o conceito de família extensa que englobam amigos e vizinhos (Requena Santos, 1991, p. 109).

Essa relação entre trabalho e família apresenta elementos intrínsecos na vivência do trabalhador, e delas são extraídas suas visões e representações e elaboradas suas estratégias de enfrentamento na ausência do trabalho formal, regulado. Segundo Durham:

Se, da ótica da produção, a família constitui o núcleo de reprodução da força de trabalho e, portanto, condição da produção, para o trabalhador, ao contrário, ele é fim para o qual o trabalho é um meio. Deste modo, o trabalho de homens e mulheres, adultos e jovens, não se define, para as pessoas, exclusivamente em termos de uma referência à natureza do sistema produtivo, mas em termos de sua instrumentalidade para o consumo e, portanto, para a família (1980, p. 207-208).

Nesses estudos, com a utilização explícita, ou não, do conceito, as redes se impõem como estruturas que pouco aparecem e nas quais se inserem os indivíduos, desenvolvendo normas de reciprocidade e troca de favores, normas estas desenvolvidas espacial e temporalmente (Requena Santos, 1991).

Redes sociais entre trabalhadores fabris

Entre os trabalhadores pesquisados, o acesso ao mercado de trabalho é marcado pela origem social, pelas ocupações desempenhadas pelos pais no decorrer da vida, assim como do grupo social mais próximo. Desta forma, o meio social estabelece uma estrutura de ocupações possíveis frente ao capital cultural disponível pelo aspirante ao trabalho. Em nosso caso, podemos falar da necessidade como a grande impulsionadora do trabalho precoce, que geralmente se inicia em atividades informais de venda de jornais, bugigangas diversas, doces ou salgados produzidos pelas mães que colocam as crianças para vender em praças, sinais de trânsito, ruas e praças de maior movimento das cidades.

O trabalho informal vem acompanhado de tentativas de inserção no mercado formal. Entre os trabalhadores, nota-se uma tendência ou tentativa de

conseguir empregos fabris dentro das limitadas possibilidades de escolha que possuem. Embora a fábrica não goze de grande prestígio entre os trabalhadores, possibilita a inserção no mercado formal com todos seus significados: carteira assinada, direitos sociais, ser considerado um trabalhador e não um vagabundo, enfim um cidadão “decente”. Outro elemento, talvez mais significativo, é a percepção da fábrica como possibilidade de profissionalização abreviada para uma população de baixa escolaridade e “capital cultural e social” com poucas possibilidades de ocupar cargos mais valorizados socialmente e mais bem pagos. Para alguns trabalhadores, a fábrica funciona, ainda, como elemento de disciplinarização do jovem e de entrada na vida adulta pelo chamamento à responsabilidade que, em tese, acarreta. Por fim, uma fuga das outras possibilidades: a incerteza de um subemprego no informal, a dureza das condições da construção civil e outros trabalhos pouco valorizados, ou a dependência explícita representada pelo trabalho doméstico.

O primeiro emprego do trabalhador atende, em regra, a pressões da família ou grupos sociais próximos como amigos e vizinhos, seja para a ajuda doméstica, seja para uma autonomia do grupo, e conta com a intermediação das redes na entrada no mercado. A literatura sociológica aponta numerosos casos de trabalho infantil desde o início do século passado, que tinha no grupo familiar o principal incentivador em contraposição às pressões do movimento operário contra a exploração deste tipo de trabalho. Deve-se lembrar também que os salários nas fábricas eram pagos aos pais como complementação. Embora essa situação tenha sido reprimida com a promulgação da CLT, são comuns ainda hoje denúncias de exploração do trabalho infantil, seja fabril, através da “facção” ou trabalho a domicílio em fábricas de sapato e de confecções, onde as crianças passam a ajudar “naturalmente” os pais, seja nos canaviais como bóias frias, em São Paulo, no Nordeste, enfim em todo o país.

Fábricas têxteis e de confecções contratavam meninas a partir de catorze anos. Geralmente o emprego é obtido através da indicação de parentes que estão dentro da fábrica, amigos e vizinhos, e assim permanece nas trocas de emprego subsequentes. Tal processo reflete um fenômeno de imobilidade social (Requena Santos, 1991), ou seja, os trabalhadores circulariam permanentemente em ocupações sem grandes chances de melhoria de renda, não apenas num mercado formal fragmentado, mas entre este e o informal. Dadas suas condições objetivas, a circulação num mesmo meio vai determinar o acesso a outras ocupações de remuneração equivalente, formando um círculo vicioso.

Não queremos dizer com isso que as redes sociais substituam a regulamentação institucional do mercado de trabalho, mas sim demonstrar, dada sua debilidade (em termos de respeito e aplicação efetiva), a importância de fatores extra-econômicos e os canais de informação presentes na sociabilidade cotidiana (Lautier & Marques Pereira, 1994).

Os trabalhadores entrevistados assemelhavam-se em termos de origem social, não apenas em sua condição de necessidade, mas na mobilidade ocupacional horizontal que mantêm frente à ocupação dos pais. Em outras palavras, sua situação de classe possibilita, de forma restrita, o acesso a bens materiais e simbólicos influenciando em sua situação no mercado de trabalho. Aqui entram as escolhas possíveis dentro das condições de que dispõem. No Recife, operários eram filhos de operários, da construção civil ou transportes. Dada a tradição industrial de Pernambuco, a condição de centro comercial de sua capital, podemos falar de gerações operárias, o que acontece em menor escala na Paraíba e em outros estados do Nordeste (Lima, 1996).

Na Paraíba, entre os operários têxteis, vemos a predominância de filhos de trabalhadores rurais, da construção civil e trabalhadores autônomos, refletindo o crescimento recente de sua capital e o peso significativo de migrantes rurais. Atividades da construção civil e ambulante, como já dissemos, poderiam ser consideradas de “entrada” no mercado de trabalho urbano. Entretanto, tal qual poderíamos falar de gerações operárias, podemos nos referir igualmente a “gerações de ambulantes”, pelos limites, em termos perspectivos, do mercado formal de trabalho. Em outras palavras, a falta de possibilidade de entrada no mercado de trabalho formal por questões estruturais que se mantêm.

Em João Pessoa, predominam as ocupações no chamado setor de serviços. Basta lembrar que a atividade fabril significativa na cidade inicia-se a partir dos anos 1970 com a instalação de grandes plantas industriais. Anterior a este período, apenas fábricas isoladas, geralmente fora da capital. O quadro altera-se um pouco quando trabalhamos com operários de confecções, ou melhor, operárias, dada a predominância de mulheres nesse ramo fabril. O caráter “complementar” da ocupação feminina numa cidade com poucas fábricas de maior porte desvincula a permanência na ocupação ao emprego formal. O setor é caracterizado por grande diversidade das unidades produtivas, com o predomínio de pequenas e micro confecções que funcionam informalmente. Todavia, tal como os operários têxteis, a origem social destas trabalhadoras está em famílias de trabalhadores de baixa renda e qualificação, assalariados ou não (Lima, 1996a; 1997).

Em comum, nas duas cidades e nas três categorias, a permanência geracional em atividades de renda semelhantes, refletindo baixa mobilidade ocupacional embora com mobilidade entre o formal e o informal.

No setor de confecções, a predominância do trabalho feminino coloca outras variáveis na análise. Embora com maior escolaridade formal, o trabalho como costureira não é considerado uma qualificação, mas um “conhecimento naturalizado” próprio da “condição feminina” (Abreu e Sorj, 1995). Somada às limitadas possibilidades de emprego, a maior escolaridade não implica em grandes alterações salariais. Desta forma, encontramos números

significativos de mulheres trabalhadoras com distintos graus de escolaridade exercendo as mesmas funções: operárias com segundo grau completo e incompleto se equiparam numericamente às operárias com primeiro grau incompleto.

Nos processos de terceirização da segunda metade da década de 1990, com a vinda de novas fábricas para a região e a abertura de cooperativas de produção industrial (no setor de confecções e calçados), geralmente fora das capitais, já é perceptível o aumento da escolaridade principalmente entre as trabalhadoras. Trabalhadoras com segundo grau completo, professoras e funcionárias públicas aderiram inicialmente às cooperativas pela possibilidade de ganhos salariais equivalentes a um salário mínimo (no geral, ganhavam a metade disso).

As formas de obtenção de emprego têm nas redes sociais informais seu *locus* privilegiado. São as “indicações” de parentes, amigos e conhecidos que informam sobre a existência de vagas em tal e qual empresa ou apresentam o conhecido para vagas existentes em seu local de trabalho.

Se recuperarmos as trajetórias profissionais desses trabalhadores, tal situação é reiterada durante praticamente toda a vida profissional. Alguns depoimentos evidenciaram situações nas quais aparece a necessidade de colocação dos filhos, parentes, e amigos no mercado de trabalho como condição de sobrevivência do grupo ou, pelo menos, de melhoria de suas condições; daí a utilização dos conhecimentos que dispõem na fábrica em que trabalham, ou do mercado, para arrumar emprego para esses conhecidos.

Alguns exemplos.

Ana Edite começou como aprendiz na fábrica com catorze anos. Entrou através de uma irmã que já trabalhava lá. A irmã falou com o encarregado, que pediu para levar a irmã para fazer um teste. Fez, passou e conseguiu o emprego.

Eliana disse que estudava, mas *gaseava* muito a aula. Um dia a mãe disse para ela que “ou estudava ou trabalhava”. Como respondeu que preferia trabalhar, a mãe levou-a à fábrica e falou com o encarregado, seu conhecido, que a empregou. Tinha catorze anos nessa época.

Cida foi indicada por um amigo que também trabalhava na fábrica. Ele avisou que haveria inscrições na fábrica numa quarta-feira. Às quatro da manhã, Cida já estava na fila com mais de cinquenta pessoas à sua frente. Fez a ficha, conversou com o amigo que a indicou e, segundo ela, o amigo a colocou para dentro.

José foi indicado por um concunhado. Afirmou também que havia mais de cinquenta pessoas na frente para três vagas e que só conseguiu entrar em razão da indicação.

Vejamos um depoimento literal:

...na indústria têxtil você tem que ter conhecimento para poder trabalhar. Não adianta dizer eu vou em firma tal para procurar emprego. Porque tudo que você faz lá é uma inscrição, mas não é chamado se não tiver conhecidos. Você tem que ter uma pessoa que já tenha trabalhado com você e que tenha conhecimentos para que o pessoal saiba que você trabalha. Não adianta você ficar batendo de porta em porta que não arruma emprego. Mesmo sendo um profissional, como no meu caso, com dezoito anos de experiência na indústria têxtil. Não adianta deixar o currículo. Tem que conseguir uma indicação lá dentro, para conseguir o emprego (Mauro, mecânico, Natal-RN).

Os depoimentos continuam destacando a importância de ter alguém “lá dentro” como garantia de arrumar o emprego. Essa indicação é percebida como elemento fundamental em sua obtenção. Além do emprego, sua manutenção é atribuída igualmente às boas relações estabelecidas na fábrica, relações estas que podem garantir desde uma promoção interna até escapar dos cortes constantes de pessoal. As relações sociais integram estruturas paralelas no mercado e a organização do trabalho, assumindo papel preponderante, na representação dos trabalhadores, em seus destinos profissionais e, por consequência, em sua vida pessoal.

As redes entre trabalhadores informais

Tal como no mercado formal, no informal não é diferente. Lautier & Marques-Pereira (1994), analisando as trajetórias profissionais de trabalhadores “informais” em Brasília (empregadas domésticas) e em João Pessoa (trabalhadores da construção civil), destacaram as estratégias adotadas num mercado de trabalho difuso e considerado porta de entrada de migrantes sem qualificação profissional reconhecida no meio urbano, assim como suas representações acerca de ocupações socialmente estigmatizadas. As redes sociais aparecem em sua funcionalidade, nas possibilidades de integração dos indivíduos ao meio urbano possibilitando certa ascensão social. As indicações para os canteiros de obras ou para as casas de família introduzem o elemento de confiança – principalmente nas casas – o que fortalece a busca pela indicação. Mesmo que parcial, a confiança propiciada pelo indicador auxilia na contratação de trabalhadores estigmatizados por sua baixa escolaridade e pelo caráter da ocupação. As dimensões sociais das redes constituem-se em instituições que permitem ao mercado funcionar, verdadeiros dispositivos de regulação destas atividades. Isso permite uma visão “positiva” da capacidade desses segmentos em sua mobilidade no mercado, o que não significa que este potencial seja a única via de superação das condições de precariedade, às quais estão submetidos em termos socioeconômicos e em termos de isolamento cultural (Richards, 1998).

Os valores constituintes do capital social dos indivíduos, tais como solidariedade, confiança, reciprocidade, são construídos historicamente por esses grupos através da manutenção ou fortalecimento de laços culturais, religiosos, de parentesco, de origem étnica e geográfica, e formam malhas operacionais, muitas vezes de difícil penetração, tornando difícil também a sua descaracterização, isto é, o seu desmanche.

O processo de constituição das redes pressupõe envolvimento subjetivo entre os trabalhadores, tanto no campo cognitivo como nas apreciações de ordem afetiva a elas relacionadas. Nesse processo reside o peso do sistema de representações individuais e coletivas que perpassa o mercado de trabalho *lato sensu* (Lautier, 1994, p. 145-148).

Na atividade ambulante, as redes se constituem, num primeiro momento, através da família. Esta constitui a base de estruturação da informalidade, tanto por ser determinante no modo de inserção na atividade quanto nas trajetórias ocupacionais. As redes familiares atuam como mediações socioculturais na inserção dos seus membros no mercado de trabalho. Essas mediações alimentam os processos migratórios e a própria formação e reprodução das redes sociais. No estudo realizado com um grupo de trabalhadores ambulantes em João Pessoa (PB), isto se evidencia na estruturação da atividade: a organização nas relações de trabalho, a “ajuda”, o encontro do “ponto”, os fornecedores etc. Em algumas falas, aparecem na própria representação e avaliação da atividade: *Vale a pena trabalhar na rua porque é tudo da família*. Em outras, a permanência, embora não necessariamente valorativa: *Eu nasci sendo ambulante. Desde os nove anos, foi através do meu pai, ou desde criança eu vinha com minha mãe, que tinha a mesma função, no mesmo lugar, há quinze anos*. Esse processo de afirmação mais como grupo familiar do que ocupacional, aparece em cada trajetória dando sentido e/ou justificando a atividade de ambulante.

Existem situações em que a família se constitui na própria unidade de produção, como retrata a trajetória de “Seu Biu”, segundo o qual doze membros da família fazem parte da organização, produção e venda da tapioca em sua barraquinha no centro da cidade. Conforme seu relato, a família apresenta um padrão de organização do trabalho, com divisão e distribuição de tarefas e regras, de acordo com sexo, idade, e tipo de afiliação na rede de parentesco. A divisão das tarefas (e, conseqüentemente, sua remuneração) é efetuada a partir dos papéis sociais na família: o pai comanda e gerencia a atividade, definindo e distribuindo as tarefas; a mãe tem a função de cooperar de forma suplementar nesse processo; as crianças, como aprendizes na função de ajudantes remunerados ou não; os filhos adultos nas funções mais pesadas de carregadores ou forneiros, e as filhas adultas nas tarefas relacionadas com o fazer a tapioca e o controle do caixa. Produção e reprodução se confundem na atividade.

Seu Biu, através da idéia de “honra”, justifica o empreendimento conjunto no trabalho pelos valores constituintes dos laços familiares:

Só dá para confiar na família (...). Nós tínhamos uma vida pobre, humilde, mas rica. Rica porque todos nós trazíamos um tipo de honra. Hoje, honra é ser sabido. E naquele tempo a honra era a dignidade, sinceridade, e não ser brigão, não ser ladrão. Então, para o pobre, a honra era essa: ser sincero, tomar conta e dar conta. Aí era a principal pedra de honra para o homem. E começa no meio da família. Aí ia, passa de geração. Aí o povo dizia que era uma família positiva.

Na trajetória de Seu Bui, a vida de *ambulante* reedita não só a rede familiar, mas também a sua *transmutação* para um coletivo de rede. Para se conquistar o espaço de trabalho, necessita-se do reconhecimento dos pares, da conquista da amizade, da confiança. Emerge assim a necessidade de ampliação das redes sociais. O tornar-se *ambulante* exige novas competências mediadas por esse capital relacional inicial, que pode significar aumento da clientela.

Na trajetória de “Seu João”, a situação se repete. O coletivo na rede implicou em trazer membros da família do interior como suporte mútuo à atividade, como forma de escapar da precariedade do lugar de origem. A “nova” precariedade é vista de forma positiva em termos comparativos:

Eu comecei em 1965: eu vim pra casa de uma tia; depois de um ano, eu aluguei uma casa de palha e depois uma casa de tijolo. Aí trouxe mãe. No mesmo ano, me casei e trouxe minha esposa e minha irmã mais nova. Minha irmã começou a me ajudar no comércio. Aí depois eu fiz um comércio para ela. Ela hoje é comerciante também. Aí começou a vir os filhos. São cinco. Trouxe outra família do meu interior. Na época ela era por sinal mulher prostituta. E eu a trouxe e os filhos também. E eu casei os filhos na minha casa. Nós fizemos três casamentos. Ela hoje ainda vive na minha casa e os filhos que não têm comércio têm emprego. Tudo a gente fez; Quer dizer, essas pessoas, essa mulher que vive lá em casa, por sinal meus filhos chamam de avó, porque ela criou. Eu tenbo trinta anos de casado. Faz vinte e nove que ela está lá em casa.

A situação de precarização do trabalho atual é percebida pelo Seu João como algo relacionado com a crise conjuntural do mercado de trabalho – o que se diferenciaria de outras épocas e de outras crises, as quais, pelos mecanismos seletivos da memória, são redimensionadas. O trabalho de uma vida e as conquistas obtidas estão ameaçadas:

Eu sinto que naquela época era mais fácil. Hoje eu vejo o comércio maior, mas eu vejo as coisas mais difíceis. Porque é muito desemprego, o pessoal não tem condição, o poder de compra é muito pouco. Por sinal, meu filho que eu botei também no comércio não está conseguindo levar. Nós fechamos agora há pouco três lojas, cada qual tinha uma e fechou todas porque não tem condição.

A trajetória do seu Edgar vem reforçar a influência da cultura familiar rural, em que a mobilidade social é representada pela migração para a cidade e pelas formas de inserção em um mercado de trabalho restrito. Em comum, entre esses trabalhadores, há a conexão dessas particularidades com o universo do grupo social. A reprodução das estratégias familiares como forma de enfrentar o universo do trabalho.

Esta multiplicidade de funções desempenhadas pela rede familiar está relacionada com a própria lógica, que estrutura e diferencia as atividades informais – a denominada “lógica de reprodução simples” –, mas exerce um duplo papel: solidariedade familiar e de obrigação (o sentimento de responsabilidade pela manutenção da família). Esta lógica de reprodução familiar permite, inclusive, uma melhor compreensão na análise não só do funcionamento dessas atividades, mas também explica os limites de implementação de uma lógica de acumulação ante a lógica familiar (Lautier, 1988, p. 26-29).

Em conseqüência, isso vem demonstrar a complexidade das atividades informais, em termos de configuração, regulação, alcances e limites. Tal complexidade vem explicar tanto a questão da heterogeneidade, tão peculiar a atividades informais, quanto suas ambigüidades e contradições. Por um lado, evidencia a dominância do papel da família e suas redes de sustentação. Por outro lado, explicita os limites, as vulnerabilidades, os riscos do grupo familiar em manter-se como unidade produtiva, afetando assim sua capacidade de uso deste recurso, principalmente nos momentos conjunturais de crise e/ou mudanças econômicas.

A mistura de dinâmicas produtivas e reprodutivas característica do trabalho ambulante se torna ainda mais complexa pela sua condição de ilegalidade. Isto torna mais difícil a análise de seus riscos econômicos, como, por exemplo, identificar fornecedores de mercadoria, uma vez que a questão da confiança desempenha um papel fundamental. Por conta da falta de contratos formais, o risco é do comprador e do vendedor. O mesmo acontece com as estratégias de ocupação dos locais disponíveis e de grande movimento de pedestres. Os “coletivos de trabalho” representados pelos espaços comuns ocupados pelos trabalhadores pressupõem a administração das relações de confiança que vigoram na cadeia distributiva extra-trabalho, sendo indispensável ao ambulante ter o reconhecimento e aceitação pelos demais que ocupam a área. Essas relações contribuem para a consolidação de um processo associativo ou organizativo com filiações, cotas, negociações, acordos, o que permite atenuar a falta de direitos legalmente reconhecidos, sem, no entanto, supri-los.

Porque no instante que a gente conquista um colega do comércio, já ganhou um pequeno espaço. É a primeira conquista, porque o difícil pra quem vai entrar nessa vida é primeiro a conquista da amizade de quem trabalha na área. Aí, depois que ele conquista aquela amizade, o cliente já fica mais fácil, já vem se aproximando (Seu Biu).

A aprendizagem de um conjunto de códigos urbanos, ligados com o pertencimento às redes, representa o elemento principal de qualificação desses trabalhadores, o que poderíamos, de certa forma, chamar de “competência”, e implica num tipo de inteligência cognitiva, ética, afetiva e relacional nas esferas social, política e econômica (Lautier, 1997).

O pertencimento é a via obrigatória não apenas para negociar com atores sociais “formais”, como os governos municipais e fornecedores, uma vez que o acesso ao espaço não está franqueado a qualquer um, mas depende de negociações para a sua conquista. Em outros termos, existem regras implícitas a serem observadas, que são indícios das chamadas *regras do ofício*; nesse caso, a conquista do espaço estaria diretamente relacionada com a conquista da confiança dos pares.

As redes são importantes ainda no acesso às mercadorias comercializadas pelos vendedores, principalmente aqueles que trabalham com confecções e importados, e se organizam para compras conjuntas em condições mais satisfatórias. No caso estudado, isso se materializa nas viagens em direção às feiras ou fábricas nos municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru, em Pernambuco. As feiras realizam-se durante a noite, e o acesso aos produtores e a forma como negociam possuem códigos próprios, uma vez que as transações comerciais são informais. Apesar de concorrentes na venda dos produtos, a informalidade das trocas e das negociações evoca a necessidade de proteção (segurança da mercadoria e dos vendedores e compradores), que exige algumas estratégias coletivas de organização da atividade.

Essas estratégias têm resultado na organização de sindicatos e associações, e em enfrentamentos entre esses trabalhadores e autoridades municipais nas principais cidades do país. Como afirma um entrevistado: *Eles engolem a gente na marra, porque nós somos muitos!* Estes conflitos têm propiciado a afirmação de direitos, à medida que reivindicam e conquistam a permissão de ocupar espaços (públicos ou não) de comercialização de suas mercadorias.

Essa diversidade de estratégias e instâncias representativas se expressa nas formas de defesa e vem demonstrar que, muitas vezes, no processo de negociação do local de trabalho com as municipalidades, surgem os conflitos, que demandam a formação de mediações específicas dos interesses envolvidos com aquela localidade. Assim, os processos organizativos, em termos político-sindicais, acabam espelhando a multiplicidade de relações e inserções que configuram o próprio exercício da atividade ambulante no espaço e no tempo.

Por conseguinte, discorrer sobre *processo, ritmo, controle, regularidade, jornada de trabalho, organização*, em se tratando da atividade ambulante, pareceria à primeira vista um tanto artificial ante os processos de trabalho no campo da formalidade. No entanto, em meio às condições de *precarização, vulnerabilidade e variabilidade*, as quais preconizam uma aparente “desorganização” da atividade, é justamente

esse patamar que conduz à necessidade de organização para a sobrevivência da referida atividade como tal.

Essas aparentes contradições, que poderiam representar de fato uma tamanha flexibilidade na aptidão de reinventar trabalho em meio aos processos de precarização, na realidade, são o que vem permitindo que esta atividade venha não só persistindo, mas também se expandindo e estruturando-se mesmo com tantas variabilidades e vulnerabilidades. Tal fato se explica, seja pela via da sua própria dinâmica interna, seja pelo relacionamento com a dinâmica de “desenvolvimento” do capitalismo em sua fase atual, no qual essa flexibilidade é considerada ideal. A precariedade é inerente à estrutura e ao funcionamento da atividade ambulante. Como tal, tem estreita correspondência com sua lógica interna de organização deste segmento. O funcionamento da atividade na rua expõe os ambulantes às condições de vulnerabilidade, em termos ambientais, devido à variabilidade climática (sol, chuva) e às variabilidades próprias de quem “tá na rua” (violência, conflitos, inerentes às questões urbanas da vida moderna).

Considerações finais

Conforme assinala Scherer-Warren (1993), a idéia de rede implica pensar: i) integração na diversidade; ii) formas de articulação entre o local e o global, o particular e o universal, o uno e o diverso e, assim, pensar seus significados, suas interconexões. Isso se dá, principalmente, pela natureza que qualifica as redes como espaços alternativos de produção e de organização de vida e de trabalho. Essas malhas de redes formam-se fora dos canais institucionalizados, mas são cristalizadas nos modos de operar a vida, transmitidos de geração em geração destes segmentos, como vimos nas trajetórias de vida dos ambulantes e mesmo dos operários fabris.

Precisamente nesse processo é que se explicita a dimensão central que a família ocupa, tanto na vida social como na trajetória ocupacional, pois as estratégias de redes são geradas e geridas em função das necessidades de sobrevivência, em primeiro lugar, do núcleo familiar e, em segundo, do próprio grupo como “categoria” social. É justamente aí que residem suas potencialidades de ampliação dos mecanismos e estratégias para uma dimensão de coletivo de redes. Este campo de possibilidades se dá à medida que há a reprodução dos valores e comportamentos de solidariedade, de confiança e obrigação, que permitem à rede familiar ampliar-se para redes sociais mais amplas, atuando na construção de estratégias do grupo enquanto categoria social.

Esse processo de transmutação é o que caracteriza a própria natureza das redes como sistema de relações pessoais afetivas que dão substrato aos processos de mobilidade espacial e profissional. É também nesse processo que ocorre a valorização e o fortalecimento do espaço familiar, porquanto este espaço das

redes de malha estreita (Bott, 1976), além de dar sustentação em termos sócio-econômicos, se contrapõe aos outros canais institucionais que não conseguem realizar, de modo eficaz, as mediações entre o indivíduo e a sociedade nos meios urbanos (Durham, 1973).

No tocante à atividade ambulante, isto pode ser visualizado na própria organização da atividade, que, apesar de ser considerada como uma atividade “por conta própria” pelas vias institucionais, na sua operacionalização necessita acionar o *sistema rede*. Nesse sentido, necessita superar-se como atividade “individual”, por conta própria, ou seja: a processualidade do *sistema rede* acontece justamente no movimento de mutação da dimensão individual para adquirir e conquistar uma dimensão coletiva.

Segundo Lautier (1994), as redes sociais vêm explicitar a importância das dimensões sociais na gestão do processo de trabalho e dos fluxos dos trabalhadores, isto é, as redes revelam a importância das relações entre o mundo do trabalho e a vida social extra-trabalho na regulação do mercado.

Essas mediações produzidas pelos dispositivos de redes constituem-se em verdadeiros espaços laboratoriais de criatividade, de competência enquanto se organizam em modos operatórios de coletivos de redes e de trabalho, seja no trabalho informal, no qual o ambulante converte-se em “categoria” social, adquirindo uma visibilidade como ator social, principalmente no processo de ocupação e produção do espaço urbano, seja como trabalhador formal, no qual a atividade profissional, a permanência na ocupação, estão condicionadas a situações relacionais.

Quanto menos qualificado, o recurso às redes sociais pelo trabalhador tem maior funcionalidade? Não necessariamente. O acesso à informação significa, como já destacamos, uma redução de gastos que para um trabalhador desempregado pode significar muito. As redes, por sua vez, não podem ser entendidas dentro de uma rigidez funcional, uma vez que se trata de troca de favores e ajuda mútua com certa perspectiva de reciprocidade, o que não a torna, porém, obrigação. Não se constitui em algo novo no mercado de trabalho, remetendo às discussões sobre racionalização e burocratização do capitalismo, e à substituição das relações pessoais pela impessoalidade característica dessa racionalização.

A experiência cultural do trabalhador extrapola o lócus da produção e cria novos espaços para essa produção ou ocupação. Para os trabalhadores da fábrica, a experiência que compõe a formação de uma identidade operária se espalha pelo bairro, e espaços de convivência cotidiana extra-trabalho – o bar, o jogo de sinuca, do futebol no final de semana, da visita a familiares ou mesmo à igreja. Parte do cotidiano dos trabalhadores, esses espaços de sociabilidade permitem o desenvolvimento de relações instrumentais que facilitam o acesso ao mercado, da mesma forma que “relações instrumentalizadas” dentro e fora

da fábrica funcionam como fator importante em promoções e mudanças na estrutura ocupacional e na construção de identidades (Thompson, 1987). A diferença encontra-se no que Requena Santos (1991) chamou de “imobilidade ocupacional”: dificilmente a mobilidade é vertical, mas caracterizada pela horizontalidade de ocupações pouco qualificadas e pouco remuneradas.

Esses exemplos evidenciam que, com maior ou menor funcionalidade, essas redes continuam para seus integrantes, independente de sua origem social, de extrema relevância pela circulação de informações que possibilitam. Desta forma, as relações sociais que as constituem possuem um componente de poder explícito vinculado à posse, ao acesso a informações privilegiadas no mercado de trabalho. O poder implícito nas informações sobre vagas estende-se dentro da hierarquia da empresa, de forma explícita, nos postos hierárquicos de decisão sobre a permanência no emprego, assim como na necessidade de manter boas relações simétricas e assimétricas como forma de permanência no emprego. Essas relações, eivadas de subjetividade como empatia, simpatia, senso de oportunidade, ao lado de questões objetivas como escolaridade, experiência prática e qualificação, passam a constituir-se em fator diferencial no mercado de trabalho.

Entre os trabalhadores de baixa qualificação, como os aqui estudados, as redes de malha estreita são dominantes. Predominam os laços fortes, no sentido atribuído por Granovetter, na obtenção das informações, indo de familiares e agregados à vizinhança e conhecidos de espaços públicos como bares e outros locais, se contrapondo à hipótese do autor dos laços fracos. Garantem não apenas redes de informações, mas também o apoio no cotidiano, seja nos processos de migração, seja na busca por trabalho, na estabilização financeira, em situações de desemprego ou desocupação etc. Os laços fracos seriam mais funcionais junto a trabalhadores de “classe média”, mais qualificados e escolarizados e que participam, por sua origem social, de um número maior de redes sociais obtendo informações de fontes diversas e de forma diluída.

A incorporação das “redes sociais informais” no interior da “razão instrumental” demonstra a busca da apropriação, pela sociedade capitalista, da subjetividade individual e sua transformação em fator de produtividade. A incorporação do desejo enquanto produção social, objetivando interesses e afetos, procura reduzir o espaço da indeterminação em nome dessa razão. A questão que permanece é: até que ponto essa instrumentalização é possível?

Nesse sentido, evidencia-se o seguinte paradoxo: de um lado, há a apropriação, pelo capital, do formato redes sociais na regulação do mercado de trabalho; por outro, as redes sociais caracterizam-se fundamentalmente pelas relações sociais informais, originadas na família e se expandindo em diversos círculos sociais, gerando malhas de redes com pouca visibilidade, cujo controle estaria, em princípio, nas mãos dos atores que as geram.

O que nos parece evidenciar-se nessas práticas sociais informais são

sinalizações de resistências destes segmentos de trabalhadores frente aos processos de racionalização entendidos como formas de dominação, evidenciando que a racionalização econômica é produto das relações sociais e dos conflitos e contradições que as fundamentam.

Referências

- ABREU, Alice Rangel de Paiva (1995). “O complexo da moda no Rio de Janeiro”. *Série Estudos Ciências Sociais* (8). Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS-PPGS-LPS, junho.
- BARNES, J. A. (1987). “Redes sociais e processo político”. In FELDMAN-BIANCO(org). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- BOTT, E. (1976). *Família e rede social* Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BROAD, Dave. (2000). “The Periodic Casualization of Work: The Informal Economy, Casual Labor, and the Longue Durée”. In TABAK, Faruk and CRICHLLOW, Michaeline A. *Informalization. Process and Structure*. Baltimore (MA): The John Hopkins University Press.
- CONSERVA, Marinalva de Sousa (2003). A atividade ambulante se suas redes sociais de labirinto em João Pessoa (PB). Tese de Doutorado: PPGSS-UFRJ.
- CONSERVA, Marinalva de Sousa (2004). “O labirinto da atividade ambulante na cidade de João Pessoa”. In ARAÚJO, A. et alli (orgs). *Cenários do trabalho: subjetividade, movimentos e enigmas*. Rio de Janeiro: DP&A.
- COOLEY, Charles H. (1970). “Grupos Primários”. In PIERSON, Donald. (org). *Estudos de Organização Social*. São Paulo: Livraria Martins.
- CRU, D. (1986). *Coletivo e trabalho de ofício: sobre a noção de coletivo de trabalho*. Paris: AOCIP 1986.
- CRU, D. (1988). As regras do ofício. In *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris:AOCIP.
- DAVERN, Michael. (1999). “Social Networks and Prestige Attainment: New Empirical Findings”. *The American Journal of Economics and Sociology*, October.
- DÓRIA BILAC, Elisabete (1978). *Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo.
- DURHAM, E. R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva.
- DURHAM, E. R. (1980). “A família Operária: consciência e ideologia”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, n..02:201-213.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. (1982). *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- GRANOVETTER, Mark, SWEDBERG, Richard. (2001). Introduction. In GRANOVETTER, Mark e SWEDBERG, Richard. (Eds). *The Sociology of Economic Life*. Cambridge(MA): Westview Press.

- GRANOVETTER, Mark. (1995). "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". In GRANOVETTER, Mark. *Getting a Job. A Study of Contacts and Careers*. 2nd Edition. Chicago: The University of Chicago Press.
- HIRATA, H. e HUMPHREY, J. (1992). "Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise". *Tempo Social*, 04:111-131.
- JACKOBSEN, K. et ali (orgs.) (2000). *Mapa do trabalho informal: perfil sócioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LAUTIER, B. (1997). "Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal". In: *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro: IEC, Ano II, nº 1:59-62.
- LAUTIER, B. e PEREIRA, J. M. (1995). "Representações Sociais e Construção do Mercado de Trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina". In: *Cadernos CRH*, Salvador: nº 21: 125-151.
- LIMA, Jacob C. (2001). "A teoria do capital social na análise das políticas públicas". *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 17:46-62.
- LIMA, Jacob C. (2000). "Redes sociais e mobilidade ocupacional". In AMORIM, M. e ARAÚJO, N. *Imaginário cultura e mundo do trabalho: perspectivas contemporâneas*. São Paulo, Terceira Margem.
- LIMA, Jacob C. e FERREIRA, Brasília C. (1996a). "Trabalhadores urbanos no Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30: 83-99.
- LIMA, Jacob C. (1996b). "Trabalho, família e mobilidade social: um estudo sobre sociabilidade operária". *Caderno CRH* n. 24/25:123-153.
- LIMA, Jacob C. (1996). *Trabalho, mercado e formação de classe: estudo com operários fabris em Pernambuco*. João Pessoa: Editora Universitária.
- LIMA, Jacob C., SOARES, Maria José B. (2002). "Trabalho flexível e o novo informal". *Caderno CRH* n.37:
- LINHART, Robert (1986). *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MENEZES, Marilda A. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPA.
- MENEZES, Marilda A. (2003). A noção de "redes sociais" na análise de alojamentos de trabalhadores migrantes. Recife: Simpósio da ABA – Associação Brasileira de Antropologia, SBPC.
- PODOLNY, J. M., PAGE, K. L. (1998). "Network Forms of Organization". *Annual Review of Sociology*, 24: 57-76.
- PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel. (1989). "World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy". In PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel, BENTON, Lauren A. *The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore(MA): The John Hopkins University Press.
- PORTES, Alejandro. (1994). *The Informal Economy and Its Paradoxes*. In SMELSER, J.N., SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- POWELL, W. W., SMITH-DOERR, L. (1994). "Networks and Economic Life". In SMELSER, J.N., SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- SANTOS, Félix Requena. (1991). *Redes sociales y mercado de trabajo: elementos para una teoría del capital relacional*. Madri: CIS- Siglo Veintiuno de España.

- RICHARDS, P. e BRYAM, R. (1998). *Redes sociais, capital social, organizações populares e pobreza urbana*. Rio de Janeiro: Banco Mundial. mimeo.
- SALATTI, Rita de Cássia (2005). Flexibilização do trabalho em empresas de desenvolvimento de sistemas. Campinas: PPGPC-UNICAMP. Dissertação de mestrado.
- THOMPSON, E.P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TILLY, Chris and TILLY (1994). “Charles. Capitalist Work and Labor Markets”. In SMELSER, J.N., SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.

RESUMO

Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal

Neste artigo estudamos as redes sociais como estratégias de entrada e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. Temos como referências empíricas pesquisas realizadas com operários fabris (metalúrgicos, têxteis e do vestuário) e trabalhadores do informal (construção civil e ambulantes) nas cidades de Recife, João Pessoa e Natal. Temos como referência que as interações sociais resultam em ações cooperativas que influem de forma decisiva nos processos econômicos e que os mercados não podem ser compreendidos apenas a partir de uma lógica econômica e sim de uma pluralidade de lógicas. Interessa-nos discutir a subjetividade “instrumentalizada” pelos atores, voltada à objetivação de interesses e necessidades: as redes sociais informais estabelecidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana e seu caráter utilitário na busca de um emprego, em sua manutenção e em sua mobilidade ocupacional.

Palavras-chave: redes sociais; operários fabris; trabalhadores ambulantes

ABSTRACT

Social networks and the labour market: between the formal and the informal

In this article we study social networks as part of workers' strategies to find and retain jobs and in the job market. The empirical research was conducted with factory workers (metalworkers, textiles and clothing) and workers employed in the informal sector (construction and sales) in the cities of Recife, João Pessoa and Natal. We have as reference that the social interactions result in cooperative actions which influence in a decisive way on the economical processes and the markets cannot just be understood only from an economical logic, but from a plurality of logics. We wish to discuss the "rationalized subjectivity" for the actors adressed to interests and needs: the social networks established by the individuals in their daily life and their utilitarian character looking for a job, in their maintenance and in their occupational mobility.

Keywords: social networks; industrial workers'; informal sector

Recebido para apreciação: fevereiro de 2006

Aprovado para publicação: abril de 2006

O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) NO BRASIL E O PARTIDO SOCIALISTA (PSCH) NO CHILE: A NOVA FACE DA SOCIAL-DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Introdução

Quando escreveu o seu livro *Utopia Desarmada*, em 1993¹, o cientista político mexicano Jorge Castañeda descreveu um cenário desolador para a esquerda latino-americana. Com o desfecho da Guerra Fria resultando numa inegável vitória dos Estados Unidos, argumentava Castañeda, este país consolidava sua hegemonia na América Latina, com a expansão praticamente universal (com exceção de Cuba) de democracias liberal-representativas, economias de mercado e governos neoliberais. Naquela conjuntura política, os governos de Carlos Menem na Argentina, de Fernando Collor no Brasil e de Alberto Fujimori no Peru eram as expressões máximas desta consolidação do modelo político norte-americano no continente.

Neste cenário, as esquerdas latino-americanas não só careciam de peso e relevância política, como se defrontavam com uma crise ideológica das mais profundas da sua história, com o ocaso do “socialismo real” conduzindo a uma situação de desnorteamento e perda de referências. Mas o próprio Castañeda reconhecia que a crise econômica e social que a região enfrentava desde o início dos anos 1980 era um cenário propício para o desenvolvimento das aspirações de poder que alimentavam a esquerda latino-americana (Castañeda, 1994). Passada mais de uma década desde que Castañeda escreveu este livro, a mudança na composição de forças políticas da América Latina aparece como uma resposta ao agravamento deste cenário de crise já anunciado pelo cientista político mexicano.

A expansão da democracia não impediu a América Latina de viver, nos anos 1990, uma das crises econômicas e sociais mais duras da sua história, crise esta que entendemos como um produto das políticas neoliberais que foram aplicadas no sub-continente nas últimas décadas (Sader, 2003). Em informe do

¹ O livro *Utopia Desarmada*, de Jorge Castañeda, foi publicado no Brasil em primeira edição no ano de 1994.

PNUD sobre a situação da democracia na América Latina, concluiu-se que os avanços na democratização política, experimentados nos países da região durante as duas últimas décadas, não foram acompanhados por avanços nos campos dos direitos sociais e econômicos dos cidadãos. Viveríamos em uma “democracia de eleitores”, tendo como desafio a construção de uma “democracia de cidadãos” (PNUD, 2004).

No início do século XXI, algumas das principais democracias latino-americanas são governadas por políticos de esquerda e de centro-esquerda, dos mais diversos matizes ideológicos: Néstor Kirchner na Argentina; Hugo Chávez na Venezuela; Evo Morales na Bolívia; Tabaré Vázquez no Uruguai; Michelle Bachelet no Chile, do Partido Socialista, com a coalizão de centro-esquerda “*Concertación por la Democracia*” e, no Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, numa ampla aliança de partidos, que parte da esquerda (PT-PSB-PCdoB) e chega à centro-direita (parcelas do PMDB-PL-PTB-PP). Há, ainda, o governo de Fidel Castro, que se mantém no poder em Cuba há quase cinco décadas.

Em comum, estes diversos governos de esquerda – salvo Cuba – têm, principalmente, a sua ascensão ao poder pelos marcos democrático-liberais. Ou seja, a disseminação da democracia na América Latina do pós-Guerra Fria, combinada com a crise econômico-social que tem sua origem no projeto neoliberal que se fez hegemônico na região nos anos 1990, mostrou-se um cenário profícuo para a eleição de governos de esquerda. Destaque-se, ainda, que os movimentos sociais – cuja ascensão foi evidente após a retomada do ambiente democrático – estão na origem política dos presidentes de dois países da região, Lula e Evo Morales.

Pensando em termos de estilo político e de postura ideológica, entretanto, o que parece ser uma “grande família esquerdista latino-americana” – como, muitas vezes, querem fazer parecer os líderes políticos envolvidos – mostra-se um bloco bi-polarizado. De um lado, temos um grupo – formado por Hugo Chávez, Fidel Castro e Evo Morales – que se mostra mais identificado com a tradicional esquerda *nacional-populista* latino-americana. Este primeiro grupo teria como características um forte componente personalista², combinando um discurso econômico nacionalista-estatizante com uma postura de política externa anti-EUA, além de uma rejeição aos mecanismos do livre mercado. Se este grupo parece estar ainda sintonizado com um clima de “Guerra Fria”, seus demais parceiros de esquerda têm uma postura ideológica muito mais flexível e tendente ao centro político, contrapondo à antiga ideologia nacionalista uma busca de maior integração no novo cenário da “globalização econômica”. Assim, este

² O traço personalista desta esquerda nacional-populista pode ser bem expresso na recente sugestão do presidente Hugo Chávez de que pode reformar a Constituição venezuelana, de modo que lhe seja permitido permanecer no poder até 2031.

segundo grupo – formado por Lula, Néstor Kirchner, Michelle Bachelet e Tabaré Vázquez – pode ser visto como uma *esquerda pragmática* que, se busca regular o funcionamento dos mercados, mostra-se pouco disposta a contrariar as suas regras, incorporando, ainda, o livre mercado nas suas estratégias de desenvolvimento.

Não é nova, entretanto, a heterogeneidade da esquerda latino-americana. Falando do século XX, o já citado Jorge Castañeda classifica da seguinte forma as mais expressivas correntes da esquerda no continente: a) a esquerda nacionalista e populista; b) os comunistas; c) os guerrilheiros revolucionários dos anos 1960 e 1970, divergentes do tradicional modelo de organização e de tática política dos comunistas; d) a esquerda de inspiração social-democrata, em geral mais recente, apegada às regras da democracia liberal-representativa (Castañeda, 1994). Outras correntes de menor expressão política e social ainda poderiam ser citadas, como os trotskistas, ou a “nova esquerda” ecológica e feminista surgida nos anos 1980, que poderia ser aqui identificada pelos partidos verdes, ou pelo Partido Humanista chileno³.

Teodoro Petkoff, economista e candidato às eleições deste ano para a presidência da Venezuela, opositor de Hugo Chávez, foi muito mais duro na conceituação destas duas esquerdas latino-americanas contemporâneas, em artigo recentemente publicado na revista *Nueva Sociedad*⁴. Originário do PC e do MAS (*Movimiento al Socialismo*) venezuelanos, Petkoff distingue uma “esquerda conservadora ou religiosa” (que acima chamamos de “nacional-populista”) da “esquerda moderna e democrática”, representada por Lula, Bachelet, Vázquez e Kirchner (Petkoff, 2005). Com a mesma contundência, o chileno Fernando Mires fala em “esquerda arcaica ou anti-política” e em “esquerda moderna e política”, respectivamente (Mires, 2006).

Neste artigo, queremos tratar das trajetórias recentes de dois partidos que podem ser vistos como representantes da social-democracia latino americana, o Partido Socialista do Chile (PSCh) e o brasileiro Partido dos Trabalhadores (PT). Ambos estão nos governos dos seus países, com atuações que podem identificar-se com a nossa definição de “esquerda pragmática”. Apesar das singularidades das suas trajetórias políticas, conferidas inclusive pelas próprias diferenças entre os sistemas políticos do Brasil e do Chile, há uma evidente semelhança entre a posição ideológica atual destes dois partidos políticos. É sobre isto que falaremos agora.

³ O Partido Humanista divide com o Partido Comunista a hegemonia da esquerda extraparlamentar no Chile contemporâneo. Nas eleições presidenciais de 2005, estes partidos se coligaram para lançar a candidatura do humanista Tomás Hirsch.

⁴ Publicada na Argentina pela Fundação Friedrich Ebert, ligada ao Partido Social Democrata alemão.

Socialismo ou social-democracia? O PT e o PS chileno

O Partido dos Trabalhadores e o Partido Socialista do Chile são dois exemplos de como partidos políticos com um bom grau de institucionalização interna podem fazer alterações na sua linha ideológica originária sem, com isto, perderem a sua identificação com uma parcela do eleitorado ou desaparecerem do cenário político (Huntington, 1975). Afinal, se é verdade que o PT e o PSCh continuam reivindicando-se partidos socialistas, também é certo que eles estão em muito distanciados do discurso marxista-revolucionário que lhes marcou num passado próximo. Em contraponto a este passado, as feições ideológicas atuais do PSCh e do PT lhes permitem ser classificados como exemplares da social-democracia na América Latina, pela sua “fidelidade radical aos mecanismos eleitorais (...), compromisso com o processo democrático, com o respeito aos direitos humanos e com a liberdade de expressão e de associação”, além da sua “preocupação com a ‘questão social’”, projetando a redução das desigualdades sociais (Castañeda, 1994, p. 120-121).

Também é notória a mudança nas suas táticas de chegada ao poder; ambos os partidos não só rejeitam opções revolucionárias, violentas e/ou anti-institucionais, abraçando por completo a institucionalidade democrática, como adotam uma política de alianças eleitorais com partidos situados ao centro da política dos seus países, afastando-se, assim, dos seus antigos aliados na extrema-esquerda⁵. Para chegarem ao poder, o PT e o PSCh apoiaram-se em uma ampla coalizão política com partidos de centro e de esquerda, e não só passaram a aceitar as regras do mercado, como também se mostram simpáticos a políticas macro-econômicas ortodoxas – similares às políticas praticadas pelos governos neoliberais que lhes antecederam. A sua ortodoxia econômica é combinada com uma destinação de amplos recursos públicos para políticas sociais, em geral, focalizadas nos setores mais pobres das suas sociedades, seguindo as recomendações do Banco Mundial. Destaque-se os programas “Bolsa Família”, no Brasil, e “Chile Solidário”.

O Partido Socialista que ascendeu ao comando do Chile em 2000 é muito diferente daquele partido que foi derrubado do poder junto com o presidente

⁵ Com a redemocratização do Chile no final da década de 1980, o Partido Socialista pôs fim à sua tradicional aliança com o Partido Comunista, que marcou a esquerda e o sistema de partidos chilenos no pré-golpe militar. Também no Brasil, o PT não mais reproduz – em nenhuma esfera da federação – alianças com o PSTU, que apoiou a candidatura de Lula em 1994 e também no segundo turno das eleições de 2002. O PT também observou o recente afastamento de uma parte das suas frações de esquerda, que se abrigaram sob a nova legenda do PSOL. Outro partido de extrema-esquerda que se afastou do PT foi o PCB, que apoiou a eleição de Lula em 2002, chegando a fazer parte do conselho político do governo federal, em 2003.

Salvador Allende, em 1973. Nada mais resta da “via chilena para o socialismo” proposta por Allende, com sua estratégia de nacionalização de empresas multinacionais, nem também da orientação marxista que subsidiava o socialismo allendista. Como vimos, os socialistas chilenos de hoje também não reproduzem a aliança com os comunistas e outros segmentos mais à esquerda que caracterizaram a *Unidad Popular* allendista, preferindo alianças políticas mais ao centro. A feição atual do Partido Socialista do Chile é muito mais moderada e centrista do que fora outrora, e esta transmutação se deu no contexto da participação dos socialistas no processo de transição para a democracia, após a ditadura de Pinochet, e ainda com a aproximação de socialistas chilenos, durante seu exílio, com os social-democratas europeus. A ruptura com o passado allendista foi sutilmente expressa por Lagos no seu discurso de posse na presidência do Chile, afirmando que “*no vengo a esta casa a administrar las nostalgias del pasado, ni a mirar [hacia] atrás*” (citado em Navia, 2006).

Ainda em princípios dos anos 1980, os socialistas chilenos passaram a desenvolver ações de oposição à ditadura Pinochet em conjunto com seus antigos adversários centristas da Democracia Cristã (DC). A própria DC, que esteve junto à direita chilena na oposição a Allende e, a princípio, mostrou-se simpática ao golpe militar, também sofreu um processo de transformação durante a ditadura de Pinochet, passando, já no final dos anos 1970, a opor-se ao regime e a flexibilizar sua rejeição às alianças com a esquerda, marcante no período pré-golpe militar. A DC sempre se mostrou contrária, entretanto, a alianças com o PC (Garretón, 1989). A aproximação com o centro se consolidou quando os socialistas fizeram a escolha de participar do processo de “transição tutelada” a um regime civil, aberta pelo próprio regime militar chileno. Afastavam-se aí de forças mais à esquerda da política chilena como os comunistas e o MIR⁶ que, a princípio, recusaram-se a participar da transição para não legitimar a institucionalidade da ditadura, optando por estratégias armadas de resistência.

Aproveitando a regra da Constituição de 1980 que previa a possibilidade de realização de um plebiscito em 1988 para julgar a continuidade do governo Pinochet, socialistas, democratas cristãos, radicais e outras forças opositoristas uniram-se na “*Concertación por el NO*” a Pinochet. Vencendo o “NO” no plebiscito, foram convocadas eleições presidenciais em 1989. Nestas eleições, os socialistas chilenos fizeram sua opção definitiva pelo centro, postando-se junto aos democratas cristãos e aos radicais na aliança chamada “*Concertación por la Democracia*”⁷, apoiando a candidatura presidencial do democrata-cristão Patricio

⁶ MIR – Movimento da Esquerda Revolucionária.

⁷ “*Concertación por la Democracia*”: aliança formada pelos Partido Demócrata Cristão, Partido Socialista do Chile, Partido Radical Social Democrata e Partido pela Democracia. Além de Patricio Aylwin, foram eleitos presidentes do Chile pela *Concertación*, o democrata cristão Eduardo Frei, em 1993, o socialista Ricardo Lagos, em 1999, e a atual presidente, a socialista Michelle Bachelet.

Aylwin. A dimensão desta opção está na decisão dos socialistas de não lançarem a candidatura à presidência daquele que já era, àquele momento, a sua maior liderança, o economista Ricardo Lagos. Lagos declinou de concorrer em favor da unidade dos socialistas com a Democracia Cristã – a maior e mais organizada força de oposição de então.

Patricio Aylwin foi eleito e, desde então, a “*Concertación por la Democracia*” governa o Chile, com um programa que reconhece e que se propõe a manter os “avanços” promovidos pela ditadura militar no campo da modernização da economia, ao mesmo tempo em que aplica programas sociais (Garretón, 1989; Valenzuela, 1995 e Labra, 1990). Na avaliação de Gonzalo Martner, ex-presidente do PSCh, quando da redemocratização, os socialistas chilenos optaram

...por constituir una coalición amplia que fortaleciera nuestra democracia y que tomara las lecciones del 73, porque constatamos que [durante o governo Allende] no fuimos capaces de entendernos con el centro político y dimos curso a una dictadura. Obviamente, que cuando nosotros tomamos esta opción, tomamos una opción de moderación. Eso es lo que le ha dado a Chile la estabilidad (Martner, 2004).

O PSCh continua a fazer uma defesa explícita do socialismo em todos os seus documentos mais recentes. Na resolução da sua “Conferência Nacional de Organização” de 2002, o PSCh caracterizava-se como “*un partido popular y de izquierda, autónomo, democrático y revolucionario, en tanto persigue un cambio social profundo. El socialismo es la respuesta al neoliberalismo y al capitalismo globalizado*” (PSCh, 2002). Esta caracterização, à primeira vista, parece contrastar com as posições do ex-presidente socialista Ricardo Lagos sobre economia. Segundo Lagos, o governo de Allende foi marcado por alguns erros, como o fechamento da economia chilena ao exterior, o que diminuiu sua competitividade, dificultou o acesso da população a alguns bens de consumo e levou o país à inflação. Reconhecendo que o mundo mudou e que não é mais possível aplicar políticas originárias dos anos 1960 e 1970, Lagos relega o *keynesianismo* à História, e avalia o legado de Pinochet como “*important in terms of making the necessary changes in the economic policy in Chile to open the economy. (...) [Após o regime militar] Chile was able to be prepared for a world that is going to be much more open*”. Os novos governos democráticos chilenos, de acordo com o juízo de Lagos, acertaram em, partindo da modernização implementada por Pinochet, procurar conferir uma “face mais humanitária” à política econômica liberalizante, expressa no aumento dos gastos públicos nas áreas sociais, com sensível impacto na redução da pobreza do país.

A disciplina fiscal e a estabilidade macroeconômica, para Lagos, são prioritárias com relação às políticas de crescimento econômico e de redistribuição de riquezas: “*it’s extremely dangerous to have a general who likes to have a coup, but*

probably it's more dangerous to have a finance minister that is a populist". A sua ordem de prioridades é expressa da seguinte forma: *"the first question is to have order in your own economic and fiscal policies; second, to have growth; and then after you have growth, then we are going to discuss how are we going to distribute the outcome of that growth, and not the other way around"* (Lagos, 2002).

Na "Conferência da Governança Progressista", em 2003, Ricardo Lagos avaliou que o "Consenso de Washington" está correto nas suas recomendações sobre as políticas fiscais, monetárias e de livre-comércio, tidas como fundamentais para o crescimento econômico. Afirmar, ainda, que o Consenso não esgota o assunto do desenvolvimento, pois relega uma prioridade em políticas públicas que garantam o acesso da maioria da população aos benefícios da estabilidade da economia (Lagos, 2003). São marcas do governo Lagos a maior abertura da economia chilena, expressa nos Tratados de Livre Comércio (TLCs) firmados com países como, por exemplo, os EUA. Esta adesão de Lagos à ortodoxia econômica, entretanto, encontra resistência de alguns setores mais à esquerda do PSCh, que chegam a falar no abandono do *"ideário socialista y allendista"* pelo partido (Ureta *et al.*, 2002), ou no esgotamento da *"variante del neoliberalismo concertacionista"* (Velásques *et al.*, 2002). Mas é clara a identidade do pensamento de Lagos com o que Laura Tavares Ribeiro Soares classificou como sendo o lema do FMI para a América Latina: "Combater a pobreza sem comprometer o processo de ajuste" (Soares, 2001, p. 58).

Tomando por referência o discurso e o governo liberalizantes de Ricardo Lagos, cabe perguntar: o Partido Socialista do Chile ainda pode ser visto como um partido socialista? A resposta nos é dada pelo próprio partido. Em documento de 2005, intitulado *"Vigencia y actualidad del socialismo en el siglo 21. Orientaciones programáticas para un nuevo ciclo político"* (PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE, 2005), que serviu de base para a elaboração do programa de governo da então candidata à presidência do Chile Michelle Bachelet, o Partido Socialista do Chile expressou sua visão atual de socialismo, que guarda plena coerência com as afirmações de Ricardo Lagos.

Segundo este documento, a tarefa do socialismo no século XXI é de *"hacer avanzar simultáneamente la causa de la libertad y la igualdad en un mundo ampliamente globalizado"*, e para isto precisa constituir-se como *"una alternativa de progreso frente a las desigualdades e injusticias del capitalismo contemporáneo"*. Para isto, o socialismo precisa reafirmar a sua identidade com as bandeiras libertárias expressas na Revolução Francesa e na cidadania democrática representada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. O fato de não haver nenhuma referência positiva às revoluções socialistas do século XX – além da condenação das suas características autocráticas e burocráticas –, aliado a estas referências históricas acima citadas, mostra que o PSCh está definitivamente rompido com o tradicional socialismo revolucionário de base classista, que marcou o período

de Allende, e nutre agora uma forte identidade com a experiência do Estado do Bem-Estar Social construído pela social-democracia europeia.

A autocaracterização como um partido de tipo social-democrata está evidente na visão do PSCh de renovação do socialismo: “*Renovar el socialismo há significado, antes que nada, entender que la democracia es simultáneamente el Norte y el limite de nuestra actuación*”. Tal renovação implicaria, ainda, aceitar “*la democracia, la economía de mercado y la globalización*” como imperativos contemporâneos, contra os quais não cabe um confronto direto, mas apenas um esforço de correção nos seus rumos. A tarefa do socialismo do século XXI, então, seria de “democratizar a democracia”, visando maior participação popular e igualdade de direitos, “regulação dos mercados” e a dotação da globalização de “regras justas e eficientes”, entre outras coisas, reformando os organismos internacionais. Como veremos adiante, este tripé é também a base da proposta de renovação da social-democracia conhecida como “Terceira Via”, cujo maior teórico é o sociólogo inglês Anthony Giddens.

Quanto à sua visão de desenvolvimento econômico, mais uma vez o PSCh mostra plena identificação com o pensamento de Ricardo Lagos. O louvor aos benefícios da abertura da economia e do livre mercado, praticados a partir da ditadura de Pinochet, e a condenação do antigo modelo de “desenvolvimento para dentro”, característico do governo Allende, dão a tônica do documento. Os TLCs, particularmente aquele que foi firmado com os EUA, são elogiados na medida em que conferem aos chilenos uma “*mayor libertad en (...) política internacional al disminuir la capacidad de los Estados Unidos de adoptar medidas comerciales unilaterales y discriminatorias*”. Os TLCs, portanto, são vistos como parte essencial de um programa socialista de desenvolvimento sustentável, que projeta para o futuro do Chile a condição de um exportador mais dinâmico e mais moderno de produtos minerais, agroindustriais e de vinhos.

Por fim, destacamos neste documento a clara preocupação em negar as críticas de que a política econômica dos governos da *Concertación* segue uma orientação neoliberal:

La Concertación mantuvo algunas de las principales reformas como la apertura, el rigor macroeconómico, la especialización del Estado, simplemente porque eran reformas que eran necesarias y que había que emprender. El que estas hallan sido puestas en practica durante el gobierno militar, es un hecho de la historia.

A particularidade da *Concertación* em termos de política econômica, segundo o PSCh, seria justamente o de incorporar a agenda dos gastos sociais, conjugando, assim, “*la responsabilidad social com la responsabilidad fiscal*”. O socialismo proposto pelo PSCh, então, trata-se de um socialismo de novo tipo, sintonizado com a economia de mercado livre que caracteriza o capitalismo global, mas indignado

com as injustiças sociais que o mercado desregulado acarreta; um socialismo definitivamente comprometido com a democracia, e que entende que uma governança estável passa por uma política de alianças que, partindo da esquerda, incorpore o centro da esfera política nacional. Também vamos encontrar um ambiente político compatível com esta definição no Brasil, com o Partido dos Trabalhadores.

Para chegar ao poder no Brasil, o PT, assim como o PSCh, operou sérias mudanças no seu ideário original, aproximando-se, progressivamente, do centro da política brasileira. Estas mudanças do PT, entretanto, se deram de forma mais tardia do que no PSCh. Ao contrário dos socialistas chilenos, o PT decidiu não participar do processo de transição à democracia, nos anos 1980. Assim, o PT recusou-se a tomar parte do Colégio Eleitoral que elegeu o primeiro presidente civil após a ditadura militar, em 1985; orientou a sua bancada na Assembléia Constituinte a não assinar a Constituição Federal de 1988 e, nas eleições presidenciais de 1989, recusou o apoio que o líder do PMDB, Ulisses Guimarães, quis emprestar a Lula, então candidato petista à Presidência da República, no segundo turno das eleições – fato tido como determinante para a vitória de Fernando Collor naquelas eleições.

Este PT dos anos 1980 tratava-se claramente de um “partido anti-sistema”, de acordo com a definição de Sartori (1982). Ou seja, a decisão do PT de participar da institucionalidade eleitoral que se formou a partir de 1979, com o início do processo de abertura e a reforma dos sistemas partidário e eleitoral brasileiros, não significava que ele concordasse com as regras e com a manutenção desta institucionalidade. Em sentido contrário, o PT de então pretendia fazer da sua participação eleitoral um instrumento para a destruição do sistema político no qual ele se encontrava inserido.

Nas resoluções do seu VI Encontro Nacional, realizado em junho de 1989 e preparatório para as eleições daquele ano, o PT apresentava-se como uma alternativa para “a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo” (Partido dos Trabalhadores, 1999, p. 372). Está claro que não são estes os princípios que orientam o atual governo do PT no Brasil.

A mudança no PT rumo ao centro da política foi progressivamente operada no decorrer dos anos 1990. Naquela década, o PT ampliou em muito a sua participação na política institucional brasileira, elegendo diversos prefeitos, seus primeiros governadores e constituindo bancadas parlamentares expressivas nos diferentes níveis da federação. O crescimento do PT se deu de forma progressiva neste período e, a cada eleição, o partido ampliava sua participação institucional. A experiência legislativa e, sobretudo, o exercício de cargos executivos levaram

o PT a flexibilizar sua posição originalmente mais esquerdista, e a fazer acordos políticos cada vez mais amplos, incorporando partidos de centro, anteriormente rejeitados, no seu espectro de alianças. Podemos compreender, portanto, que o processo de “socialização política” experimentado pelo PT nos anos 1990, para usar um termo de Robert Putnam (2005), foi fundamental para a inflexão da ideologia partidária.

Em 1995, foi eleito presidente nacional do PT José Dirceu, liderança da corrente partidária denominada “Articulação Unidade na Luta”, de orientação social-democrata, da qual também fazem parte alguns dos principais ministros do governo Lula, como Luís Dulci, Antônio Palloci, Luís Gushiken, Jacques Wagner e Humberto Costa, além do próprio Presidente da República. Junto com outras correntes e lideranças partidárias de orientação social-democrata, a “Articulação Unidade na Luta” formou o chamado “Campo Majoritário”, coalizão de facções petistas que, entre 1995 e 2005, hegemonizou sozinho o Diretório e a Executiva Nacionais do PT, tendo sido o principal responsável pela aproximação do PT com o centro da política brasileira. Há de se ressaltar que os principais representantes do Campo Majoritário na Executiva Nacional do PT – como José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira – estiveram no epicentro da crise política que atingiu o partido em 2005. Esta crise teve origem na arrecadação ilegal de recursos para serem gastos pelo PT e por alguns dos seus partidos aliados – PP, PL e PTB, todos de centro-direita – nas eleições municipais de 2004.

Nas eleições de 2002, a quarta em que Lula disputava a Presidência, e a primeira em que foi eleito, o PT apresentou-se ao eleitorado com mudanças significativas, seja no seu programa, na sua política de alianças, como também na sua forma de fazer campanha, dando especial atenção ao *marketing* político, o que aumentou em muito os gastos do partido na campanha presidencial. No que se refere à política de alianças, a grande novidade foi a aliança do PT com o Partido Liberal (PL), partido conservador que indicou o vice-presidente da chapa de Lula, o mega-empresário do ramo têxtil José Alencar. A própria indicação de Alencar indica as transformações ideológicas operadas no PT, que definitivamente substituiu qualquer referência à retórica marxista de “luta de classes” por uma nova postura de orientação contratualista. O PT saiu do seu XII Encontro, realizado no final de 2001, pregando a necessidade de “reconstrução do contrato social brasileiro”, de maneira tal que incorporasse os trabalhadores, as classes médias e o capital produtivo num pacto pela retomada do desenvolvimento nacional socialmente justo, superando o modelo neoliberal, identificado pela hegemonia do capital financeiro.

Esta orientação está presente no programa de governo apresentado pelo PT e pelos partidos a ele coligados de 2002, que propôs um modelo de desenvolvimento baseado no fortalecimento das exportações (destacando o papel

do agronegócio) e no crescimento do mercado interno, como forma de reduzir a vulnerabilidade externa do país. Este novo modelo de desenvolvimento seria amparado por medidas tais como: política externa ativa, revigorando o MERCOSUL com vistas à integração da América Latina, rejeitando o projeto da ALCA se fossem mantidas medidas extra-alfandegárias por parte dos EUA, desenvolvimento da economia solidária, da reforma agrária e do incentivo à agricultura familiar, substituição competitiva das importações e investimentos em infra-estrutura. Acrescente-se a isso o compromisso com investimentos sociais em educação e saúde públicas e em programas de renda mínima, além da necessidade de se complementar as metas de inflação com “metas sociais” de crescimento e de emprego.

Avaliando o governo FHC, este programa criticava a estratégia adotada de controle da relação dívida pública/PIB via produção de altos superávits primários, que “exige um esforço enorme de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do poder público (...) [e] acaba tendo um efeito limitador da atividade econômica e das exportações”. Ao contrário, o programa de governo do PT defendia que a “volta do crescimento é o remédio para impedir que se estabeleça um círculo vicioso entre juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB” (Partido dos Trabalhadores *et al.*, 2002, p. 10). Para o economista João Machado Borges Neto⁸, este programa traz uma orientação “social-desenvolvimentista”, de ruptura com o neoliberalismo, totalmente situada na tradição do PT (Paula, 2003). Entretanto, já na “Carta ao Povo Brasileiro”, de junho de 2002, o então candidato Lula, numa iniciativa de tranquilizar o “mercado” quanto à hipótese da sua vitória, mostrava sua disposição de “preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (Lula da Silva, 2002).

Uma vez no governo, entretanto, o PT caracterizou-se por uma orientação de política macro-econômica excessivamente ortodoxa, na contramão do programa apresentado nas eleições, mantendo e aprofundando instrumentos utilizados pelo governo anterior. Em fevereiro de 2003, por ocasião da primeira revisão do acordo do Brasil com o FMI firmado em dezembro de 2002, o ministro da Fazenda, Antônio Palloci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmavam o compromisso do governo Lula “de gerar, no médio prazo, superávits primários suficientes para garantir o gradual declínio da relação dívida/PIB”, lembrando ainda que, “depois de analisar as perspectivas de sustentabilidade da dívida pública, o governo resolveu reforçar a política fiscal,

⁸ Antigo dirigente da corrente petista Democracia Socialista, de orientação trotskista, João Machado Borges Neto rompeu com o PT no final de 2003, sendo atualmente militante do PSOL.

propondo-se a alcançar um superávit primário de 4,25% do PIB em 2003, ou seja 0,5 ponto percentual do PIB acima da meta anterior” (Palloci & Meirelles, 2003). Na prática, entretanto, os superávits primários produzidos foram ainda maiores: “O superávit primário do setor público fechou 2005 em 4,84% do Produto Interno Bruto (PIB), alcançando R\$ 93,5 bilhões. (...) Em 2004, o superávit foi de R\$ 81,1 bilhões, o equivalente a 4,59% do PIB” (Duarte, 2006).

Foram mantidas ainda metas de inflação rigorosas, que exigem o estabelecimento de altas taxas de juros, contrariando o diagnóstico econômico feito pelo PT no seu programa de governo. Esta política é contestada por diversos segmentos do PT, desde as suas correntes mais à esquerda, até lideranças como José Dirceu, crítico habitual das altas taxas de juros e do baixo índice de investimento público na economia (BREVE, 2004). Mais recentemente, o novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, proferiu comentários semelhantes, prometendo mudanças:

A escolha das autoridades monetárias brasileiras foi derrubar a inflação mais rapidamente e olhar para o centro da meta [de inflação], sem usar a margem de flexibilização. A tendência agora é uma política monetária menos rígida. Tudo isso tem que nos conduzir a uma política mais flexível. O esforço foi feito para isso. Nós pagamos o preço. Poderíamos ter tido um crescimento maior. Mas, hoje, a inflação está baixa. Isto qualifica para a taxa de juros cair (Mantega, 2006).

Esta avaliação do ministro Mantega está situada em um contexto onde o crescimento do PIB brasileiro foi de modestos 2,3% em 2005, segundo dados do IBGE, abaixo do crescimento de 4,3% estimado pela CEPAL para o PIB da América Latina e do Caribe no mesmo ano. Observando-se os dados da CEPAL, verifica-se que a taxa de crescimento do PIB brasileiro puxou para baixo a média do crescimento do PIB latino-americano e caribenho em 2005⁹.

Junto a esta política econômica restritiva do crescimento, o governo do PT desenvolve um amplo programa de transferência de renda – o “Bolsa-Família” –, focalizado na camada mais pobre da população brasileira, que tem demandado significativos e crescentes recursos públicos. Segundo dados do Governo Federal, os recursos destinados ao Bolsa Família foram da ordem de R\$ 3,4 bilhões em 2003, R\$ 5,3 bilhões em 2004 e R\$ 6,5 bilhões em 2005 (Governo Federal do Brasil, 2005). Sem desprezar a importância do Bolsa Família, avaliamos que, no caso brasileiro, portanto, a síntese da política do FMI feita por Laura Tavares Soares também pode ser observada: a ortodoxia observada na condução da política macro-econômica, que restringe o crescimento da economia e uma conseqüente geração de empregos e de oportunidades, é compensada com gastos

⁹ CEPAL - Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe - 2005.

sociais focalizados nas parcelas mais pobres da população, reduzindo, assim, o impacto negativo da miséria.

Nos dois documentos apresentados como projetos de resolução ao seu XIII Encontro Nacional, realizado entre os dias 28 e 30 de abril de 2006¹⁰, o PT reafirmou sua vocação de partido socialista, que objetiva construir uma alternativa “anticapitalista” à hegemonia neoliberal, dentro do seu objetivo estratégico de construção de “um país democrático, popular e socialista” (Partido dos Trabalhadores, 2006a). Não aparecem maiores discussões sobre o socialismo petista, aparecendo sim um indicativo de atualização do programa partidário no 3º Congresso Nacional do PT, marcado para 2007. O que pode ser visto é uma crítica frontal à condução da política monetária, na mesma linha da avaliação de Guido Mantega, responsabilizando-se, principalmente, o Banco Central, cujo conservadorismo excessivo e “autonomia operacional” prática para a aplicação das metas de inflação tiveram efeito decisivo para o baixo desempenho da economia brasileira, durante o governo Lula.

Segundo o documento apresentado pelo PT,

...o ajuste da economia, ao exigir a limitação do gasto público e o contingenciamento da execução orçamentária para elevar o superávit primário, impôs limites aos investimentos, às políticas de redução da pobreza e de redistribuição de renda. Isso não impediu, no entanto, avanços importantes no plano social.

Entretanto,

...se a inflação foi controlada, se foi reduzida a relação dívida pública/PIB, se o crédito consignado permitiu acesso ao crédito com taxas diferenciadas, o crescimento da economia brasileira ficou aquém do crescimento médio das economias mundial, latino-americana e dos países emergentes (Partido dos Trabalhadores, 2006b).

O grande desafio que o PT enxerga para um eventual segundo mandato do governo Lula, portanto, é o de romper com o paradigma neoliberal, já que este primeiro mandato iniciou apenas um processo de transição a um novo paradigma de desenvolvimento.

¹⁰ Estes dois documentos tinham os seguintes títulos: “Projeto de resolução conjuntura, tática e política de alianças” e “Diretrizes para a elaboração do programa de governo do Partido dos Trabalhadores - Eleição presidencial de 2006”. Para sua redação, foi formada uma comissão especial de membros da Executiva Nacional, composta pelos dirigentes partidários Marco Aurélio Garcia, Valter Pomar e Maria do Rosário. Até o momento em que escrevo este artigo, não foi apresentada pelo PT a versão definitiva das resoluções deste seu Encontro.

Este novo paradigma, ainda segundo o documento do XIII Encontro Nacional do PT, deve se referenciar pelos seguintes parâmetros:

A melhor forma de reduzir a relação dívida/PIB é expandir o Produto Interno Bruto. O combate à inflação é fundamental. Pode ser feito através de um sistema de metas adequado aos imperativos do desenvolvimento, assim como pelos instrumentos postos à disposição do Estado e da sociedade democrática para estimular e regular a oferta de bens e serviços. O Banco Central, cuja ação tem um impacto decisivo sobre o conjunto do desempenho econômico-social do país, tem de adequar sua agenda ao conjunto dos interesses da sociedade. Além de ser o guardião da moeda, deve igualmente preocupar-se com o crescimento, o emprego e o bem estar social, como ocorre em outros países do mundo. Necessita, assim, estar sintonizado com os grandes problemas nacionais. Será necessário acelerar o esforço atual de reduzir os juros, para permitir ao país uma expansão mais pronunciada. Uma maior redução da Taxa Selic é essencial para lograr-se um câmbio mais compatível com as políticas de desenvolvimento e exportação necessárias ao país (Idem).

Ora, o que vemos aqui é o PT retomando aqueles princípios que já havia apresentado no seu XII Encontro Nacional, de 2001. Se estes fundamentos de política macro-econômica, anunciados e reafirmados pelo PT, são seriamente distintos dos praticados pelo governo Lula, convém questionar se a contradição entre governo e partido é definitiva ou, como anuncia o ministro Mantega, a condução da política econômica do governo Lula vai de fato experimentar uma transformação que corresponda ao pensamento oficial do partido, expresso nos seus Encontros Nacionais.

Um último ponto delicado que caracterizou o governo Lula foi a sua relação com o Congresso Nacional. Nesta matéria, podemos afirmar que este governo manteve a prática usual de cooptação de parlamentares para partidos da sua base de apoio parlamentar¹¹, adotando medidas tais como nomeações em cargos públicos e liberação de emendas parlamentares ao orçamento, além do favorecimento do “troca-troca” de partidos no Congresso, também na contramão da tradicional bandeira petista da fidelidade partidária. Desta feita, estão na base aliada do governo Lula desde segmentos do PMDB, um partido que assumiu uma feição centro-direita após a redemocratização, como os conservadores PP, PTB e o já citado PL, marcados pela defesa do neoliberalismo nos anos 1990 (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000) e por uma postura de patronagem, clientelismo e patrimonialismo (Mainwaring, 2001). Na definição

¹¹ O PT, em geral, foi “preservado” quanto à filiação de políticos conservadores. Mesmo assim, filiaram-se ao PT, já no governo Lula, políticos de origem conservadora e clientelista, como Nárriman Zito, ex-prefeita de Magé (RJ), o ex-governador de Roraima, Flamarion Portela, cassado por corrupção, e a deputada federal Lúcia Braga (PB).

de Max Weber, são verdadeiros “partidos de patronato”, tendo como objetivo “exclusivamente a obtenção do poder para o líder ou a ocupação dos cargos administrativos por seus quadros” (Weber, 1999, p. 188). O PP, o PL e o PTB merecem destaque particular, por dois motivos: a) foram eles, junto com o PT, os principais protagonistas da crise política de 2005, originada no financiamento ilegal das campanhas eleitorais de 2004, quando trocaram o apoio ao governo federal no Congresso Nacional pelo compromisso do PT de conseguir – ilegalmente – recursos para suas campanhas; b) foram estes os partidos que fizeram a oposição mais sistemática ao projeto de reforma política apresentado pela Câmara dos Deputados no final de 2003. Entre outras coisas, este projeto previa a instituição de uma forma mais democrática e transparente de financiamento das campanhas eleitorais, o financiamento público.

A nosso ver, esta orientação política que combina ortodoxia econômica com políticas sociais focalizadas, amparadas por alianças ao centro, são um indicativo de que o PSCh e o PT, como partidos governistas, estão situados em um movimento mais amplo de renovação da social-democracia, conhecido por “Terceira Via”, lançado em meados dos anos 1990 por políticos “progressistas” do mundo desenvolvido, como o ex-presidente norte-americano Bill Clinton, o premiê britânico Tony Blair e o primeiro-ministro alemão Gerhard Schröder, dentre outros. Também conhecida como “governança progressista¹²”, este movimento tem como objetivo a “modernização” da social-democracia, visando adequá-la aos tempos da globalização. Na prática, os adeptos da “Terceira Via” assumiram como dogma o discurso do livre-mercado e da impotência do Estado-nacional frente aos imperativos do capitalismo globalizado, acreditando na impossibilidade de superação do capitalismo pelo socialismo, mas procurando preservar os “valores” da esquerda com um discurso de busca da “igualdade de oportunidades” dos cidadãos no mercado.

É de se lembrar que o PT e o PSCh mantêm relações entre si, através de organizações como a “Coordenação Socialista Latino-americana” (CSL) e a “Internacional Socialista” (IS)¹³. Apesar de o PT ainda não fazer parte da IS, vem participando de diversos dos seus encontros recentes, tendo até sido o partido-anfitrião do seu XXII Congresso, em 2003. Recentemente, foi criada a “Rede de Centros Progressistas”, em consórcio da Fundação Perseu Abramo, do PT, e a Fundação Chile 21, ligada ao PSCh. Já se pode falar, portanto, em uma verdadeira “diplomacia social-democrata latino-americana”.

¹² Anualmente, ocorre uma “Conferência da Governança Progressista”, que reúne estes “novos social-democratas”. Lula e Ricardo Lagos já estiveram presentes em edições recentes destas Conferências.

¹³ O PT também faz parte, junto de outras organizações da esquerda latino-americana, do “Foro de São Paulo”, que não conta, entretanto, com a participação do PSCh, e sim do Partido Comunista do Chile.

Para uma definição histórica da social-democracia

Dentro da história da esquerda, a social-democracia aparece como uma ala eminentemente reformista e revisionista, sem que esta classificação traga embutida em si nenhum conteúdo pejorativo. A social-democracia – desde quando Eduard Bernstein propôs-se a revisar o pensamento marxista e passou a defender que o socialismo poderia ser conquistado através de reformas no sistema capitalista – é marcada pela defesa destas reformas e também pela escolha de participar do processo democrático. Segundo Adam Przeworski (1989), a decisão de disputar eleições impôs aos partidos social-democratas a diluição do seu caráter de partido da classe operária, já que a vitória nas eleições demandaria o recebimento dos votos de integrantes de outras classes sociais. A partir daí, os social-democratas passaram a dirigir-se ao “povo”, genericamente.

A história da social-democracia pode ser dividida em fases (Fiori, 2004 e Anderson e Camiller, 1996). Na primeira delas, os social-democratas acreditavam que a revolução socialista poderia ser conseguida pelo reformismo eleitoral e defendiam programas de “nacionalização” de empresas capitalistas. A segunda fase é marcada pela “revolução keynesiana”, quando os social-democratas abandonam a pretensão da “transformação do sistema” capitalista, passando a se dedicar “unicamente à correção dos efeitos do seu funcionamento” (Przeworski, 1989, p. 58). Nesta fase, as marcas da social-democracia ficaram sendo o planejamento econômico, a busca do pleno emprego e o Estado do Bem-Estar Social. A terceira fase seria a atual, após a crise do Estado do Bem-Estar Social, quando os social-democratas teriam se renovado buscando dar uma resposta ao ideário neoliberal que se fez hegemônico no mundo desenvolvido nos anos 1980. Seria a fase da emergência da “Terceira Via”.

O mais famoso ideólogo da “Terceira Via” é o sociólogo inglês Anthony Giddens (Giddens, 1996, 2001a e 2001b) que, na segunda metade da década de 1990, procurou ditar as bases de um pensamento e de um programa político social-democrata renovado, para atender às demandas da globalização. Segundo Giddens, o socialismo – nas suas variantes comunista e *keynesiana* – caracteriza-se pelo seu “modelo cibernético” de subordinação da economia e dos cidadãos ao planejamento burocrático do Estado. No atual ambiente de globalização, a impossibilidade do “modelo cibernético” torna o socialismo um projeto esgotado. Partindo desta constatação de que não existem mais alternativas ao capitalismo, restaria à social-democracia, segundo o autor, buscar uma “terceira via” entre a “social-democracia de velho estilo” (a social-democracia *keynesiana*) e o neoliberalismo.

De acordo com Giddens¹⁴, a identidade da esquerda está na busca da

¹⁴ Seguindo o conceito formulado por Norberto Bobbio no livro “Direita e Esquerda”.

igualdade; entretanto, na sociedade globalizada, onde as identidades e projetos baseados em classes sociais perderam ressonância, a esquerda deve preocupar-se em garantir *igualdade de oportunidades* para os cidadãos na economia de mercado: “a esquerda deve se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento social” (Giddens, 2001b, p. 42). As novas demandas políticas “pós-materialistas” (como a questão ecológica e os direitos humanos) que marcam as sociedades democráticas atuais devem levar a esquerda para o *centro* do espectro político, sem que este movimento signifique uma opção pela moderação de posições, mas sim que as aspirações efetivamente radicais da sociedade global não se identificam mais com as aspirações socialistas, defende Giddens.

As posições da política da “terceira via”, segundo Giddens, podem ainda ser resumidas como as que seguem: a) “democratização da democracia”, introduzindo mecanismos de democracia direta na democracia representativa, com o fim de garantir transparência, descentralização e maior eficiência à administração pública, que deve se inspirar na prática administrativa do mercado; b) substituição do “Estado do Bem-Estar Social” por uma “nova economia mista”, onde a sociedade civil (partindo do princípio de que “não há direitos sem responsabilidades”) tem um papel decisivo junto ao Estado na promoção de políticas de desenvolvimento e de competitividade. O novo Estado social-democrata não deve fornecer sustento econômico direto aos cidadãos, mas estimular o surgimento de uma “cultura empresarial” e de um espírito empreendedor entre os indivíduos. A perspectiva redistributiva da social-democracia deve ser redefinida como “redistribuição de possibilidades” para os indivíduos no mercado, à qual cumpre um papel decisivo o investimento público em educação e treinamento, visto como investimento em “capital humano”; c) a nova “nação cosmopolita” deve partir do princípio de que, como os “processos globalizantes retiraram poderes das nações e os transferiram para o espaço global despolitizado” (Giddens, 2001a, p. 153), iniciativas de “soberania compartilhada” devem ser estimuladas, assim como a criação de espaços de poder e regulação global, nos padrões da ONU e da OCDE.

Dentre as várias opiniões críticas à proposta de Giddens, destacamos Oskar Lafontaine, que classifica a “modernização” proposta pela Terceira Via como um “endosso ao capitalismo global de livre mercado”, lembrando que “a esquerda deve lutar contra a intrusão do mercado e contra as inseguranças que traz consigo a economia global” (Giddens, 2001b, p. 23). Marilena Chauí (1999) lembra dos embates travados na OMC para afirmar que os Estados-nacionais ainda são relevantes no cenário político atual. Chang (2004) e Stiglitz (2003) defendem que os Estados-nacionais que têm uma participação mais ativa na regulação da economia - subvertendo a defesa do “livre-mercado” que o discurso da globalização traz embutido e optando por medidas como o controle de

capitais, ao contrário das recomendações do FMI e do Banco Mundial - são os que vêm tendo maior sucesso na promoção do desenvolvimento no capitalismo global, destacando os exemplos da China, da Índia e da Malásia.

Este artigo demanda um outro questionamento teórico: como situar o modelo de partido social-democrata renovado de acordo com a “terceira via” nas discussões teóricas sobre os partidos políticos? Partindo do princípio de que uma nova orientação ideológica traz consigo a necessidade de um novo modelo de partido, acreditamos que o modelo de “partido de massas” de Duverger (1970), construído a partir da observação dos partidos de esquerda europeus da primeira metade do século XX, não responde totalmente às necessidades de teorização do partido social-democrata contemporâneo. Neste partido, não se reconhecem o forte conteúdo ideológico, o rigor quanto à filiação de novos membros nem o financiamento exclusivo a partir das contribuições dos filiados, elementos que estão presentes no “partido de massas” de Duverger. Também não podemos conceituar os partidos social-democratas atuais como “partidos anti-sistema”, seguindo a definição de Sartori (1982). Ao contrário, partidos social-democratas tais como o PSCh e o PT de hoje em dia são “partidos da ordem”, adaptados ao sistema político do qual fazem parte. A nosso ver, a teoria mais apropriada a este novo partido social-democrata seria o modelo de “partido *catch all*”, elaborado por Otto Kircheimer (1966).

Para Kircheimer, os partidos social-democratas da Europa Ocidental, ainda nos anos 1960, teriam abandonado a sua constituição original como “partidos de massas” – com um componente ideológico muito forte e uma identificação evidente com a classe operária – e assumido uma nova definição organizativa como “partidos *catch all*” em virtude da ampliação das democracias de massas no pós-guerra. Os “partidos de massas” seriam fruto de uma época onde havia claras fronteiras entre as classes sociais; a massificação da democracia, com o surgimento de cenários eleitorais altamente competitivos, tornou mais evidenciada a necessidade dos partidos social-democratas se dirigirem a diversos grupos sociais, daí a sua conversão em “partidos *catch all*”. Com esta conversão, os partidos social-democratas experimentam as seguintes mudanças: a) redução da sua carga de conteúdo ideológico; b) fortalecimento do seu núcleo dirigente; c) diminuição do papel do militante individual; d) perda do caráter de classe ou da identificação com um grupo social específico, visando atingir o eleitorado como um todo; e) abertura indiscriminada das fileiras partidárias para variados grupos sociais ou de interesses.

O “partido *catch all*” é um partido interessado no sucesso eleitoral imediato, onde a tarefa política de curto prazo e o pragmatismo político sobrepõem-se aos princípios ideológicos. Objetivando atrair o voto de vários segmentos do eleitorado, o “partido *catch all*” apresenta um programa político generalizante o suficiente para servir de consenso entre grupos sociais ou grupos de interesses

divergentes, conferindo muita importância, por isso, ao *marketing* eleitoral. Assim, ao contrário dos “partidos de massas”, os “partidos *catch all*” rejeitam uma identificação muito forte com um grupo de interesse particular – como uma central sindical, por exemplo – haja vista que esta identificação poderia afastar eleitores mais próximos de outros grupos de interesses. O “partido *catch all*”, também inversamente ao “partido de massas”, busca o consenso, e não o confronto de interesses ou ideologias. O fenômeno de conversão de “partidos de massas” em “partidos *catch all*” representa, finalmente, um movimento de *desideologização* destes partidos.

Conclusão

Gostaríamos de concluir falando de um teórico clássico da ciência política que, no início do século passado, fez um estudo sobre o Partido Social Democrata Alemão, Robert Michels. Acreditamos que o modelo oligárquico de Michels (1982) – apesar de questionável, se a sua “lei de ferro das oligarquias” for encarada como a “necessidade da história” definida pelo autor, um fundador da chamada “teoria das elites” -, traz elementos importantes para pensar os modernos partidos social-democratas. Michels ressalva, com muita pertinência e atualidade, que a tendência de burocratização dos partidos políticos leva ao surgimento de uma elite dirigente que controla o partido à distância das bases, com interesses próprios e disposta a fazer concessões – sobretudo concessões programáticas – para manterem seu poder.

Esta interpretação de Michels nos fornece elementos muito relevantes para a explicação da crise política vivenciada pelo PT em 2005. Distanciada das bases partidárias, e encastelada em escritórios e hotéis cada vez mais luxuosos, a alta cúpula dirigente do PT lançou-se, em 2003 e 2004, numa busca obstinada de captação de recursos ilegais para o financiamento das atividades do seu partido e dos partidos aliados. A grande preocupação destes dirigentes, mais do que tudo, era montar uma estrutura burocrático-financeira que pudesse sustentar o seu partido no poder e que, além disso, também lhes permitisse continuar na direção do partido por muitos anos. Afinal, para estas pessoas, a chegada à Executiva Nacional do PT representou também uma ascensão pessoal para estratos mais elevados da sociedade brasileira. Ou, como diz Michels, esta burocracia partidária passou a constituir interesses próprios e distintos não só dos interesses de classe da maioria da base partidária, como também diferentes dos seus próprios interesses pessoais, da época em que não eram burocratas do partido.

Da mesma forma, preocupados com a racionalidade econômica e com a *realpolitik*, dirigentes do PT no Executivo e no Legislativo construíram políticas macro-econômicas e alianças partidário-parlamentares que não estavam em

consonância com as demandas das suas bases social e partidária. No caso do PT, a existência de eleições diretas para a renovação das elites dirigentes possibilitou que as bases partidárias dessem sua resposta no Processo de Eleições Diretas (PED) de 2005, que pôs fim ao antigo “Campo Majoritário”, e possibilitou que o XIII Encontro Nacional do PT aprovasse documentos com o teor crítico à política macro-econômica do governo Lula, como já vimos.

Um eventual aprofundamento das políticas macro-econômicas ortodoxas pelos governos do PSCh e do PT podem ser decisivos, a nosso juízo, para pôr em questionamento o próprio caráter de esquerda destes partidos. Como afirma o sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón,

...la izquierda debiera aportar la crítica ética e histórica permanente al capitalismo, adaptada a cada circunstancia, buscando superar sus contradicciones, explotaciones y desigualdades. (...) Esto permite formarse un juicio respecto de las nuevas posiciones o propuestas para la izquierda que provienen de las sociedades más desarrolladas, y que han cristalizado en lo que se llama la «tercera vía», «progresismo» u otras denominaciones. (...) el posible acierto publicitario o convocador de tercera vía o progresismo, no encuentra expresión clara ni en actores sociales ni en políticas concretas que oponer al neoliberalismo o que, si se quisiera, puedan ser superiores a las políticas socialdemócratas. pero obviamente no (...) puede identificarse con un proyecto de izquierda (Garretón, 2005, p. 170-171).

Resta ao PT e ao PSCh, bem como aos seus respectivos governos, fazer a escolha sobre o espaço que desejam ocupar no cenário político-partidário dos seus respectivos países: ou se reafirmam como um instrumento de transformação da sociedade capitalista, sem por isso abrir mão da renovação e do questionamento permanente da sua ideologia; ou se transformam definitivamente em mais um partido preocupado com a administração do capitalismo, abrindo mão, assim, da sua identidade de esquerda.

Referências

- ANDERSON, P. & CAMILLER, P. (1996). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BREVE, Nelson. (2004). “Estado precisa investir, no mínimo, 3% do PIB”, diz Dirceu. Agência Carta Maior. Capturado da internet em 07 de agosto de 2004, no sítio http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia.asp?id=2152&cd_editoria=003&coluna=reportagens
- CASTAÑEDA, Jorge G. (1994). *Utopia Desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHANG, Ha-Joon. (2004). *Cbutando a Escada*. São Paulo: Unesp.
- CHAUÍ, Marilena. (1999). Fantasias da Terceira Via. *Folha de São Paulo*. 19/12/1999.
- DUARTE, Patricia. (2006). Superávit primário de 2005 foi o maior desde 94, mas insuficiente para gastos com juros. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 30/01/2006.
- DUVERGER, Maurice. (1970). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FIORI, José Luís. (2004). O quebra-cabeça da esquerda. *Jornal Correio Braziliense*. Brasília, 16/05/2004, p. 21.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. (1989). La oposición política partidaria en el regimen militar chileno: un processo de aprendizaje para la transición. In CAVAROZZI, Marcelo & GARRETÓN, M. A. *Muerte y Resurrección. Los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones em el Cono Sur*. Santiago: FLACSO. Pp. 397-465.
- _____. (2005). Reflexiones en torno de la(s) izquierda(s) chilena(s) y el proyecto de país. *Revista Nueva Sociedad*. N° 197. Maio-junho de 2005. Fundação Friedrich Ebert. Buenos Aires.
- GIDDENS, Anthony. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp.
- _____. (2001a). *A Terceira Via*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2001b). *A Terceira Via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. (2005). *Revista Brasil - Ano III*. Edição n° 6.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1975). *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária/Edusp.
- KIRSCHEIMER, Otto. (1966). The transformation of the western european party systems. In LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. (Orgs.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press. Pp. 177 – 200.
- LABRA, Maria Eliana. (1990). Chile 1989: o arco-íris da transição à democracia. *Série Estudos*. N° 78. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- LAGOS, Ricardo. (2004). A View from the South. Londres: Conferência da Governança Progressista, 2003. Capturado da internet em 25/03/2004 no sítio <http://www.policy-network.net/php/article.php?sid=5&aid=170>
- _____. (2002). Interview on PBS. Capturado da internet em 25/03/2004 no sítio <http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/miniextlo/intricaradolagos.html>
- LULA DA SILVA, Luís Inácio. (2002). Carta ao povo brasileiro. 22 de junho de 2002. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pt.org.br.
- MAINWARING, Scott P. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV.
- MAINWARING, S., MENEGUELLO, R. & POWER, T. (2000). *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.

- MANTEGA, Guido. (2006). Mudança de foco. Entrevista a Luiz Gonzaga Belluzzo e Márcia Pinheiro. *Revista Carta Capital*. Ano XII. Nº 392, 10/05/2006. Pp. 32-34.
- MARTNER, Gonzalo. (2004). El PS aprendió de la ‘derrota’ que sufrió en 1973. Capturado da internet em 22 de agosto de 2004, no sítio <http://www.ps.org.uy>.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989). *PT – A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MICHELS, Robert. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, Unb.
- MIRES, Fernando. (2006). *¿Puede un empresario ser de izquierda?* Revista *Nueva Sociedad*. Nº 202. Março-abril. Fundação Friedrich Ebert. Buenos Aires.
- NAVIA, Patricio. (2006). La izquierda de Lagos vs. la izquierda de Chávez. Revista *Foreign Affairs En Español*. Vol. 6, Nº 2. Abril-Junho.
- PALLOCI, Antônio & MEIRELLES, Henrique. (2004). Primeira revisão do acordo com o FMI. Capturado da internet em 05 de julho, no sítio www.fazenda.gov.br.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1979). *Resoluções de Encontros e Congressos. 1979 – 1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2006a). Projeto de Resolução Conjuntura, tática e política de alianças. XIII Encontro Nacional do PT. São Paulo, abril de 2006.
- _____. (2006b). Diretrizes para a elaboração do programa de governo do Partido dos Trabalhadores - Eleição presidencial de 2006. XIII Encontro Nacional do PT. São Paulo, abril 2006.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES et. al. (2002). Programa de Governo 2002. Capturado da internet em 21/07/ 2004, no sítio www.pt.org.br.
- PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. (2002). *Resoluciones del Conferencia Nacional de Organización 2002*. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pschile.cl
- _____. (2006). *Vigencia y actualidad del socialismo en el siglo 21. Orientaciones programáticas para un nuevo ciclo político*. Capturado da internet em 05 de maio de 2006, no sítio www.pschile.cl/pschilea
- PAULA, João Antônio de (Org.). (2003). *A economia política da Mudança*. Belo Horizonte: Autêntica.
- PETKOFF, Teodoro. (2005). Las dos izquierdas. Revista *Nueva Sociedad*. Nº 197. Maio-junho. Fundação Friedrich Ebert. Buenos Aires.
- PNUD. (2004). *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PUTNAM, Robert. (2005). *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna*. 4 ed. São Paulo: FGV.
- SADER, Emir. (2003). *A Vingança da História*. São Paulo: Boitempo.
- SARTORI, Giovanni. (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Unb.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- SOARES, L. T. R., SADER, E., GENTILI, Rafael & BENJAMIN, César. (2004). *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo.
- STIGLITZ, Joseph E. (2003). *A globalização e seus malefícios*. 4 ed. São Paulo: Futura.
- URETA, Carlos M. et al. (2002). Partido Socialista: en la crisis de la transición. Documento para discussão interna ao PSCh. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pschile.cl

VALENZUELA, J. Samuel. (1995). *The origins and transformations of the chilean party system*. Working Paper n° 215. Notre Dame: Kellogg Institute, December.

VELÁSQUES, Julio P. *et al.* (2002). *Apuntes para una reflexión interna*. Documento para discussão interna ao PSCh. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pschile.cl

WEBER, Max. (1999). Conceito e natureza dos partidos *In* WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1. Brasília: Unb; São Paulo: Imprensa Oficial.

RESUMO

O Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e o Partido Socialista (PSCH) no Chile: a nova face da social-democracia latino-americana

Este artigo tem como objeto as transformações ideológicas pelas quais vêm passando o Partido Socialista do Chile e o brasileiro Partido dos Trabalhadores. Suas participações nos governos dos seus respectivos países – experimentando uma combinação de ortodoxia econômica com gastos públicos elevados nas áreas sociais - são particularmente analisadas, focando no seu impacto sobre a identidade destes partidos.

Palavras-chave: partidos políticos; esquerda; América Latina

ABSTRACT

The Workers Party (PT) in Brazil and The Socialist Party (PSCH) in Chile: The new face of Latin American Social Democracy

The objective of this article is to discuss the ideological transformations that the Chilean Socialist Party and the Brazilian Workers' Party have been going through in recent years. It is particularly analyzed the participation of these parties in their respective countries government, where they try a combination of economic orthodoxy with expensive public expenses in social areas. In addition, we will focus on the impact of such actions on these parties identity.

Keywords: political parties; left; Latin America

Recebido para apreciação: fevereiro de 2006

Aprovado para publicação: abril de 2006

AXEL HONNETH E O LEGADO DA TEORIA CRÍTICA

Sílvio Camargo

Introdução

O texto aqui apresentado pretende discorrer sobre alguns aspectos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, mostrando suas contribuições para a elaboração de uma teoria crítica no presente contexto histórico das sociedades ocidentais, mas igualmente algumas limitações que entendemos nela se manifestar, considerando o horizonte dos próprios problemas teóricos e históricos que foram levantados pela Teoria Crítica desde os anos 1930. Tais limitações não se centralizam, entretanto, no conjunto de questões já levantados por Nancy Fraser acerca das relações entre redistribuição e reconhecimento, mas pretendemos inserir uma outra ordem de problematização teórica que toma como parâmetro conceitos e categorias que nos parecem insuficientemente tratados por ambos os autores, mas que dizem respeito ao legado iniciado pela primeira geração da Teoria Crítica.

Inicialmente, tentaremos apresentar brevemente algumas das características da Teoria Crítica ao longo de seu desenvolvimento histórico, destacando os aspectos mais relevantes para nossa argumentação, e para que possamos entender de que modo o pensamento de Honneth aparece no desenvolvimento histórico dos que se reivindicam herdeiros de uma teoria crítica. Cuidando para não sermos demasiado repetitivos acerca de questões já debatidas por diversos autores¹, tentaremos nos ater ao mais fundamental para a argumentação aqui proposta. Aliás, a reconstrução do pensamento frankfurtiano é objeto de uma obra seminal do próprio Honneth (1991), embora uma das sugestões aqui presentes é de que parece haver um hiato teórico entre esta e sua obra posterior sobre o reconhecimento (Honneth, 2003).

Num segundo momento, tentamos expor as teses de Honneth sobre uma “luta por reconhecimento” sempre no âmbito das questões históricas que ocuparam a Teoria Crítica desde o seu início, considerando principalmente os pensamentos de Adorno e Habermas. Pretendemos expor tanto alguns aspectos

¹ Conforme, por exemplo, Benhabib, 1986; Wellmer, 1971; Camargo, 2006; Silva, 1988.

centrais acerca das bases epistemológicas da obra de Honneth, quanto o seu papel em debates mais amplos da sociologia contemporânea.

Na terceira parte da argumentação, pretende-se retomar alguns problemas, conceitos e categorias oriundos da Teoria Crítica e que, apesar de sua premência para a compreensão da sociedade contemporânea, nos parecem ocupar um papel marginal no debate entre Honneth e Fraser, notadamente questões que envolvem os conceitos de dominação, trabalho e cultura, tendo como referência mais ampla a própria noção de capitalismo.

A herança do herdeiro

Historicamente são feitas duas críticas fundamentais à primeira geração da Escola de Frankfurt, tanto pelos opositores da escola como por seus seguidores (Honneth, 1979); em primeiro lugar, uma que se refere a um déficit empírico-sociológico nas pretensões subjacentes da teoria, como no caso dos próprios textos inaugurais de Horkheimer (1937 [1983]), e, por outro lado, um déficit normativo, que se refere, sobretudo, aos desdobramentos da *Dialética do Esclarecimento* (Adorno e Horkheimer, 1985)².

Ambos os tipos de insuficiência manifestos pelo pensamento de Adorno e Horkheimer, sociológica e normativa, buscaram uma tentativa de solução com Habermas e sua teoria da ação comunicativa. Considerado o principal expoente de uma segunda geração da Escola, Habermas interpõe em primeiro lugar uma guinada epistemológica no desenvolvimento histórico da Teoria Crítica, abandonando o que ele chama uma filosofia da consciência em prol de uma pragmática lingüística (Habermas, 1995). Embora tal guinada tenha se consolidado como um avanço e amadurecimento teórico no legado frankfurtiano, entendemos que alguns dos problemas os quais ele se propôs resolver continuaram presentes não só no âmbito da construção teórica, mas no cerne da própria sociedade contemporânea.

No caso de Honneth, seguidor e aluno de Habermas, algumas das questões que Habermas tentou e aparentemente não conseguiu resolver, reaparecem com sua teoria do reconhecimento. Inegavelmente sua contribuição teórica se processa no âmbito das indagações normativas, pois empreende um esforço teórico para responder as questões que ficaram em aberto desde Adorno e Horkheimer, notadamente quanto às possibilidades políticas de alteração de um quadro

² A expressão normatividade, presente ao longo de todo o artigo, será aqui tratada, de modo geral, como momento lógico de uma teoria social em que se manifesta uma propositividade histórica e política quanto às possibilidades de transformação da realidade social, sendo, portanto, enquanto momento de crítica, um dos elementos distintivos de uma teoria crítica da teoria tradicional.

histórico de dominação social. É preciso considerar, não obstante, que o primeiro risco que corremos de um reducionismo intelectual é acharmos que a “teoria crítica” se caracteriza exclusivamente pela busca de uma orientação normativa para a sociedade, pois na visão de Adorno, por exemplo, pensar a emancipação humana é em primeiro lugar ter clareza sobre o como se constitui a dominação na sociedade presente, e só assim a crítica pode ser feita como crítica imanente³. Honneth não está alheio a esta questão quanto fala de sua teoria do reconhecimento:

Entretanto, estas reflexões de modo algum especificam a relação entre estas patologias de reconhecimento e a estrutura social de uma sociedade dada. Se o modelo de teoria crítica esboçado está longe de ser mais que uma mera análise normativa do presente, então, antes de mais nada, deve ser capaz de revelar as causas socioestruturais responsáveis por uma distorção da estrutura social do reconhecimento em cada sentido particular; somente assim pode ser decidido se há uma conexão sistemática entre experiências específicas de desrespeito e o desenvolvimento estrutural da sociedade (Honneth, 1994, p. 265).

A Teoria Crítica inaugurada nos anos 1930 possuía como alguns de seus traços fundamentais empreender uma crítica radical do positivismo em teoria e ao mesmo tempo tentar encontrar na realidade histórica elementos que justificassem sua intenção emancipatória, mesmo, como diz Honneth, em um nível pré-teórico (Honneth, 1994, p. 261). Esta dupla tarefa trazia em seu arcabouço uma centralidade do modelo marxiano e da dialética como forma de compreensão da realidade.

O que se encontrava subjacente a tal compreensão eram as transformações existentes na sociedade capitalista com base em três características que nos parecem fundamentais: o acelerado avanço das forças produtivas, notadamente a ciência e a técnica; o papel do Estado na regulação da economia; e o aparecimento de uma forte cultura de massas. Surgia assim aquilo que Adorno anos depois chamou de capitalismo tardio, ou seja, uma fase pós-liberal do capitalismo em que a dominação social deixou de ser exclusivamente concebida como dominação de

³ É evidente que ao longo da modernidade o sentido dado à idéia de emancipação é significativamente variável nas diversas tradições do pensamento ocidental. Consideramos, entretanto, que no escopo da teoria crítica da sociedade emancipação é uma recorrência tanto ao ideal esclarecedor de cunho kantiano quanto ao materialismo marxiano, isto é, se refere a uma possibilidade tanto objetiva quanto subjetiva de alterar um quadro de não liberdade, que diz respeito, necessariamente, ao papel da racionalidade em sua constituição. Emancipação, deste modo, não se refere exclusivamente à emancipação de classe do proletariado, mas ao conjunto da humanidade em seus processos históricos de sociabilidade.

classe para tornar-se uma dominação da própria racionalidade incidente sobre a subjetividade dos indivíduos, configurando aquilo que ele chamava de uma sociedade administrada⁴.

Tais questões se processavam ainda no contexto histórico de avanço do stalinismo e do fascismo, contribuindo para a debatida questão acerca do destinatário da teoria (Silva, 1988). O problema que se apresenta neste momento da Teoria Crítica é o de uma suspeição ou esgotamento da pretensão de ter-se o proletariado, e, por conseguinte, a própria luta de classes, como o sujeito coletivo da emancipação.

Apesar de tal suspeição, na década de 1930 se mantém para Horkheimer a expectativa de que setores avançados do proletariado ainda trariam consigo uma potencialidade emancipatória, sendo os novos destinatários da teoria, e alguns dos esforços do Instituto se dirigiram para tentar mostrar mediante bases empíricas a validade deste diagnóstico. O curso histórico e o próprio Horkheimer, já ao início dos anos 1940, desvelaram a infactibilidade de provar a existência de um sujeito histórico que na realidade não mostrava a sua efetividade histórica.

O início de uma segunda fase no pensamento frankfurtiano é visto por Honneth, Habermas e outros, como o mais paradigmático quanto às insuficiências sociológicas e normativas a que chegara a Teoria Crítica. A crítica da razão instrumental, associada a um modelo de crítica da filosofia da história, pautada pelo processo de dominação da natureza pelo homem e configuração de uma segunda natureza, teria significado o abandono tanto de um projeto político-normativo como de um esforço para elucidar, de forma sistemática, as transformações econômicas que estavam em curso nas sociedades capitalistas.

A crítica da sociedade de Adorno expressa conscientemente a sua intenção de não elaborar uma sociologia nos moldes tradicionais, ou sequer sistemáticos. Adorno empreende a partir dos anos 1940 uma crítica da forma de vida capitalista, ou burguesa, que tomava a designação de uma fisionomia do social (Honneth, 2005). Tratava-se de apreender no particular a universalidade da forma mercadoria⁵ e, por consequência, na esteira de Lukács, o processo de coisificação e reificação passava a conduzir, mediante a esfera cultural, a formação subjetiva dos indivíduos. Nesse processo perdeu-se qualquer possibilidade de atestar a existência de um sujeito coletivo, e a emancipação humana foi conduzida para a

⁴ Não é possível nos limites deste artigo explorar as diferentes nuances dadas à expressão capitalismo tardio em autores como Adorno, Pollock, Habermas, Mandel e Jameson (Camargo, 2006). Para fins argumentativos, iremos aqui nos ater à acepção adorniana de capitalismo tardio, embora haja tanto diferenças como similaridades entre a sua concepção e a de Habermas, por exemplo.

⁵ Para Honneth, o procedimento sociológico adorniano estaria, no entanto, se pautando por um modelo metodológico muito similar ao tipo-ideal weberiano (Honneth, 2005).

possibilidade de uma natureza não-reconciliada, pertinente apenas às experiências estéticas e a *mimesis* (Adorno, 1984b).

Não obstante uma considerável simplificação nesta interpretação da trajetória de Adorno e Horkheimer, os teóricos críticos deram armas a seus críticos. A não incursão e sistematização sociológica de aspectos chave da economia capitalista como, por exemplo, um esclarecimento sobre o papel da categoria trabalho na concepção adorniana do capitalismo tardio, bem como a não elaboração de um projeto político-emancipatório, tornou possível uma ordem de problemas, que, conforme deveremos argumentar mais adiante, continua até os dias de hoje uma questão problemática no desenvolvimento histórico da Teoria Crítica.

Muito consciente de tais problemas, Habermas empreendeu uma transformação radical em tais bases teóricas. Ateve-se à premência de elaborar uma teoria social crítica com um claro conteúdo normativo, sendo tal teoria também uma defesa enfática do projeto esclarecedor da modernidade. Quanto à tradição sociológica, o seu diagnóstico de um esgotamento do paradigma da produção foi uma resposta à anti-sistematicidade e orientação marxiana de Adorno, bem como de toda a tradição sociológica marxista. Do ponto de vista filosófico, a pragmática lingüística, correspondente ao paradigma da comunicação, se tornaria, em seu modelo, o solo através do qual seria possível repensar um projeto emancipatório. A análise de Habermas de um mundo da vida permeado de atos de fala visando ao entendimento, consolidou em sua própria obra, e em muitos de seus seguidores⁶, a constituição de uma teoria política que diagnostica na modernidade uma esfera pública e uma facticidade democrática, bem como um grande número de novos movimentos sociais, que seriam os novos pilares de sustentação do projeto esclarecedor⁷.

É a partir de Habermas, inicialmente, que podemos então situar na história da Teoria Crítica o pensamento de Axel Honneth. Embora Honneth tente também recuperar alguns aspectos do pensamento adorniano (Honneth, 2005), negligenciados por Habermas, em nosso entendimento a noção de “reconhecimento” só pode ser erigida com base na premissa epistemológica da intersubjetividade, oriunda do jovem Hegel e, portanto, como uma continuidade do paradigma da comunicação. Esta continuidade, no entanto, aponta ao mesmo tempo para uma limitação do modelo habermasiano:

⁶ Nos referimos aqui a pensadores como A. Arato, S. Benhabib, Thomas McCarthy e vários outros.

⁷ Ou ainda, o ponto de partida para pensar-se em um conceito renovado de cidadania.

No que diz respeito à questão de onde a Teoria Crítica encontra-se hoje, outros aspectos são em qualquer caso de grande importância. Se as relações sociais de comunicação são analisadas primeiramente em termos de que forma estrutural de desrespeito elas geram, então a perspectiva crítica do diagnóstico da sociedade contemporânea deve também ser mudada (i.e, em contrastá-la ao modelo de Habermas): o foco de interesse pode ser não mais a tensão entre sistema e mundo da vida, mas tem que ser as causas sociais responsáveis pela violação sistemática das condições de reconhecimento. A teoria crítica tem modificado esta atenção da independência autogerada dos sistemas para o prejuízo e distorção das relações sociais de reconhecimento. Como podemos ver, isto conduzirá, em contraste a Habermas, para uma reavaliação de que papel a experiência do trabalho tem representado na estrutura categorial da teoria crítica (Honneth, 1994, p. 263).

Apesar das limitações apontadas por Honneth no modelo habermasiano, ambos diagnosticam nos teóricos críticos da primeira geração aquelas deficiências que apontamos acima, e seus propósitos são, em dois momentos distintos, atualizar o ideário da Teoria Crítica. A questão que devemos nos colocar está, justamente, em se tais tentativas, e especificamente quanto a Honneth, respondem àquelas lacunas teóricas apreensíveis em Adorno e Horkheimer.

Podemos antecipar tal problematização lembrando que a questão crucial colocada por Adorno desde a metade dos anos 1940 não estava centrada em responder a questão sobre “como vamos transformar a sociedade”, mas o que o incomodava era uma pergunta anterior a esta, qual seja “por que os indivíduos se tornaram incapazes de empreender a transformação”. A questão é então compreender de que modo se processa a dominação capitalista num dado momento histórico, e a resposta, já bastante conhecida, tem nos conceitos de racionalidade e indústria cultural seus nexos explicativos, ao menos para os frankfurtianos da primeira geração.

No capitalismo tardio em acepção adorniana a cultura é o elemento central para compreender os processos de dominação social, e não obstante as contribuições habermasianas ao legado frankfurtiano é possível afirmarmos, em conformidade com os teóricos da primeira geração de frankfurtianos, que a democracia e as conquistas de cidadania dadas pela esfera pública, seriam condições necessárias, porém não suficientes, para o estabelecimento de uma sociedade emancipada, e trata-se agora de pensarmos se a teoria do reconhecimento de Honneth preenche ou não esta condição de insuficiência.

Reconhecimento e Teoria Crítica

Em seu livro *Luta por Reconhecimento – A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, Honneth desenvolve aquilo que pretende ser uma teoria crítica do reconhecimento. Com isso, em sua visão, estaríamos dando um passo significativo para a constituição

de uma teoria social com conteúdo normativo, mas também capaz de explicar no âmbito de uma filosofia social as causas e origens das formas de desrespeito (feelings of social disrespect) e experiências de injustiça existentes na sociedade moderna, bem como os conflitos sociais delas decorrentes.

Embora acusado de propor um tipo de monismo moral (Fraser, 2000), isto em nada altera o fato de que assim como Habermas se estabelece uma normatividade que toma como ponto de partida a noção hegeliana de intersubjetividade. Pois os processos de sociabilidade humana ocorrem desde sua origem como processos de interação, característicos de um mundo da vida, em que as ações dos indivíduos se guiam para o *telos* de um consenso (Habermas), ou uma luta por reconhecimento (Honneth). Mas com Honneth será dado um passo além da teoria habermasiana, pois em Habermas as ações emancipatórias encontrariam, quanto à sua possibilidade, uma explicação ainda demasiado abstrata, na medida em que Habermas expõe que a ação comunicativa é aquela voltada para a obtenção do entendimento, porém manifestaria, tanto empiricamente como na reflexão pré-teórica, uma deficiência por não estender o escopo da teoria ao campo da própria experiência (Honneth, 1994, p. 263). No caso de Honneth, a experiência⁸ substitui a bidimensionalidade de sistema e mundo da vida, e a intersubjetividade, garantidora da interação, repousa sobre um modelo conflitual, em que os indivíduos agem pragmaticamente no universo de uma “luta” cuja ação está visando não apenas ao consenso, mas sim ao reconhecimento.

Desse modo, a intenção de Honneth é formular uma teoria da normatividade moral capaz de explicar as causas dos conflitos sociais. Seus pontos de partida são o jovem Hegel e Mead, ambos confluindo para a consolidação de uma teoria da intersubjetividade. Quanto a Hegel, especialmente, é percebido em seus primeiros escritos de Iena uma “luta por reconhecimento”, que é o ponto de partida para a formação do espírito, sendo o espírito subjetivo o momento inicial de constituição do indivíduo. Aos três momentos hegelianos de formação do espírito subjetivo em sua passagem ao espírito efetivo, corresponde em Honneth três formas de reconhecimento, pautados por amor, direito e solidariedade (Matos, 2004; Silva, 2000).

A questão está em que, para a formulação e compreensão das injustiças sociais, e de uma sociedade do bem viver, é preciso inicialmente explicar em que circunstâncias ocorrem as situações de humilhação e injustiça. Neste caso, conforme Honneth, são as situações de não-reconhecimento que impõem a luta por reconhecimento, como já mostrara Hegel, e a positividade jurídica de tal

⁸ Ao tentar recuperar o conceito de experiência, Honneth se remete ao que era a pretensão de Horkheimer no programa da teoria crítica e ao mesmo tempo aos aspectos sociológicos do pensamento de Adorno.

reconhecimento depende primeiramente da apreensão que temos das circunstâncias de não-reconhecimento. Para tanto, continuam sendo fundamentais as bases teóricas da intersubjetividade deixadas por Hegel e Mead:

Honneth parte dessas duas fontes principais para construir uma tipologia formada por *três formas distintas de reconhecimento*. Assim, para ele, na dimensão das relações primárias, a forma de reconhecimento está associada a *amor e amizade*; na dimensão das relações legais, ela é identificada como *direitos*; e na da comunidade de valor, a forma de reconhecimento é a *solidariedade*. Para cada uma dessas dimensões, há também uma *relação prática do indivíduo com o self*, relações essas que são definidas respectivamente, como *autoconfiança*, *auto-respeito* e *auto-estima* (Silva, 2000, p. 125).

Diferentemente de Hegel, entretanto, Honneth busca em Mead os elementos de um conceito de intersubjetividade que vá além da metafísica moderna e se constitua como uma espécie de psicologia social com bases empíricas. É preciso considerarmos ainda que o modelo conflitual de Honneth também se apropria da teoria foucauldiana da ação, em que o conflito aparece como a salvaguarda de uma subjetividade ainda capaz de autonomia⁹.

Axel Honneth, assim como Nancy Fraser, entendem que uma teoria social capaz de compreender a sociedade contemporânea passa necessariamente pela postulação do problema do reconhecimento como sua temática central (Fraser e Honneth, 2003, p. 6). Na teoria de Honneth apreendemos uma temática filosófica que diz respeito ao próprio conceito de justiça¹⁰, e ao mesmo tempo uma sociologia das lutas sociais, na qual temos a possibilidade de compreender as causas de tais lutas.

Tal teoria, embora não se pretenda contextualista na formulação de suas premissas, vai ao encontro de uma multiplicidade de lutas sociais existentes na sociedade contemporânea, que têm como seu eixo reivindicações pautadas pela eliminação de injustiças que se situam na alteridade entre a identidade e a diferença, isto é, por lutas “raciais”, de gênero, minorias étnicas etc., mas igualmente as lutas econômicas, que teriam na busca por reconhecimento o seu fundamento moral, mediante noções intuitivas de justiça dos indivíduos desrespeitados. Pensamento que igualmente conflui na direção do papel que veio ocupar na teoria social contemporânea o conceito de identidade, epicentro do debate acerca dos novos movimentos sociais.

⁹ Sobre a ação em Foucault, ver Honneth, 1991.

¹⁰ Embora utilizados alternadamente nos textos de Honneth e Fraser, as expressões “injustiça” e “formas sociais de desrespeito”, conduzem, em meu entender, para um mesmo sentido, por isso a opção, daqui para frente, da oposição entre justiça/injustiça como os termos centrais da teoria de Honneth.

Para Fraser, a teoria de Honneth representa uma espécie de monismo moral, consubstanciada, inclusive, por um reducionismo psicológico dos conflitos sociais. Para ela, as injustiças devem ser apreensíveis mediante a distinção entre reconhecimento e redistribuição, cada uma das quais sendo a expressão de um tipo distinto de injustiça, o primeiro sendo recorrente à violação de direitos referentes aos padrões culturais e identitários, e o segundo às injustiças econômicas e materiais. Mas trata-se, para Fraser, de uma distinção metodológica, pois na realidade os dois tipos de injustiças podem estar sobrepostos. Para cada tipo de injustiça um remédio distinto deve ser prescrito, sendo que na realidade ambos os tipos de sofrimentos e humilhação se confundem ou não são aplicáveis conjuntamente em uma mesma circunstância, o que implica em uma tipologia acerca de remédios afirmativos ou transformativos para as injustiças (Fraser, 1997).

A questão que nos parece crucial ao longo do intenso debate entre os dois pensadores é que, para Honneth, as objeções de Fraser partem dos próprios movimentos sociais existentes para desvelar suas perspectivas distintas de injustiças, enquanto ele entende que por trás de todas as lutas sociais, inclusive aquelas referentes às desigualdades econômicas e situações injustas de distribuição, o pressuposto da luta por reconhecimento é o fundamento moral que norteia as ações coletivas. Em última instância, mesmo as lutas voltadas para a eliminação de desigualdades econômicas convergem para um tipo de reconhecimento legal, pois se referem à violação ou não daquela esfera da “estima social”.

Mas a constante alusão de Fraser a uma dinâmica capitalista e dos movimentos sociais em uma era “pós-socialista” é elucidativa quanto às margens teóricas e conceituais entre as quais se dá o debate entre ela e Honneth. Embora em sua tipologia dos remédios-injustiças (1997) aponte uma possível combinação transformativa entre desconstrução e socialismo, tanto Fraser como Honneth estão já muito distantes de qualquer concepção acerca do proletariado como destinatário da Teoria Crítica, e como outros teóricos contemporâneos, pressupõem a multiplicidade e fragmentariedade em que se processam as lutas sociais no atual estágio do capitalismo.

Para Honneth, uma teoria crítica do reconhecimento, enquanto o novo objeto central da Teoria Crítica, pressupõe que todo conflito social – por conseguinte os movimentos sociais – está assentado em um tipo de injustiça que implica luta por reconhecimento. Seu ponto de partida é, portanto, não só a intersubjetividade de origem hegeliana, mas conforme nosso entendimento, é também o pressuposto de que toda injustiça possa ser explicada pela percepção subjetiva de seus agentes, o que no limite implicaria dizer que, onde não há esta percepção formada, o conceito de injustiça não se aplica, pois escapa do próprio campo explicativo que Honneth procura explicitar. Embora com um ponto de partida teórico distinto, ocorre algo similar com Fraser, na medida em que o

ponto de origem e de alcance de sua teoria são os próprios movimentos sociais existentes no contexto histórico da globalização, sendo esta uma das acusações centrais de Honneth ao seu pensamento.

O fato é que temos aí, conforme nosso entendimento, um estreitamento conceitual quando mais uma vez nos reportamos aos problemas colocados pelo projeto original da Teoria Crítica e abordados também por Habermas. Conforme pretendemos mostrar em seguida, não é feita uma clara distinção, se o há, entre dominação e injustiça, dando como suposto a aceitação de que a interação está na origem do processo de sociabilidade humana. Como consequência, a acusação de um déficit sociológico no pensamento de Adorno, no que se refere às insuficiências de sua análise econômica do capitalismo, perpassa o próprio pensamento de Honneth, que ao lidar apenas superficialmente com a categoria trabalho, deixa em aberto a maneira pela qual a racionalidade instrumental penetra nas estruturas atuais do capitalismo. Não obstante tais déficits, o problema da relação entre cultura e economia capitalista, tão cara aos frankfurtianos, sofre uma limitação quanto à sua própria configuração conceitual, isto é, não é explícita a relação entre subjetividade e bens culturais, não há referências explícitas, em suma, a qual lugar ocupa a mercadoria e seu fetiche no próprio arcabouço das injustiças sociais que caracterizam o capitalismo tardio.

A insistência de Honneth e Fraser em postularem o conceito de reconhecimento como aquele em torno do qual deve necessariamente passar uma atualização da Teoria Crítica, efetivamente corresponde a uma ordem de problemas que devem estar no centro de uma teoria social normativa, pois os novos movimentos sociais fazem parte da efetividade histórica do capitalismo em seu atual estágio. Porém, encontra-se subjacente a tal evidência uma pergunta de maior alcance teórico acerca de como é possível uma Teoria Crítica no atual estágio das sociedades ocidentais.

Há duas questões que devem ser levantadas acerca da relação entre reconhecimento e Teoria Crítica. Em primeiro lugar, se a noção de luta por reconhecimento preenche aqueles dois déficits teóricos diagnosticados na primeira geração de frankfurtianos. Do ponto de vista normativo, a teoria do reconhecimento é bastante convincente na explicitação da dicotomia justiça-injustiça, mas tal explicitação se coloca em um modelo em que as causas de ambos pressupõem sempre a noção de intersubjetividade como o ponto de partida epistemológico para a aceitação da própria teoria em seu conjunto. Temos aqui um claro encontro de Honneth e Habermas. Em segundo lugar, do ponto de vista sociológico, Honneth recusa a dicotomia habermasiana de sistema e mundo da vida, e em alguma medida se aproxima do primeiro Horkheimer e de Adorno, ao recuperar o conceito de experiência como elucidativo da efetividade do sofrimento humano e da possibilidade emancipatória. Ocorre que tal escopo sociológico parece se limitar às experiências que se processam no âmbito do que Habermas chama de mundo da vida, ou ainda, das experiências históricas dos movimentos sociais, deixando uma lacuna quanto àquelas experiências de sofrimento que ainda não se manifestaram em sua efetividade histórica. Mesmo reconhecendo que há aquelas injustiças que ainda não foram

levadas ao espaço público (Honneth e Fraser, 2003, p. 120), em sua argumentação subsequente Honneth não chega a abordar tipos de experiência social que não sejam necessariamente lutas por reconhecimento.

Dominação e reconhecimento

Na introdução de sua *Dialética Negativa*, Adorno se pergunta e responde afirmativamente a questão sobre “o porquê seguir com a filosofia”. Talvez hoje devamos também insistir sobre o porquê seguir com a “teoria crítica”. A resposta para ambos os questionamentos possivelmente se dê na mesma direção, o pensamento crítico continua a ser um dos resíduos de resistência a uma totalidade dominadora e, portanto, passível de esclarecimento. Na visão adorniana, diante de uma sociedade não verdadeira as experiências estéticas e a teoria eram ainda manifestações de uma não-identidade esclarecedora (Camargo, 2006).

Em sua intenção de manter vivo o legado da Teoria Crítica, Honneth certamente está se referindo a um tipo de modelo teórico cuja atualidade ainda seria legítima. Mas, como ele próprio mostrou (1991), há diferentes maneiras de apropriação desta tradição de pensamento. Embora saibamos que na origem da teoria crítica frankfurtiana há um papel decisivo da acepção marxiana de “crítica”, também a crítica kantiana conflui para a formação deste conceito, pois é a partir dela que a razão descobre a possibilidade de criticar-se a si mesma. O que entendemos aqui é que Honneth responde apenas parcialmente àquelas indagações que, conforme ele e Habermas, não foram respondidas por Adorno e Horkheimer. Contudo, também Habermas não o havia respondido plenamente.

O núcleo da teoria da sociedade adorniana é a formulação de uma teoria da dominação, o que foi magistralmente apresentado pelo próprio Honneth em *Critique of Power* (1991). Mas o fato é que em sua teoria crítica do reconhecimento a compreensão da dominação parece ser substituída pela compreensão das injustiças (humilhações, desrespeito etc.), e a sugestão aqui é de que há uma distinção entre situações de dominação e situações de não-reconhecimento (ou injustiça). Seria preciso uma diferenciação entre ambos os conceitos.

Tanto para Adorno como para Habermas a dominação tem seu núcleo na racionalidade instrumental. Esta se refere às ações que os homens estabelecem entre si ou com a natureza, e que possui uma expressão material no capitalismo tardio, mas também se refere ao processo de perda da autonomia racional dos indivíduos, isto é, enquanto uma dominação que migrou para dentro da subjetividade¹¹, ou colonizou o mundo da vida.

O conceito de “injustiça”, por sua vez, embora oriundo do pensamento grego, tende a referir-se a uma esfera de problemas situados na tradição da

¹¹ É evidente que as diferenças de perspectiva de Adorno e Habermas são grandes, mas ao ter concebido duas formas de ação racional Habermas está postulando que ações instrumentais ou estratégicas se referem ao que Adorno e Horkheimer chamavam racionalidade instrumental. Apesar da similaridade, de fato temos aqui outra manifestação da diferença paradigmática entre Adorno e Habermas.

filosofia política moderna. Não é por acaso que, antes mesmo de fazer sua defesa do jovem Hegel, Honneth inicia sua exposição em *Luta por Reconhecimento* a partir de teorias clássicas da política moderna. Em Honneth, o conceito de injustiça se refere aos estados de não reconhecimento (de amor, direito, solidariedade) que são garantidores da identidade dos indivíduos.

O conceito de “dominação”, conforme o entendo, possui um alcance teórico mais amplo que injustiça, embora se refira inicialmente a problemas da metafísica moderna acerca da liberdade humana (Benhabib, 1986). A teoria do reconhecimento de Honneth, ao que parece, não tem a pretensão de mostrar como se processa a dominação no atual estágio histórico do capitalismo, mas sim estabelecer um sólido fundamento teórico e moral para as lutas empreendidas pelos novos movimentos sociais; deste modo, o reconhecimento é uma referência direta ao conceito de justiça. Embora tenha a pretensão de compreender a sociedade capitalista como uma “ordem institucionalizada de reconhecimento”, entendemos que Honneth tende a limitar a amplitude teórica do conceito de capitalismo, ou, nos moldes da antiga Teoria Crítica, de capitalismo tardio.

É nesse sentido que a teoria crítica de Honneth não chega a explicar o modo pelo qual a racionalidade instrumental permeia, mais do que nunca, as relações econômicas capitalistas. Tanto Honneth como Nancy Fraser pretendem que seus pensamentos sejam também uma forma de compreender-se o capitalismo avançado (2003), mas não percebemos em seu debate, mesmo quando se referem às injustiças econômicas, uma clara exposição teórica acerca daquelas situações em que a luta por reconhecimento não chega a se efetivar, nem como experiência individual, nem como experiência coletiva.

Devemos considerar que em certa medida o pensamento de Honneth busca sintetizar aspectos bastante distintos entre os pensamentos de Adorno e Habermas. Enquanto se coloca como um seguidor do paradigma habermasiano da comunicação, ao mesmo tempo pretende recorrer ao domínio da experiência, traço distintivo da primeira Teoria Crítica, como manifestava o Horkheimer dos anos 1930:

Nesse sentido, um paradigma da comunicação que é concebido não em termos de uma teoria da linguagem, mas em termos de uma teoria do reconhecimento, pode por fim fechar a brecha teórica aberta por Habermas em seu mais acurado desenvolvimento do programa de Horkheimer: aqueles sentimentos de injustiça que acompanham formas estruturais de desrespeito representam um fato pré-teórico sobre a base do qual uma crítica das relações de reconhecimento podem identificar sua própria perspectiva teórica na realidade social (Honneth, 1994, p. 263).

Mas, se no atual estágio do capitalismo vivenciamos um contexto marcado pelo surgimento de diferentes lutas e movimentos sociais voltados para garantirem a identidade (ou a diferença), portanto, sua justa condição de reconhecimento, por outro lado este capitalismo, como sempre procurou detectar a primeira Teoria Crítica, se caracteriza tanto pela vigência do trabalho na produção da riqueza, como na obstacularização de uma subjetividade autônoma. O capitalismo

tardio seria assim o ponto de partida para compreender-se a dominação, e enquanto tal um domínio da experiência mais amplo do aquele alcançado nas noções de injustiça ou desrespeito.

Honneth nos mostra, mediante uma argumentação filosófica, as causas e o como indivíduos participam de um processo de interação na própria origem de sua sociabilidade, onde a intersubjetividade é motivada não visando o consenso, mas o conflito. A objeção que poderíamos fazer a Honneth é de que nem toda situação de dominação resulta em uma “luta por reconhecimento”, ou seja, não é apreensível pela consciência do sujeito como um tipo de injustiça, mesmo que intuitivamente.

Coloquemos os termos com clareza. O que Adorno e Horkheimer chamavam de uma segunda natureza, apontava justamente para a elucidação de uma fase histórica de capitalismo tardio, em que os indivíduos se tornaram incapazes de oferecer resistência subjetiva à sociedade capitalista – tese, aliás, bastante criticada já por Habermas. Adorno está informado, de fato, pela elaboração de uma categoria de subjetividade que se apóia em uma concepção de primazia do objeto (Adorno, 1984), premissa distinta daquela acerca da intersubjetividade (Habermas, 1987). Em suma, na história da Teoria Crítica manifesta-se uma tensão, ou até oposição radical, entre as premissas de uma dialética negativa ou as de uma filosofia da linguagem, e Honneth, mesmo com suas críticas a Habermas, é um seguidor do paradigma da comunicação. Contudo, aponta em momentos distintos de seu pensamento (1994; 2005) para o não esquecimento de aspectos teóricos relevantes presentes nos textos de Horkheimer e Adorno, notadamente o conceito de experiência.

Outra questão que nos parece significativa quanto ao pensamento de Honneth é a necessidade que ele destaca, criticando Habermas, de recuperar-se a categoria trabalho para o centro do debate em Teoria Crítica (Honneth, 1994, p. 267). Mas tal problemática aparece mais como uma sugestão do que como algo incorporado ao escopo de sua teoria crítica do reconhecimento. Embora as injustiças que dizem respeito diretamente às relações de trabalho no capitalismo recaiam sob a consigna de “injustiças econômicas”, e que buscam uma explicação mediante a própria teoria do reconhecimento (Fraser e Honneth, 2003, p. 135ss), o que não fica explicitado é o como este trabalho continua a ser o produtor da riqueza capitalista, mesmo que venhamos concebê-lo como conhecimento ou como imaterial (Gorz, 2003).

A questão que nos colocamos não é apenas quanto ao como as injustiças econômicas impõem uma luta por reconhecimento em sua esfera específica, mas sim de que modo poderemos explicar, mediante uma teoria crítica, o papel do trabalho no processo de dominação capitalista. Se Adorno deixou de enfrentar uma problematização sociológica da economia capitalista, e Habermas relegou o trabalho a um plano secundário em sua teoria, Honneth de algum modo sustenta uma mesma dificuldade no histórico da Teoria Crítica. Em sua teoria do reconhecimento não são questionadas questões como uma naturalização da

propriedade privada, a onipresença da mercadoria e a própria reificação da consciência. O rótulo de uma teoria pós-socialista acerta no diagnóstico de um esgotamento do modelo de lutas sociais de orientação marxista, mas, por outro lado, o desvelamento de uma sociedade pós-socialista continua a deixar intactos aspectos centrais da dominação econômica e cultural capitalista.

Uma outra dificuldade no pensamento de Honneth, e que também diz respeito a Fraser, é o tratamento dado ao conceito de cultura, tema caro à tradição frankfurtiana. No debate entre eles, as noções de reconhecimento e redistribuição são levadas, para simplificarmos (Young, 1997), aos pólos da cultura e da economia política como esferas aparentemente distintas na apreensão de injustiças. Sabemos que para Honneth tal distinção não explica as causas do não-reconhecimento, pois a luta por reconhecimento cobra uma unidade epistemológica no conceito de intersubjetividade. A questão está no sentido com que ambos autores lidam com a noção de cultura.

Tal noção é vista como o espaço por excelência em que se travam as lutas por identidade, como ocorre em outros teóricos dos novos movimentos sociais, isto significando que lutas *queer*, por exemplo, se processam na esfera cultural. A cultura é assim o ponto a partir do qual compreendemos uma ampla gama de lutas que se travam no atual estágio do capitalismo, e que não diriam respeito, em princípio, àquelas lutas de natureza econômica.

Contudo, entendo que mais uma vez a não distinção entre dominação e injustiça permite que fique ausente do debate acerca do reconhecimento o modo pelo qual a cultura é também produtora de riqueza no capitalismo avançado e, por conseguinte, ela também é causa de dominação. A cultura, conforme Honneth e Fraser a expõem, é onde se dão as normas, valores, costumes etc., garantidores (ou não) da identidade dos indivíduos, mas não é referida, senão muito marginalmente em seus textos, enquanto a produtora de bens culturais, mas também produtora de conhecimento, outro conceito igualmente fundamental para compreender-se o presente estágio do capitalismo.

A música, o cinema, a internet etc., presentes nos debates sobre pós-modernidade, não podem ser compreendidos apenas como possíveis causas de não reconhecimento, pois os aspectos de dominação deles decorrentes são uma incidência sobre a própria subjetividade de seus receptores, isto é, daqueles que estariam impossibilitados de formação de uma vontade racional autônoma. Assistir televisão aos domingos pode ser apreensível como uma forma de injustiça ou desrespeito?

Tanto quanto Habermas, o pensamento de Honneth está comprometido com o horizonte emancipatório do *Aufklärung*, mesmo que com pressupostos morais e epistêmicos, no caso de Honneth, de origem hegeliana. Seguramente sua teoria nos auxilia na compreensão dos novos movimentos sociais e no tipo de orientação normativa que estes podem recorrer. Por outro lado, conforme entendo, não apresenta um conceito de capitalismo tardio adequado à atual fase histórica, furtando-se de uma teorização acerca das relações entre trabalho e cultura na sociedade contemporânea, problema ao qual não pode se furtar uma teoria crítica da sociedade.

Referências

- ADORNO, Theodor. (1984). *Dialética Negativa*. Madrid: Taurus.
- _____. (1992). *Minima Moralia*. São Paulo: Ática.
- _____. (1984 b). *Teoria Estética*. Madrid: Taurus.
- _____. (1989). Society. In: BRONNER, S. and KELNNER, D. (Ed.). *Critical Theory and Society – A Reader*. New York: Routledge. p. 267-275.
- _____. & HORKHEIMER, Max. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENHABIB, Seyla. (1986). *Critique, Norm and Utopia*. New York: Columbia of University Press.
- CAMARGO, Sílvio César. (2006). *Modernidade e Dominação: Theodor Adorno e a Teoria Social Contemporânea*. São Paulo: Annablume/Fapesp. (no prelo)
- FRASER, Nancy. (1994). Que é Crítico na Teoria Crítica? O argumento de Habermas e Gênero. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Orgs). *Feminismo Como Crítica da Modernidade*. s. l.: Editora Rosa dos Ventos. p. 38-65.
- _____. (s/d). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. *Democracia Hoje*. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB. p. 245-282.
- _____. (1989). Struggle over Needs: Outline of a Socialist-Feminist Critical Theory of Late Capitalism Culture. *Unruly Practices*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press. p. 161-187.
- _____. (2000). Rethinking Recognition. *New Left Review*; # 3. p. 107-120.
- _____. and HONNETH, Axel. (2003). *Redistribution or Recognition? A Political – Philosophical Exchange*. London: Verso.
- GORZ, André. (2003). *Metamorfoses do Trabalho*. São Paulo: Annablume.
- HABERMAS, Jürgen. (1998). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- _____. (1973). *Theory and Practice*. Boston: Beacon Press.
- _____. (1987a). *Teoría de La Acción Comunicativa*. Tomo I - “Racionalidad de la acción y racionalización social”. Taurus: Madrid.
- _____. (1987 b). *Teoría de La Acción Comunicativa*. Tomo II - “Crítica de la razón funcionalista”. Taurus: Madrid.
- HEGEL, G.W.F. (1987). *Fenomenologia del Espiritu*. México: FCE.
- HONNETH, Axel. (1991). *The Critique of Power. Reflective Stages in a critical social Theory*. London: The MIT Press.
- _____. (1982). Work and Instrumental Action: On The Normative Basis of Critical Theory. *Thesis Eleven*. n° 5/6. p. 162-184.
- _____. (2003). *Luta por Reconhecimento*. A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Ed. 34.
- _____. (1996b). Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp. p. 503-552.
- _____. (2000). The Possibility of a Disclosing Critique of Society: The *Dialectic of Enlightenment* in Light of Current Debates in Social Criticism. *Constellations*; vol 7; n° 1. p. 116-127.
- _____. (1979). Communication and Reconciliation: Habermas’s Critique of Adorno. *Telos*; n. 39. p. 45-61.
- _____. (1984). The Social Dynamics of Disrespect: On The Location of Critical Theory Today. *Constellations*. Vol. 1; n° 2. p. 255-269.
- _____. (1996). Pathologies of the Social: The Past and Present of Social Philosophy. In: RASMUSSEN, David (Ed.). *Handbook of Critical Theory*. Massachusetts: Blackwell. p. 369-398.
- _____. (2005). A Physiognomy of the Capitalist Form of Life: A Sketch of Adorno’s Social Theory. *Constellations*; vol. 12; n° 1. p. 50-64.

- _____. (1995). The other of justice: Habermas and the ethical challenge of postmodernism. In: WHITE, Stephen K. (Ed). *The Cambridge Companion to Habermas*. New York; Cambridge Univ. Press. cap. 12; p. 289-323.
- HORKHEIMER, Max. (1983). *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. Col. "Os Pensadores": São Paulo: Abril. p. 117-154.
- MARCUSE, Herbert. (1982). *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MATOS, Patrícia. (2004). O reconhecimento entre a justiça e a identidade. *Lua Nova*; n° 63.
- SILVA, Josué Pereira da. (2000). Cidadania e Reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo & DOMINGUES, J. Maurício (Orgs). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 123-135.
- _____. (1988). A Quem Fala a Teoria Crítica? Reflexões sobre o Destinatário de um Discurso. In: WAIZBORT, Leopoldo.(Org.). *A Ousadia Crítica. Ensaio para Gabriel Cohn*. Londrina: Ed. Universidade de Londrina.
- _____. (2000 b). Cidadania e Reconhecimento. In: DOMINGUES, J. M. e AVRITZER, L. (Orgs.). *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 123-135.
- YOUNG, Íris Marion. (1997). Unruly Categories: A Critique of Nancy Fraser's Dual Systems Theory. *New Left Review*; # 222; p. 147-160.
- WELLMER, Albrecht. (1971). *Critical Theory of Society*. New York: Herder and Herder: 1971.

RESUMO

Axel Honneth e o legado da Teoria Crítica

Este artigo procura compreender a teoria do reconhecimento de Axel Honneth no contexto da história da teoria crítica da sociedade. O objetivo postulado é uma comparação entre a primeira e segunda geração de pensadores da Escola de Frankfurt com sua possível herança representada pela teoria crítica do reconhecimento. A investigação é uma exposição e crítica dos principais conceitos relativos à história da teoria crítica e sua problematização no presente contexto histórico.

Palavras-chave: Teoria Crítica; reconhecimento; dominação; capitalismo; emancipação

ABSTRACT

Axel Honneth and the legacy of Critical Theory

This Article seeks to understand the recognition theory of Axel Honneth in the historical context of critical theory of society. The aim postulated is a comparison between the first and second generations of thinkers from Frankfurt School to its possible heritage displayed in critical theory of recognition. The search is an exposition and critique on the main concepts concerning to historical of critical theory and its problematization in present historical context.

Keywords: Critical Theory; recognition; domination; capitalism; emancipation

Recebido para apreciação: fevereiro de 2006

Aprovado para publicação: abril de 2006

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA DÉCADA DE 1950 EM UM ESTADO DO SUL DO BRASIL: O CASO DO PARANÁ*

Márcio de Oliveira

A fundação do curso de Ciências Sociais no Paraná

O cenário dentro do qual surge a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPr) e, em seu interior, o curso de Ciências Sociais remonta à virada do século XIX para o XX, quando se estabelece, no estado, a luta entre clericais e anticlericais, constitutiva da teia de inter-relações entre a primeira geração de letrados do Paraná. Nas primeiras décadas do século XX, contam-se inúmeros movimentos culturais no Paraná impulsionados por diversos grupos sociais, dentre os quais os dos imigrantes recém chegados, dos homens da igreja católica, dos filhos da elite econômica de origem luso-brasileira. O pano de fundo dessa grande diversidade e dos debates que oporiam alguns desses movimentos entre si era a crise da erva-mate e a ascensão econômica dos novos grupos sociais.

Os fundadores da FFCLPr eram também representantes de um movimento de intelectuais católicos que, em 1929, haviam criado o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB). O CEB foi criado a partir de uma proposta do Padre Luiz Gonzaga Miele (1893-1976), mas entre seus fundadores estavam também José Farani Mansur Guérios (1906-1943)¹ e aquele que se tornaria o mais importante antropólogo paranaense, José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977)². Durante toda sua existência, o CEB se opôs ao anticlericalismo (personificado na figura do professor Dario Vellozo³), e também, durante a segunda metade dos anos

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na cidade de Goiânia entre 11 e 14 de junho de 2006. Agradeço as críticas e sugestões recebidas, assumindo a responsabilidade pelo texto final. Este artigo é um resultado parcial do projeto “A consolidação do campo das Ciências Sociais no Paraná” e conta com apoio da Fundação Araucária, PR.

¹ Formado em Direito e membro da Academia Paranaense de Letras, Guérios seria um dos fundadores e dos primeiros professores da FFCLPr.

² Doravante abreviamos para Loureiro Fernandes.

³ Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1936) foi professor de história e literatura no Ginásio Paranaense, fundador de várias revistas literárias e um dos poetas “simbolistas” mais expressivos de sua geração.

1930 e durante a década de 1940, ao comunismo. Para fortalecer o catolicismo local, os “fundadores” associaram-se também à defesa dos novos imigrantes, organizaram uma revista, uma biblioteca e um curso de Filosofia (1935)⁴. Através desse trabalho de divulgação, pretenderam reagir ainda às idéias positivistas, à maçonaria e aos credos protestantes (Fressato, 2003). Contudo, o objetivo inicial do CEB, ao ser criado, foi simplesmente reagir ao “laicismo” e à “crise espiritual da época” através da criação de um centro de debates “intelectuais e morais” e “orientador das almas” (Hoerner Jr., 1993, p. 49).

Em 1938, organizou-se um movimento de educadores católicos – Homero de Mello Braga (médico) e Omar Gonçalves da Mota (catedrático em Direito e Secretário estadual de Justiça do estado), entre outros – que deu origem à FFCLPr, como organização pública e estadual, localizada no Palácio Rio Branco. Como um todo, a criação da FFCLPr se espelhava ainda na ação de professores das Faculdades de Direito e de Engenharia e de Medicina que havia resultado na criação da Universidade do Paraná, em 1912, mas fechada em 1915 devido à reforma Carlos Maximiliano⁵. Contudo, após desentendimento entre o secretário de Justiça e o governador (interventor) do estado, Manoel Ribas, em 1939, as instalações da FFCLPr são transferidas para o CEB e de lá, em 1940, para o prédio construído para este fim, do Instituto Santa Maria (futuro Colégio Santa Maria), localizado próximo ao cruzamento entre as ruas XV de Novembro e Tibagi, no centro de Curitiba.

O Instituto Santa Maria era uma instituição particular e religiosa mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino, da Congregação dos Irmãos Maristas⁶. Este fato resolveu provisoriamente a questão da continuidade do projeto de 1938. Em contrapartida, de uma instituição pública passaria a uma “faculdade católica”⁷, ou seja, mantida pela Congregação dos Irmãos Maristas, tendo então seus cursos pagos, fato que implicava em problemas financeiros. Até 1958, mesmo após sua federalização e incorporação ao domínio público, ocorrida em 1950 com a criação da Universidade Federal do Paraná⁸, a FFCLPr continuaria a

⁴ Trata-se de um curso de Filosofia ministrado pelo Padre Jesus Ballarin, ligado aos Irmãos Maristas e ao Colégio Santa Maria. Os mesmos conteúdos serviriam de base para o curso de Filosofia da FFCLPr, cuja cátedra estaria também sob a responsabilidade do religioso.

⁵ Esta reforma impedia o reconhecimento de cursos superiores em cidades com menos de 100 mil habitantes ou em capitais de estado com menos de 900 mil habitantes. Após a dissolução, foram criadas, contudo, as Faculdades de Direito (1920) e de Engenharia e Medicina (1922).

⁶ A Congregação Marista criaria, em 1957, a Pontífice Universidade Católica do Paraná (PUC-Pr).

⁷ Em entrevista (Mattar, 2006), a professora Mattar, que se formou na própria faculdade em 1943 e lecionou na mesma desde 1946, refere-se à FFCLPr como sendo uma faculdade “católica”, inclusive mesmo após sua federalização.

⁸ O atual “complexo da reitoria”, onde funcionam hoje o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, o Setor de Educação e partes da administração central, foi inaugurado em 1958.

funcionar na antiga sede do Instituto Santa Maria, dividindo suas salas de aula e parte dos seus cursos (mas não seus alunos) com a instituição católica que lhe abrigara. Mas, então, resolvia-se definitivamente a delicada questão do financiamento.

Com a criação da Faculdade, o “movimento dos educadores” demonstrava sua vontade de “ocupação dos espaços culturais” e de reação tanto ao movimento da “Escola Nova” (SP, 1932), quanto à manifestação curitibana dos princípios modernistas de 1922. Em nenhum momento pretenderam a criação de um campo de pesquisas no estado, mas sim agir fundamentalmente enquanto intelectuais defensores de uma mentalidade católica, adequada aos destinos de seu projeto de nação. De certa maneira, o movimento destes intelectuais fez eco ao movimento de busca de uma identidade regional, movimento mais tarde conhecido pelo nome de paranismo. Em resumo, as humanidades no Paraná (no qual se incluíam, é claro, as Ciências Sociais) não revelam uma preocupação com a formação de quadros para a função docente nem com a reorganização da máquina administrativa do Estado. Fazer ciência tão pouco era seu lema principal. Recuperar um espaço que se perdia, produzir e reproduzir um certo catolicismo e se consolidar como referência humanística em nível local talvez tenham sido os principais objetivos perseguidos por aquela primeira geração de intelectuais que atuaram no campo ainda em formação das Ciências Sociais paranaenses.

Concebida dentre um espírito de reação de intelectuais católicos ligados ao CEB, o perfil profissional dos professores da FFCLPr não foi uma preocupação central. Não havia especialistas. A título de exemplo, as cadeiras de “Sociologia”, “Antropologia e Etnografia” e “Política” foram ocupadas por aqueles mesmos católicos que haviam criado a Faculdade: Omar Gonçalves da Motta, Loureiro Fernandes e Manuel de Lacerda Pinto, respectivamente. Esta realidade se manteria até fins de 1960. A título de exemplo, durante todo esse período, o responsável pela cátedra de sociologia ainda seria o advogado católico Omar Gonçalves da Mota. O sentido religioso e personalista da fundação da FFCLPr marcaria, em particular, o curso de Ciências Sociais, mas também os cursos de Filosofia e de Geografia e História⁹, em especial no que diz respeito à orientação ideológica.

O pano de fundo da criação da Faculdade não é, contudo, apenas o domínio do campo religioso, mas também do campo político (incluindo aí os campos cultural e científico). Trata-se do período onde “o Paraná, mais especificamente Curitiba, vive a experiência de um movimento modernista tardio”

⁹ A importância da origem religiosa da Faculdade revela-se pelo fato de que, em 1946, sete dos trinta e oito professores (aproximadamente vinte por cento) do corpo docente possuíam como única qualificação profissional o fato de serem católicos.

(Bega, 2006). Em termos acadêmico-organizacionais, a FFCLPr teve por modelo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pouco tempo antes na cidade de São Paulo. No interior dela estavam três departamentos (Filosofia, Ciências e Letras), além do Instituto Superior de Educação. Ligados a esses funcionariam os cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas, Ciências Químicas e o Curso Superior de Educação (Westphalen, 1988, p. 19-21). Não obstante, a FFCLPr surge em sentido diverso de outras experiências regionais, embora não se possa dizer que exista um padrão em relação à criação das escolas de ciências sociais, como bem demonstrou Trindade (2004). O curso de Ciências Sociais na FFCLPr não é fruto uma necessidade de reorganização administrativa do estado, tal como ocorrera com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ou mesmo com o curso de Ciências Sociais em Minas Gerais, e também não se pode dizer que havia uma necessidade de formar professores para as escolas secundárias do Paraná.

Em termos de sua institucionalização, a situação do curso de Ciências Sociais, durante a década de 1940, foi precária. Criado em 1938 como curso de Ciências Sociais e Políticas sofre, já em 1940, sua primeira modificação, sendo chamado então de “Curso de Ciências Sociais”. A incorporação do curso pela Congregação dos Irmãos Maristas, após um início ligado à esfera pública, contribuiu para a permanência do problema das fontes de manutenção da Faculdade.

Na década de 1950, com a “federalização” da FFCLPr, impõe-se a gratuidade e começa-se a resolver a delicada questão da manutenção da Faculdade, de seus professores, funcionários etc. Não obstante esse fato, sua capacidade de atração de alunos é pequena. São poucos os alunos e menor ainda é o número de formandos. Entre 1940 e 1960, contam-se apenas trinta e dois formandos entre bacharéis e licenciados¹⁰. A razão disso talvez esteja no mercado de trabalho. Em termos profissionais, naquelas décadas iniciais, o interesse maior era ainda o magistério (Martins, 2006) e as possibilidades profissionais nesta área de ensino muito restritas. Nesse quesito, deve-se levar em consideração ainda a concorrência, em termos de mercado, com o curso de Geografia e História, cuja demanda e capacidade de formação era muito maior, como bem prova o número de duzentos e sessenta bacharéis titulados entre 1940 e 1960. Além disso, o curso pode ter sofrido, a partir de meados dos anos 1940, a concorrência do curso de Serviço Social, criado em 1947 no interior do CEB e que, mais tarde, seria incorporado a PUC-Pr. Finalmente, a indiferenciação temática entre as três áreas e a não regulamentação dos currículos provavelmente contribuíam para a não

¹⁰ Na década de 1960 estes números sofreriam um aumento significativo. No ano de 1964, foram trinta e sete licenciados, e para o ano de 1965, quarenta e cinco.

definição de um perfil profissional, principalmente para o bacharel em ciências sociais.

A comunidade científica paranaense e a produção acadêmica

Não obstante um início difícil, os professores do curso de Ciências Sociais do Paraná procuraram manter laços com as ciências sociais brasileiras e mesmo com outras áreas de conhecimento.

Carneiro & Costa Pinto (1955), em seu misto de análise e relatório sobre a realidade das Ciências Sociais no Brasil a pedido da CAPES (MEC), visitaram várias regiões do país, inclusive o Paraná. No relatório, revelam conhecer a realidade do curso de Ciências Sociais da UFPR. Em relação às atividades docentes, afirmam haver falta de “auxiliares de ensino”, fazendo com que as aulas de sociologia fossem dadas aos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Filosofia “conjuntamente”. Em relação à pesquisa, afirmam que existe apenas um “instituto de pesquisa” (o Instituto de Pesquisa Social, IPS), criado em 1951 após a federalização, ligado à Reitoria e à época dirigido por Loureiro Fernandes. Dentre as atividades desse, ainda segundo o referido relatório, estavam o financiamento de pesquisas sobre o folclore paranaense, sobre os índios Caingang, sobre os pescadores das comunidades praijeiras e ainda um financiamento para as escavações arqueológicas nos sambaquis localizados no litoral do estado. O relatório aponta, enfim, problemas ligados à reprodução e formação do corpo docente¹¹ e à recente institucionalização da pesquisa. As soluções¹² foram igualmente incorporadas ao relatório: implementação de bolsas de estudo para complementar a formação dos quadros egressos em nível de pós-graduação e a adoção de uma legislação que fortalecesse o mercado profissional na FFCLPr para os bacharéis.

Nogueira (1981, p. 217), em estudo sobre a realidade das ciências sociais no Brasil em meados dos anos 1950, afirma que no Paraná, “começa a se fazer notar um grupo de estudiosos de sociologia: Euclides de Mesquita¹³, Olga Mattar¹⁴

¹¹ As cadeiras dos cursos da FFCLPr eram ocupadas por professores sem titulação específica e os recém-formados não eram incorporados à universidade.

¹² A solução, de acordo com a nova legislação pós-federalização, foi a abertura de concursos públicos para o preenchimento das vagas. Contudo, numa manobra regimental, a universidade concedeu títulos de “notório saber” aos então responsáveis pelas cadeiras a fim de que pudessem participar dos concursos.

¹³ Um dos professores que participam dos debates com Édson Carneiro e Costa Pinto foi Euclides de Mesquita. Nesta época, ele era o presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, seção Paraná. Euclides é citado por Nogueira (1979-81) como sendo um dos sociólogos da “nova geração” de professores da FFCLPr.

¹⁴ Neste momento, Olga Mattar era “docente livre” da cátedra de Sociologia. O responsável pela cátedra continuava sendo Omar Gonçalves da Motta. Ela era também responsável pela cadeira de Sociologia da PUC-Pr.

e Altiva Balhana¹⁵”. A presença deste mesmo grupo de professores no curso de Ciências Sociais é atestada por um jovem sociólogo paulista, Otávio Ianni, quando da realização de sua pesquisa de doutoramento¹⁶ no litoral do estado.¹⁷

A relação das ciências sociais paranaenses com o campo das ciências sociais brasileiras ocorria também em outras frentes. A primeira prova disso é a realização em Curitiba, entre os dias 22 e 31 de agosto de 1953, do II Congresso Brasileiro de Folclore, uma das áreas mais fecundas no campo dos estudos sócio-antropológicos de então¹⁸. Além desse, em 1954, Curitiba é sede do 1º Congresso Paranaense de Sociologia¹⁹, cuja promoção estava a cargo da Sociedade Brasileira de Sociologia. Os temas debatidos neste congresso foram: “Sociologia e disciplinas afins”, “Pesquisas sociais no Brasil”; “Estudo de áreas no Paraná” e “Antropologia”. Por outro lado, a análise dos “membros honorários” do congresso revela nomes como os de Donald Pierson, Roger Bastide, Guerreiro Ramos, Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho, dentre outros, demonstrando o conhecimento e as relações que os professores locais estabeleciam com os intelectuais atuantes no campo em nível nacional. Finalmente, em 1959, organiza-se em Curitiba a IV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.

Nesses congressos, dois fatos apresentam-se. Primeiro, não há uma nítida distinção entre as três áreas das ciências sociais, em especial entre a antropologia e a sociologia, seja em relação aos temas, seja em relação às formas de abordá-los. Uma prova disso, no Congresso Paranaense de Sociologia, é o título de um dos tópicos tratados dentro do tema “Antropologia”: “métodos antropológicos nas pesquisas sociológicas”. Em segundo lugar, nota-se a presença dos temas “folclóricos” (que incluía também os estudos sobre tradições populares, música etc.) relacionados como “disciplinas afins”. Vilhena (1997, p. 138-158) afirma que neste momento os “folcloristas” lutavam pela “cientificização” dos estudos folclóricos, ou seja, lutavam abertamente para a construção do ‘fato folclórico’,

¹⁵ Altiva era “docente livre” da cátedra de História da América, cujo responsável, desde 1940, era Bento Munhoz da Rocha.

¹⁶ O professor Loureiro Fernandes acabaria por compor a banca de defesa da tese de doutoramento de Otávio Ianni. Há uma foto dessa banca na capa do primeiro volume do livro sobre a história das ciências sociais organizado por Miceli (1989).

¹⁷ Quando da publicação de seu livro sobre a escravidão no Brasil (*As metamorfoses do escravo*), Ianni agradece nominalmente às professoras Maria Olga Mattar, Altiva Balhana e, “na etapa de obtenção de dados”, a Bento Munhoz, Brasil Pinheiro Machado, Loureiro Fernandes e Wilson Martins.

¹⁸ A importância dos estudos sobre folclore para a história das ciências sociais brasileiras vem sendo redimensionada. Para o Paraná, sua importância é muito grande, conforme demonstramos mais tarde.

¹⁹ A comissão organizadora era composta, dentre outros, pelos sociólogos locais Euclides de Mesquita e Olga Mattar.

o que permitiria àquela área de estudos ser chamada de ‘ciência autônoma’. A definição do ‘fato folclórico’ havia sido tema de importantes debates durante a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore (1952) e está no centro dos debates que opôs Édson Carneiro a Florestan Fernandes e a Roger Bastide²⁰. As discussões em torno desse tema estendem-se ao II Congresso, tendo nos representantes paranaenses alguns de seus principais pivôs. Para compreender essa disputa, faz-se necessário voltar ao Paraná.

O momento inicial do desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais no Paraná, como indicado acima, se constituía em duas direções não necessariamente excludentes: a dos estudos etnológicos (de comunidade e/ou folclóricos) e a dos estudos antropológicos (arqueológicos/museológicos e indígenas). Os estudos folclóricos, no Paraná, haviam adquirido certa autonomia, tendo conquistado inclusive uma seção (Seção de Folclore) no interior do IPS (dirigido por Loureiro). O diretor dessa seção era Fernando Corrêa de Azevedo, que também era membro da Comissão Paranaense de Folclore, CPL (também dirigida por Loureiro na condição de seu ‘secretário geral’), além de diretor da Escola de Música e Belas-Artes da UFPR. Ocorre que, quando do I Congresso, Loureiro não teria concordado com a definição do ‘fato folclórico’ (porque essa tese reforçava a idéia de um “domínio próprio”, enquanto que para ele o folclore era uma divisão dos estudos etnológicos), e *pari passu* resolve extinguir a “seção de folclore” do IPS (Vilhena, 1997, p. 142). As reações de Fernando Corrêa²¹ não tardariam e, logo no ano de 1954, estava aprovada uma moção de “estranhamento” em relação à atitude de Loureiro, provocando a renúncia deste último ao cargo de secretário geral da CPL, uma das mais ativas e a grande responsável pela organização do II Congresso em Curitiba.

Em função dessa situação particular, uma das direções por onde caminhava o desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais no Paraná – aquela ligada aos estudos regionais ou de comunidade – perdia um de seus importantes referenciais teóricos e institucionais (os estudos sobre o folclore no interior da Comissão Nacional do Folclore, CNFL) sendo, a partir de então, lentamente abandonada ou, pelo menos, colocada em segundo plano. Para isso, concorreram ainda: 1) o insulamento nacional, ou seja, a perda de espaço institucional dos estudos folclóricos nos currículos dos cursos das faculdades de filosofia e também no interior dos currículos escolares, o que em Curitiba era particularmente importante porque o folclore era disciplina obrigatória no curso de Música e Belas-Artes, e

²⁰ A caracterização dos temas folclóricos como sendo não ou pouco científicos foi uma das mais importantes conseqüências do desenvolvimento das ciências sociais na USP.

²¹ Uma das idéias de Fernando Corrêa era que a cadeira de Folclore fosse incluída nos currículos escolares universitários, tal como já ocorria no curso de Música e Belas-Artes. Loureiro se opunha a essa idéia.

2) o isolamento local devido à extinção da seção de folclore do IPS e da renúncia de Loureiro do cargo de secretário geral da CPL. Ainda que o campo dos estudos folclóricos não tenha conquistado, em nível nacional e universitário, o espaço acadêmico-científico almejado, o fato é que essa específica direção de pesquisa, que poderia ter se constituído num campo de estudos da sociologia da cultura ou da antropologia social, acabaria por perder, no plano universitário local, o importante locus de ensino e apoio à pesquisa (no seio do IPS), ficando circunscrita à larga, porém mal definida concepção de etnologia defendida por Loureiro.

Enfim, o interesse e apoio que Loureiro havia manifestado em relação aos estudos folclóricos – como pode ser atestado pela sua participação no movimento desde o I Congresso, quando apresenta trabalho – não se apresentava de maneira incondicional, mas estava ligado à questão regional e à contribuição da particular identidade do Paraná para a cultura brasileira. Exemplo disso é seu estudo sobre as “congadas da Lapa”, apresentado no I Congresso (Fernandes, 1951), onde assinala a presença de um “descendente de alemão, a funcionar como fator integrante do espírito nacional” (Fernandes apud Vilhena, 1997, p. 195)²². Loureiro continua a pesquisar temas regionais, mas, a partir de então, trabalhando decididamente em direção dos estudos arqueológicos, como se pode ver pela criação, em 1956, do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA)²³ e, finalmente, em 1958, pela criação do “Departamento de Antropologia”, no interior do atual edifício Dom Pedro I, na rua General Carneiro, da UFPR.

Em síntese, a produção acadêmica e o ambiente intelectual no estado do Paraná, ao longo dos anos 1950, apresentam as seguintes características: pequeno apoio ao estudo de temas sociológicos e de temas antropológicos (reunidos localmente por Loureiro na ‘rubrica’ etnologia), incentivo dos estudos arqueológicos (museológicos e indígenas realizados no interior do CEPA) e as preocupações em torno da identidade cultural do estado. Enquanto Loureiro domina o campo dos estudos arqueológicos, o campo dos estudos sociológicos e antropológicos permanece sem um expoente à altura, vindo a conhecer na figura de um outsider, Wilson Martins, um personagem emblemático das preocupações locais. As trajetórias desses dois personagens são apresentadas em seguida.

²² O próprio Fernando Corrêa teria afirmado que no Paraná estava se “formando um folclore diferente” (Azevedo apud Vilhena, 1997, p. 195).

²³ O CEPA existe até hoje e é dirigido por um bacharel em Ciências Sociais na UFPR, formado no início dos anos 1960 e hoje professor do curso.

José Loureiro de Ascensão Fernandes

Loureiro Fernandes nasceu em Lisboa, em 1903. Seus pais, portugueses, embora residissem no Brasil, estavam em Portugal. Foi assim registrado no consulado brasileiro, chegando ao Brasil logo em seguida. Formado em medicina com especialização em urologia, a trajetória antropológica de Loureiro Fernandes se confunde, de certa maneira, com a própria trajetória das ciências sociais brasileiras. Vejamos.

Diretor do Museu Paranaense (1936-43 e 1945-46) e fundador do Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR, Loureiro²⁴ realizou as primeiras pesquisas antropológicas de que se tem notícia no estado no interior do próprio museu. Além disso, estabeleceu ligações intelectuais com o mundo acadêmico atuante nas Ciências Sociais brasileiras, o que incluía nomes como os de Herbert Baldus, Emílio Willems, Roger Bastide²⁵, Florestan Fernandes. Debuta como antropólogo em 1939 com o artigo “Notas hemato-antropológicas sobre os Caiaguangues²⁶ de Palmas”. Como professor da FFCLPr, ocupa as cadeiras de “Antropologia” e “Etnologia Geral e do Brasil” nos cursos de História e Geografia e de Ciências Sociais, e como professor da Faculdade Católica, ocupa a cadeira de “Antropologia, Etnografia Geral e do Brasil”.

Em 1950, como visto, Loureiro fundava o IPS. Durante sua primeira década de existência, o Instituto organiza diversos cursos como, por exemplo, durante o ano de 1952, o curso de Sociologia ministrado por Gilberto Freyre, o curso de Literatura e História ministrado por Sérgio Buarque de Holanda, o curso de Literatura Brasileira ministrado por Antonio Cândido e o curso de Etnografia do Brasil ministrado por Herbert Baldus. Já em 1954, organiza mais dois cursos: o curso de “Técnicas de Pesquisas Sociológicas” ministrado por Fernando Altenfelder Silva e o curso intitulado “O legado do Negro” ministrado por Édison Carneiro. Além disso, o exame das atas do IPS, entre 1950 e 1963, revela um importante esforço de apoio à participação em eventos científicos, em bancas e conferências (Furtado, 1999, p. 70-73). Em 1958, após a fundação do CEPA, aparentemente estão criadas as condições para o desmembramento do Departamento de Ciências e dos demais da FFCLPr, o que “fortaleceu a pesquisa científica; incentivou a prática de parcerias...” (Furtado, 1999, p. 89).

²⁴ Na biografia de Loureiro, contam-se ainda as aulas nas clínicas cirúrgica e urológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, o mandato de vereador em Curitiba e o cargo de secretário de cultura do estado do Paraná.

²⁵ O francês Roger Bastide (1896-1974) chegou ao Brasil em 1937 para ocupar a cadeira de Sociologia na USP. Nos anos 1940, convidou Florestan a participar de uma grande pesquisa sobre negros e brancos na cidade de São Paulo.

²⁶ Trata-se da primeira grafia. Posteriormente, adotou-se a grafia “Kaiagang”.

Como se pode ver pela variedade dos temas dos cursos oferecidos pelo Instituto, a atuação de Loureiro, ainda que hoje associada ao campo da antropologia, não se resumia a esta.

Em síntese, médico de formação, Loureiro torna-se diretor de museu e mais tarde professor de antropologia, numa carreira profissional que, de certa maneira, espelha a própria trajetória das ciências sociais brasileiras, dos museus do século XIX às universidades dos anos 1930. Sua liderança local pode ser, guardadas as proporções, comparada àquela exercida por Gilberto Freyre no Recife.

Em termos de produção acadêmica, Loureiro trabalhou sobre um leque variado de temas tais como musicologia, arqueologia, folclore, estudos raciais, cultura popular, arte popular, preservação natural, estudos indígenas, embora sua atuação docente e de pesquisador se circunscrevesse fundamentalmente à área da antropologia física²⁷. Contudo, para compreender sua produção acadêmica, faz-se necessário lembrar que Loureiro fez parte de uma influente geração de intelectuais paranaenses (CEB, criação da FFCLPr), além de ter exercido dois cargos políticos, o primeiro como vereador de Curitiba e o segundo como secretário estadual de educação e cultura, entre 1948 e 1950.

Iniciando com as “notas hemato-antropológicas...” de 1939, Loureiro publica em 1941 “Os Caiaguanges de Palmas” e, em 1942, “Os Xetá da Serra dos Dourados”, povo caçador-coletor “descoberto” no bojo da expansão cafeeira no norte do estado. Durante a década de 1940 até o início dos anos 1950, afora as atividades administrativas e políticas, publica diversos trabalhos históricos – como, por exemplo, “A comissão de Comércio de Curitiba na Revolução de 1894”, “Contribuição à geografia da Praia de Leste”, “As cavalhadas de Palmas” além da já citada, “As congadas Lapenas”²⁸ – cujo fundo comum é a história do Paraná e o tema da identidade regional. Em termos históricos, nesse período, o estado do Paraná segue as linhas gerais traçadas nos últimos anos do Estado Novo, “com alguns eixos de modernização burocrática e o início das políticas industrializantes” (Oliveira *et al.*, 2004, p. 29). Conforme desenvolvemos alhures (Oliveira, 2005), com a democratização de 1946, ocorre uma acomodação das elites locais em relação ao governo do estado. Eleito, o ex-presidente Dutra nomeia Brasil Pinheiro Machado, interinamente, na governadoria do estado. A escolha era presumível. Brasil havia sido Procurador Geral da Justiça entre 1939 e 1945 e também diretor e professor da FFCLPr. Logo em seguida, com apoio

²⁷ Segundo Oliva (2005), na área de Antropologia Cultural, as aulas de Loureiro se limitavam “a copiar no quadro negro os conteúdos retirados dos livros”. Teria sido devido à atuação docente, nos anos 1960, de Maria Cecília Helm que a área de Antropologia cultural teria se firmado no curso.

²⁸ Para a produção completa de Loureiro, ver Garcia (2000, p. 209-210).

da antiga elite da República Velha, é eleito para o governo do estado o empresário Moyses Lupion²⁹. Em 1950, finalmente, é eleito um legítimo membro das antigas elites, Bento Munhoz da Rocha, filho de um governador da República Velha e genro do Presidente do estado derrubado pela Revolução de 1930. Mas Bento não é apenas mais um político, mas – e talvez – “o mais destacado intelectual da tradicional elite paranaense” (Bega, 2006).

Bento Munhoz governa o Paraná entre 1950 e 1955, quando organiza as comemorações do centenário da emancipação de São Paulo, 1953/4. Fruto da expansão cafeeira para o “norte pioneiro” (região de Londrina e Maringá) colonizado pelos paulistas, e para o oeste/sudoeste, colonizado principalmente pelos gaúchos, em meio a tendências separatistas, como a tentativa de criação do território do Iguazu e mesmo o desejo de criar o estado do Parapanema, membros das elites locais (dentre os quais Loureiro Fernandes e Wilson Martins) constroem um movimento contrário, apontando para a necessidade de integração físico-territorial e a vontade de consolidação social e econômica do “novo” estado. Os trabalhos “históricos” (por exemplo, sobre as congadas e sobre as cavalladas) e “antropológicos” (sobre os Kaigang e sobre os Xetá) de Loureiro, embora apresentem inegável valor científico, inserem-se neste contexto de formação de um “outro” estado do Paraná, sendo talvez expressão dessa necessidade de compreender e forjar as bases da “nova” realidade estadual.

Peirano (1999) afirma que a guinada de Florestan Fernandes em direção a uma sociologia, digamos, mais disciplinar, ou seja, a passagem do tema dos Tupinambá para o tema das relações raciais, tem a ver com um projeto político de nação em gestação. A chamada corrente “fricção interétnica” dos grupos nacionais seria outra expressão desta mesma preocupação (Castro, 1999). A trajetória e a produção acadêmicas de Loureiro tornam possível classificá-lo dentro da chamada corrente “fricção interétnica”, embora em escala regional. Isto porque seu campo de estudos, o estado do Paraná, em termos de desenvolvimento econômico-social e de expansão da ocupação humana, apresentava situações bastante diversas e, até certo ponto, extremamente originais, como revelado pela descoberta dos Xetá. Não obstante, fundamentalmente, os trabalhos de Loureiro revelam preocupações tanto com a relação dos índios com os “brancos paranaenses”, quanto com as manifestações culturais e folclóricas no estado e, sobretudo, com a identidade regional e seu papel em relação à identidade nacional.

Em síntese, embora médico de formação e antropólogo, e educador por profissão assumida, a presença dos institutos no interior da FFCLPr e a pouca diferenciação disciplinar entre as áreas das ciências sociais na década de 1950,

²⁹ É no governo de Moyses Lupion que Loureiro ocupa o cargo de secretário estadual.

aliados ao momento histórico vivido no estado do Paraná, permitem colocar sob nova perspectiva a atuação e a produção acadêmica de Loureiro em tantas frentes de trabalho. Mesmo sem uma atitude consciente de sua parte, seus diversos trabalhos e sua trajetória contribuíram não apenas para a consolidação das ciências sociais no estado, mas também para a formação de uma certa identidade paranaense, definida tanto em relação às questões sócio-históricas e políticas locais quanto em relação às questões nacionais. Obra e trajetória respondem assim a uma dupla chamada interna e externa ao estado e ao campo das ciências sociais brasileiras.

Wilson Martins

Wilson Martins nasceu em São Paulo, em 1921, chegando a Curitiba em 1930. Formado em Direito em 1943, sua carreira de crítico literário iniciara-se um ano antes, em 1942, no jornal *O Dia*. A carreira de crítico literário se confirma em 1952, com o título de Doutor em Letras e o prêmio do Departamento de Cultura de São Paulo, que publica seu livro *A crítica literária no Brasil*. Desde então, são mais de cinquenta anos de crítica literária praticamente ininterrupta. A maior parte vem sendo editada sob o título de “Ponto de vista”. Atualmente com treze volumes, compreende o período que vai de 1954 até o ano de 1997, num caso sem igual na história da crítica literária brasileira.

A obra que torna o crítico conhecido do grande público é *História da Inteligência Brasileira*. Publicada em sete volumes, entre 1976 e 1979, nela o autor literalmente varre toda a produção literária brasileira de 1794 até 1960. Há aí uma tese, como afirma o próprio autor:

A História da Inteligência Brasileira tem esse título por isso, porque não é mais nem a história da ciência, nem a da literatura, nem a das idéias políticas, é a inteligência tal como ela se desenvolve e tal como age, a sua função no contexto da vida intelectual. [...] Compreender quer dizer abarcar tudo e perceber o sentido daquilo. Foi o sentido da vida brasileira que eu procurei registrar (Martins, 2001, p. 12-13).

Compreender “o sentido da vida brasileira”. Talvez por isso, Wilson Martins, nos vários volumes do livro, não tenha se limitado a “criticar” obras de literatura. Seu objetivo foi o de “compreender o sentido” dos mais diversos tipos de publicação – livros de sociologia, de história, de antropologia, ensaios, crônicas, poesias, romances, peças de teatro etc. – dentro de uma trajetória da sociedade brasileira, e não apenas da estética literária.

O veio sociológico e antropológico do crítico havia se manifestado desde bem cedo. Afora os trabalhos iniciais no campo da crítica literária, publicou nos anos 1950 dois trabalhos sobre o tema da democracia e um terceiro sobre direito.

São eles: *Conceito de democracia* (1950)³⁰, *Introdução à democracia brasileira* (1951)³¹ e *Código de Processo Penal* (1956)³². Sobre o Paraná, especificamente, a produção é relativamente pequena: dois livros e dois artigos³³. O livro que nos interessa é *Um Brasil diferente. Ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná*, publicado em 1955. Sobre este livro, pode-se perguntar: que objetivos teriam sido buscados por um crítico literário ao escrever um livro sobre a identidade cultural do Paraná? Como bem o demonstram os livros sobre democracia e direito e, em especial, a *História da Inteligência Brasileira*, o autor podia arriscar-se a realizar um trabalho tomando como objeto o estado do Paraná. Mas a ambição contida no livro era, de fato, de outra natureza: tratava-se de escrever, para o sul do Brasil, aquilo que Gilberto Freyre havia realizado para o país como um todo em *Casa Grande & Senzala*, isto é, compreender os processos de aculturação dos elementos europeus não-portugueses em terras do sul. Tanto assim que o sub-título de seu trabalho é *Ensaio sobre fenômenos de aculturação do Paraná*, oferecendo aos leitores a seguinte explicação:

O imigrante, num espaço de tempo extraordinariamente curto, deixou de se sentir imigrante para se amoldar por completo à nova terra, da mesma forma por que a amoldava aos seus próprios hábitos, experiências, tradições. Nesse particular, os homens europeus e, por “simpatia”, os de outras etnias, demonstraram no clima temperado do Paraná a mesma plasticidade admirável que o Sr. Gilberto Freyre verificou nos portugueses ‘lançados’ em zonas tropicais (Martins, 1989, p. 6).

O paralelo assumido com a obra maior de Freyre revela claramente o objetivo central do autor: analisar os processos de aculturação que teriam formado, no Paraná, um novo homem, uma vez “[...] que já não há ‘estrangeiros’ no Paraná, à exceção, naturalmente, dos que chegaram por último: há o *homem paranaense*” (1955, p. 6, grifo do autor). Inspirando-se em Freyre, contudo, Martins dele se distancia por acreditar que haveria no Paraná “elementos perturbadores” que diferenciariam o homem e a sociedade local da “cultura luso-tropical” identificada

³⁰ *Conceito...* é um relatório para a pesquisa da UNESCO sobre democracia.

³¹ *Introdução* é um trabalho onde Martins desenvolve suas teses sobre a democracia. Em suma, ela afirma que em um país de fraco desenvolvimento político-intelectual e onde o eleitor desconhecia a dimensão de seu voto, as práticas democráticas poderiam ocasionar erros de apreciação e de escolha política.

³² *Código...* é um estudo advindo da experiência que Martins teve como juiz de direito em Curitiba, no início dos anos 1950, quando, através de um mesmo ato do governo federal, fora nomeado juiz e catedrático da Universidade do Paraná.

³³ Vide referências.

pelo cientista social pernambucano. Entre estes “elementos perturbadores”³⁴, Martins assinala dois que, na história e na formação social do povo paranaense, não teriam sido sociologicamente “ponderáveis”: o português e o negro (em suas palavras, “ausência do português e a inexistência da escravidão”³⁵). Além desses, Martins acrescenta um terceiro elemento social que não estava presente na análise freyriana: o imigrante³⁶.

O partido estava tomado. Os estudos de Gilberto Freyre valeriam para algumas regiões do Brasil, mas não para todas. Urgia completar o quadro da formação social brasileira, examinando agora as particularidades criadas pela forte presença do imigrante, não apenas no Paraná, ele assinala, mas nos “estados do sul”, dentre os quais incluía também o estado de São Paulo (Martins, 1989, p. 5). Em resumo, Martins expressa o desejo de compreender a influência de outras culturas “na sociologia meridional”. Estava claro que havia, pelo menos, duas “zonas de colonização”: uma “nacional” e outra de “predominância estrangeira”. A polarização poderia facilmente nos fazer pensar em outras de igual monta: casa grande e senzala, semeador e ladrilhador. Mas, agora, a polarização seria entre duas formações sociais: uma englobando os estados do sul mais o estado de São Paulo, e outra para o “resto” do Brasil. O país estava decididamente cindido e o critério de corte não era o desenvolvimento, a urbanização, a renda ou a concentração populacional. Era o imigrante. O desejo de construir uma “outra” interpretação do Brasil mistura-se assim à crítica (ora aberta, ora velada) ao modelo freyriano.

A obra, quanto a ela, apresenta uma estrutura simples. O plano, para alcançar o objetivo proposto, se inscreve na grande tradição dos ensaios, desprezando de alguma forma a periodização clássica da história brasileira. À imagem de *Os Sertões*, tem-se a paisagem, o homem, a casa, a comida, a roupa, a família, a técnica e as idéias compondo a realidade “diferente”. No último capítulo, a referência à “campanha da nacionalização” é relevante. A assimilação ou a aculturação deveria passar necessariamente por um gradual afastamento e/ou esquecimento da língua nativa. Mas se a inspiração era freyriana, a mais importante referência teórica é o estudo sobre a aculturação dos alemães, escrito por Emílio Willems (1946), citado

³⁴ O autor empresta o termo de “perturbadores” da astronomia. Ele afirma: “...como se diz, em astronomia, de um planeta desconhecido que “perturba” o comportamento dos demais” (Martins, 1989, p. 5).

³⁵ Em outro trabalho (Oliveira, 2005), mostramos as críticas que este trabalho recebeu, em parte pelo fato de ter negado a importância da escravidão e do negro na formação social do estado, mas também por ter diminuído a importância da imigração polonesa.

³⁶ O imigrante era fundamentalmente o alemão e curiosamente não o polonês, de fato o grupo imigrante numericamente mais importante no estado. Pouca importância também é dada aos imigrantes italianos e ucranianos.

vinte e quatro vezes no trabalho. Em suma, o processo de aculturação teria gerado as diferenças.

Se a inspiração e o distanciamento claros estão, que dizer das razões sócio-históricas? Segundo Bega (2006), a partir de 1930 surge no Paraná uma nova geração que trabalha a partir de outra matriz informadora. Busca-se agora “construir a identidade paranaense não por sua similaridade ao nacional, mas pelo que tem de peculiar, num movimento oposto ao dos literatos do século XIX que visavam diluir os elementos de diferença”. A criação da FFCLPr (1938) é um importante capítulo desta história que pretende, ao cabo, também construir um projeto de estado regional, fixando uma identidade que some, mas não se dilua na cultura nacional. A mitologia de um estado “branco”, fruto da colonização europeia, sem elementos negros ou portugueses, começava a surgir. Em termos históricos, governava o Paraná Bento Munhoz. Kunhavalik (2004, p. 191) analisa esse período nos seguintes termos:

A formação do Estado do Paraná apresenta certas particularidades regionais. Destacam-se três regiões com especificidades em seu processo de formação social, econômica e política. Desta forma, uma questão relevante que perpassa grande parte da história paranaense após a emancipação política é a da integração do território paranaense. [...] Além disso, observa-se nesta gestão uma preocupação com a constituição da identidade paranaense.

Os discursos de Bento Munhoz se coadunam com as preocupações reveladas por Wilson Martins em seu trabalho. Vejamos. Em discurso proferido em 1952 (um ano e meio após sua posse), o governador ressalta a preocupação do Brasil com o Paraná: “O Brasil está espiando o Paraná. O Brasil está desejando o Paraná”. Sobre as características sócio-culturais do estado, ele afirma: “Paranaenses são todos aqueles que vivem e amam o rincão paranaense. Paranaenses são todos aqueles brasileiros que vieram de outros estados como também estrangeiros...” Enfim, em 1954, em outro discurso, agora comemorando o centenário da independência do estado, Bento afirma: “Podeis ter a certeza de que aqui se está construindo alguma coisa diferente no Brasil” (Bento Munhoz, apud Kunhavalik, 2004, p. 192-193).

As ligações entre Bento e Martins não eram, contudo, simplesmente intelectuais. Em seu governo, Bento recebe assessoria de um pequeno grupo de amigos, dentre os quais está Wilson Martins. Martins, entre 1943 e 1944, havia sido oficial de gabinete do interventor (de 1930) Manoel Ribas. Sua nomeação para o cargo de juiz e de professor da Universidade do Paraná ocorre em 1950, quando Bento já havia sido eleito governador. É de se supor assim que Martins e Bento estivessem unidos por laços de amizade e uma mesma visão da política e do estado paranaense. Portanto, escrever um livro sobre a identidade paranaense,

naqueles anos, era possível e mesmo desejável. Se o objetivo era criar uma nova identidade, melhor seria apresentar uma nova história, ou melhor, uma outra história, ou enfim, apresentar um “Brasil diferente”.

Em síntese, tanto a trajetória quanto o mais importante livro de Martins, no que se refere às ciências sociais paranaenses, é um misto de análise sociológica e antropológica com forte veio nas preocupações locais em torno da identidade social do estado. Em outro registro, o livro e a época histórica revelam como a produção acadêmica no campo das ciências sociais estava marcada por um projeto político que contemplasse a necessidade de ligação entre sentimentos regionais e a pertença à nação.

À guisa de conclusão

Loureiro e Martins são personagens bem distintos, tendo trilhado carreiras igualmente distintas. O que os aproxima é uma determinada configuração histórica local. Segundo Trindade (2004), os ditos casos “melhor sucedidos de institucionalização da sociologia no contexto acadêmico” não apresentam um padrão a partir do qual se devam buscar trajetórias variantes. Isso porque, mesmo na USP, o processo de institucionalização teria ocorrido de uma forma bem particular. O caso paranaense pode ser considerado, não obstante isso, periférico, sobretudo quando se pensa na posterior e tardia consolidação da pesquisa em ciências sociais no estado, que só ocorreria nas décadas de 1980 e 1990. Seja como for, mais importante do que definir as características centrais, talvez seja necessário reconhecer as características da formação social do sul do país.

A história local das ciências sociais apresenta algumas particularidades que cabe ressaltar. A primeira delas é a consolidação política tardia do estado. Em segundo lugar, temos as grandes levas de imigrantes europeus que desembarcam no estado a partir de finais do século XIX e durante a primeira década do século XX. Em terceiro lugar, há que se considerar a presença de círculos católicos em embate declarado aos simbolistas e anti-clericais, fatos que muito marcaram a história da educação superior no estado. É de se notar, contudo, as semelhanças entre a história local e a história “nacional”. A presença de médicos ligados aos museus e à antropologia é fato recorrente³⁷. Loureiro Fernandes era médico e nunca deixou de ser professor da faculdade de medicina. Assim mesmo, desenvolveu sua carreira ligada às ciências sociais. Seu trabalho acadêmico revela tanto um cuidado com populações indígenas pouco ou mal assistidas, quanto

³⁷ Observe-se, por exemplo, a presença do médico Oswaldo Rodrigues Cabral como professor de Antropologia na Faculdade Catarinense de Filosofia, criada em 1954. Para maiores detalhes, ver Santos (2006).

um desejo de integração das mesmas no contexto regional. Seu trabalho revela ainda um cuidado com a preservação do patrimônio artístico e arqueológico, com a educação e com a celebração das diferenças culturais locais.

Wilson Martins é um crítico literário. Trata-se de um leitor voraz, mas sua formação sociológica e/ou antropológica, em nada comum, é autodidata. Suas ligações políticas o teriam feito cientista social? É provável que sim; sua criticada obra falaria assim não apenas às ciências sociais – por mais que o autor assim desejasse –, mas fundamentalmente àquele momento histórico, às suas relações pessoais e políticas, às necessidades de uma nova identidade para o estado. É assim que se pode compreender porque apenas em 1999 Martins tenha retornado ao tema da identidade cultural do estado. Neste momento, quase meio século após o Brasil diferente, a “invenção do Paraná” soa descontextualizada. Isso, sobretudo, porque não apenas o crítico retoma sua tese central – ainda sem fazer menção a outros grupos sociais além dos imigrantes alemães –, afirmando então que a identidade do estado (sua invenção) teria se dado por ocasião da elevação da 5ª Comarca de Curitiba à condição de província do Império (Província do Paraná), no ano de 1853. Cabe observar aqui que este trabalho apresenta uma vontade de fundar miticamente o estado, tal como ele mesmo pretendia fazer com o Brasil diferente?

Branco e “diferente”? Cultural e antropológicamente singular? Essas perguntas aparentemente povoaram as mentes daqueles que muito contribuíram com a história das ciências sociais no estado. Nisso, a trajetória das ciências sociais no Paraná é realmente singular. Revela uma preocupação “sulista” com uma identidade considerada como sendo “pouco brasileira”. Que as trajetórias de Loureiro e de Martins tenham se produzido no interior dos espaços acadêmicos, colada às ciências sociais, de maneira nenhuma surpreende, porque afinal a questão da identidade sempre foi central na história do pensamento social brasileiro, e também muito importante na formação das ciências sociais brasileiras.

Referências

- ARRUDA, M. A. do N & GARCIA, S. G. (2003). *Florestan Fernandes. Mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15/CAPEL.
- AZEVEDO, T. de. Folclore e ciências sociais. (1957). *Sociologia ELSP*, vol. XIX, ago/57, nº 3, p. 163-17.
- BEGA, M. T. (2006). “Gênese e campo das Ciências Sociais no Paraná”. In: OLIVEIRA, Márcio de (org.), *As Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba: Prottexto, p. 31-53.
- CARNEIRO, E. & COSTA PINTO, L. A. (1955), *As Ciências Sociais no Brasil. Estudo realizado para a CAPEL*. Rio de Janeiro: CAPEL.

- COLOGNESE, S. A., SANTOS, C. A. dos e TOMAZI, N. D. (2000). *A institucionalização da sociologia no ensino superior paranaense*. Trabalho apresentado no V Congresso Estadual de Sociólogos e I Congresso Estadual de Ciências Sociais, Londrina.
- CORRÊA, Mariza (1987). *História da Antropologia no Brasil (1930-1960), testemunhos*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, Campinas: Editora da UNICAMP.
- CORRÊA, M. & DEBERT, G. G. (1984). *Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual. Entrevista concedida a Mariza Correa & Guta G. Debert*. Disponível em <<http://www.coc.fiocruz.br/hscience/vol2n2/dep22.html>> Acesso em 5 de agosto de 2005.
- FERNANDES, F. (1958). *A Etnologia e a Sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Anhembi.
- _____. (1978). *A condição do sociólogo*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1977). *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, J. L. (1941). Os Caiangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v. 1, p. 161-209.
- _____. (1959). Os índios as Serra dos Dourados: os Xetá. In: *Reunião Brasileira de Antropologia, III. Anais...* Recife, p. 27-46.
- _____. (1939). Notas hemato-antropológicas sobre os Caiangues de Palmas. *Revista Médica do Paraná*. Curitiba 8(1/2).
- _____. (1951). Notas para a festa de São Benedito – Congadas da Lapa”, IBECC: Rio de Janeiro.
- FRESSATO, S. T. B. (2003). *Pela catolização da elite curitibana. O projeto intelectual do Círculo de Estudos “Bandeirantes” – CEB. 1929-1945*. Curitiba: 76 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- FURTADO, M. R. (2005). O imaginário de José Loureiro Fernandes expresso em seus registros de memória. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Número especial. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de Nascimento do Prof. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Curitiba: Editora da UFPR, p. 173-195.
- GARCIA, A. (2000). *Dr Loureiro Fernandes: médico e cientista*. Curitiba: Vicentina.
- GARCIA, S. G. (2002). *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. 34.
- HOERNER JR., Valério. (1993). *História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba: Champagnat.
- KERSTEN, M. S. de A. (2005). José Loureiro Fernandes, um intelectual na “província”. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Número especial. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de Nascimento do Prof. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Curitiba: Editora da UFPR, p. 147-154.
- KUNHAVALIK, J. P. (2004). Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.), SALLES, J. de O. e KUNHAVALIK, José P. *A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, p. 143-225.
- LIMONGI, F. (1989). A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais LTDA, vol. 1, p. 217-233.

- _____. (1989). Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais LTDA, vol. 1, p. 111-187.
- MARANHÃO, E. de C. & MOLLER, A. (2002). A. *Histórico do curso de Geografia – 50 anos – 1938-1988*. Curitiba.
- MARANHÃO, M. F. C. (2005). Do museu para academia: a trajetória intelectual de Loureiro Fernandes e a institucionalização da Antropologia no Paraná. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Número especial. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de Nascimento do Prof. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Curitiba: Editora da UFPR, p. 155-171.
- MARTINS, I. S. (2006). *Entrevista concedida ao autor*. Curitiba, maio de 2006.
- MARTINS, Wilson. (2001). O crítico por ele mesmo. In: SEFRIN, André. *et al. Mestre da crítica*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Topbooks, p. 7-18.
- _____. (1950). Conceito de democracia. Relatório para a pesquisa da UNESCO sobre democracia. Paris.
- _____. (1946). *Interpretações*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1951). *Introdução à democracia brasileira*. Globo: Porto Alegre.
- _____. (1955). *Introdução ao estudo do Simbolismo*. Separata de *Letras*, Curitiba.
- _____. (1999). *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcelos*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
- _____. (1960). “Paraná: uma incógnita”. Ensaio de sociologia eleitoral. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, nº 8, s/p.
- _____. (1955). *Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2ª ed., São Paulo: T. A. Queiroz, [1ª edição, Anhembi, 1955].
- MATTAR, M. O. (2006). *Entrevista concedida ao autor*. Curitiba, maio de 2006.
- MICELI, Sérgio. (1989). Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais LTDA, vol. 1, p. 5-19.
- MICELI, S. (org.). (1999). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. *Sociologia*. São Paulo: Ed. Sumaré: Brasília: ANPOCS/CAPES, p. 109-145.
- NOGUEIRA, O. (1979-81). A sociologia no Brasil. In: FERRI, M & MOTOYAMA, S. (coords.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, vol. 3, p. 181-234.
- OLIVA, M. H. A. (2005). *Entrevista concedida ao autor*. Curitiba, novembro de 2005.
- OLIVEIRA, M. de. (2006). *As Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba: Contexto.
- OLIVEIRA, Ricardo C. de. (2001). *O Silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado do Paraná*. Curitiba: Moinho do Vento.
- OLIVEIRA, Ricardo C. de (org.). (2004). *A construção do Paraná Moderno. Políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI.
- PEIRANO, M. (1999). Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. *Antropologia*. São Paulo: Ed. Sumaré: Brasília: ANPOCS/CAPES, p. 225-266.
- RUBINO, S. (1995). Clube de pesquisadores. A sociologia e a etnologia e folclore e a sociedade de sociologia. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais LTDA, vol. 2, p. 479-521.

- SCHWARCZ, L. K. M. (1989). O nascimento dos museus brasileiros (1870-1930). In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais LTDA, vol. 1, p. 20-71.
- SANTOS, S. C. dos. (2006). A antropologia em Santa Catarina. In SANTOS, S. C. dos (org.). *Memória da Antropologia no sul do Brasil*. Florianópolis: Ed da UFSC/ABA, p. 17-77.
- SOARES, E. V. (1997). *Florestan: o militante solitário*. Rio de Janeiro: Cortez.
- TRINDADE, H. (2004). Institucionalização e internacionalização das ciências sociais na América Latina em questão. In: ALMEIDA, A et al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. Unicamp, p. 145-166.
- VILHENA, L. R. (1997). *Projeto e missão. O movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: FGV/FUNARTE.
- UNIVERSIDADE DO PARANÁ. (1948). *Boletim Informativo. Publicação do Departamento Cultural*. Curitiba, vol. 1, nº 3, abr/48.
- WESTPHALEN, C. M. (1987). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 75 anos*. Curitiba: SBPH-PR.
- _____. (1988). *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos*. Curitiba: SBPH-PR.

RESUMO

As ciências sociais na década de 1950 em um Estado do Sul do Brasil: o caso do Paraná

O presente artigo discute a trajetória das Ciências Sociais no estado do Paraná, Brasil, de sua origem (1938) até o final da década de 1950. Isto é feito a partir da análise da criação do curso superior de Ciências Sociais na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, posteriormente incorporada à Universidade Federal do Paraná. Com base nas análises desenvolvidas por Miceli (1989; 1999), analisa-se a história do curso e a produção local sem estabelecer critérios de corte em relação as três áreas Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Fixado este referencial, a histórica local das ciências sociais apresenta-se como resultado de uma particular situação política e científica, embora guardando semelhanças com outros casos estaduais e mantendo relações diretas com as ciências sociais brasileiras. A demonstração da relação entre os níveis local e nacional é feita com base no estudo da trajetória e da produção de dois importantes intelectuais paranaenses, a saber: o médico Loureiro Fernandes e crítico literário Wilson Martins, com ênfase especial na atuação de ambos durante a década de 1950. Como conclusão, mostramos como a história local mantém relações diretas com o momento social e político de afirmação de uma nova identidade para o estado, sendo de certa forma uma resposta às preocupações nacionais em torno da identidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Universidade do Paraná; história intelectual

RÉSUMÉ

Les sciences sociales dans les années 1950 dans un état du sud du Brésil: le cas du Paraná

Ce travail présente une discussion sur la trajectoire des Sciences Sociales dans l'état du Paraná (Brésil), dès son origine jusqu'à la décennie des années 1950. Cela est fait à partir de la création du cours universitaire de Sciences Sociales (1938) dans l'ancienne Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres du Paraná, plus tard incorporée à l'Université Fédérale du Paraná. Ayant pour fondement les analyses développées par Miceli (1989 ; 1999), l'on analyse l'histoire du cours et la production scientifique locale sans faire de distinction entre les disciplines clés des sciences sociales, à savoir l'anthropologie, la science politique et la sociologie. Cela posé, nous affirmons que la trajectoire des sciences sociales au Paraná est le résultat d'un contexte social et politique local, bien que la situation locale présente des similitudes avec la situation expérimentée dans d'autres états du pays et que le monde scientifique local entretienne des rapports étroits avec les sciences sociales brésiliennes. Pour démontrer le rapport entre les niveaux locaux et nationaux, l'on analyse la trajectoire et la production scientifique de deux de plus importants intellectuels de l'état, le médecin Loureiro Fernandes et le critique littéraire Wilson Martins, notamment dans les années 1950. L'on conclue que l'histoire locale cherche à établir les bases de l'identité sociale de l'état ainsi qu'il était question pour le pays dans son ensemble et sa quête de l'identité nationale.

Mots-clés: Sciences Sociales; Université du Paraná; histoire intellectuelle

Recebido para apreciação: fevereiro de 2006

Aprovado para publicação: março de 2006

CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: AVANÇOS E CONTINUIDADES¹

Debora C. Rezende de Almeida

Introdução

Os conselhos de políticas públicas representam uma das importantes inovações institucionais promovidas pela Constituição de 1988. Criados a partir de leis federais específicas, os conselhos materializam os artigos da Constituição Federal que estabelecem a participação da sociedade civil na gestão e no controle de políticas sociais: na saúde, como “participação da comunidade” (art. 198, III); na assistência social, como “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e controle das ações em todos os níveis” (art. 204, II) e na educação como “gestão democrática do ensino público” (art. 206, VI).

O debate político que acompanhou essas mudanças era que a participação nestes espaços reverteria a tendência ao insulamento burocrático, induzindo as agências estatais a um trabalho mais transparente, responsável e suscetível ao controle da sociedade (Tatagiba, 2002, p. 47). Apesar dos estímulos à criação de espaços participativos, trata-se de saber até que ponto esses incentivos produziram nas realidades locais instituições que venham correspondendo de fato às intenções participativas da legislação.

Neste sentido, este artigo se dedica à análise dos conselhos, especificamente os Conselhos Municipais de Saúde e de Educação, a partir de um estudo de caso na cidade de Juiz de Fora, MG². Com recurso ao balanço da bibliografia sobre o assunto, ele procura levantar as variáveis que influenciam na dinâmica de funcionamento desses espaços e na conformação de distintos padrões de participação política. Para isso, o presente trabalho enfatiza o processo decisório

¹ Neste artigo desenvolvo os argumentos presentes nos capítulos 3 e 4 e nas considerações finais da minha dissertação de Mestrado, defendida em fevereiro de 2006.

² A dissertação aprofundou uma pesquisa iniciada em 2003, no trabalho de conclusão do curso de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Na ocasião, a pesquisa se limitou a entrevistas com os conselheiros municipais de saúde, que foram utilizadas como fonte de dados para este trabalho.

dentro dos conselhos a partir de uma avaliação direta da participação política. Mais especificamente, responde às seguintes questões: quem participa e decide dentro dos conselhos? Como se dá a participação e o que ocupa espaço na pauta das reuniões? Estes são aspectos, na nossa opinião, essenciais para se aferir a qualidade da participação.

Conselhos Municipais de Saúde e Educação: contexto histórico

Os conselhos não são uma novidade na história, embora tenham adquirido múltiplos sentidos ao longo dos anos. Com base no estudo de Hannah Arendt em “Da revolução” (Arendt, 1988), Tótor e Chaia (2004, p. 195) apresentam duas dimensões importantes acerca da emergência dos conselhos e dos significados de sua atuação. A primeira diz respeito ao “sentido do agir político como experimentação, imprevisibilidade e do seu potencial de criação de uma nova forma política”. A segunda relaciona-se ao advento da República, que dá oportunidade dos cidadãos participarem dos negócios públicos. Para Arendt, a representação era estranha à idéia republicana, porque limitava o direito à liberdade política a uns poucos privilegiados.

Nos anos 1980, os conselhos entram na cena política brasileira, porém a avaliação destas experiências tem revelado mudanças no seu significado. Eles se inscrevem numa nova ordem política que culmina com a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica dos Municípios de 1990, por meio da combinação de mecanismos de participação direta da sociedade civil com as formas tradicionais de participação. Surgem como veículos de articulação política para gerir direitos sociais nos níveis Municipal, Estadual e Federal.

Santos (2004, p. 41) observa que a criação dos conselhos municipais foi posterior às experiências geradas pelos movimentos sociais urbanos na interação com o Poder Executivo Municipal e Estadual no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980. As formas mais freqüentes eram os Conselhos Populares – espaços autônomos da sociedade civil que pressionavam o governo para que atendesse às suas demandas –, os Conselhos Comunitários – criados por iniciativa do Executivo – e os Conselhos Administrativos – direcionados ao gerenciamento de órgãos e serviços como escolas, creches, hospitais etc. Existiam ainda em alguns Municípios os Conselhos de Políticas Setoriais, nos quais prevaleciam os Conselhos de Saúde ou os Conselhos Comunitários de Saúde.

Os Conselhos de Saúde existentes em alguns Municípios brasileiros podem ser considerados os embriões do formato de conselhos municipais que se disseminou no Brasil Pós-Constituinte. Santos (2004, p. 42) destaca que a força do Movimento Sanitarista no Brasil garantiu que a saúde fosse a primeira política social a ser regulamentada após a Carta de 1988. Dessa maneira, os conselhos foram, igualmente, responsáveis pela sistematização e mobilização em torno do

projeto do Sistema Único de Saúde (SUS), que garante direito universal à saúde a partir de um sistema descentralizado, hierarquizado, integrado, e defenderam com entusiasmo o projeto dos conselhos locais de gestão de políticas públicas, trabalhando ativamente para assegurar a criação, a partir dos anos 1990, de uma extensa rede de Conselhos de Saúde Municipais, Estaduais e Nacional.

A forte luta da sociedade civil organizada em torno da política de saúde influenciou no arranjo participativo destes conselhos. Como observa Santos (2004, p. 42), não é à toa que é o único conselho composto, em sua maioria, por membros da sociedade civil. Eles seguem o princípio da paridade entre, por um lado, representantes da sociedade civil, ocupando 50% das cadeiras e, por outro, os do governo – trabalhadores da saúde e instituições prestadoras de serviços –, que perfazem os 50% restantes. Já os Conselhos Municipais de Educação são constituídos por uma representação paritária dos poderes públicos e da sociedade civil e, conseqüentemente, com um alto peso político dos representantes do governo. Diferentemente dos Conselhos de Saúde que surgem de um movimento reivindicativo da sociedade civil, os de Educação, durante sua longa trajetória política – no Brasil os registros apontam a primeira tentativa de criação de um Conselho de Educação na Bahia em 1842 –, foram concebidos como órgãos de assessoramento ao MEC, variando apenas quanto ao foco conferido às suas funções normativas, consultivas e deliberativas (Reis, 2004, p. 45).

Os conselhos atuais também se distinguem pela função de controlar e fiscalizar o poder instituído. Percebe-se que a presença tanto dos Conselhos de Saúde, quanto os da Educação, no âmbito dos Municípios, esteve fortemente associada à criação de uma política pública no plano federal que garantiu o acesso ao fundo público para assegurar o seu desenvolvimento. No caso da saúde, pela adesão ao SUS que transferiu recursos para as esferas subnacionais para provisão destes serviços e no da educação, por meio da política do FUNDEF.

Atualmente, de acordo com Pesquisa do IBGE sobre o “Perfil dos Municípios brasileiros” de 2001, existem Conselhos de Saúde em 97,6% dos Municípios, dos quais participam cerca de 100.000 pessoas e são responsáveis pela aprovação de planos anuais de saúde apresentados pelas respectivas esferas de governo, atuam como corpos consultivos, deliberativos e fiscalizadores. Apesar do poder legal residir principalmente nas esferas técnica e administrativa, são espaços significativos na discussão de políticas (Coelho, 2004, p. 256). Os Conselhos de Educação também estão presentes em grande parte dos Municípios brasileiros (73,3%). São responsáveis pela aprovação, em primeira instância, do Plano Municipal de Educação (PME), elaborado pela secretaria da área. Eles também estabelecem critérios para a destinação de recursos e são responsáveis pela avaliação de serviços do Sistema Municipal de Educação.

Não obstante o reconhecimento dos atores sociais como interlocutores

legítimos dos poderes estabelecidos, é preciso levar em conta que nos anos 1990 os conselhos foram definidos como estratégia de modernização do Estado e ampliação da legitimidade política. A partir daí, a participação não colocava mais em questão a ordem política vigente, mas se inseria num projeto de partilha da responsabilidade para gerir os bens públicos (Tótoro, Chaia, 2004, p. 200).

Para Tatagiba (2005, p. 21) essas experiências são profundamente ambivalentes, uma vez que inovam os processos e os conteúdos das políticas, ao mesmo tempo em que mantêm práticas tradicionais, por meio de limites rígidos ao avanço do diálogo entre públicos e instituições no que tange à democratização da decisão. A retórica conservadora dos anos 1990 adotou o discurso da participação como importante para a governabilidade, utilizando-se desta para a execução de políticas sociais, mas buscando valer-se da apatia política.

Diante destes obstáculos, qual a possibilidade dos novos arranjos participativos superarem os limites de uma participação voltada para a eficiência e eficácia das políticas públicas? Passado uma década de experiências de participação, teriam esses experimentos ultrapassado a lógica instrumental de participação e de integração no caminho da contestação do sistema político e democratização do Estado? Quais seriam as variáveis que explicariam o sucesso ou o fracasso de tais experiências?

A dinâmica de funcionamento dos Conselhos Municipais

Na tentativa de fazer a caracterização dos conselhos gestores, Tatagiba (2002, p. 53-4) os diferencia dos três tipos de conselhos destacados acima: os comunitários, os populares e os administrativos. “Os conselhos gestores de políticas públicas são, portanto, espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais”. Vale ressaltar que a deliberação se dá a partir de um processo dialógico que os diferencia das práticas clientelistas e de cooptação.

Apesar dessas características inovadoras, é preciso refletir sobre o sentido dos conselhos municipais nos anos 1990, buscando compreender até que ponto estas características se efetivaram nas experiências conselhistas analisadas até o momento, já que se constituem em espaços públicos de intervenção da sociedade dentro de um sistema estatal. Ou seja, é preciso saber até onde a dinâmica real de funcionamento dos conselhos tem permitido que esses princípios inovadores se traduzam em suas práticas.

Pesquisas vêm levantando algumas variáveis importantes para se analisar o potencial dos conselhos como espaços de fortalecimento da democracia. Em primeiro lugar, é preciso destacar quem são os cidadãos que participam. O retrato da participação revela uma relativa uniformidade no perfil dos conselheiros que

difere da heterogeneidade da sociedade brasileira. Não obstante a diversidade dos segmentos – instituições governamentais, sindicais, patronais, sociedade civil organizada e usuários – a representação social está atrelada a segmentos com capacidade de organização e presença na cena pública.

Apesar de ser uma “elite social” que participa destes espaços – em relação ao alto índice de escolaridade, renda, associativismo e engajamento político – Santos Júnior, Ribeiro & Azevedo (2004, p. 28) não assumem como pressuposto o argumento elitista de incapacidade das massas e superioridade das elites. A escolha pelos extratos médios da população parece refletir a extrema carência e desigualdade da nossa estrutura social em que os cidadãos, ou preferem escolher os mais capazes, ou não se envolver ou simplesmente permanecerem alheios à participação cívica por não terem condições de reconhecer as oportunidades.

É preciso considerar também que não existe uma homogeneidade entre os segmentos ali representados no que tange à cultura política. Quanto a esta, Fuks, Perissinotto e Ribeiro (2003, p. 9) vão salientar a importância de se atentar para as diferenças entre os segmentos e as conseqüências de uma distribuição de recursos desigual para a participação política dos conselheiros. De acordo com os autores, quando o foco da investigação volta-se para a política como arena de conflito, é imprescindível considerar a distribuição da cultura política entre os grupos estudados. Desse modo, os autores propõem a consideração das variáveis que costumam se apresentar de forma agregada – interesse por política, ativismo eleitoral, associativismo, filiação partidária, competência política subjetiva em geral e dentro do conselho – procurando analisar até que ponto a diferença na posse de tais recursos pode interferir na atuação política dos diferentes segmentos.

Além da cultura política dos atores, uma variável com peso importante é o posicionamento dos Gestores Municipais em relação à participação. O potencial democratizante destes fóruns participativos vai depender da sinergia que o sistema político estabelece com a sociedade organizada e do nível de comprometimento do governo local com este projeto, não limitando o seu potencial deliberativo. Para Almeida e Carneiro (2003), o desempenho das instituições públicas e a capacidade para atender o interesse coletivo não dependem apenas de arranjos institucionais e dos incentivos que eles criam, mas também das atitudes da elite e da população em relação ao grau em que estão comprometidas com as mudanças políticas.

A participação nos conselhos de políticas públicas também é influenciada pelo arranjo institucional, na medida em que este atribui um peso político diferenciado entre os atores. No caso da saúde, os usuários têm uma participação paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos, o que pode fazer com que tenham mais influência neste fórum do que os da educação que, em conjunto com os demais representantes da sociedade civil, perfazem a metade da representação no conselho, enquanto o governo compõe a outra metade. Como

se verá na análise empírica, não apenas as regras de composição interferem na diferença da participação dentro do conselho – tema diretamente relacionado ao debate da “qualidade da representação” (Boschi, 1999) –, mas também o desenho institucional como um todo em termos de dinâmica das reuniões, aparato administrativo e temas priorizados.

Côrtes (2002) demonstra ainda como a diferença das áreas de políticas sociais contribui para a conformação de diferentes padrões de participação política. A Saúde, por exemplo, trabalha com tabelas fixadas nacionalmente e uma vez fixadas entram na rotina do setor administrativo da Secretaria Municipal que trata da relação com os prestadores contratados. Desse modo, o principal volume de recursos financeiros é destinado ao pagamento de serviços ambulatoriais e hospitalares, que estão regulados por tabelas de preços fixadas nacionalmente, restando aos usuários do conselho a definição de temas relacionados à organização dos serviços de saúde para integrarem a pauta de discussões das reuniões plenárias.

Já os conselhos de educação têm priorizado, entre suas atribuições, os temas relativos ao contencioso escolar, papel que coloca em sua pauta de ações as demandas cartoriais sob feição credencialista (Reis, 2004), além de, ao longo dos anos, se formar como um espaço atrelado ao Poder Público e com baixa inserção dos usuários do sistema.

Essas são algumas variáveis que explicam o sucesso ou fracasso de experiências participativas. A leitura desses espaços de interação entre governo e sociedade, conformando um espaço de democracia deliberativa (em sua ênfase às condições de igualdade, liberdade e pluralidade participativa na construção de consensos políticos coletivos), merece considerações.

É preciso destacar que essas transformações na forma de se conceber o planejamento de políticas públicas e políticas distributivas no Brasil, estão relacionadas a um processo de mudança tanto da sociedade civil quanto do Estado. Assim as novas mudanças em curso e a participação da sociedade não devem ser concebidas como uma ruptura com as instituições da democracia liberal, mas de interação que depende também da vontade governamental de mudança. Como sugere Boschi (2005, p. 195), as iniciativas que introduzem a participação ampliada do cidadão não substituem, no vazio, o poder de coordenação por parte do Estado, pelo contrário, devem recuperar seu papel a partir de uma ótica descentralizada.

A experiência participativa de Juiz de Fora

O estudo empírico nos Conselhos Municipais de Saúde (CMS/JF) e Educação (CME/JF) de Juiz de Fora visou analisar a capacidade propositiva e deliberativa destes, no que tange às políticas públicas analisadas e à democratização

destes espaços, tendo em vista a participação política horizontal dos diferentes segmentos nas decisões e nas proposições. Além disso, procurou ainda aferir se a experiência dos Conselhos Municipais possibilita a instituição de modelos mais participativos de gestão municipal.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que as grandes disparidades regionais e a heterogeneidade da sociedade brasileira não permitem que se faça uma transposição da experiência de Juiz de Fora para outras cidades, sem a devida atenção ao contexto local. A cidade ocupa importância singular no Estado de Minas Gerais, por sua forte presença na indústria, agropecuária e comércio, além de intensa vida cultural. Juiz de Fora apresentou um crescimento acelerado e desordenado nas últimas duas décadas – atualmente possui uma população de 501.153 habitantes, a quarta do Estado – que não permitiu, como aponta Costa (2002, p. 93), a transmissão através de gerações diversas de um acervo orgânico de valores e tradições territorialmente referenciadas. Assim, são nos espaços de convivência constituídos em torno dos locais de moradia que as esferas de sociabilidade são vitalizadas e que se constroem espaços de comunicação e convivência “marcados pela formação de laços de solidariedade e pela construção, no próprio cotidiano urbano e em espaços curtos de tempo, de efetivo envolvimento com o entorno social e territorial”.

Em Juiz de Fora a esfera pública se constituiu, principalmente, por meio da participação em associações de moradores que manteve ao longo dos anos uma certa continuidade e regularidade, estando presente nas principais mobilizações em prol das melhorias na infra-estrutura dos bairros. É preciso destacar que é, principalmente, através destas associações e do movimento comunitário que o Poder Executivo vai estabelecer uma relação com a sociedade organizada tentando incorporar a participação do cidadão no planejamento municipal a partir das eleições de 1982.

Apesar da relação que o Prefeito – que também administrou a cidade no período que abrange a pesquisa nos conselhos (2001/2004) – estabeleceu com as lideranças comunitárias por meio de canais participativos, não se pode assumir que esta era uma relação democrática. No seu primeiro mandato, período da “participação induzida”, Costa (2002, p. 95) observa que “(...) os atores mostraram-se extremamente vulneráveis a uma institucionalização imobilizadora e aos mecanismos de cooptação política”. Embora as associações passassem a negociar diretamente com a Prefeitura melhorias urbanas para os bairros que formalmente representavam, suas administrações hierarquizavam as demandas, atendendo àquelas advindas de associações que prestavam efetivo apoio ao grupo político no poder (Costa, 2002, p. 83). Este é um dado importante ao considerar a influência que o Poder Executivo Municipal exerce sobre os conselhos.

O perfil dos conselheiros municipais de saúde e educação

A análise da participação política nos Conselhos Municipais de Saúde e Educação de Juiz de Fora se deu a partir da aplicação de um survey auto-administrado a um grupo de conselheiros presentes nas reuniões ordinárias dos conselhos, baseado na metodologia proposta por Babbie (1999, p. 247). Tendo em vista o período estudado (2001-2004), que corresponde a dois mandatos, foram selecionados apenas os conselheiros que participaram de pelo menos um dos mandatos³.

Importa aqui apresentar quem são os atores políticos que participam destes arranjos institucionais e como a posse de recursos individuais (renda, escolaridade), recursos políticos (interesse por política, associativismo, engajamento político e filiação partidária), além da “competência política subjetiva” – percepção de sua capacidade de influenciar a política do conselho – podem interferir na atuação política dos diferentes segmentos (Fuks, Perissinotto e Ribeiro, 2003).

Considerando apenas o modelo da posse de recursos, no Conselho de Saúde o governo reuniria as condições mais favoráveis à participação em relação aos recursos tradicionais como renda e escolaridade. Em seguida viria o profissional, logo após o prestador e por fim o usuário. Mas, examinando os recursos menos tangíveis, como interesse por política, competência subjetiva e ativismo político – associativismo, engajamento eleitoral, ativismo e filiação partidária –, ocorre uma inversão na hierarquia entre os segmentos. O usuário estaria em condições de disputar influência no conselho por superar os demais segmentos em todas as condições subjetivas. Em segundo lugar viria o profissional, seguido pelo governo e prestador que possuem índices muito próximos de interesse, competência subjetiva e ativismo político.

No Conselho de Educação a hierarquia entre os segmentos, tanto na posse de recursos socioeconômicos quanto nos relacionados à cultura política, apresentaria a seguinte disposição: em primeiro lugar, com destaque, situam-se os representantes da sociedade civil vinculados a associações de classe e sindicatos com alta escolaridade e renda, bem como um maior envolvimento em atividades políticas e associativas, sem apresentar o recurso à filiação partidária. Em seguida, o governo que apresenta elevado perfil socioeconômico, mas uma participação mediana em relação aos recursos menos tangíveis. E por fim, o usuário que possui menores taxas de renda, escolaridade e associativismo. É preciso ressaltar

³ É importante ressaltar que pelo fato da pesquisa ser realizada em 2005, alguns conselheiros não faziam mais parte do conselho, por isso não foi possível entrevistar a totalidade dos membros. Apesar dos limites do questionário auto-administrado, a opção por esta técnica foi imprescindível, uma vez que também fazia parte da pesquisa a análise das atas dos dois conselhos, o que demandou um grande tempo.

que este se distingue do usuário do Conselho de Saúde, que é recrutado pela participação em movimentos comunitários. Na Educação, os usuários representam os pais de alunos selecionados nas escolas para concorrer a três vagas na eleição do Conselho Municipal.

Numa comparação entre os conselhos, a partir destes dados, seria possível aferir que os representantes da sociedade civil: usuários e profissionais na saúde e associações e sindicatos na educação exerceriam grande influência no processo decisório. Com um peso significativo do governo nas decisões. Os dados relativos ao debate no CMS/JF, em certa medida, confirmam a influência dos recursos políticos e associativos na ação política dos diferentes segmentos.

Quadro 1 – Perfil dos conselheiros municipais de saúde e educação de Juiz de Fora.

CMS/JF	CME/JF
<ul style="list-style-type: none"> ● Entrevistados por segmento e gênero → Total: 21 conselheiros dentre os quais, (12) Usuário; (3) Governo; (3) Profissional e (3) Prestador <p>66,7% homens e 33,3% de mulheres</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Recursos socioeconômicos → Renda e escolaridade em ordem decrescente: Governo; Profissional; Prestador e Usuário → Informação sobre política: alto índice em todos os segmentos → Meio mais utilizado: jornal, TV e conversa com amigos <ul style="list-style-type: none"> ● Recursos políticos → Interesse por política, engajamento eleitoral, ativismo, associativismo e filiação partidária em ordem decrescente: Usuário; Profissional; Governo e Prestador (estes dois últimos com índices muito próximos) <ul style="list-style-type: none"> ● Competência subjetiva → Influência nas decisões: média força; exceto o Profissional que acredita ter muita força no processo decisório. → Impacto na Secretaria das decisões: alto → Compromisso do Governo: para Governo e Prestador (alto); para Profissional e Usuário (médio). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Entrevistados por segmento e gênero → Total: 11 conselheiros dentre os quais, (6) Associações e sindicatos; (3) Governo e (2) Usuário (pais de alunos) <p>90,9% de mulheres e 9,1% de homens</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Recursos socioeconômicos → Renda e escolaridade em ordem decrescente: Governo/Associações/Sindicatos (com índices muito próximos) e Usuário com menor renda e escolaridade → Informação sobre política: alto índice em todos os segmentos → Meio mais utilizado: jornal, TV e conversa com amigos <ul style="list-style-type: none"> ● Recursos políticos → Interesse por política, engajamento eleitoral, ativismo e associativismo em ordem decrescente: Associações/Sindicatos; Governo e Usuário → Segmentos sem filiação partidária <ul style="list-style-type: none"> ● Competência subjetiva → Influência nas decisões: média força → Impacto na Secretaria das decisões: médio → Compromisso do Governo: médio; exceto para o Governo respostas distribuídas entre (alto, médio e baixo)

O processo decisório dos Conselhos Municipais de Saúde e Educação em Juiz de Fora

Após apresentar quem são os atores políticos que fazem parte dos Conselhos de Saúde e Educação de Juiz de Fora, o desafio agora é ampliar a análise a fim de visualizar como se dá a participação nos conselhos e o que ocupa espaço na pauta das reuniões. Para levantar estes dados, utilizou-se a análise documental como técnica de pesquisa e uma fonte secundária – as atas das reuniões dos Conselhos Municipais de Saúde e Educação de Juiz de Fora.

Tabela 1 – Influência no processo decisório: participação no debate por segmento

CMS/JF			CME/JF		
Segmento	N	%	Segmento	N	%
Governo	230	20,4	Governo	54	27,4
Prestador	63	5,6	Associações/sindicatos	103	52,3
Profissional	101	8,9	Usuário	8	4,1
Usuário	624	55,3	Ator externo	14	7,1
Ator externo ⁴ governo	61	5,4	Plenário ⁵	18	9,1
Ator externo sociedade	50	4,4			
Total	1129	100,0	Total	197	100,0

Em analogia aos resultados encontrados nos Conselhos de Saúde de Curitiba (Fuks, Perissinotto e Ribeiro, 2003), a motivação para a ação política dos usuários da saúde em Juiz de Fora parece compensar a fragilidade em relação aos recursos tradicionais. O usuário é o principal fomentador do debate e contestação⁶ no interior do conselho, fazendo jus ao princípio da paridade e contrariando a literatura que aponta o favorecimento de atores com maiores recursos socioeconômicos em situações de conflito e discussão.

⁴ A categoria ‘ator externo’ refere-se aos visitantes da sociedade ou representantes de instituições governamentais que não fazem parte do conselho. Apesar de não terem direito ao voto, eles podem fazer uso da palavra.

⁵ No caso das atas do CME/JF verificou-se um baixo índice de debates que foram relatados de forma discriminada apontando os atores partícipes. Em alguns assuntos que foram propostos há o registro de que houve discussão sem identificação dos atores que participaram do debate, neste caso foram agrupados na categoria plenário (18 casos), conforme tabela.

⁶ Conforme definido por Fuks (2004a, p. 33) “a presença de contestação foi registrada sempre que a intervenção do segundo ator se opôs explicitamente à posição daquele que iniciou o debate”. Além disso, o trabalho ampliou a análise, procurando identificar a presença de contestação no conjunto das intervenções – considerando todas as falas registradas – em relação a cada ponto de pauta e entre as posições dos próprios debatedores. No CMS/JF foi registrado 31,1% de contestação entre o 1º e o 2º ator e 59,8% do total de registros de falas. No CME/JF não foi possível contabilizar a contestação.

Depois do usuário, o governo é o segundo ator em importância no debate, superando os profissionais, que mantêm uma participação equivalente ao seu peso na representação do conselho. Já os prestadores, apesar de apresentarem condições objetivas e subjetivas para participação política, não priorizam esse espaço como uma arena de explicitação de seus interesses. A participação no debate é menor do que a dos atores externos que nem sequer fazem parte da composição do conselho.

No Conselho de Educação, os representantes de associações e sindicatos, seguidos do governo, são os responsáveis pelo debate, enquanto é ínfimo o índice de participação dos usuários, confirmando, por isso mesmo, sua posição secundária no conselho.

A existência de debate em relação aos pontos de pauta é um primeiro ponto que marca as diferenças no processo decisório dos conselhos e que está subjacente à maneira como estas experiências vão contribuir para a formulação de políticas nas respectivas áreas. No Conselho de Saúde, do total de assuntos em pauta, o registro de debates é de 53%, um percentual elevado se considerarmos que os temas referentes aos assuntos internos são de pouca controvérsia. Já no Conselho de Educação o registro de debates é muito pequeno (14,2%), tendo em vista a natureza dos assuntos que estão sendo priorizados. O que sugere que o Conselho de Saúde tem se apresentado como um espaço público dialógico, enquanto no Conselho de Educação alguns elementos têm inibido a fala, como por exemplo, a exclusão de assuntos polêmicos e relevantes para as diretrizes da educação no Município. Isto é constatado na análise dos temas presentes na pauta das reuniões.

Além de serem espaços dialógicos, os conselhos gestores precisam apresentar capacidade deliberativa para que possam ser reconhecidos como espaços legítimos de formulação das políticas públicas. No período de quatro anos, os dois conselhos apresentaram um alto número de deliberações, chegando o Conselho de Educação (235 assuntos internos e públicos) a superar o de Saúde (205 assuntos internos e públicos). Mas a vocação deliberativa não deve ser avaliada apenas quantitativamente, é preciso verificar a capacidade de inovação das políticas públicas a partir da participação dos diferentes segmentos.

Tabela 2 – Deliberação de assuntos públicos por segmento e categoria⁷ – CMS/JF

Assuntos Públicos	Governo	Profissional	Usuário	Mesa Diretora	Plenário/ Comissão	Ator externo	Total
Finanças	N 3 % 2,2	- -	- -	4 2,9	1 0,7	1 0,7	9 6,5
Funcionamento da Saúde	N 3 % 2,2	- -	- -	13 9,4	2 1,4	2 1,5	20 14,5
Participação	N 1 % 0,7	1 0,7	4 2,9	12 8,7	1 0,7	- -	19 13,7
Políticas Públicas	N 6 % 4,3	2 1,5	8 5,8	12 8,7	2 1,5	13 9,4	43 31,2
Programas Governamentais	N 3 % 2,2	- -	- -	2 1,5	- -	1 0,7	6 4,4
Credenciamento	N - % -	- -	- -	3 2,2	- -	1 0,7	4 2,9
Controle Social	N - % -	1 0,7	4 2,9	6 4,3	1 0,8	- -	12 8,7
Levar Comissão Adiar votação ⁸	N 1 % 0,7	- -	16 11,6	3 2,2	- -	1 0,7	21 15,2
Outros	N 1 % 0,7	- -	2 1,5	1 0,7	- -	- -	4 2,9
Total	N 18 % 13,0	4 2,9	34 24,7	56 40,6	7 5,1	19 13,7	138 100

Na Saúde pode-se dizer que os atores políticos que compõem o conselho são os responsáveis pela proposição e deliberação dos temas mais relevantes para a área. Todos os segmentos e categorias concentraram suas propostas em questões associadas às políticas públicas. Os demais temas públicos em grau de importância são o funcionamento da saúde, o controle social e a participação.

No que concerne à participação dos conselheiros, tanto nos assuntos discutidos quanto nos que foram efetivamente deliberados⁹, nenhum segmento em particular controlou o processo decisório. É a mesa diretora responsável

⁷ Tanto no CMS/JF quanto no CME/JF não foi possível separar a análise do processo decisório entre segmentos e categorias por falta de informações nas atas dos nomes dos atores para identificá-los a partir dos segmentos; em alguns momentos as atas só informavam a categoria que apresentou as propostas.

⁸ Esta classificação considera os pedidos dos segmentos ou categorias no final de uma discussão para estudo mais detalhado da comissão ou o pedido de adiamento da votação por não estarem esclarecidos para votar e entenderem que o assunto demanda aperfeiçoamento da proposta.

⁹ A pesquisa fez uma diferenciação entre os temas que entraram em pauta para discussão e os que foram efetivamente deliberados. Nos dois conselhos analisados, o potencial deliberativo foi alto, uma vez que 87,2% dos assuntos discutidos no CMS/JF e 81,6% no CME/JF tiveram alguma deliberação ou encaminhamento.

pelo direcionamento do maior número de assuntos internos¹⁰ e públicos no CMS/JF.

Um olhar superficial indicaria que os atores políticos que detêm os cargos estratégicos no conselho têm capitaneado este espaço, impedindo que os demais interesses sejam representados. Entretanto, a análise criteriosa dos temas privilegiados na pauta de reuniões revela que a mesa diretora tem incluído assuntos de interesse dos diferentes segmentos e em maior número discussões, de cunho “universal”, sobre a política de saúde no Município. A sua composição paritária facilita a ordenação das demandas apresentadas pelos conselheiros. De acordo com o Secretário Executivo, em muitas ocasiões, a mesa diretora elabora a pauta por ausência de propostas do plenário no final das reuniões. Além disso, é preciso considerar as condições estruturais do Conselho, que possui uma sede bem localizada e com profissionais próprios, que o transformou numa das principais portas de entrada das demandas advindas da sociedade. A mesa diretora parece também ser o caminho escolhido pelos profissionais que participam pouco e prestadores que não participam diretamente do processo decisório.

A explicação para a participação dos profissionais e prestadores pode estar no que Fuks (2004, p. 23) denomina de recursos coletivos não-convencionais – inserção dos grupos em redes de apoio político, da qual podem participar atores políticos tradicionais como os partidos e os políticos, bem como instituições e diversas organizações da sociedade civil –, podem ainda recorrer com mais frequência aos vínculos com atores estatais e à ação reiterada em certas arenas. No caso dos profissionais, em alguma medida, utilizam os recursos que dispõem para influenciar no conselho. Os prestadores, por outro lado, parecem não perceber o Conselho de Saúde como uma arena privilegiada de sua ação política e adotam uma estratégia racional, deixando o ônus da provisão de suas demandas à mesa diretora, livrando-se assim do custo da participação.

O procedimento de apresentação de contra-propostas pelo plenário é um sinal de que os conselheiros estão atentos às discussões, apesar de abdicarem algumas vezes da sua função propositiva. Nos assuntos internos, as categorias plenário e comissões aumentaram a sua participação em relação à mesa diretora, por meio deste procedimento. Os usuários têm uma presença significativa no processo decisório e depois da diretoria são os que mais participam ativamente das deliberações.

Analisando os assuntos distintamente, a participação do usuário se dá mais num segundo momento, após a apresentação dos temas para discussão. Neste

¹⁰ Os assuntos internos presentes nas atas eram: Regimento Interno/Lei de criação, Estrutura de Participação, Capacitação e Outros. Nos dois conselhos pesquisados os assuntos públicos superaram as deliberações dos assuntos internos, no CMS/JF aqueles representaram 67,3% e no CME/JF 69,8% dos temas deliberados.

caso, as diferenças na posse de recursos parecem explicar a participação mais reativa do que propositiva do usuário no processo decisório, no qual os recursos de ativismo político são acionados no debate para compensar as dificuldades na formulação de propostas, que muitas vezes requerem um conhecimento técnico e mais elaborado sobre o assunto.

O governo (segmento e ator externo estatal), não obstante quantitativamente ser o terceiro na ordem de apresentação de propostas, tem influenciado nos temas mais substantivos dentro do conselho, o que é legítimo se considerarmos que este é um espaço imprescindível para o Planejamento Municipal na área de saúde. Como sustenta Fuks (2004, p. 27), a atuação do governo é explicada pelas características deste espaço que permite consolidar e ampliar a sua base de apoio junto à sociedade civil, tanto na busca de legitimidade, quanto no sentido mais específico de apoio eleitoral, bem como no não envolvimento nas atividades do conselho e isso poder gerar custos políticos, se a dinâmica e suas deliberações fugirem ao seu controle.

Mais um sinal de que o CMS/JF tem se constituído numa arena permeável aos interesses da sociedade é a relevante participação dos atores externos da sociedade nas deliberações de políticas públicas, geralmente associadas a demandas dos bairros da cidade, para implantação e/ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde ou programas governamentais como o Plano de Saúde da Família (PSF).

Já no CME/JF não são os atores políticos presentes na composição do conselho que controlam o processo decisório. Apenas nos assuntos internos, a mesa diretora – presidente e assessora técnica –, seguida do plenário e do governo, tem o maior número de propostas, a maioria destas relacionadas à estrutura de participação no conselho.

Tabela 3 – Deliberação de assuntos públicos por segmento e categoria– CME/JF

Assuntos Públicos	Governo	Câmaras Técnicas	Mesa Diretora	Plenário	Ator sociedade	Ator governo	Total
Finanças	N 1	-	-	1	-	-	2
	% 0,6	-	-	0,6	-	-	1,2
Funcionamento da Educação	N -	-	-	-	15	1	16
	% -	-	-	-	9,1	0,6	9,7
Participação	N 2	-	8	3	1	-	14
	% 1,2	-	4,9	1,9	0,6	-	8,6
Políticas Públicas	N 2	1	-	-	-	3	6
	% 1,3	0,6	-	-	-	1,8	3,7
Registro/Autorização	N -	-	-	-	105	-	105
	% -	-	-	-	64,0	-	64,0
Controle Social	N 1	3	2	-	1	-	7
	% 0,6	1,9	1,2	-	0,6	-	4,3
Baixados em diligência ¹¹	N 4	3	-	4	-	-	11
	% 2,4	1,9	-	2,4	-	-	6,7
Outros	N -	1	-	1	1	-	3
	% -	0,6	-	0,6	0,6	-	1,8
Total	N 10	8	10	9	123	4	164
	% 6,1	5,0	6,1	5,5	74,9	2,4	100

No que tange aos assuntos públicos, o ator externo da sociedade praticamente controla as negociações que ocorrem no conselho. A capacidade deliberativa do Conselho de Educação deve ser analisada criticamente, uma vez que não são os temas substantivos, como políticas públicas, finanças e controle social que ocupam espaço nas reuniões, mas aqueles ligados ao contencioso escolar e principalmente a registros e autorização de funcionamento de escolas, relegando esta arena à função cartorial.

Destarte, conclui-se que as principais decisões da política pública de educação estão sendo tomadas em outras arenas, provavelmente nas diversas Secretarias ligadas à Diretoria de Educação. A centralidade destes temas no conselho pode ser compreendida, em parte, pelas especificidades da área de política pública. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 211, §2.º, estabeleceu a atuação prioritária dos Municípios no ensino fundamental e na educação infantil, contudo o FUNDEF – criado pela Emenda Constitucional n.º 14, de 1996, pensado para acionar recursos para a universalização do ensino e valorização do magistério, não contemplou o ensino infantil e as creches. Estes setores têm sido prejudicados no que diz respeito à capacidade do poder público de responder às demandas da sociedade. Neste sentido, percebe-se em Juiz de Fora o crescimento elevado de escolas particulares que precisam do aval do conselho

¹¹ Esta categoria, à semelhança do CMS/JF, representa os pedidos dos segmentos ou categorias que pediram vistas ao processo ou maior prazo para decisão.

para funcionar, e conseqüentemente, uma sobrecarga de processos na pauta das reuniões.

Com relação às creches, o problema em Juiz de Fora tentou ser equacionado com a criação da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), que contribuiu na construção das creches comunitárias e na sua manutenção por dois anos, até que a comunidade tenha condições de gerir a creche e ela se torne cooperativa. Esta política não vem dando certo, principalmente nos bairros mais carentes, onde a população não consegue pagar a mensalidade de aproximadamente R\$ 30,00 (trinta reais). Desse modo, tem sido grande os pedidos de municipalização destes espaços. Atualmente existem vinte e duas creches que foram incorporadas à AMAC por não conseguirem se manter.¹²

Além da influência da cultura política dos atores, uma das variáveis explicativas para as diferenças no processo decisório dos conselhos é a dos efeitos do desenho institucional. Lavallo, Houtzager e Acharya (2004, p. 347) demonstram que os estudos sobre as novas experiências de participação conferem à autonomia da sociedade civil papel central na capacidade genuína de mobilização dos atores coletivos e esperam que potencializem as oportunidades abertas pelos espaços participativos, sem considerar as diferenças nos arranjos institucionais: âmbito do mandato legal, composição, critérios de participação, procedimentos de tomada de decisão, bem como sua localização geográfica e calendários.

Entre os dois conselhos analisados a diferença substancial está na composição¹³ e na estrutura administrativa à disposição destes espaços – aspecto não destacado pelos autores. No CMS/JF a composição obedece ao critério de representação paritária entre os segmentos, presente na maioria dos Conselhos de Saúde do país. Dá-se um grande peso aos atores da sociedade civil atuantes nos Conselhos Locais de Saúde, no movimento comunitário e em organizações representativas da cidade. Já no CME/JF a participação praticamente se limita aos representantes do governo e das associações de classe, representantes de instituições e sindicatos da categoria. A representação “profissional” é priorizada em relação aos usuários do Sistema de Educação.

O vínculo com instituições tradicionais da esfera política tem se revelado um fator influente na participação dos atores da sociedade civil. No Conselho de Saúde pode-se dizer que este vínculo é mais forte. Há um alto índice de filiação partidária entre os segmentos, principalmente entre os usuários, ao PMDB

¹² Esta informação foi transmitida pela presidente do conselho em reunião plenária do mês de agosto de 2005.

¹³ O CMS/JF possui 54 membros: 9 representantes de cada um dos segmentos – governo, profissionais e prestadores – e 27 representantes dos usuários. O CME/JF possui 23 membros: 10 representantes do governo; 10 das associações e sindicatos de classe e 3 usuários.

e PT, partidos do governo e oposição, respectivamente. Participam deste Conselho atores políticos que influenciaram no seu momento de criação e ajudaram a escrever a história do associativismo na cidade. Lembrando que sempre mantiveram uma relação estreita com o Poder Público por meio dos canais de interlocução entre Prefeitura e associações de moradores.

No Conselho de Educação, não existe um vínculo no que tange à filiação partidária dos conselheiros e tampouco uma identificação entre os representantes das associações e sindicatos com os movimentos comunitários, que tradicionalmente se apresentam como interlocutores da sociedade civil na cidade. O vínculo que estabelecem com a Administração Municipal está muito mais relacionado à ocupação de cargos de professor, coordenador pedagógico ou supervisor de escolas públicas. Já no Conselho de Saúde, com exceção do segmento governo, por razões óbvias, apenas dois usuários declararam exercer alguma atividade pública municipal.

A estrutura administrativa que cerca as atividades do Conselho de Saúde talvez seja um importante indicador da sua capacidade de considerar na tomada de decisões as demandas dos diferentes segmentos da sociedade. Colaboram para isso, a facilidade de acesso ao conselho, a existência de uma Ouvidoria Municipal de Saúde que funciona no mesmo edifício deste, a disponibilidade de funcionários para organizar as atividades e as demandas e a maior participação dos usuários que têm uma inserção nos Conselhos Locais de Saúde e exercem a função de multiplicadores das ações do CMS/JF.

Já o Conselho de Educação não possui sede própria nem funcionários administrativos. Dispõe de uma sala de reuniões no prédio da Diretora de Políticas Sociais no centro da cidade que é compartilhada pelos demais conselhos da área social. No momento, o CME/JF conta apenas com uma assessora técnica que exerce há muitos anos esta função juntamente com suas atribuições de funcionária da Secretaria Municipal de Educação.

Por fim, uma última variável que tem peso importante na participação política nos conselhos é a diferença na trajetória e área temática. O CMS/JF foi resultado de uma negociação prolongada entre poder público e setores da sociedade organizada, especialmente aqueles ligados ao Movimento da Reforma Sanitária, que possibilitou uma representatividade maior dos usuários do setor público de saúde. Apesar das análises sobre o associativismo em Juiz de Fora apontarem a tentativa de cooptação do Poder Público e de inserção dos movimentos comunitários de maneira ambígua na política municipal, a participação política dos segmentos da sociedade civil no conselho sugere que estão buscando se firmar nesta arena pública no sentido de um real compartilhamento das decisões.

É certo que os vínculos com o Poder Público são fortes, como atesta o percentual de filiação partidária ao partido do governo. Mas os resultados do

debate e do processo decisório do Conselho de Saúde de Juiz de Fora estão longe de demonstrar uma atitude passiva dos usuários às propostas do governo, já que são os responsáveis pela contestação e pela utilização dos procedimentos disponíveis para exercer influência no processo de tomada de decisão: pedido de adiamento, apresentação de contra-propostas, pedido de esclarecimentos e estudos da comissão.

Este trabalho não pretende lançar expectativas exageradas sobre o Conselho Municipal de Saúde, pois elas podem levar à frustração. Mas a análise minuciosa do processo decisório refuta grande parte dos estudos de caso presentes na literatura que apontam que o Poder Executivo tem primazia sobre as deliberações e a dinâmica deste conselho. Por um lado, isto não significa creditar um poder à sociedade que ela não possui, tampouco negar o poder de coordenação do Estado e a influência do tipo de interação que estabelece com a sociedade para o sucesso das experiências participativas. Lembrando que a percepção dos conselheiros sobre o médio compromisso do governo está relacionada à consciência das tentativas de cooptação deste espaço.

Por outro lado, é indiscutível a importância do desenho institucional que limita o poder de veto do Executivo Municipal, associado à cultura política participativa dos diferentes atores que disponibiliza as condições objetivas e subjetivas para a participação ativa no debate e na tomada de decisões.

Já o Conselho de Educação é preexistente à disseminação de experiências conselhistas no Brasil Pós-Constituinte de 1988. Mas, ao contrário do Conselho de Saúde, não surge da organização dos sujeitos sociais para o exercício do poder político e sim atrelado a uma política de governo, incluído na estrutura da administração pública.

É preciso destacar, porém, que a deliberação é apenas uma das funções do conselho. Ao tratar dos processos de registro e autorização de funcionamento de escolas, o CME/JF está cumprindo sua função regulatória do sistema educacional, já que a aprovação está condicionada a uma série de exigências, às quais as escolas devem se adequar. Outro dado relevante da atuação do Conselho de Educação é o elevado número de rejeição às propostas de políticas públicas provenientes do Poder Público, devido à inconsistência destas ou por contrariar a legislação vigente. De 31 propostas, apenas 6 foram aprovadas pelo plenário. Através deste trabalho de regulação, o CME/JF amplia a dimensão de accountability do governo e aumenta o controle sobre os atos do Executivo. Como aponta Tatagiba:

Um conselho bem sucedido pode não ter sua ação diretamente relacionada à deliberação (“induzir o Estado à ação”), mas ao controle social do Estado (no sentido fiscalizatório que visa “impedir o Estado de transgredir”), ou a uma eficiente vocalização das demandas, ou a uma junção feliz dessas características (Tatagiba, 2004, p. 360).

Considerações finais

Os conselhos de políticas públicas representam uma das importantes inovações promovidas pela Constituição de 1988 e a geração de uma “nova institucionalidade pública” (Gohn, 2001, p. 85). A partir de incentivos criados pela Carta Magna e por outras normas complementares, tais instituições surgiram em todas as instâncias da Federação, em alguns casos como condição para repasse de recursos financeiros. Não obstante, a rápida implementação destas instituições impulsionadas pela política de descentralização que marcou os anos 1990, a forma como estas experiências estão se concretizando nas realidades locais é muito heterogênea tendo em vista as grandes disparidades sociais, econômicas, políticas e culturais dos municípios brasileiros. Além da heterogeneidade do país, diferenças relacionadas à área de política pública, ao desenho institucional, ao caráter deliberativo ou consultivo, à composição e cultura política dos participantes são alguns fatores que, associados, podem limitar ou potencializar as intenções participativas presentes na legislação que os instituiu. Nos dois casos analisados estas variáveis ajudam a explicar os diferentes padrões de participação política entre os segmentos.

Em relação à participação dos atores da sociedade civil, a qualidade da representação – em termos da legitimidade e da sua abrangência – é um problema que deve ser enfrentado na maioria dos arranjos participativos (Boschi, 1999, p. 3). Neste sentido, a participação coloca alguns problemas de representação para a teoria da democracia. A legitimidade democrática destes espaços requer que os conselheiros representem todos os afetados pela política pública de saúde, mas em especial aqueles que, tendo necessidade dos serviços, não têm tido acesso adequado a eles (Coelho e Nobre, 2004, p. 264). Entretanto, entre os representantes da sociedade civil tem sido recorrente a presença de uma participação “qualificada” em relação à média da população brasileira, o que não é visto como um ponto negativo, mas como uma estratégia das organizações da sociedade civil de recrutamento dos mais bem preparados e de fortalecimento do associativismo (Labra & Figueredo, 2002).

Diante desses problemas que a participação vem apresentando, seria o caso de se adotar as soluções da democracia competitiva e novamente, apontar para a impossibilidade da democracia participativa? Lembremos que, para os pressupostos realistas, a intensidade da participação pode não ter nada a ver com o enriquecimento e o pleno desenvolvimento das capacidades humanas e não satisfazer a necessidade de competência, racionalidade e, em última instância, de conhecimento para a democracia política (Sartori, 1994, p. 214-23).

Este artigo responde negativamente à questão acima. Se, por um lado, a participação nos conselhos é apresentada como um problema, uma vez que raramente estes espaços se constituem em canais efetivos de democratização das

decisões e controle social, por outro, eles se constituem em espaços públicos privilegiados para, mediante a participação, formar cidadãos mais conscientes, informados e capacitados para ampliar a democracia (Labra, 2005, p. 380). É preciso considerar que estes arranjos representam um avanço à jovem democracia brasileira na direção de um projeto de democratização das relações de poder que historicamente distanciou o processo de formulação de políticas públicas da população beneficiária. Está-se diante de experiências variadas de participação ampliada que inovam ao introduzir a participação da sociedade em assuntos que, até então, eram controlados pelo Estado.

Estas experiências indicam a fragilidade dos mecanismos representativos em garantir a responsividade dos dirigentes em relação às demandas da sociedade. A defesa da participação da sociedade civil nos negócios públicos não significa uma negação da importância dos mecanismos representativos no jogo político, mas o entendimento de que a participação é crucial para a influência nas decisões que vão atingir a coletividade e, portanto, deve caminhar *pari passu* com a representação. A participação ampliada fortaleceu o controle social para além dos momentos eleitorais, denunciando os limites da *accountability* exercida apenas na atitude prospectiva ou retrospectiva do eleitorado. A teoria da democracia nos dias atuais precisa, desta forma, pensar essa dimensão a partir da complementaridade entre participação e representação. Nesse sentido, não basta o restabelecimento da competitividade política para o seu fortalecimento, como apontam os teóricos da democracia elitista. Ela requer espaços de negociação capazes de integrar as práticas dos atores da sociedade no interior das instituições do sistema político-administrativo de forma a democratizar as relações de poder.

Referências

- ALMEIDA, M. Hermínia Tavares. e CARNEIRO, Leandro Piquet. (2003). Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Revista Opinião Pública*, nº 1. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em 10/10/2004.
- ARENDT, Hannah (1988) *Da Revolução*. São Paulo: Ática.
- BABBIE, Earl. (1999). *Métodos de pesquisas de survey*. Tradução Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BOSCHI, Renato Raul. (1999). Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. Rio de Janeiro: *Revista Dados*, v. 42, nº 4. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em 11/04/2003.
- _____. (2005). Modelos participativos de políticas públicas: os Orçamentos Participativos de Belo Horizonte e Salvador. In: AZEVEDO, Sérgio de & FERNANDES, Rodrigo Barroso (orgs.). *Orçamento Participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, p. 179-196.
- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico.

- COELHO, Vera Schattan P. (2004). Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando? In: _____ & NOBRE, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, p. 255-269.
- CÔRTEZ, Soraya M. Vargas. (2002). Participação de usuários nos conselhos municipais de saúde e de assistência social de Porto Alegre. In: PERISSINOTTO, Renato & FUKS, Mário (orgs.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relumbre Dumará; Curitiba, PR: Fundação Araucária, p. 167-210.
- FUKS, Mário. (2004). Desigualdade e participação política: o caso do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba. Trabalho apresentado no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra/Portugal.
- FUKS, Mário, PERISSINOTTO, Renato & RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. (2003). Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. Curitiba: *Revista Sociologia e Política*, nº 21, novembro. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em 20/11/2005.
- LABRA, Maria Eliana & FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn de. (2002). Associativismo, participação e cultura cívica: o potencial dos conselhos de saúde. In: *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 7, n.º 3. Rio de Janeiro. <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em 20/02/2006.
- LABRA, Maria Eliana. (2005). Conselhos de Saúde: dilemas, avanços e desafios. In: LIMA, Nísia Trindade, et al (orgs.). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 353-383.
- LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P. & ACHARYA, Arnab. (2004). Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e a sociedade civil em São Paulo. In: COELHO, Vera Schattan P. & NOBRE, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, p. 343-367.
- REIS, M. A. de Souza. (2004). Aproximações e distanciamentos entre o Conselho Estadual de educação e os Municípios. In: SCHEINVAR, Estela & ALGEBAILLE, Eveline (orgs.). *Conselhos participativos e escola*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 41-60.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos, RIBEIRO, L. C. de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio de. (2004). Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: _____. (orgs.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, p. 11-56.
- SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. (2004). Desafios para a democratização da gestão municipal através dos conselhos municipais: a questão da representatividade e da autonomia. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos, & WAHL, Joachim (orgs.). *Cidade, democracia e justiça social*. Rio de Janeiro: Fase: Fundação Rosa Luxemburg Foundation, p. 41-50.
- SARTORI, Giovanni. (1994). *A teoria da democracia revisitada*. Vol. I – O debate contemporâneo. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática.
- TATAGIBA, Luciana. (2002). Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p. 17-45.
- _____. (2004). A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, p. 323-370.

_____. (2005). O novo estatuto da participação no contexto do Estado Pós-ajuste. Paper apresentado no XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. GT 05 – Dilemas da Modernidade periférica. Caxambu, 25 a 29 de outubro.

TÓTORA, Silvana. & CHAIA, Vera. (2004). Conselhos municipais e a institucionalização da participação política: a Região Metropolitana de São Paulo. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos, RIBEIRO, L. C. de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio de (orgs.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, p. 193-222.

RESUMO

Conselhos municipais de saúde e educação: avanços e continuidades

Os conselhos de políticas públicas materializam o disposto na Constituição Federal de 1988 que estabelece a participação da sociedade civil na gestão e no controle dessas políticas. A partir de um balanço da bibliografia e de um estudo de caso nos Conselhos Municipais de Saúde e Educação de Juiz de Fora-MG, este artigo mostra *quem* são os conselheiros, *como* se dá a participação nas deliberações dos diferentes atores e *o que* ocupa espaço na pauta das reuniões.

Palavras-chave: democracia; conselhos municipais; participação política

ABSTRACT

City health councils and education: advances and continuity

The public policy councils materialize what is stated by 1988's Brazilian Federal Constitution, which establishes the participation of the civil society regarding the management and control of such policies. Based on analysis of the bibliography and on a case study in the City Health and Education Council of the city of Juiz de Fora, this paper shows *who* the councilmen are, *how* the participation of different persons in which concerns deliberations takes place, and *what* fills in the space in meeting registers.

Keywords: democracy; city councils; political participation

Recebido para apreciação: janeiro de 2006

Aprovado para publicação: março de 2006

Espelho Local

EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO

Entrevista com o cineasta Marcus Vilar¹

Política & Trabalho: Como e quando você se tornou cineasta?

Marcus Vilar: Eu sou de Campina Grande. Vim morar em João Pessoa e fiz o curso de Educação Física. Quando eu fazia o curso, eu me envolvi com pessoas da área de comunicação, de teatro e de música. Na mesma época, em 1979, foi criado na UFPB um Núcleo de Documentação Cinematográfica, o NUDOC, e começou a ter uma efervescência intelectual em torno dele. Também foi criado, no NUDOC, um convênio com o governo francês, onde professores franceses viriam dar aulas aqui na Paraíba, na universidade, e os alunos daqui iriam fazer curso de cinema lá². Em 1980, Torquato Joel, Bertrand Lira, Everaldo Pontes, Everaldo Vasconcelos, entre outros, foram para a França estudar cinema. Em 1982, eu já era funcionário da UFPB e soube que estava acontecendo o curso do convênio com a França, e, como o meu interesse por cinema era grande, me transferei do setor de Educação Física para o NUDOC, onde fiz o curso de Cinema Direto³, que era a proposta do Convênio. No final do curso fiz meu primeiro filme em Super-8, chamado *Do Oprimido ao Encarcerado*, que se baseava na tese da professora Maria Salete Van Der Pool, “Educação para adultos na prisão do Roger”. No curso, tinha que passar por todas as etapas de realização de um filme. Fui à prisão fazer a pesquisa, depois fiz o roteiro, filmei e editei. Isso tudo em Super-8.

Em julho de 1985 mais duas pessoas do NUDOC foram escolhidas para ir à França. Eu e a professora Elisa Cabral. Foi uma grande experiência ir à França fazer cinema. No final do curso, tínhamos que fazer um filme. Fiz sobre um desenhista brasileiro que morava lá. Em setembro de 1986, voltei à França novamente, desta vez com Torquato Joel e Bertrand Lira, para fazer a continuação do curso, em 16mm. O curso era muito prático e tínhamos muito tempo de ver filmes e conhecer a cinematografia de outros países. Posso dizer que foram estes cursos que me deram uma base para querer fazer cinema.

¹ A entrevista foi realizada no dia 30 de março de 2006 por João Batista B. de Brito e Terry Mulhall.

² O convênio previa a realização de estágios de aperfeiçoamento em cinema direto no Atelier de Réalisation Cinématographique - Varennes (Paris).

³ O curso era realizado no Ateliê de Cinema Direto do NUDOC.

Pe&T: Você sobrevive de cinema na Paraíba?

MV: Eu sou funcionário da UFPB. Se eu fosse viver só de cinema na Paraíba era complicado, porque eu fiz *A Canga* em 2000, vim fazer *O Meio do Mundo* agora, quatro anos depois. Logicamente, se eu estivesse fazendo só cinema, eu estaria tentando outras coisas. A Universidade formou toda uma geração dos anos 1980 para cá, e é por causa dela que a gente consegue encaminhar projetos. Considero o meu filme também um filme da Universidade, porque ela libera a gente para ir filmar. Eu passo filme em sala de aula, vou debater com os alunos. É um trabalho de extensão. Eu acho isso um luxo, de estar fazendo um filme que eu quero fazer e não de estar fazendo um filme qualquer para poder sobreviver. Então a gente faz um filme que tem vontade de fazer. Além disso, temos sorte de ter um grande produtor aqui, que é o Durval Leal Filho. Ele é, para mim, um dos grandes produtores do cinema brasileiro. Foi ele quem produziu a maior parte da produção recente da Paraíba.

Pe&T: É mais difícil obter financiamento aqui do que no sul do país, por exemplo?

MV: Em qualquer lugar é difícil. Existe agora os concursos do Ministério da Cultura abertos em nível nacional. Existe uma tentativa de beneficiar todos os estados, porque todos os estados estão produzindo. Eu diria que existe a consciência no meio da classe cinematográfica de dividir o bolo, porque todos os estados estão produzindo coisas boas. Quando eu ganhei com *A Árvore da Miséria* (1998) um concurso em nível nacional, estavam inscritos trezentos e sessenta projetos do Brasil inteiro e foram contemplados quarenta. Foi dividido por estado para poder todo mundo ter esse direito. Logicamente, em primeiro lugar estava a qualidade dos projetos. Existe também os editais locais. Eu fiz dois filmes pela Lei Municipal. *A Canga* foi pela Lei Municipal⁴, em 2000, e *O Meio do Mundo* foi pela Lei Estadual⁵.

Pe&T: Qual o gênero e o formato de cinema com que você mais se identifica?

MV: Eu gosto de audiovisual, ou seja, adoro produzir imagens. Com relação ao gênero, eu não tenho preferência. Minha formação é em documentário, mas produzi vários filmes de ficção. Em relação ao formato, eu gosto muito de filmes de curta-metragem. Agora, depois de vinte e cinco anos de cinema, eu tenho um projeto de um documentário longa-metragem sobre o escritor Ariano Suassuna. O documentário com uma equipe pequena, você vai para a rua e filma, tentando pagar o “real”, apesar de que este conceito é muito polêmico. O documentário tenta chegar mais perto da realidade. As pessoas não estão ali

⁴ O filme foi financiado pela Lei Viva Cultura, do governo municipal.

⁵ O filme foi financiado com recursos do FIC – Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos, do governo estadual.

representando, não tem roteiro fechado. A diferença do documentário em relação à reportagem é que o documentário tem dramaturgia. Você cria uma dramaticidade no documentário. Tem uma frase de um poeta de Itabaiana chamado Jessier Quirino que adoro, e para quem gosta de fazer cinema tem tudo haver, ele diz “sou um prestador de atenção”. Quem faz cinema-documentário tem que prestar atenção no que está acontecendo. O cinema me dá essa capacidade para que eu pegue algum tema, alguma idéia que me interesse e a guarde, e faça um trabalho sobre ela para que as pessoas possam ver. O primeiro filme que eu fiz, *Vinte e Quatro Horas* (1987), foi sobre o alcoolismo. Um tema que me remete à infância, porque meu tio foi quem fundou os Alcoólicos Anônimos na Paraíba e o meu pai foi o primeiro que entrou. Então eu cresci com esse assunto dentro de casa.

P&T: Você se considera um cineasta nordestino?

MV: Eu acho que o rótulo é problemático. Eu prefiro falar em universal. Posso citar um exemplo. Estava com o meu filme anterior, *A Canga* (2001), no festival de cinema de Gramado e uma repórter me entrevistou e perguntou: “como é que você se sente passando um filme com uma temática nordestina no Sul?” Eu disse: “primeiro, eu não acho que *A Canga* tenha uma temática nordestina. *A Canga*, que é uma adaptação do romance homônimo de W. J. Solha sobre uma família em que o pai coloca nos filhos uma canga de boi (a canga é uma peça de madeira colocada no boi para arar a terra), e, com um chicote na mão, obriga os filhos a trabalhar. Mas o filme trata de poder, de autoritarismo, de resignação, de conformismo, e esses são temas universais. Em qualquer lugar do mundo tem isso. Eu filmei na Paraíba porque moro lá. Podia ter filmado em São Paulo”. O discurso sobre o regionalismo termina virando alguns estereótipos. Tudo o que vem do Sertão, tudo o que vem do Nordeste, tem seca, tem flagelado. Teve uma época que todo filme do Nordeste tinha isso. O último filme que eu fiz, chamado *O Meio do Mundo* (2005), é sobre a primeira experiência sexual de um menino e se passa no interior. É um tema universal. Em qualquer lugar do mundo tem isso. É verdade que aqui no Brasil existe uma tendência para ter um determinado filme de uma determinada região. Você vai para o Maranhão que tem “duzentos” filmes sobre o Boi. Outros tantos na Bahia sobre o Xangô. Então existem os temas de acordo com aquela região. Eles podem virar estereótipos, mas não necessariamente. Alceu Valença faz música regional? Ele não gosta deste rótulo também. Como se forró fosse só uma coisa. A tendência, ao menos para mim, é buscar o universal para que todo mundo se reconheça nele. Eu não tenho uma preocupação de falar do Nordeste para o Brasil. É do mundo para o mundo! Fale da sua aldeia que você fala para o mundo.

P&T: Qual foi a contribuição do Cinema Novo?

MV: Deu uma ‘cara’ para o cinema brasileiro, mesmo sendo influenciado pelo neo-realismo italiano. Ele mostrou-se para o mundo. Acho que o cinema, a partir de Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos etc., mostrou mais o lado social para o cinema brasileiro. Mostrar a ferida e fazer filmes mais engajados politicamente, alguns mais panfletários, outros não, mas trabalhando mais poeticamente algumas coisas. Tem Ruy Guerra e o Cacá Diegues, que têm obras-primas nos anos 1960/1970. Tinha o neo-realismo italiano, tinha o expressionismo alemão, aí veio o Cinema Novo brasileiro. As pessoas até hoje falam nisso. Houve uma meta, uma escola. Todo aquele movimento foi importante.

P&T: Como você avalia a contribuição de Glauber Rocha?

MV: A figura do Glauber era muito importante, também, enquanto personagem. A *mise en scène* dele era fantástica! E nos filmes dizia muita coisa. Hoje eu digo na maior tranqüilidade: tem filmes que são importantes na história do cinema, mas tem filmes que são chatos de serem vistos. Você assiste porque é importante naquele momento, descobrir uma linguagem nova. Às vezes tem umas coisas que são um pouco arrastadas. *Idade da Terra* (1980), por exemplo, é um filme que me incomoda. Já *Terra em Transe* (1963), não! *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1966), também não! *História do Brasil* (1974), que ele fez com o Marco Antônio, é fantástico. É um documentário sobre o Brasil. Sem dúvida, Glauber ainda é considerado o cineasta mais importante que o Brasil teve.

P&T: Comenta-se que o Cinema Novo foi intelectualizado demais. Você concorda?

MV: O que eu sinto é que a partir de 1964, para se driblar a censura, começou a se fazer coisas mais metafóricas. Começou a ter determinados filmes que se você fosse muito direto, seria censurado. Aí eles começaram a fazer metáforas. Eram cineastas com formação mais erudita, clássica e começaram a fazer filmes simbólicos para driblar a censura. E estes filmes ficaram herméticos e foram se distanciando do público. Depois veio o cinema marginal. Rogério Sganzerla, Júlio Bressane, que eram filmes mais experimentais. Um cinema mais em busca de pesquisa e de uma nova linguagem. Claro que também o problema não era só nos filmes; também falta uma educação cinematográfica. Acho que o cinema deveria ser ensinado na escola, desde pequeno. Devia ter uma disciplina no colégio. Cinema é como literatura, tem uma linguagem própria. Acho problemático uma pessoa ver um filme que não entende e diz: “que filme ruim!”. Não é que o filme seja ruim, a pessoa é que não entendeu por que não tem o conhecimento da linguagem, nem também do conteúdo que o filme se propõe.

No entanto, acho que você não pode estar subestimando o público. Não pode ser tão hermético. Eu já tive surpresas agradáveis de passar um filme num lugar de pessoas sem formação acadêmica e elas perceberem coisas que, quando

eu passei na Universidade, as pessoas não perceberam. Você encontra pessoas comuns, quando vai exibir um trabalho, que têm uma visão intuitiva, que percebem aquilo que um intelectual acaba perdendo. Eu me lembro uma noite em Mangabeira⁶, às oito horas da noite, na hora da novela, tinha oitocentas pessoas assistindo ao meu filme *A Canga*. Fazia parte do projeto da prefeitura, o “Cinema Volante”, que é de passar os filmes paraibanos na periferia. Uma mulher fez uma leitura do filme que nunca ninguém tinha feito até hoje. É, houve uma discussão. Eu acho que quando gera uma discussão isso é muito legal. Não passa despercebido.

P&T: Você vê no cinema uma vocação política?

MV: Política, sim, se você entende a percepção da realidade como questão política. Eu diria que trabalho com questões políticas, mas eu gosto de trabalhar os temas poeticamente, sem panfleto. *A Árvore da Miséria* é um filme que fala sobre a miséria, mas você não vê miséria em lugar nenhum no filme. E fala da miséria, da avareza, da mesquinhez. Está lá dentro embutido. Então, eu acho que a função social do cinema, nesse sentido, eu faço. Um país sem cinema é como uma casa sem espelho! E não tem memória! O cinema tem uma função social muito forte. Muito importante para as cabeças das pessoas. Vai abrir os olhos. Como literatura, como música. O curta-metragem também atinge isso. Às vezes atinge até mais, porque uma vida dessas, tão corrida, a gente não pode passar três horas dentro do cinema. A gente termina vendo um curta-metragem e tendo um impacto mais forte do que um longa-metragem. Eu acho *Ilhas das Flores*, que ganhou o Urso de Prata em Berlim em 1990, um belíssimo curta-metragem de Jorge Furtado; é um filme que tem doze minutos, mas ninguém sai daquele filme sem nada para dizer.

P&T: O cinema brasileiro vive uma retomada?

MV: O cinema brasileiro vive de retomadas. É um ciclo que vai e vem. Collor de Melo, em 1993, deu aquela rasteira. Tiraram a Embrafilme e não colocaram nenhuma alternativa. Ficou um vazio, um marasmo, um vácuo muito grande. Depois houve essa retomada, acho que em 1995. Veio *Carlota Joaquina* (1994), um filme de Carla Camurati, que saiu com o filme debaixo do braço, veio *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles. Eu acho que o Cinema Novo teve um momento, que passou nos anos 1960. As coisas evoluíram. É um processo muito dinâmico. Teve aquele momento importante, mas hoje em dia é outra coisa. Eu acho que existe uma diversidade, e que o grande lance agora é a diversidade de temas. Você vai para o festival e assiste a uma grande variedade

⁶ Bairro mais populoso da cidade de João Pessoa.

de temas. É verdade que o pessoal do Cinema Novo era mais engajado. Hoje em dia, está muito diversificado.

P&T: Hoje há vários filmes sobre a pobreza. É possível fazer um filme sobre a pobreza sem estilizá-la?

MV: Nelson Pereira dos Santos fez isso nos anos 1950/1960. Quando filmou *Rio, 40 Graus* (1955) e *Rio, Zona Norte* (1957) ele foi fundo na imagem real. Tive o prazer de trabalhar com Walter Carvalho, que foi o diretor de fotografia no meu filme *A Canga*, e é um dos maiores diretores de fotografia do mundo (um paraibano que mora no Rio de Janeiro). Ele dá um depoimento falando sobre o filme, e diz assim: “*A Canga* é um filme sem maquiagem. É um filme em que as pessoas vêem o que elas estão vendo, e nada mais”. Isso para mim resume tudo. O filme *Cidade de Deus* (2002) é muito citado neste contexto. Fernando Meirelles, diretor do filme, é publicitário. Então ele tem um olho muito polido. Acredito que ser cuidadoso com a imagem é fundamental para quem quer realizar um filme e para quem vai assistir; isso não implica na falsificação da realidade. Tudo depende, também, do contexto do gênero do filme.

P&T: Como você avalia a relação do cinema brasileiro com a televisão?

MV: Eu acho que esse casamento entre a televisão e o cinema já está demorando a sair, já devia estar a muito tempo acontecendo. Em termos de distribuição, de exibir, existe um espaço fantástico na televisão. Tem um alcance imenso (você passa um dia e tem milhões de pessoas assistindo). Acho que a gente tem um espaço fantástico e que tem uma audiência imensa que deveria ser mais bem utilizada. O grande problema do cinema brasileiro é na distribuição. Há filmes de quatro ou cinco anos atrás que ainda estão guardados. Os filmes da Rede Globo são feitos com linguagem de novela, como *Olga* (2004). Você vê novela todo dia. Por que sair para o cinema para ver novela também? Isso eu não gosto. No entanto, não acho que por isso a relação entre televisão e cinema é necessariamente negativa. Um projeto interessante é o *Programa DOCTV*, do Ministério da Cultura. O que este projeto está fazendo com as TVs educativas é fantástico, tem tido uma repercussão imensa! São documentários feitos para televisão, com edital público em cada Estado. E agora está saindo o *Documenta Brasil*, um acordo do Ministério da Cultura com a Rede SBT, em que quatro projetos serão aprovados e exibidos na TV no próximo ano.

P&T: O Estado pode fazer mais?

MV: Acredito que sim. Posso te dar um exemplo. No Brasil não existe um espaço no mercado para o curta-metragem. A Lei do Curta-metragem criou a possibilidade de que o curta-metragem entrasse no circuito comercial, ou seja, cada vez que passar um filme estrangeiro, antes passa um curta-metragem nacional.

Tem mil filmes de curta-metragem que são fantásticos. A Lei do Curta-metragem é um problema que até hoje não foi resolvido. É uma lei que ninguém cumpre. Os donos de cinema nos shoppings não têm interesse. Eles não vão deixar de passar um trailer só para passar um curta-metragem. Afinal de contas, a distribuição de filmes no Brasil é dominada por grandes empresas e elas não querem perder nada. Em Porto Alegre, a prefeitura fez a Lei do Curta-metragem Municipal. Lá, eles pagam entre R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e passam o filme durante vinte dias. Filmes do Brasil inteiro passam em Porto Alegre e a prefeitura banca, se forem selecionados. Aqui podia ter uma lei municipal também. Eu acho sintomático que seja em Porto Alegre, a cidade mais cinéfila do Brasil, com mais frequência de público no cinema, segundo as estatísticas.

Pe&T: O que é cinema para você?

MV: Concordo com Federico Fellini que o cinema é uma grande mentira, e o cineasta tem que contar uma mentira bem contada. Você conta uma mentira que as pessoas assistem. Fellini tem um filme chamado *E La Nave Va* (1983), que tem uma cena num navio. A câmera está lá no navio, rolando o filme. Todo mundo assistindo. De repente, a câmera começa a afastar-se e abre para trás, vai abrindo, abrindo... Ele mostra o cenário do filme todo, ele mostra técnicos de baixo do navio fazendo o movimento, o mar de plástico. Ele mostra todo o cenário! Depois ele volta e entra de novo na história, e todo mundo acredita. Isso é o aspecto fantástico do cinema. Então cinema para mim é mergulhar nas minhas referências de vida, tentar contar histórias e fazer as pessoas acreditarem no que conto.

Pe&T: Quais são os seus projetos futuros?

MV: Tenho um trabalho chamado *Circular de Prata*⁷. Bráulio Tavares, escritor paraibano que reside no Rio de Janeiro, escreveu um artigo no Jornal da Paraíba... Não quero entrar muito em detalhes porque o projeto é muito incipiente. Seria um roteiro sentimental da cidade, do ponto de vista de um motorista, e a história se passaria toda dentro do ônibus! Além disso, tenho um documentário, que é mais um poema visual, sobre a ponta do Cabo Branco⁸ que é inspirado num poema de Hermano José, artista plástico paraibano, chamado *Dois vezes não se faz*. Tenho um projeto sobre Jackson do Pandeiro, um documentário que eu estou tentando fazer com Kaká Teixeira, que trabalha com publicidade. E um projeto mais antigo que é sobre o escritor paraibano Ariano Suassuna.

⁷ Prata é um bairro da cidade de Campina Grande, no sertão da Paraíba.

⁸ Um dos principais locais turísticos de João Pessoa-PB.

A ZEBRA

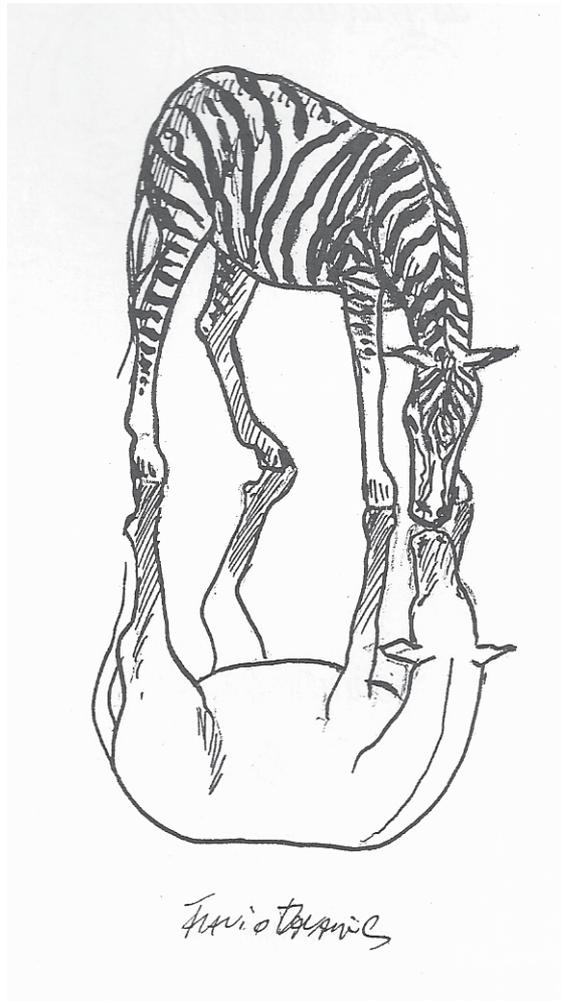
Sérgio de Castro Pinto

zarpa a zebra
branco no preto

objeto *op-art*
uniforme de preso

a zebra parte
imagem dupla

painel de arte
algo de culpa



Resenhas

EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO

Entrevista com o cineasta Marcus Vilar¹

Política & Trabalho: Como e quando você se tornou cineasta?

Marcus Vilar: Eu sou de Campina Grande. Vim morar em João Pessoa e fiz o curso de Educação Física. Quando eu fazia o curso, eu me envolvi com pessoas da área de comunicação, de teatro e de música. Na mesma época, em 1979, foi criado na UFPB um Núcleo de Documentação Cinematográfica, o NUDOC, e começou a ter uma efervescência intelectual em torno dele. Também foi criado, no NUDOC, um convênio com o governo francês, onde professores franceses viriam dar aulas aqui na Paraíba, na universidade, e os alunos daqui iriam fazer curso de cinema lá². Em 1980, Torquato Joel, Bertrand Lira, Everaldo Pontes, Everaldo Vasconcelos, entre outros, foram para a França estudar cinema. Em 1982, eu já era funcionário da UFPB e soube que estava acontecendo o curso do convênio com a França, e, como o meu interesse por cinema era grande, me transferei do setor de Educação Física para o NUDOC, onde fiz o curso de Cinema Direto³, que era a proposta do Convênio. No final do curso fiz meu primeiro filme em Super-8, chamado *Do Oprimido ao Encarcerado*, que se baseava na tese da professora Maria Salete Van Der Pool, “Educação para adultos na prisão do Roger”. No curso, tinha que passar por todas as etapas de realização de um filme. Fui à prisão fazer a pesquisa, depois fiz o roteiro, filmei e editei. Isso tudo em Super-8.

Em julho de 1985 mais duas pessoas do NUDOC foram escolhidas para ir à França. Eu e a professora Elisa Cabral. Foi uma grande experiência ir à França fazer cinema. No final do curso, tínhamos que fazer um filme. Fiz sobre um desenhista brasileiro que morava lá. Em setembro de 1986, voltei à França novamente, desta vez com Torquato Joel e Bertrand Lira, para fazer a continuação do curso, em 16mm. O curso era muito prático e tínhamos muito tempo de ver filmes e conhecer a cinematografia de outros países. Posso dizer que foram estes cursos que me deram uma base para querer fazer cinema.

¹ A entrevista foi realizada no dia 30 de março de 2006 por João Batista B. de Brito e Terry Mulhall.

² O convênio previa a realização de estágios de aperfeiçoamento em cinema direto no Atelier de Réalisation Cinématographique - Varennes (Paris).

³ O curso era realizado no Ateliê de Cinema Direto do NUDOC.

Pe&T: Você sobrevive de cinema na Paraíba?

MV: Eu sou funcionário da UFPB. Se eu fosse viver só de cinema na Paraíba era complicado, porque eu fiz *A Canga* em 2000, vim fazer *O Meio do Mundo* agora, quatro anos depois. Logicamente, se eu estivesse fazendo só cinema, eu estaria tentando outras coisas. A Universidade formou toda uma geração dos anos 1980 para cá, e é por causa dela que a gente consegue encaminhar projetos. Considero o meu filme também um filme da Universidade, porque ela libera a gente para ir filmar. Eu passo filme em sala de aula, vou debater com os alunos. É um trabalho de extensão. Eu acho isso um luxo, de estar fazendo um filme que eu quero fazer e não de estar fazendo um filme qualquer para poder sobreviver. Então a gente faz um filme que tem vontade de fazer. Além disso, temos sorte de ter um grande produtor aqui, que é o Durval Leal Filho. Ele é, para mim, um dos grandes produtores do cinema brasileiro. Foi ele quem produziu a maior parte da produção recente da Paraíba.

Pe&T: É mais difícil obter financiamento aqui do que no sul do país, por exemplo?

MV: Em qualquer lugar é difícil. Existe agora os concursos do Ministério da Cultura abertos em nível nacional. Existe uma tentativa de beneficiar todos os estados, porque todos os estados estão produzindo. Eu diria que existe a consciência no meio da classe cinematográfica de dividir o bolo, porque todos os estados estão produzindo coisas boas. Quando eu ganhei com *A Árvore da Miséria* (1998) um concurso em nível nacional, estavam inscritos trezentos e sessenta projetos do Brasil inteiro e foram contemplados quarenta. Foi dividido por estado para poder todo mundo ter esse direito. Logicamente, em primeiro lugar estava a qualidade dos projetos. Existe também os editais locais. Eu fiz dois filmes pela Lei Municipal. *A Canga* foi pela Lei Municipal⁴, em 2000, e *O Meio do Mundo* foi pela Lei Estadual⁵.

Pe&T: Qual o gênero e o formato de cinema com que você mais se identifica?

MV: Eu gosto de audiovisual, ou seja, adoro produzir imagens. Com relação ao gênero, eu não tenho preferência. Minha formação é em documentário, mas produzi vários filmes de ficção. Em relação ao formato, eu gosto muito de filmes de curta-metragem. Agora, depois de vinte e cinco anos de cinema, eu tenho um projeto de um documentário longa-metragem sobre o escritor Ariano Suassuna. O documentário com uma equipe pequena, você vai para a rua e filma, tentando pagar o “real”, apesar de que este conceito é muito polêmico. O documentário tenta chegar mais perto da realidade. As pessoas não estão ali

⁴ O filme foi financiado pela Lei Viva Cultura, do governo municipal.

⁵ O filme foi financiado com recursos do FIC – Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos, do governo estadual.

representando, não tem roteiro fechado. A diferença do documentário em relação à reportagem é que o documentário tem dramaturgia. Você cria uma dramaticidade no documentário. Tem uma frase de um poeta de Itabaiana chamado Jessier Quirino que adoro, e para quem gosta de fazer cinema tem tudo haver, ele diz “sou um prestador de atenção”. Quem faz cinema-documentário tem que prestar atenção no que está acontecendo. O cinema me dá essa capacidade para que eu pegue algum tema, alguma idéia que me interesse e a guarde, e faça um trabalho sobre ela para que as pessoas possam ver. O primeiro filme que eu fiz, *Vinte e Quatro Horas* (1987), foi sobre o alcoolismo. Um tema que me remete à infância, porque meu tio foi quem fundou os Alcoólicos Anônimos na Paraíba e o meu pai foi o primeiro que entrou. Então eu cresci com esse assunto dentro de casa.

P&T: Você se considera um cineasta nordestino?

MV: Eu acho que o rótulo é problemático. Eu prefiro falar em universal. Posso citar um exemplo. Estava com o meu filme anterior, *A Canga* (2001), no festival de cinema de Gramado e uma repórter me entrevistou e perguntou: “como é que você se sente passando um filme com uma temática nordestina no Sul?” Eu disse: “primeiro, eu não acho que *A Canga* tenha uma temática nordestina. *A Canga*, que é uma adaptação do romance homônimo de W. J. Solha sobre uma família em que o pai coloca nos filhos uma canga de boi (a canga é uma peça de madeira colocada no boi para arar a terra), e, com um chicote na mão, obriga os filhos a trabalhar. Mas o filme trata de poder, de autoritarismo, de resignação, de conformismo, e esses são temas universais. Em qualquer lugar do mundo tem isso. Eu filmei na Paraíba porque moro lá. Podia ter filmado em São Paulo”. O discurso sobre o regionalismo termina virando alguns estereótipos. Tudo o que vem do Sertão, tudo o que vem do Nordeste, tem seca, tem flagelado. Teve uma época que todo filme do Nordeste tinha isso. O último filme que eu fiz, chamado *O Meio do Mundo* (2005), é sobre a primeira experiência sexual de um menino e se passa no interior. É um tema universal. Em qualquer lugar do mundo tem isso. É verdade que aqui no Brasil existe uma tendência para ter um determinado filme de uma determinada região. Você vai para o Maranhão que tem “duzentos” filmes sobre o Boi. Outros tantos na Bahia sobre o Xangô. Então existem os temas de acordo com aquela região. Eles podem virar estereótipos, mas não necessariamente. Alceu Valença faz música regional? Ele não gosta deste rótulo também. Como se forró fosse só uma coisa. A tendência, ao menos para mim, é buscar o universal para que todo mundo se reconheça nele. Eu não tenho uma preocupação de falar do Nordeste para o Brasil. É do mundo para o mundo! Fale da sua aldeia que você fala para o mundo.

P&T: Qual foi a contribuição do Cinema Novo?

MV: Deu uma ‘cara’ para o cinema brasileiro, mesmo sendo influenciado pelo neo-realismo italiano. Ele mostrou-se para o mundo. Acho que o cinema, a partir de Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos etc., mostrou mais o lado social para o cinema brasileiro. Mostrar a ferida e fazer filmes mais engajados politicamente, alguns mais panfletários, outros não, mas trabalhando mais poeticamente algumas coisas. Tem Ruy Guerra e o Cacá Diegues, que têm obras-primas nos anos 1960/1970. Tinha o neo-realismo italiano, tinha o expressionismo alemão, aí veio o Cinema Novo brasileiro. As pessoas até hoje falam nisso. Houve uma meta, uma escola. Todo aquele movimento foi importante.

P&T: Como você avalia a contribuição de Glauber Rocha?

MV: A figura do Glauber era muito importante, também, enquanto personagem. A *mise en scène* dele era fantástica! E nos filmes dizia muita coisa. Hoje eu digo na maior tranqüilidade: tem filmes que são importantes na história do cinema, mas tem filmes que são chatos de serem vistos. Você assiste porque é importante naquele momento, descobrir uma linguagem nova. Às vezes tem umas coisas que são um pouco arrastadas. *Idade da Terra* (1980), por exemplo, é um filme que me incomoda. Já *Terra em Transe* (1963), não! *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1966), também não! *História do Brasil* (1974), que ele fez com o Marco Antônio, é fantástico. É um documentário sobre o Brasil. Sem dúvida, Glauber ainda é considerado o cineasta mais importante que o Brasil teve.

P&T: Comenta-se que o Cinema Novo foi intelectualizado demais. Você concorda?

MV: O que eu sinto é que a partir de 1964, para se driblar a censura, começou a se fazer coisas mais metafóricas. Começou a ter determinados filmes que se você fosse muito direto, seria censurado. Aí eles começaram a fazer metáforas. Eram cineastas com formação mais erudita, clássica e começaram a fazer filmes simbólicos para driblar a censura. E estes filmes ficaram herméticos e foram se distanciando do público. Depois veio o cinema marginal. Rogério Sganzerla, Júlio Bressane, que eram filmes mais experimentais. Um cinema mais em busca de pesquisa e de uma nova linguagem. Claro que também o problema não era só nos filmes; também falta uma educação cinematográfica. Acho que o cinema deveria ser ensinado na escola, desde pequeno. Devia ter uma disciplina no colégio. Cinema é como literatura, tem uma linguagem própria. Acho problemático uma pessoa ver um filme que não entende e diz: “que filme ruim!”. Não é que o filme seja ruim, a pessoa é que não entendeu por que não tem o conhecimento da linguagem, nem também do conteúdo que o filme se propõe.

No entanto, acho que você não pode estar subestimando o público. Não pode ser tão hermético. Eu já tive surpresas agradáveis de passar um filme num lugar de pessoas sem formação acadêmica e elas perceberem coisas que, quando

eu passei na Universidade, as pessoas não perceberam. Você encontra pessoas comuns, quando vai exibir um trabalho, que têm uma visão intuitiva, que percebem aquilo que um intelectual acaba perdendo. Eu me lembro uma noite em Mangabeira⁶, às oito horas da noite, na hora da novela, tinha oitocentas pessoas assistindo ao meu filme *A Canga*. Fazia parte do projeto da prefeitura, o “Cinema Volante”, que é de passar os filmes paraibanos na periferia. Uma mulher fez uma leitura do filme que nunca ninguém tinha feito até hoje. É, houve uma discussão. Eu acho que quando gera uma discussão isso é muito legal. Não passa despercebido.

P&T: Você vê no cinema uma vocação política?

MV: Política, sim, se você entende a percepção da realidade como questão política. Eu diria que trabalho com questões políticas, mas eu gosto de trabalhar os temas poeticamente, sem panfleto. *A Árvore da Miséria* é um filme que fala sobre a miséria, mas você não vê miséria em lugar nenhum no filme. E fala da miséria, da avareza, da mesquinhez. Está lá dentro embutido. Então, eu acho que a função social do cinema, nesse sentido, eu faço. Um país sem cinema é como uma casa sem espelho! E não tem memória! O cinema tem uma função social muito forte. Muito importante para as cabeças das pessoas. Vai abrir os olhos. Como literatura, como música. O curta-metragem também atinge isso. Às vezes atinge até mais, porque uma vida dessas, tão corrida, a gente não pode passar três horas dentro do cinema. A gente termina vendo um curta-metragem e tendo um impacto mais forte do que um longa-metragem. Eu acho *Ilhas das Flores*, que ganhou o Urso de Prata em Berlim em 1990, um belíssimo curta-metragem de Jorge Furtado; é um filme que tem doze minutos, mas ninguém sai daquele filme sem nada para dizer.

P&T: O cinema brasileiro vive uma retomada?

MV: O cinema brasileiro vive de retomadas. É um ciclo que vai e vem. Collor de Melo, em 1993, deu aquela rasteira. Tiraram a Embrafilme e não colocaram nenhuma alternativa. Ficou um vazio, um marasmo, um vácuo muito grande. Depois houve essa retomada, acho que em 1995. Veio *Carlota Joaquina* (1994), um filme de Carla Camurati, que saiu com o filme debaixo do braço, veio *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles. Eu acho que o Cinema Novo teve um momento, que passou nos anos 1960. As coisas evoluíram. É um processo muito dinâmico. Teve aquele momento importante, mas hoje em dia é outra coisa. Eu acho que existe uma diversidade, e que o grande lance agora é a diversidade de temas. Você vai para o festival e assiste a uma grande variedade

⁶ Bairro mais populoso da cidade de João Pessoa.

de temas. É verdade que o pessoal do Cinema Novo era mais engajado. Hoje em dia, está muito diversificado.

P&T: Hoje há vários filmes sobre a pobreza. É possível fazer um filme sobre a pobreza sem estilizá-la?

MV: Nelson Pereira dos Santos fez isso nos anos 1950/1960. Quando filmou *Rio, 40 Graus* (1955) e *Rio, Zona Norte* (1957) ele foi fundo na imagem real. Tive o prazer de trabalhar com Walter Carvalho, que foi o diretor de fotografia no meu filme *A Canga*, e é um dos maiores diretores de fotografia do mundo (um paraibano que mora no Rio de Janeiro). Ele dá um depoimento falando sobre o filme, e diz assim: “*A Canga* é um filme sem maquiagem. É um filme em que as pessoas vêem o que elas estão vendo, e nada mais”. Isso para mim resume tudo. O filme *Cidade de Deus* (2002) é muito citado neste contexto. Fernando Meirelles, diretor do filme, é publicitário. Então ele tem um olho muito polido. Acredito que ser cuidadoso com a imagem é fundamental para quem quer realizar um filme e para quem vai assistir; isso não implica na falsificação da realidade. Tudo depende, também, do contexto do gênero do filme.

P&T: Como você avalia a relação do cinema brasileiro com a televisão?

MV: Eu acho que esse casamento entre a televisão e o cinema já está demorando a sair, já devia estar a muito tempo acontecendo. Em termos de distribuição, de exibir, existe um espaço fantástico na televisão. Tem um alcance imenso (você passa um dia e tem milhões de pessoas assistindo). Acho que a gente tem um espaço fantástico e que tem uma audiência imensa que deveria ser mais bem utilizada. O grande problema do cinema brasileiro é na distribuição. Há filmes de quatro ou cinco anos atrás que ainda estão guardados. Os filmes da Rede Globo são feitos com linguagem de novela, como *Olga* (2004). Você vê novela todo dia. Por que sair para o cinema para ver novela também? Isso eu não gosto. No entanto, não acho que por isso a relação entre televisão e cinema é necessariamente negativa. Um projeto interessante é o *Programa DOCTV*, do Ministério da Cultura. O que este projeto está fazendo com as TVs educativas é fantástico, tem tido uma repercussão imensa! São documentários feitos para televisão, com edital público em cada Estado. E agora está saindo o *Documenta Brasil*, um acordo do Ministério da Cultura com a Rede SBT, em que quatro projetos serão aprovados e exibidos na TV no próximo ano.

P&T: O Estado pode fazer mais?

MV: Acredito que sim. Posso te dar um exemplo. No Brasil não existe um espaço no mercado para o curta-metragem. A Lei do Curta-metragem criou a possibilidade de que o curta-metragem entrasse no circuito comercial, ou seja, cada vez que passar um filme estrangeiro, antes passa um curta-metragem nacional.

Tem mil filmes de curta-metragem que são fantásticos. A Lei do Curta-metragem é um problema que até hoje não foi resolvido. É uma lei que ninguém cumpre. Os donos de cinema nos shoppings não têm interesse. Eles não vão deixar de passar um trailer só para passar um curta-metragem. Afinal de contas, a distribuição de filmes no Brasil é dominada por grandes empresas e elas não querem perder nada. Em Porto Alegre, a prefeitura fez a Lei do Curta-metragem Municipal. Lá, eles pagam entre R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e passam o filme durante vinte dias. Filmes do Brasil inteiro passam em Porto Alegre e a prefeitura banca, se forem selecionados. Aqui podia ter uma lei municipal também. Eu acho sintomático que seja em Porto Alegre, a cidade mais cinéfila do Brasil, com mais frequência de público no cinema, segundo as estatísticas.

Pe&T: O que é cinema para você?

MV: Concordo com Federico Fellini que o cinema é uma grande mentira, e o cineasta tem que contar uma mentira bem contada. Você conta uma mentira que as pessoas assistem. Fellini tem um filme chamado *E La Nave Va* (1983), que tem uma cena num navio. A câmera está lá no navio, rolando o filme. Todo mundo assistindo. De repente, a câmera começa a afastar-se e abre para trás, vai abrindo, abrindo... Ele mostra o cenário do filme todo, ele mostra técnicos de baixo do navio fazendo o movimento, o mar de plástico. Ele mostra todo o cenário! Depois ele volta e entra de novo na história, e todo mundo acredita. Isso é o aspecto fantástico do cinema. Então cinema para mim é mergulhar nas minhas referências de vida, tentar contar histórias e fazer as pessoas acreditarem no que conto.

Pe&T: Quais são os seus projetos futuros?

MV: Tenho um trabalho chamado *Circular de Prata*⁷. Bráulio Tavares, escritor paraibano que reside no Rio de Janeiro, escreveu um artigo no Jornal da Paraíba... Não quero entrar muito em detalhes porque o projeto é muito incipiente. Seria um roteiro sentimental da cidade, do ponto de vista de um motorista, e a história se passaria toda dentro do ônibus! Além disso, tenho um documentário, que é mais um poema visual, sobre a ponta do Cabo Branco⁸ que é inspirado num poema de Hermano José, artista plástico paraibano, chamado *Dois vezes não se faz*. Tenho um projeto sobre Jackson do Pandeiro, um documentário que eu estou tentando fazer com Kaká Teixeira, que trabalha com publicidade. E um projeto mais antigo que é sobre o escritor paraibano Ariano Suassuna.

⁷ Prata é um bairro da cidade de Campina Grande, no sertão da Paraíba.

⁸ Um dos principais locais turísticos de João Pessoa-PB.

NESTA EDIÇÃO:

ARTIGOS

O CAPITALISMO COMO FORMA DE VIDA FRACASSADA: ESBOÇO SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE DE ADORNO

Axel Honneth

O CONCEITO DE BIPODER HOJE

Paul Rabinow e Nikolas Rose

CIÊNCIA E PÓS-REPRESENTAÇÃO: NOTAS SOBRE HEIDEGGER

Paulo Cesar Duque-Estrada

REDES SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO: ENTRE O FORMAL E O INFORMAL

Jacob Carlos Lima e Marinalva de Sousa Conserva

O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) NO BRASIL E O PARTIDO SOCIALISTA (PSCH) NO CHILE: A NOVA FACE DA SOCIAL-DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

AXEL HONNETH E O LEGADO DA TEORIA CRÍTICA

Silvio Camargo

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA DÉCADA DE 1950 EM UM ESTADO DO SUL DO BRASIL: O CASO DO PARANÁ

Márcio de Oliveira

CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: AVANÇOS E CONTINUIDADES

Debora C. Rezende de Almeida

ESPELHO LOCAL

EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO: ENTREVISTA COM O CINEASTA MARCUS VILAR

Entrevista

A ZEBRA

Sérgio de Castro Pinto

DESENHO

Flávio Tavares

RESENHA

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005. 204p.

Antonio Matens de Carvalho Soares